

MARIA AMÉLIA FERRACCIÙ PAGOTTO

MITO E REALIDADE NA AUTOMAÇÃO BANCÁRIA

Dissertação de
Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciências
Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a
orientação da Professora
Doutora Ângela Maria Tude
de Souza. _____

Este exemplar
corresponde à redação final
da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em 31/10/96

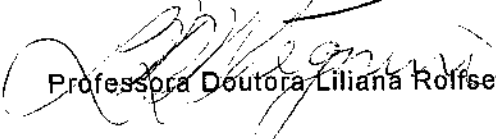
Banca:



Professora Doutora Ângela Maria Tude de Souza



Professor Doutor Edmundo Fernandes Dias



Professora Doutora Lilians Roffsen Petrilli Segnini

Professor Doutor Ricardo Coltro Antunes (suplente)

Outubro/1996

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL



UNICAMP

UNIDADE BC
N.º CHAMADA TIUNICAMP
P149m
V. E.
TONOS B. 29291
PROC. 661/96
C D
PREÇO R\$ 11,00
DATA 12/12/96
N.º CPD
CM.00095423-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

P149m

Pagotto, Maria Amélia Ferracciú

Mito e realidade na automação bancária / Maria Amélia Ferracciú Pagotto . - - Campinas, SP: [s.n], 1996.

Orientador: Ângela Maria Tude de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Prática de escritório - Automação. 2. Fetichismo. 3. Trabalho - análise. 4. Inovações tecnológicas. 5. Capital (Economia) - Rendimento. I. Souza, Ângela Maria Tude de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Para:
lara,
Dairton e Maria Antonia, que permitiram tudo!

Agradecimentos

Sou imensamente grata ao Professor Edmundo Fernandes Dias, de quem pude ser beneficiária do apoio incondicional durante todo o tempo de realização desta dissertação, especialmente, no período em que minha orientadora esteve fora do país. Sua presença constante e amiga, crítica sempre pertinente, generosidade humana e estímulo intelectual, foram ingredientes decisivos pelos quais, julgo, ter conseguido romper alguns dos limites de minhas concepções frágeis, tão desatentas quanto aos meandros da racionalidade dominante. Por meio de suas intervenções, tantas e tão fundamentais, pude perceber a importância da autocrítica permanente, como também da necessidade de conciliação entre a postura teórica crítica e uma estratégia de existência condizente com a mesma.

Devo registrar meus agradecimentos pela atenção decisiva que recebi do Professor Ricardo Antunes, num dos momentos mais delicados, desta trajetória.

Agradeço também a disponibilidade e os comentários, tão ricos, feitos pelo Prof. Jorge Miglioli na ocasião do exame de Qualificação, e à Professora Liliana Segnini, na oportunidade da defesa desta dissertação.

Durante o tempo em que morei em Brasília, o professor Elimar Pinheiro do Nascimento e a Professora Ana Maria Fernandes me deram importante acolhida.

À minha grande família, agradeço o estímulo, o apoio emocional, o carinho. À meus pais...faltam palavras. Ao fazer de sua casa o meu local de trabalho, o meu "porto seguro", a minha própria casa, outra vez, pude contar com toda a segurança afetiva e financeira, sem as quais não teria como realizar este trabalho. Por isso tudo, a eles, dedico este meu maior esforço.

Do Carlos, a arte, a cultura, a vida tão passional da qual partilho a tanto tempo, foram condições necessárias para esta caminhada.

À Iara, minha filha, devo agradecer por tudo o que tem me ensinado -de novo. Andar, falar, rir, chorar, e escrever. Sem esse novo estágio de minha vida, ao seu lado, estou certa de que não teria vencido tantos limites.

Angélica, sempre presente, ainda que à distância, foi cúmplice de minhas alegrias e dores. Encorajando, estimulando e acreditando.

José Roberto Fukumaro, do Sindicato dos Bancários de Campinas, socializou documentos, propôs-se a discutir, enfim, sou-lhe bastante grata.

Agradeço, ainda, aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação, que sempre demonstraram carinho e tornam nosso ambiente de trabalho mais acolhedor. A todo o pessoal do apoio do CPD da Unicamp, minha gratidão por terem sido tão solícios nesta reta final.

Finalmente, à Angela Maria Tude Souza, minha orientadora, agradeço, imensamente, a confiança em que este trabalho, enfim, seria concluído; sua paciência e dedicação, seu rigor, sua obstinação intelectual, sua extrema paixão pelo desvendamento das formas de dominação são referências centrais para mim. Todo o tempo desta pesquisa pude ver constantemente, virem à tona, sua grandeza humana e energia criativa.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 8 |
| INTRODUÇÃO | 14 |
| <i>i - Nossa questão central: identificar o caráter ideológico e a historicidade do caso brasileiro de automação bancária.....</i> | <i>14</i> |
| <i>ii - O Trabalho Bancário - breve estado da arte</i> | <i>21</i> |
| <i>iii - O trabalho bancário sob a “reestruturação permanente” do capital..</i> | <i>26</i> |
| <i>iv - A análise das ideologias revelando novos mecanismos da contradição fundamental.</i> | <i>32</i> |
| <i>v - Estrutura interna e apresentação dos temas que compõem este documento.</i> | <i>39</i> |
| <i>vi- Fontes e caráter da pesquisa.....</i> | <i>43</i> |
| CAPÍTULO I - UMA CONJUNTURA IDEOLÓGICA: ELEMENTOS PARA UMA CRÍTICA DE SUA BASE MATERIAL..... | 44 |
| <i>1.1 - Para além da perspectiva da neutralidade tecnológica</i> | <i>44</i> |
| <i>1.2 - A intervenção do embate ideológico nas análises da realidade social.</i> | <i>51</i> |
| <i>1.2.A - Sobre a retomada das teses schumpeterianas.....</i> | <i>55</i> |
| <i>1.2.B - A respeito do modelo japonês</i> | <i>58</i> |
| <i>1.2.C - As formas de domesticação da força de trabalho e os imperativos da luta de classes.....</i> | <i>62</i> |
| <i>1.3 - A racionalidade emergente da produção no capitalismo</i> | <i>66</i> |
| <i>1.4 - Da regulação estatal... ..</i> | <i>70</i> |
| <i>1.4.A - ... aos sinais da crise.</i> | <i>77</i> |

| | |
|---|----|
| <i>I.5 - O neoliberalismo e a reestruturação produtiva</i> | 85 |
| <i>I.6 - Apontamentos para uma crítica ao neoliberalismo e à reestruturação produtiva</i> | 92 |

CAPITULO II - A PRODUÇÃO IMATERIAL E AS FRONTEIRAS INTERNAS DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: A NOVA MATRIZ DAS RELAÇÕES INTER-SETORIAIS E SEU SIGNIFICADO NA RECOMPOSIÇÃO TÉCNICA E POLÍTICA DAS CLASSES TRABALHADORAS..... 103

| | |
|--|-----|
| <i>II.1 - O Setor Terciário: elementos para sua definição.</i> | 105 |
| <i>II.1. A - As inovações tecnológicas e o setor terciário</i> | 108 |
| <i>II.2 - Da subsunção do trabalho ao capital.</i> | 114 |
| <i>II.3 - Um retorno à problemática sobre trabalho produtivo e improdutivo rumo à sua superação.</i> | 124 |
| <i>II.4 - A subsunção dos serviços ao capital: a identificação da produção imaterial com o processo de valorização</i> | 128 |
| <i>II.5 - O primado do trabalho imaterial na reestruturação produtiva: o fetichismo do capital a juros, o trabalho bancário e as relações entre as frações do capital.....</i> | 134 |
| <i>II.6 - O capital financeiro como a versão mais desenvolvida da autonomização da reprodução do capital em relação à produção.</i> | 140 |
| <i>II.6.A - O fracionamento e a concorrência intercapitalista como aparência necessária de mais um momento do processo de concentração do capital.</i> | 145 |
| <i>II.7 - O setor de serviços reascendendo o debate sobre as classes sociais.....</i> | 148 |
| <i>II.7.A - A persistência da contradição fundamental na sociedade dos serviços.....</i> | 159 |
| <i>II.8 - Taylorização dos "serviços": recolocando as bases do fetichismo.</i> | 161 |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO III . O SISTEMA FINANCEIRO E A INOVAÇÃO | |
| TECNOLÓGICA: AS FORÇAS EM PRESENÇA..... | 171 |
| <i>III.1 - Principais tendências da automação bancária</i> | <i>172</i> |
| <i>III.2 - A modernização do sistema bancário no Brasil. A prática discursiva como instrumento político da luta de classes.....</i> | <i>178</i> |
| <i>III.3 - A emergência do novo terciário na política nacional: o capital financeiro, o capital dinheiro, os serviços bancários e o parque produtivo.</i> | <i>200</i> |
| <i>III.4 - Dos “pacotes econômicos” à reestruturação produtiva: da dinâmica econômica e política neoliberal à luta de classes em “solo bancário”.219</i> | |
| IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 233 |
| V -BIBLIOGRAFIA | 241 |

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem por objetivo identificar e analisar criticamente os aspectos ideológicos presentes no caso brasileiro de modernização e automação bancária, tomando como referência, as questões concernentes ao debate sobre a atual *reestruturação produtiva*. Pretende ser um exercício reflexivo sobre a realidade do setor bancário, no Brasil hoje avaliada em estudos significativos que não se restringem às abordagens setoriais, mas abarcam questões cruciais deste momento histórico o qual, ao abalar as estruturas produtivas, vai configurando o chamado *modo flexível de acumulação* do capital.

O projeto desta pesquisa data de 1989, quando o processo de automação bancária já estava bastante avançado e impunha aos serviços bancários uma aparência moderna, defendida e fabricada por setores empresariais preocupados com a posição do Brasil no ranking mundial e com a concorrência interna definida pelas regras do mercado.

Em 1982, no Congresso Latino Americano de Automação Bancária, Bresser Pereira antecipava que a automação bancária seria "um elemento importante na retomada do crescimento econômico do país e do continente americano como um todo". A revista Dados e Idéias registrava, em 1988: "O setor financeiro é o que até agora está levando mais à frente a tecnologia de uso da informática. Desde a pré-história da utilização dos computadores os bancos têm sido os grandes usuários. Modernamente, colocaram-se como parceiros de industriais para dar vida à indústria nacional de informática. E hoje despontam como desbravadores tecnológicos, buscando por conta própria, ou em conjunto com fornecedores, soluções para poder ter informações sempre mais rapidamente, para poder tomar decisões "em cima do lance. Entre as 500 maiores empresas usuárias da informatização, as cinco maiores são:

Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Petrobrás e Serpro” (Dados e Idéias, dez/1988:11, 62).

Esses pareceres dão uma noção da dimensão que já tomara, e que ainda cresceria, das condições da automação dos serviços bancários no Brasil. Num contexto onde as forças nacionalistas se ergueram em defesa de uma política de reserva de mercado no setor da tecnologia de ponta, a informática, ao mesmo tempo em que o capital financeiro, em sua dimensão oligopolizada, de capital global, internacionalizado, foi demonstrando sua força de socialização global que tenderia a prescrever a subjetividade e as condições concretas da produção capitalista em nosso tempo.

O país adquiria equipamentos de ponta com tecnologia própria ao mesmo tempo em que vivia o aprofundamento da crise econômica e dos contrastes sociais; confirmava, assim, o modelo de concentração de renda numa economia altamente oligopolizada, cujos projetos eram favorecidos por um cenário político institucional nebuloso.

Os bancos apresentaram à população brasileira um panorama inusitado no qual a manipulação das novas tecnologias pelos usuários, foi abrindo rapidamente as portas de uma nova relação com o dinheiro, que a cada dia, hora ou minuto, perdia seu valor e impunha a necessidade de manobras capazes de garantir o poder de compra, e produzir a ilusão de pequenos investimentos na órbita financeira.

Caminhava, ainda, a passos largos, a redefinição das ocupações assalariadas necessárias à efetivação da chamada “vocação modernizadora” das rela es entre capital e trabalho, ou seja: a flexibiliza o das rela es trabalhistas basicamente pautada na subcontrata o e na contrata o temporária. Destaque deve ser dado nesse processo,   emergência do “novo terciário”, que ao englobar e assalariar profissões até então independentes ou liberais, provoca uma

ampla reestruturação no nível de participação dos setores produtivos no conjunto da atividade social econômica, e, conseqüentemente, a recomposição das formas de enfrentamento e dominação entre as classes sociais.

Apesar da importância do capital financeiro e do setor de serviços na configuração dessa realidade, o setor fabril ainda se mantinha enquanto objeto privilegiado de análise. Além disso, apenas se construía a perspectiva de estudos sobre o processo de trabalho no meio acadêmico, ocupado até meados dos anos 70 com as relações institucionalizadas entre capital e trabalho, entre Estado, sociedade civil, partidos políticos e movimento sindical.

Atualmente, vários estudos vêm ressaltando que a capacidade de “adaptação” dessa economia - na qual inúmeros “pacotes econômicos” foram impostos como fórmulas para se atingir o “equilíbrio” e o fim da inflação— responde a objetivos de concentração de renda sob a hegemonia dos oligopólios internacionais. Mais recentemente, a inspiração neoliberal —receita predominante nos contextos institucionais das conjunturas capitalistas, para a superação da chamada “crise do capital” que atingiu o cenário mundial dos anos 80— tem sido identificada como a *mola propulsora* do terrível quadro que vem se consolidando também no Brasil.

À luz desse tipo de abordagem podemos identificar uma certa lógica intrínseca às relações sociais que compõem o setor bancário. Podemos entender a partir dela, porque, a despeito das dificuldades divulgadas pelos banqueiros nos momentos de negociações trabalhistas, ou nos de conflito aberto, com o capital produtivo e com o governo, o setor bancário pôde apresentar uma grande eficácia e capacidade de adaptação às políticas econômicas recessivas, comprovadas tanto pela divulgação da escalada crescente dos seus lucros, como pela constante

reafirmação de um modo de gestão que, segundo seus representantes, deveria servir de exemplo para os demais ramos de atividade no país.

O interesse por este tema surgiu da constatação da variedade de aspectos presentes no setor bancário, suscitando uma série de pesquisas sobre as políticas de gestão da força de trabalho, das qualificações, práticas organizacionais, nível de emprego/desemprego e os conteúdos de trabalho, etc. Os estudos sobre o tema têm gerado contribuições importantes sobre o lugar e o papel das representações, das visões de mundo e elementos simbólicos que atribuem inteligibilidade à automação e à informatização das atividades. Ao compor a identidade da classe trabalhadora e do empresariado do setor bancário, tais elementos apontam tendências importantes a respeito das novas condições geradas, ou sobre as quais os conflitos entre capital/trabalho de modo geral, vão sendo desenvolvidos.

Nessa nova situação, as inovações no sistema financeiro são uma das dimensões. As novidades tecnológicas estão intimamente relacionadas à emergência do que se convencionou chamar de crise contemporânea dos padrões de acumulação fordista do capital e, acompanhadas das mudanças organizacionais, vão criando novas “soluções” e saídas à essa crise.

Sob o ângulo da necessidade global de retomada do crescimento - —conceito abstrato que resulta na universalização das necessidades imanentes ao capital— vai se conformando uma espécie de aperfeiçoamento das formas de subordinar a força de trabalho a um projeto que tem como finalidade principal, a própria reprodução do capital; vale lembrar, reprodução em proporções inéditas, em que uma unidade de dinheiro deve cumprir sua função precípua de criar mais outra, mais outra, e ainda mais outra unidade desse dinheiro.

Historicamente, o sistema financeiro, aparece como o grande orientador das modificações globais que redirecionam as formas de produção rumo à flexibilização. Sua autonomia e hegemonia parecem, nesse sentido, conduzir a recuperação dos níveis anteriores de acumulação do capital nos demais setores produtivos.

Cada nova decisão técnica, cada novo momento dos conflitos, transformações na esfera produtiva e propostas de ação, colocam em jogo milhares de empregos e postos de trabalho, alteram o perfil ocupacional das classes trabalhadoras, e também, o que nos interessa mais de perto, a nova correlação de forças que se encontra na base dos conflitos entre classes dominantes e subalternas.

Diante desse quadro, apontar os elementos que desnudam a natureza e os critérios para elaboração dos números oficiais, das opiniões e pontos de vista que se fazem impor como "verdades" e passam a se constituir em práticas e estratégias de organização do trabalho, tem para nós uma importância fundamental: a de compreender as novas condições e circunstâncias sociais, mais amplas, que reconstróem, constantemente, o novo campo ideológico que subordina os debates e as respostas dos trabalhadores às reestruturações produtivas.

Nossa intenção, que tem nessa dissertação apenas um ponto de partida, é contribuir para o processo incessante de desvendamento do caráter singular das relações de trabalho no Brasil, tentando recolocar a discussão sobre o papel das novas tecnologias no interior da luta de classes e da luta entre projetos de hegemônias.

Esperamos, assim, estar podendo participar de um esforço coletivo de questionamento, ainda que expresso em estudos individuais, no qual procuramos construir mais um prisma possível de análise e responder aos requisitos para a obtenção do título de Mestre, oferecido Departamento de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas da Unicamp, para o qual contamos com o financiamento do CNPq, Capes e Fapesp.

INTRODUÇÃO

i - Nossa questão central: identificar o caráter ideológico e a historicidade do caso brasileiro de automação bancária.

Pretendemos concentrar nossa proposta de análise do caso da automação dos bancos brasileiros, na noção de que ele está circunscrito ao campo mais geral de problemas concernentes à nova conjuntura social, condicionando, ao mesmo tempo em que reforça, a eficácia dos discursos que fazem a apologia da técnica gerando, dentro de condições particulares ao país, uma realidade bastante complexa, principalmente para os seus trabalhadores.

Quanto à questão da hegemonia do setor bancário, a análise dos aspectos ideológicos, presentes nas representações das forças em presença no caso brasileiro, oferece uma oportunidade de reflexão que transcende seus aspectos quantitativos, como os da produtividade, custos, número de trabalhadores e postos de trabalho envolvidos; ainda a posição do país no ranking mundial, ou o potencial de competitividade, etc. Na verdade, ela permite a avaliação sobre as intenções que dão direção e significado ao processo de modernização, deixando entrever o caráter antagônico das relações sociais que a determinam.

O importante a reter das novas técnicas produtivas, sobre sua emergência e seu desenvolvimento, conforme diz Michel Freyssenet (1988) é “a razão a que são destinadas, ou, mais exatamente, da representação social explícita ou implícita que fazem aqueles que participam de sua elaboração, de suas finalidades econômicas e sociais e as condições sociais de sua utilização. Se em todas as épocas e em

todas as sociedades, a evolução das técnicas produtivas é feita pela materialização, na sua utilização, da inteligência de seus produtores para crescer-lhe eficácia e facilidade de emprego, as técnicas produtivas são também a materialização das condições sociais de seu uso e das finalidades que lhe designam cada sociedade pela relação social que a domina. No quadro de uma relação salarial, elas são marcadas pela vontade patronal de fazer trabalhar os produtores conforme uma norma particular e fins precisos" (Mimeo: 1989:2).

Enquanto tal, a atual reestruturação produtiva pode ser identificada a partir da emergência da conjuntura ideológica designada pelo neoliberalismo, definida por uma nova configuração das relações entre classes dominantes e classes subalternas.

A nova conjuntura ideológica tem sua força material na modernização e automação com base na microeletrônica e na informática; na hegemonia do trabalho imaterial ao nível da produção capitalista imediata; na transnacionalização da produção, marcada pela expansão do setor de serviços, e finalmente, na recomposição das alianças internas ao capital, a partir da qual a hegemonia de sua fração financeira consolidou uma possibilidade de reunificação das bases da valorização. Ela tem sido também designada por alguns, como o sinal evidente de que se chegou ao "fim da sociedade do trabalho", ou ao "fim da história".

Nesse sentido, nossa crítica às representações elaboradas pelas forças em presença no caso brasileiro de automação bancária terá por imperativo percorrer o caminho trilhado pelo imbricamento desses aspectos, à medida em que eles conformam a nova realidade e as formas de enfrentamento que lhe são próprias, informando quanto as características atuais dos antagonismos entre o capital e outros segmentos das classes trabalhadoras.

Pretendemos reiterar e que esta nova conjuntura tem sido capaz de repor a bases da dominação, do fetichismo, deslocando os horizontes de intervenção das classes subalternas. Certamente, da capacidade crítica dessa intervenção, é que poderá arborescer uma nova forma de manifestação dos antagonismos que o capital, por sua vez, pretende sempre bloquear, fazendo valer os ideários de harmonização, universalidade e naturalização das chamadas desigualdades.

Ocorre, porém, que o escopo dessa temática tem sido predominantemente definido pelos argumentos presentes na visão neoliberal, que se constituiu em "discurso dominante" nas últimas décadas. Esse discurso, verdadeiro projeto político de âmbito mundial, têm reafirmado os valores e os princípios da racionalidade do mercado¹, como melhor e única maneira possível de se chegar à uma forma de organizar a produção, com vistas a recuperar os níveis de lucratividade já atingidos noutras fases.

O número reduzido de análises sobre o setor bancário e financeiro é ressaltado pelos poucos autores que deles se ocuparam² como incompatível com a necessidade de entendermos a dinâmica da realidade. Realidade esta, marcada pelas dificuldades de ordem

¹ - No artigo "Neoliberalismo y Identidad en America Latina", Edgar Jiménez Cabrera destaca a importância da reflexão acerca dos preceitos neoliberais. Segundo ele, ainda que para alguns analistas o neoliberalismo esteja em crise, não se pode negar que a política econômica aplicada na América Latina tenha marcada orientação neoliberal (199: 15) Como ressaltaremos mais adiante, devemos inserir a problemática das novas como tecnologias no contexto maior, que diga respeito a reestruturação produtiva, através da qual o capital tem reafirmado seu caráter de relação social que derruba as fronteiras nacionais. Então, resta-nos indagar qual o custo, qual o preço pago por cada contexto nacional ou regional, diante da ofensiva ideológica que proporciona as condições para a globalização do mercado baseada em novas alianças. Assim sendo, a questão do neoliberalismo e a América Latina fazem sentido, à medida em que entendemos as inovações tecnológicas como parte do esforço de reestruturação e redefinição das bases sobre as quais opera a divisão internacional do trabalho

² - Ver, Accorsi, Blass, Canêdo, Jinkings, Minella, Segnini, Romanelli, Grun, Salerno e Zamberlan, para o caso brasileiro.

recessiva que as classes trabalhadoras são obrigadas a incorporar em suas estratégias de resistência à longo prazo, e que modulam a especificidade histórica de sua própria formação. Realidade esta que, tem atropelado projetos sociais e conquistas importantes das classes trabalhadoras à nível mundial, e com isso, encurralado ainda mais os movimentos sociais da chamada periferia. Realidade esta, que tem feito emergir a necessidade de análises mais profundas acerca do significado histórico da segmentação e da fragmentação dos processos produtivos, do quadro de desenvolvimento do regime de produção e de acumulação de mercadorias, capazes ^{de} tornar inteligíveis o caráter social, político e ideológico, e não apenas técnico e econômico da inovação tecnológica.

Objeto de análise bastante rico se pensado a partir de uma problemática mais ampla que considere as questões concernentes ao setor terciário, no qual, estão incluídos os serviços bancários no Brasil, os quais ainda não tiveram suficientemente explorada toda a sua potencialidade de revelar aspectos decisivos da realidade social do país. Sérios problemas colocados hoje ao capitalismo, Estados Nacionais e ao conjunto das classes trabalhadoras, passam, então, pela discussão das inovações tecnológicas e da reestruturação produtiva que vêm alterando as configurações sociais.

Em um nível mais abrangente, ao identificarmos o caráter mistificador dos principais paradigmas que vêm orientando as transformações dos processos produtivos, podemos encontrar elementos importantes sobre as novas formas de difusão da direção intelectual que as classes dominantes pretendem *impor* ao conjunto da sociedade, a partir da reorganização dos processos produtivos e da busca por meios capazes de reverter a correlação de forças anteriormente estabelecida, notadamente pela importância atribuída aos serviços no processo de recomposição das classes.

De modo específico, pode-se acompanhar e entender a recomposição do sistema financeiro brasileiro que culminou com a oligopolização e concentração do capital seguindo a tendência atual de hegemonia internacional do sistema financeiro, e relacionar à esse processo os novos padrões de utilização e gestão da força de trabalho, nos quais as inovações tecnológicas, da forma como foram "concebidas", participam ativamente.

No tocante à ação dos trabalhadores, suas reivindicações acerca da modernização podem indicar o rumo futuro da ação sindical e sua consonância ou dissonância com as percepções dos trabalhadores que representa. Segundo Bercot (1982), que estudou o caso da CGT, na França, seria possível afirmar que "as políticas sindicais têm poder importante de influenciar as políticas das direções quanto as formas de utilização das novas tecnologias" (Idem: 5). Desse ponto de vista, o sindicato, tem, portanto, responsabilidade iminente na condução da modernização.

Entretanto essa leitura é incapaz de revelar como as representações construídas pelas classes dominantes são apropriadas pelo senso comum das massas na cotidianidade do trabalho, dificultando, assim, seu esforço de desconstrução crítica do real e de desreificação das relações capitalistas de produção.

No caso brasileiro, queremos entender até que ponto e como, se direta ou indiretamente, o sindicato dos bancários interferiu na concepção e na implantação das novas tecnologias e das mudanças organizacionais. Qual o nível de sua influência enquanto interlocutores do Estado e do patronato ao organizar sua ação de classe. Os autores já citados permitem um panorama da correlação de forças historicamente constituída no Brasil, pois resgatam as formas de participação desses trabalhadores nos momentos de recomposição decisiva das alianças

intraburguesas, do perfil do Estado no Brasil, das formas de participação em termos de cidadania das classes trabalhadoras e acima de tudo, da emergência de novas formas de representação sindical.

À medida em que fomos identificando o desenrolar dos posicionamentos e das deliberações de ordem prática e política das forças em presença, poderemos perceber que elas correspondem aos imperativos da correlação de forças que se redefine permanentemente. Teremos a oportunidade de contextualizar os debates, as concepções gerais do empresariado, e dos sindicatos, a fim de restituir-lhes a dimensão social própria do campo da luta de classes, sem perdermos de vista as modificações pelas quais passam no decorrer do tempo. As influências nas esferas de decisão, as relações intra e extra-empresariais, bem como a participação no próprio contexto político mais amplo, são fatores decisivos na construção das visões acerca do porquê, para quê e como modernizar.

Nesse sentido, nossa leitura da realidade é feita a partir das possibilidades analíticas abertas por uma leitura anti-economicista do processo de trabalho e das mutações tecnológicas, pretendendo superar as análises sitiadas do trabalho - seja no posto, na fábrica enfim, no mundo produtivo - especialmente no que se refere às alterações que atingem o setor de serviços, sob o modo de acumulação capitalista. É preciso considerar, para além da contribuição de algumas teses que se sustentam no nível empírico da pesquisa sobre as transformações qualitativas da realidade produtiva atual, que trata-se de realizar um esforço reflexivo que não pode prescindir de pelo menos dois aspectos: a) o que trata de historicizar as mudanças considerando-as como produto da correlação de forças constituída particularmente a partir do compromisso assumido à época fordista; b) o que procura adequar

formas de análise dessa realidade diante da própria recomposição dos sujeitos sociais que dela emergem.

Assim sendo, desde logo podemos adiantar que a problemática das mutações não se esgota ao nível das questões referentes à formulação das políticas de desenvolvimento de Ciência e Tecnologia por parte dos Estados ou dos grandes conglomerados. Ela também não se restringe às alterações ocorridas no interior das organizações complexas³, embora tais mudanças apresentem características que aparentam oposição completa aos paradigmas tayloristas e fordistas de produção e circulação de mercadorias, podendo indicar novos problemas a serem investigados, sob novos parâmetros.

Ao contrário, a análise da reestruturação em curso deve considerar como paradigma central, aquele que rege a organização dos sistemas produtivos e as relações entre as classes sociais nele envolvidas, e que condicionam, por sua vez, as formas mais amplas de institucionalização societal, de expressão das contradições inerentes à organização capitalista da produção. Tal é o paradigma que determina as formas de organização das políticas de Estado, das Organizações e da organização do mercado propriamente dito, entendido em suas fases que vão da determinação da produção, às da circulação e do consumo.

Deve ainda considerar as formas de racionalização do trabalho envolvendo, acima de tudo, uma reflexão sobre os processos que acarretam as variações das formas historicamente assumidas pela cisão entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho, entre o trabalho intelectual e manual e, também, pelas formas de controle exercidas pelo capital com vistas a tentar unificar processo de trabalho e

³ - cf. G. Lapassade, organizações complexas, controle burocrático **versus** análise do processo de trabalho e das relações de poder dos bancos.

processo de valorização sob seu comando e direção (Brighton Labor Process Group, 1976:4).

Trata-se finalmente, de identificar os novos fundamentos técnico e político da dominação, orquestrada agora pelo capital financeiro. Logo, trata-se de identificar aqueles mecanismos que permitem à uma fração específica do capital, o capital-dinheiro, de, num primeiro momento informar, para então impor aos seus trabalhadores, aquela sua habilidade de se fazer passar por representante legítimo e coordenador das condições da reprodução de seus interesses; e, ao mesmo tempo, a todas as demais forças, a sua condição de agenciador da “recomposição geral da processualidade do modo de produção capitalista” (Tude de Souza, 1994). Por meio do capital fictício pode-se desvincular, cada vez mais, a reprodução do capital com relação à sua origem, ao seu elo com a produção e com as relações sociais que ela implica. Decorrendo disso a versão mais acabada assumida pelo fetichismo da mercadoria: o dinheiro.

ii - O Trabalho Bancário - breve estado da arte

Antes de desenvolvermos mais detalhadamente nossa perspectiva metodológica, achamos importante apresentar, ainda que sucintamente, as principais obras que permitiram a construção de nossa perspectiva de análise.

Julgamos ainda, que os trabalhos mencionados têm em comum o mérito de sinalizar para a própria construção do trabalho bancário enquanto objeto de análise no interior da Ciências Sociais. Não pretendemos, contudo, fazer um balanço de toda a bibliografia do setor, nem mesmo de todas as contribuições aqui incorporadas, cujas referências podem ser localizadas no seu decorrer.

Dentre os primeiros estudos realizados em nosso país, que enfocam prioritariamente o processo de trabalho bancário, estão o de Salerno e Zamberlan (1979). A preocupação dos autores é a de compreender o papel da informatização e da automação, no processo mais amplo de racionalização e padronização dos serviços bancários em curso no Brasil, e em que medida isso provocou, e continuaria a provocar, mudanças no perfil dos trabalhadores.

Além de ressaltar alguns elementos da evolução do sistema financeiro desde a Reforma Bancária de 1964, e o crescente papel dos bancos na vida cotidiana da população, este trabalho enfatiza que as peculiaridades dos serviços bancários, como a rotinização, a padronização das tarefas, e a grande rotatividade dos trabalhadores, facilitam enormemente a difusão da automação.

Embora a "corrida para a informatização", acelerada na época da elaboração desse estudo não pudesse ter suas conseqüências totalmente mensuráveis, ela já deixava entrever que a utilização generalizada dos computadores conduziria à uma maior centralização das informações, capaz de facilitar ... "sobremaneira o controle do processo de trabalho, acentuando a idéia de depender cada vez menos da iniciativa da mão-de-obra" (1979: 194).

Em 1986 Canêdo publica seu trabalho sobre o movimento sindical e a participação política dos bancários no Brasil. Em "Bancários. Movimento Sindical e Participação Política", partindo das origens do movimento em 1923 até 1978, são analisados, tanto os aspectos históricos que deram condições para a formação e o desenvolvimento à organização, ou que ao contrário a influenciaram negativamente, quanto os aspectos internos à categoria e relacionados às suas especificidades: "porque trata-se de trabalhadores de escritório, com situação de

trabalho, aspirações e posições sociais, obviamente, muito diversas das dos operários” (1986:7).

Num estudo de caso sobre a “construção do homem disciplinado” no cotidiano das organizações Bradesco, intitulada “A Liturgia do Poder. Trabalho e Disciplina”, Liliana Segnini fundamenta suas análises, na reflexão teórica do caráter civilizatório/disciplinador do trabalho bancário (Organizações Bradesco), e nas contradições sócio-econômicas que explicitam a estrutura do poder no país. Por trabalho bancário, ela entende aquele que viabiliza o processo histórico de fetichização do capital, decorrente de sua necessidade de se autonomizar em relação à atividade produtiva propriamente dita, e, ao mesmo tempo, da pulverização que caracteriza a concorrência entre as várias facções da burguesia. Assim, têm-se a caracterização do processo social que marca a produção e reprodução do juro enquanto produto distinto do lucro industrial.

Tal reflexão resulta na constatação de que é na forma específica de extração do lucro pela burguesia bancária, ou seja, é na exploração da força de trabalho para a viabilização dos juros, que o processo de trabalho, segundo a autora, passa a requerer “a criação de um sistema de poder no interior da organização capaz de garantir a docilidade e a utilidade da força de trabalho que disciplina” (1988: 21).

Considerando as características da sociedade brasileira a partir de 1964, o estudo mostra de que maneira tal propósito de disciplinamento e controle foram incentivados pelas Reformas conduzidas pelos governos militares, e acabaram por permitir às instituições Bradesco montar, inclusive, uma mega-estrutura educacional que absorvia a força de trabalho infantil.

Minella (1988) em “Banqueiros. Organização e Poder Político no Brasil”, faz uma investigação cuidadosa sobre a organização do

empresariado financeiro no Brasil, mostrando os mecanismos internos e externos de alianças e rupturas dessa fração do capital, que pretendeu a partir de 1964 garantir algo mais que a mera influência econômica. Os banqueiros começaram a se organizar então, visando consolidar a sua hegemonia política.

Neste trabalho o autor destaca o fato da maior parte da bibliografia a respeito do setor bancário brasileiro focar a Reforma Bancária de 1965 unicamente do ponto de vista técnico, ou seja, como se o fato técnico não expressasse projetos políticos e sociais. O conteúdo da Reforma Bancária, ganha a partir do trabalho de Minella, a conotação de luta política travada duramente entre os setores da burguesia, e entre esta e os trabalhadores bancários.

Leila Blass em “Estamos em Greve” (1992) definiu como objeto de pesquisa a greve nacional dos bancários de setembro de 1985, por entendê-la como um momento importante da redefinição da prática organizativa da categoria. Segundo ela, o processo de formação da identidade dos trabalhadores bancários foi bastante influenciado pela capacidade de renovação da linguagem da categoria, durante esse grave momento da luta entre banqueiros e bancários. Isso porque ela encontrou na festa, enquanto manifestação das pressões a serem exercidas pelo movimento grevista, e nos elementos simbólicos constitutivos das práticas cotidianas de trabalho, ou seja pelo encontro entre prática cultural e política, a fonte para a reelaboração das formas de expressão de suas reivindicações.

Outra pesquisa recente, efetuada por Acorsi em 1992, “Automação: Bancos e Bancários”, avalia as conseqüências na organização do trabalho e nas políticas de Recursos Humanos dos bancos, causadas pelo processo de informatização e automação, bem como os condicionantes sociais e políticos que estão em sua raiz. Este

trabalho, recupera o debate sobre a natureza da tecnologia aplicada ao processo produtivo e em especial, no trabalho de escritórios.

Analisando os impactos da automação em vários segmentos e funções, e relacionando esse processo às condições criadas pela Reforma de 1964 para a racionalização do sistema financeiro, ele conclui que "com a automação os bancos conseguem aumentar a produtividade do trabalhador bancário. O resultado obtido é integralmente apropriado pelos próprios bancos, aprofundando o fosso existente entre a remuneração paga ao trabalho e o lucro obtido pelo capital" (1992:85).

Em "Trabalho e Subjetividade Sob o Mister de Fazer Mais Dinheiro: O Trabalho Bancário", de 1994, Nise Jinkings tenta pensar as alterações ocasionadas ao nível da subjetividade e da consciência do trabalhador a partir da implantação das tecnologias mais recentes no processo de trabalho bancário. Como referência de análise a autora considera as modificações advindas do processo de autonomização e internacionalização do capital financeiro com vistas a torná-lo um ativo ..."ordenador do processo de monopolização e oligopolização da economia mundial" (1994: 16). Tal processo atinge profundamente as rotinas organizacionais e produtivas, e no interior do sistema bancário, vem alterando as relações de poder e o próprio perfil das classes trabalhadoras, de maneira a estremecer sua capacidade de resistência frente ao capital.

Ao longo deste trabalho, ela demonstra o modo pelo qual a informatização, as novas técnicas gerenciais e as novas condições de enfrentamento, que caracterizam a chamada forma de acumulação flexível, têm aberto novos desafios diante do aumento do *estranhamento* do trabalho em que se vêem os bancários.

Com efeito, a análise das “dimensões da resistência/subordinação no trabalho bancário” caracteriza sua preocupação em assinalar a dialeticidade dessas transformações, de modo a demonstrar que o capital não suprimiu definitivamente as manifestações de *rebeldia do trabalho*, mas, que “as transformações verificadas no mundo do trabalho se dão numa dupla dimensão: no processo de trabalho em si e nas respostas dos trabalhadores às mudanças” (1994: 90).

Portanto, na esteira desses argumentos, e no interior desta particular conjuntura, caberia perguntar quais os paradigmas centrais que fundamentam tais discursos e como conceber uma produção científica e tecnológica voltada à valores que questionem a atual lógica do mercado, já que as representações dos empregadores, sendo construídas sobre o paradigma da crescente racionalização que tomou corpo nas novas formas de legitimação de nossa sociedade vêm produzindo nos indivíduos, em suas organizações, em seu imaginário, um consentimento que dificulta a possibilidade de alternativas mais amplas para um projeto social com outras finalidades que não as da eficiência e o lucro?

iii - O trabalho bancário sob a “reestruturação permanente” do capital.

Com base as contribuições recentes da literatura sobre a automação dos bancos no Brasil, e tentando uma revisão crítica de alguns dos diagnóstico sobre a ruptura radical e inédita promovida pelos impactos da modernização, concentraremos nossa análise na dinâmica da reestruturação permanente que caracteriza os processos de trabalho sob o capital. A partir desta, as mutações tecnológicas vão sendo

entendidas como meios de racionalização do trabalho desenvolvidos no interior do processo de reprodução das condições de incremento do capital: o setor bancário, por sua vez, sendo reintroduzido numa problemática mais ampla que afeta toda a dinâmica produtiva e cultural no conjunto da sociedade industrial.

De forma que as mutações técnicas constituem-se para efeitos desta análise, como processos sociais que envolvem as relações de poder dos vários níveis da realidade social. E o que é mais importante: não se pressupõe a independência entre eles, já que a realidade é considerada enquanto uma composição contrapontual articulada por diversas mediações. Dentre eles, o aspecto dominante é o da finalidade da produção sob o capital: a valorização do valor e sua legitimação política.

Ao contrário do que os críticos ao marxismo possam afirmar, não se trata de estar optando por um corte metodológico e conceitual, cujo nível de generalização possa parecer tão amplo a ponto de tornar-se incapaz de revelar aspectos concretos do problema em questão. Nessa direção reconhecemos que, seguindo a trilha de vários autores marxistas bastante distantes de uma perspectiva reducionista, o sentido necessário da crítica a ser feita às mudanças qualitativas neste momento histórico, deve abranger aspectos decisivos quanto as determinações exercidas pelas formas concretas das lutas sociais. Isso, porém, para que se apreenda o movimento maior, histórico, da reprodução social governada pelas condições da reprodução do valor.

Nesse sentido, a categoria *trabalho*, sob o capital, é mais abrangente do que seus críticos parecem perceber. Ela não é vulnerável, nem à singularidade de cada contexto social, de cada unidade produtiva e técnica, como também não o é à subjetividade do trabalho, na qual

aspectos como gênero, idade, etnia, ou cultura são condições decisivas sobre a determinação das formas assumidas pelas lutas sociais.

Assim, ao analisarmos os elementos ideológicos do processo de trabalho bancário não precisamos abrir mão, e, nem deveríamos tampouco, das configurações sociais mais amplas que condicionam a perspectiva da acumulação presente nas relações sociais capitalistas, nem mesmo da apreensão dos desenvolvimentos concretos, em termos de luta de classes, que historicamente definem os contornos dessas mesmas relações sociais

Abre-se, dessa forma, à pesquisa, um amplo leque de possibilidades de análise que em várias outras perspectivas são obscurecidas pela alegação de que a velocidade e o ineditismo das mudanças mais recentes, sofridas pelos países industrializados, tornam a sua compreensão irredutível às categorias de análise sobre as formas históricas de acumulação do capital. É importante ressaltar esse aspecto diante do acerto de contas requerido com teorias que preconizam a “perda de sentido” dessas categorias. Muitas das que afirmam que as mutações tecnológicas, sociais, econômicas, jurídicas e culturais, em curso, teriam reificado as noções de Estado Nacional e Democracia, e feito desaparecer a sociedade fundada no valor-trabalho, têm se colocado num limite muito tênue entre o cientificismo de suas incursões sociológicas, e a legitimação ideológica da impossibilidade de afirmação de uma identidade estrutural, por parte das classes trabalhadoras, que se oponha radicalmente aos parâmetros negativos impostos hoje, pela racionalidade do capital.

Para Offe, por exemplo, a centralidade do trabalho abstrato (base do valor) foi compreensível na produção sociológica dos chamados autores “clássicos”, durante o período que abrange o final do século XVIII até o fim da Primeira Guerra Mundial. Daí em diante, segundo ele,

a regulação da sociedade tem se dado por outros critérios que não os da racionalidade de um “modelo de sociedade burguesa voltada para a atividade econômica, dedicada ao trabalho, impulsionada por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas” (Offe, 1989:14) como ele considera.

Por sua vez, em conhecido trabalho sobre as abordagens de Marx e Braverman a respeito da lógica do capital, Aronowitz (1978), menciona um rol de autores contemporâneos dedicados aos problemas da dialética do trabalho. Segundo o autor, Habermas, Baudrillard, Gouldner, Sahlins e Bourdieu têm em comum a opinião de que Marx reduziu a problemática da mudança histórica e das relações sociais à uma única dimensão: a do processo de trabalho (Aronowitz: 1978, 27).

Essa redução, segundo ele, talvez com certa “aplicabilidade” às análises sociais da realidade do século XIX (idem, idem), não seria mais compatível com os desdobramentos e mutações que a sociedade atual tem enfrentado, principalmente depois de 1945. Para Baudrillard, Marx pode ser considerado uma das maiores expressões, senão a maior, do pensamento teórico do século passado (idem:127). Apenas isso.

Para além desses autores, parece haver um certo consenso quanto ao fato de que a generalização do trabalho temporário ou subcontratado, os impactos tidos como positivos das novíssimas tecnologias sobre as estruturas organizacionais e ocupacionais e, ao lado disso, as transformações institucionais mais amplas pelas quais passam as sociedades “produtoras de mercadorias”, teriam afetado profundamente o centro nervoso das atividades humanas, destruindo a validade dos diagnósticos centrados na racionalidade do trabalho assalariado, que por dois séculos determinou linhas de intervenção teórica e militante por parte das diversas forças sociais.

Porém, o salto mais questionável dessas críticas à racionalidade econômica, foi paradoxalmente, sua extensão à análise marxista (contemporânea) das formas históricas assumidas pelo capitalismo. Com isso, as análises e a própria participação política das forças sociais têm sido prisioneiros do irracionalismo da ação social contemporânea. Pouco se amadureceu no sentido de entender a “harmonização” entre as estratégias da forma de acumulação atual e as estruturas de pensamento, a ética, a política e a vida social baseadas nos princípios derivados do irracionalismo. Os “diagnósticos” têm comumente - servido como justificativas perfeitas em relação à propalada “decadência” dos movimentos sociais classistas que construíram importantes projetos no decorrer da história deste século e do anterior.

Mas, ao contrário desse tipo de formulação, circunscrita ao campo ideológico no qual se dá atualmente a recomposição das bases que garantem a valorização do capital, é importante que cada pesquisa possa evidenciar o fato de que o desenvolvimento atual das forças produtivas não tem se dado de modo a libertar o homem, nem de modo a reintegrá-lo em sua totalidade e às formas sociais adequadas ao exercício dessa liberdade. Esse desenvolvimento tem se dado, no entanto, segundo palavras de Soares Teixeira, “dentro de uma forma social fetichizada, de uma forma social coisificada, em síntese, dentro de uma forma social que é forma de desenvolvimento não do homem, mas, do capital” (1994: 22).

Cumprido, portanto, repensar a (re)construção da totalidade social, sem que se anule os aspectos que emergem da fábrica, do processo de trabalho, da política organizacional, da organização dos mercados, enfim, dos vários níveis dessa realidade; análise que faça sobressair neles sua relação intrínseca com o processo de valorização; isto é, através de seu cotejamento com a reprodução das classes sociais no

capitalismo. De forma que a restauração, na análise, da unidade articulada entre os vários momentos da realidade social possa demonstrar como uma leitura da esfera produtiva, puramente técnica e econômica, torna-se, paradoxalmente, exemplo de que a produção imediata também tem seu momento superestrutural. Sendo assim, seja reafirmando a aparência necessária da perda de validade do materialismo histórico como dissecador das novas contradições emergentes, seja promovendo o determinismo tecnológico por meio de uma rigorosa operação intelectual que relaciona ao progresso, à maquinaria, o individualismo em detrimento das concepções coletivistas, o economicismo reflete nada menos que a visão de mundo burguesa. Visão de mundo cuja ótica fundamental - cujo ponto de fuga - é o mascaramento dos antagonismos, a reprodução do conformismo, e a tentativa de perpetuar, à nível material, a cisão e a dominação entre as classes, na mesma medida em que consiga construir um universo ideológico comum à dominantes e dominados (Baibar, 1996).

A tarefa de restaurar a unidade da análise do processo de trabalho enquanto processo de valorização e de reprodução das forças sociais, tem como condição fundamental, a verificação de como as ideologias emergem da produção e se convertem em impulsos capazes de— reafirmar ou promover rupturas— ao nível das relações sociais de produção mais amplas.

iv - A análise das ideologias revelando novos mecanismos da contradição fundamental.

Dessa fetichização da realidade social, tão agudizada atualmente pelos efeitos das estratégias de modernização, emerge a necessidade da leitura crítica quanto à dimensão ideológica presente nas representações do empresariado e das classes trabalhadoras. Dimensão esta, sem a qual qualquer possibilidade de avaliação social dos caminhos históricos - em que "verdades" fabricadas são confrontadas com situações reais de existência, nas quais grandes massas de trabalhadores são expulsas do mercado de trabalho, ou são expropriadas de sua capacidade de intervenção criativa sobre a matéria, ou ainda nas quais se dá a sua exclusão enquanto trabalhadores ou enquanto cidadãos nos processos de estabelecimento de projetos sociais - estaria definitivamente comprometida.

No âmbito deste trabalho, entendemos ideologia no sentido desenvolvido por Gramsci, ou seja, como "visão provisória composta pelas ideologias orgânicas que são necessárias a uma certa estrutura, isto é, aquelas que constituem uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva", como traduziu Lowy (1987:129).

Assim, num horizonte de múltiplas possibilidades históricas, as ideologias são parte do processo operante que vai compondo - de acordo com os imperativos da luta de classes, da correlação entre as forças envolvidas - as aparências necessárias que envolvem as perspectivas de construção do projeto hegemônico. Lembrando que a consolidação desse processo depende ainda da capacidade de conversibilidade da linguagem particular dos interesses da classe

dominante em interesses pretensamente universais e, finalmente, da importação de sua visão de mundo para as classes subalternas. De onde, quando confrontadas com as condições objetivas, estruturais de existência das classes sociais, as ideologias permitem identificar a capacidade que uma classe possui de se apresentar como central, como norteadora, como direção intelectual e moral para as demais classes.

A contribuição de Gramsci quanto à necessidade de se avaliar os termos reais da articulação entre estrutura e superestruturas⁴, torna-se nesse nível de interesse, um grande instrumento de análise capaz de explicitar a correlação de forças de uma dada formação histórica. Pois, ao identificar o nexos entre os movimentos conjunturais, observados na produção e na configuração das forças sociais que presidem a sua processualidade, e as estruturas, que engendram os antagonismos fundamentais do modo de produção capitalista, pode-se revelar os aspectos ocultadores da dominação política (Dias, 1996).

A partir dessa articulação, tem-se a possibilidade de transitar pelos diversos momentos que compõem a realidade social, como a exemplo da fase atual da reestruturação pós-fordista, de maneira a tornar inteligíveis e atualizadas as formas singulares de expressão dos antagonismos, base do sistema de exploração, e sobre os quais se dá o movimento permanente de reestruturação/transformação do capitalismo.

⁴ - Dias explica a respeito da concepção de Gramsci: "A vida social pode e deve ser entendida a partir de duas formas de estruturação. Uma que Gramsci chama de orgânica e a outra de conjuntura. Na vida social, e isso é uma distinção à nível metodológico, existe uma estrutura que se atualiza em conjunturas - entendidas como o conjunto articulado e sobredeterminado das contradições existentes em um dado momento. Lembremos, contudo, que a estrutura não é um ente estático. Por isso, falamos em estrutura e em estruturação permanente. As leis da sociedade são tendenciais. Em um dado momento, essas formas estruturantes/estruturadas configuram o campo de possibilidades a ser escrito/reescrito pela intervenção das classes sociais, das forças sociais, enfim, pela vontade humana historicamente concretizada. Estamos longe de pensar a estrutura como uma essência oculta, como um *deus ex machina*, ou como um conjunto de constantes que se revelaria desde que, como querem os empiristas, sejam eliminados os elementos circunstanciais que dão a forma específica (atual) de um dado fenômeno "(1996: 12).

Assim, a análise da correlação de forças, explicita as condições específicas, historicamente construídas, de manifestação dos antagonismos. Por isso, elas podem revelar “o significado das crises econômicas” (Dias, 1996:29) entendidas por Gramsci como “...a atualização das contradições da estrutura” (idem).

Ao mesmo tempo, e nessa mesma direção é preciso lembrar que, segundo Marx, o processo de reprodução das condições necessárias à produção capitalista, ocupa lugar importante na compreensão do caráter contraditório do processo social e do processo de trabalho. Segundo Magaline⁵, no Prefácio ao Capital, escrito em 1859, Marx reconhece a importância decisiva do aspecto reprodução, que não se limita à reprodução das condições materiais da produção, ou seja, “o processo de produção capitalista considerado em sua continuidade, ou como reprodução, não produz somente mercadoria, nem somente mais-valia; ele produz e eterniza a relação social entre capitalista e assalariado” (Magaline, 1975: 59).

Fica claro com isso, nossa opção em tomarmos as mudanças no processo de trabalho articuladamente com o momento mais geral da reprodução social, enfatizando, portanto, a idéia de que é “no terreno da ideologia que os homens tomam consciência”, e se tornam sujeitos/autores da história.

A direção intelectual que as classes dominantes pretendem impor ao conjunto da sociedade depende do monopólio da organização da

⁵ - O reconhecimento desse aspecto no interior do marxismo, recolocou sob novos parâmetros a problemática da luta de classes, bem como do papel da introdução de novas tecnologias no processo produtivo. A primeira deixou de ser considerada apenas como função das reivindicações econômicas, e passou a abarcar a essencialidade do aspecto subjetivo na produção. Quanto à modernização tecnológica, entendeu-se a necessidade da reflexão não apenas acerca de sua natureza, mas também quanto ao ritmo de sua introdução, já que ele reflete as condições da luta de classes (Magaline, 1975).

reprodução das condições gerais que lhe determinam, tanto nos seus elementos materiais, quanto no que se refere à relações sociais. Essa perspectiva permite-nos identificar nas visões patronais a ideologia do progresso como o substrato das profundas alterações do trabalho bancário, por exemplo. Elas encobrem conseqüências internas e externas ao processo de trabalho, difundem a "vontade diretiva" da classe que detém o poder e o capital, e está montada numa concepção baseada na legitimação da "evolução" permanente das forças produtivas, cujo resultado é a idéia de neutralidade e autonomia do progresso econômico e da racionalidade do mercado, abstraindo as condições sociais que definem as decisões técnicas.

Tal concepção permite que possamos inserir nossa proposta de pesquisa na questão que consideramos central em nossos dias, que é a de reconhecer o caráter legitimatório, de ideologia orgânica de muitas das novas formas de conceber e analisar a realidade produtiva. Essa preocupação justifica-se ainda à medida em que, como resposta à problemática das transformações do mundo do trabalho, vários esforços analíticos dedicam-se atualmente a identificar se elas têm caráter de transição para uma nova forma de acumulação, que de algum modo quebre o "círculo virtuoso" do capitalismo no pós-guerra, ou se na verdade, são a materialização da condição intrínseca da vitalidade criativa do capital, que, ao revolucionar continuamente os processos de trabalho, modos de consumo e de vida, a organização e institucionalização societal, consegue revigorar e reinventar suas práticas de controle, exploração e dominação social.

Muito mais que um problema de ordem intelectual, a resposta a este dilema será dada pelas soluções históricas a serem encontradas pelas classes sociais. O importante de nosso ponto de vista, é a constante reflexão teórica sobre esse processo, que exige o

desvendamento da natureza de cada modificação, de cada traço considerado inovador da organização produtiva, e que pode dar às ações organizativas uma fundamentação baseada num grau de realismo e consciência históricos mais profundos.

Sendo assim, o papel da pesquisa não deve ater-se ao caráter meramente técnico das distintas formas de cooperação, cujas armadilhas têm deixado os cientistas frequentemente perplexos diante da persistência das incógnitas, apesar de constantes esforços reflexivos. A história parece aperfeiçoar tais armadilhas, até mesmo pela atualização das várias faces do economicismo e do positivismo. A pesquisa social, deve, antes de mais nada, tentar desmascarar as formas de dominação e de luta entre as forças antagonistas, ativando, simultaneamente, as condições de inteligibilidade da processo social, participando assim, da dinâmica de transição das perspectivas corporativas para as dimensões de caráter mais geral, orientadas pelas classes trabalhadoras. Na verdade, a pesquisa tem papel operante nesse mesmo processo pelo qual os sujeitos rompem seus limites enquanto classes isoladas e procuram sua auto-construção permanente.

Tentaremos demonstrar ainda, que a crítica da reestruturação produtiva, esta última sendo resultado das opções socialmente efetuadas nas últimas décadas como uma resposta ao "longo ciclo" das lutas operárias no pós-guerra, deve ser conduzida de tal modo que se desfaça a confusão entre paradigmas de gestão do processo produtivo, e os paradigmas de organização do trabalho, permitindo revelar como estes são apropriados pelas direções patronais no decorrer das lutas de classes no plano imediato da produção, sob condições específicas. E, para sermos mais enfáticos, as condições específicas sob as quais a produção tem sido organizada atualmente, são as condições de produção e reprodução do capital, ainda que o trabalho assalariado,

rotineiro e organizado em grandes sindicatos, tenha deixado de ser referência exclusiva da gestão capitalista.

É preciso que se reflita, portanto, sobre as transformações do conceito do "trabalho" sem perder de vista que a modernização tecnológica com base na automação e na flexibilização da produção, ao acentuar a dimensão imaterial da atividade produtiva, não coloca "em jogo" o processo de valorização do capital. Ao contrário, o processo de acumulação vem demonstrando uma identificação muito refinada com a dimensão comunicacional da produção (Lazzarato, 1993) que se expande para além das fronteiras nacionais, impõe a reformulação do conceito e das representações do Estado Nacional, e das próprias subjetividades que definem a relação contraditória entre capital e trabalho.

Para nos ajudar a sustentar essa postura, nos baseamos em autores como, Gramsci, Magaline, Negri, S. De Bunhoff, Harvey, Basso, Lazzarato, Cocco, Texier, Tosel, e outros a serem citados devidamente. Eles nos indicam a necessidade de avaliação crítica das conotações ambíguas e inconsistentes que tentam tomar a parte pelo todo. Que tomam aspectos decorrentes do processo de reprodução das classes em curso, como por exemplo, o desenvolvimento do setor de serviços, criando a partir deles fórmulas e estruturas intelectuais de legitimação de toda uma realidade social percebida enquanto sistema movido por um impulso irrefreável de mudanças. O alvo maior dessas mudanças sendo a tentativa de convencer, quando não de subjugar pela força, a todas as camadas subalternas de que se progride para uma equalização dos indivíduos no tocante as oportunidades de acesso "às coisas" dominantes (Habermas, 1968/93) já que a tecnologia toma a aparência de algo que pode beneficiar a todos, indistintamente.

Sob esse ângulo, muitas análises que tratam da revolução dos paradigmas produtivos, abstraem as reais condições sociais e históricas ditadas pelas necessidades de incremento da acumulação do capital, segundo as quais a produção continua sendo dirigida.

Dedicaremos o primeiro capítulo deste trabalho, e um grande espaço do segundo, basicamente à demonstração e crítica de análises nesse sentido. Os trabalhos recentes de Offe e Coriat figuram como exemplos de apologia das mudanças recentes. Refutando e dissolvendo a perspectiva da correlação de forças estabelecida no período pós-guerra entre as classes sociais enquanto instrumento de análise, tudo se dá como se se tratasse de um processo natural. A necessidade corrente de promover rupturas com os modelos explicativos tradicionais, aparece, para esses autores, como fórmula que tudo pode abarcar, inclusive a descaracterização da força material que os antagonismos assumem tão visivelmente.

O grande problema a ser enfrentado, a nosso ver, é como resgatar a possibilidade de uma crítica aos vários tipos de determinismos que cercaram a questão do desenvolvimento das forças produtivas, sem cairmos numa espécie de maniqueísmo, diante da tônica dada sobre a possibilidade de se atingir uma nova forma de regulação societal mais equilibrada, mediante a introdução de aspectos ou da totalidade dos novos padrões de gestão da produção.

É importante ressaltar, finalmente, a grande influência exercida pelo novo quadro da política mundial sobre um conjunto de leituras simplificadoras do processo de mundialização em curso, segundo os quais as classes trabalhadoras (inclusive dos países ditos socialistas) viram desmoronar sua capacidade de revolucionar a vida social, e, definitivamente, com isso criar novas alternativas sociais.

No entanto, a questão é mais complexa. O que se coloca em jogo são as conseqüências dessa capacidade que o capital possui de expandir-se através de formas históricas sempre renovadas ou de práticas tão diversas.

Por isso, ao reestruturar ou revolucionar permanentemente as suas bases materiais e ideológicas, o capital coloca-nos de forma diferente a mesma necessidade, qual seja, a de realizarmos uma crítica social voltada ao questionamento da sua natureza enquanto relação histórica mutante, enquanto "contradição em processo", sem o qual estaremos, sob o exercício da crítica ao determinismo, ou às suas várias nuances, produzindo novas formas de legitimação ao seu poder de subsumir, não só a força de trabalho e a consciência do trabalhador, mas, a sociedade como um todo às exigências de valorização do capital.

v - Estrutura interna e apresentação dos temas que compõem este documento.

No primeiro capítulo, a presença constitutiva de aspectos do "discurso neoliberal" na temática das mutações tecnológicas e organizacionais, pretende evidenciar a nova conjuntura ideológica mais ampla sustentada na generalização da tese da incapacidade de reprodução das condições materiais e políticas da acumulação por parte do capital industrial, mais especificamente a partir dos anos setenta.

Ao contrário, a história da tecnologia enquanto parte da história da luta de classes, de acordo com o que Marx acenou, aparece então como método central de análise capaz de revelar em que medida, sob a cobertura do discurso neoliberal, a conjuntura atual de reprodução do valor transforma o papel do trabalho material, recompõe ocupações e as

formas do fetichismo, potencializa ainda mais a utilização da ciência e da tecnologia - do trabalho morto acumulado - operando uma quebra considerável na capacidade de resistência das classes trabalhadoras, à medida em que abala e põe à nu a política das direções capitalistas e seus aparelhos de dominação.

Pretendemos abordar as principais questões concernentes à relação entre inovações tecnológicas e o setor de serviços no debate sobre a reestruturação produtiva, sistematizando, no segundo capítulo, alguns dos principais aspectos que confirmam a impossibilidade concreta de se configurarem os elementos de uma nova ordem onde não existam as contradições entre as classes produtoras e as detentoras dos meios de produção, apesar da vigência e da hegemonia capitalista. Assim, a temática das classes médias, a da divisão entre os setores produtivos e a da fronteira entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, são subordinadas à dinâmica de recomposição do capital e à sua capacidade de manejar as demarcações tradicionalmente reconhecidas de cada uma dessas problemáticas, de acordo com seus projetos de dominação.

Pretendemos ainda, dar corpo a hipótese que designa, como tendência, o papel do capital fictício como a força social que toma as rédeas das transformações, no sentido de tornar hegemônica a predominância do caráter imaterial da produção capitalista.

Com Marx, mais uma vez, pode-se desmistificar a natureza do capital fictício. Pode-se ver para além das aparências, a lógica intrínseca dessa fração do capital que consegue, mais do que a industrial e a mercantil, autonomizar a relação de sua reprodução em relação à origem, e impulsionar no solo bancário, e por que não dizer no país como um todo, uma dinâmica que se pretende neutra, sem qualquer caráter de classe, mas que vem patrocinando a reorganização técnica e política dos antagonismos em presença.

Em seguida, no terceiro e último capítulo, identificamos as formas concretas da situação brasileira de inovação no setor bancário. O caráter transitório das relações entre as forças envolvidas - banqueiros, empresários, técnicos, trabalhadores e o Estado - inscreve-se na história do país a partir das contradições entre Capital e Trabalho. A exposição dos principais momentos do caso brasileiro de automação bancária é acompanhada da análise das representações sociais dos trabalhadores e empresários do setor. Nele, exercitamos a análise crítica do que chamamos as ideologias de gestão que tem acompanhado a introdução das inovações nos bancos.

A organização dos banqueiros e sua relação com o Estado na formulação da política nacional de informática, aparece como desdobramento importante da Reforma de 1964, à medida em que, diante de um movimento sindical fortemente organizado, é necessário obter elevado grau de consenso, e de aprovação das transformações em curso.

Essas mudanças refletem a emergência do novo bloco financeiro-bancário no poder, notadamente na década de oitenta e início dos anos noventa, promovendo as condições de realinhamento da burguesia local com relação às novas exigências da reprodução ampliada do capital.

Tentaremos dar corpo à interpretação segundo a qual, a amplamente veiculada aparência de concorrência com os setores produtivos, teve um papel decisivo na criação das condições que possibilitariam um salto e uma ruptura com o padrão industrial emergente na década de cinquenta. E, conforme analisou-se no capítulo anterior, sendo a tecnologia a materialização de uma relação social de poder, e não apenas um produto técnico, o processo dirigido pelo setor bancário, abalou profundamente as condições tradicionais de reprodução e organização das classes sociais no país.

A reação da classe trabalhadora, em contrapartida, aparece em seu caráter ambíguo, contraditório, a medida em que se depara com as condições de trabalho, de conjuntura e políticas, dadas as novas formas do fetichismo, cujas formas de enfrentamento devem ser permanentemente repensadas.

vi- Fontes e caráter da pesquisa

Enquanto elaboramos este trabalho avolumaram-se os dados em forma de teses, artigos, ensaios, e até mesmo propostas de inserção fundamentadas em pesquisas solicitadas e financiadas por sindicatos, como é o caso do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para citar alguns exemplos. São levantamentos do perfil do trabalhador, do processo de trabalho, dos elementos simbólicos constituídos no cotidiano do trabalho, das mudanças técnico-organizacionais do processo produtivo e dos aspectos ideológicos que legitimam e ocultam as relações de dominação e exploração, que conformam a realidade produtiva sob o capital.

Como fontes, para a realização deste trabalho, além da pesquisa e revisão bibliográfica, nos baseamos, em documentos das centrais sindicais, patronais e de trabalhadores; em entrevistas realizadas no período de 1989 a 1993, com altos e médios executivos, trabalhadores de retaguarda, atendimento ao público, sejam contratados ou subcontratados, trabalhadores e líderes sindicais; e em revistas e jornais de grande circulação: como Dados e Idéias, Banco Hoje, Balanço Financeiro, Informação Sindical, Veja, Exame, Isto É, Conjuntura Econômica, Administração e Serviços.

Optamos por uma pesquisa de caráter geral, que não se limitasse à uma caso específico, para que pudéssemos estabelecer comparações capazes de realçar as expressões da contradição fundamental entre os interesses do capital e dos trabalhadores.

CAPÍTULO I - Uma Conjuntura Ideológica: Elementos Para Uma Crítica de Sua Base Material

“A tecnologia revela o modo de proceder do homem para com a natureza, o processo imediato de produção de sua vida e assim elucida as condições de sua vida social e as concepções que delas decorrem”.

*Marx, O Capital (1982,
p.425).*

I.1 - Para além da perspectiva da neutralidade tecnológica

A história da automação não pode ser dissociada daquele contexto compreendido pelo período das guerras Mundiais e as décadas que lhes são imediatamente posteriores. O enorme vulto de investimentos deslocados para fins de financiamento em P&D, com fins militares, resultou no nível altíssimo de desenvolvimento das indústrias petroquímica, siderúrgicas automobilísticas, enfim, aquelas caracterizadas como sendo as de segunda geração industrial.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a emergência da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que o domínio imperialista até então exercido pela Inglaterra era deslocado para os EUA, deu-se um período de crescimento inédito na história do capitalismo, que pôde assegurar as condições ótimas de extração da mais-valia relativa.

Tomaram corpo, então, as teorias deterministas sobre a organização do trabalho ancoradas na noção de que o desenvolvimento pretensamente autônomo da tecnologia poderia determinar a evolução da organização societal. Ciência e a tecnologia ganharam o estatuto de forças que desencadeavam mutações importantes em vários níveis da sociedade. Reconheceu-se, nelas, o caráter de "força produtiva direta e decisiva", segundo Richta⁶.

Por volta dos anos setenta, as indústrias de processo discreto ganharam, da mesma forma, suportes de produção inteligentes capazes de "ordenar movimentos precisos com a matéria e uma multiplicidade de ferramentas", e capazes, acima de tudo, de integrar as fases da concepção, fabricação e gestão da produção.

Após as fases sucessivas que presenciaram a transferência para a máquina das faculdades físicas, mentais e intelectuais do trabalhador, pode-se dizer agora, que a sofisticação desta última permitiu a incorporação de faculdades sensitivas e lingüísticas, capazes de dotar os equipamentos de possibilidades de uma produção variável ⁷.

A noção mais ou menos generalizada durante os anos setenta de que a técnica materializava relações sociais determinando seu conteúdo, foi substituída, mais recentemente, na década de oitenta, pela

⁶ - Para Coriat (1976), Richta "é um dos principais teóricos das mutações capitalistas como expressões da revolução científico-tecnológica"; na obra "La Civilisation Au Carrefour", ele preconiza que o princípio automático estabelece uma nova fase, com uma nova dinâmica das forças produtivas, cujo potencial de liberação da vida do homem, deriva do caráter revolucionário da automação, que altera "os centros de gravidade da sociedade", pelas mudanças qualitativas que acarreta também nas relações sociais e humanas" (Coriat: 33). Porém, ao fazer do valor de uso uma categoria central na análise das mutações do processo produtivo, Richta acaba por elaborar um corpo de análises deterministas, assentadas na neutralidade da técnica. Uma espécie de história natural do processo de produção capitalista.

⁷ - "Hoje em dia com a microeletrônica, consegue-se adicionar inteligência aos equipamentos....Uma prensa não programada por controle numérico leva um dia inteiro para ser reprogramada; uma controlada, bastam alguns minutos, no máximo uma hora" (Tauille, In Anais do I Encontro Regional sobre "Impactos da Microeletrônica", 1987: 24).

orientação de que a organização do trabalho guarda grande autonomia com relação à tecnologia, sendo condicionada por fatores culturais, políticos e hierárquicos que modulam as relações entre capital e trabalho nas empresas (Freyssenet, 1989:2), nos diferentes ramos e setores produtivos, segundo as diversas correlações de forças em contextos nacionais.

Frente a tais perspectivas, as políticas empresariais de transferência de tecnologia passaram a reconhecer a impossibilidade da técnica ser simplesmente transplantada de um contexto social para outro, sem adaptações relativas às políticas e cultura locais. Por outro lado, as pesquisas acadêmicas, também passaram a dar maior peso à outras “variáveis” que, ao lado da tecnologia, definiriam a totalidade da situação concreta a ser analisada⁸.

A chamada *revolução informática*, designação corrente, pretensamente neutra, para a forma atual do movimento de subsunção real do trabalho ao capital, de certa maneira inaugurou a fase mais recente da organização produtiva e, desde o seu aparecimento, as possibilidades de mudança que ela comporta vão muito além do que já está se concretizando. Ela atinge relações de mercado, de trabalho, de consumo, altera modos de vida, e acima de tudo, nasce como que “casada” com a crítica ao Estado do Bem-Estar Social, ou se preferirmos, com a retomada histórica, em sua versão renovada, dos preceitos do Liberalismo e do individualismo (máximo, em oposição à idéia do Estado-Mínimo).

⁸ - A Escola da Regulação, cujos estudos pioneiros são da década de setenta, teve grande ascendência na orientação de análises sobre as mudanças que o período apresentava nas estruturas ocupacionais, de mercado, nos regimes de salariedade, e nas formas de institucionalização, assumidas pelo regime de acumulação capitalista, bem como de suas crises cíclicas. Hoje, entretanto, essas análises já se encontram suficientemente conhecidas, criticadas e, sobretudo, superadas até mesmo por alguns de seus fundadores e “partisans”. Ver a propósito, por exemplo, M. Aglietta, Boyer e Mistral, Braga Neto.

Como se pode observar, as mutações técnicas e organizacionais veiculadas pelos novos paradigmas eletro-eletrônicos são indissociáveis das profundas alterações observadas nas formas de sociabilidade e nas representações que empreendem a reorganização da produção capitalista.

Essa é a opinião de Ferraris (1990) para quem as pesquisas sobre o impacto das inovações tecnológicas baseadas na microeletrônica, deveriam preocupar-se em desmistificar o poder do determinismo tecnológico enquanto instrumento ideológico. Para tanto, ele propõe a inversão do problema: ou seja, é preciso considerar as relações sociais, políticas e institucionais mais amplas, na base dos processos de difusão das inovações, que acabaram por definir as respostas mais viáveis de contorno da crise do regime de acumulação fordista, já bastante evidente no início da década de setenta⁹.

Herdeiros de uma tradição que já não aceita a neutralidade da técnica¹⁰, entendemos que a velocidade com que os processos

⁹ Ele lembra ainda, que as bases técnicas da automação flexível já eram disponíveis desde a década de cinquenta. No entanto, o salto tecnológico "acelerado e modelado por investimentos militares custou a revelar-se como uma tecnologia manufatureira, visto que na metade dos anos setenta os controles numéricos representavam apenas 3% do parque industrial americano". Afirma também, que "os trinta anos gloriosos da expansão fordista revelam uma incrível preguiça em traduzir em inovações de grande escala resultados de científicos e tecnológicas disponíveis que o financiamento, a pressão e a direção do Departamento de Defesa dos EUA tinham produzido e continuavam a produzir sob o imperativo estatal da estratégia de potência militar" (Ferraris, 1990:12).

¹⁰ - Vakaloulis sintetiza essa abordagem, à qual nos filiamos, no seguinte argumento: "O processo de modernização não deve ser visto como transformação tecnológica da vida material e "suporte" técnico-científico da modernidade. Tal foi, efetivamente, o caso da maior parte das abordagens teóricas dos anos cinquenta, que, ao retomarem o questionamento weberiano da racionalização social como tendência dominante da modernidade, autonomizavam o processo de modernização em relação ao seu contexto histórico intrínseco. Ele designa, antes, o conjunto dos processos de mudança social que se manifestam através de um movimento irresistível, "fatal", ávido em devorar tudo o que persiste em permanecer "tradicional", indiferenciado e imobilizado. Ele se traduz pelo ímpeto irrepreensível que garante ao capital uma estrutura social orientada para a reprodução ampliada: rumo a um futuro de conquistador. Ele representa, em suma, o quadro global do tornar-se modernidade capitalista. Nesse sentido, o processo de modernização é uma tendência constante do

produtivos vêm sendo reestruturados, e impondo a lógica do mercado como justificativa de primeira mão, está atrelada aos princípios e valores presentes no reordenamento neoliberal vivido¹¹ pelos Estados Nacionais (Falabella, 1988).

Nessa direção é que entendemos as inovações tecnológicas. Guardadas as formas concretas e distintas historicamente assumidas, elas expressam, nada menos, que mais um momento da subordinação à vocação *modernizadora* do capital. Esse é o elo que nos obriga a historicizar as relações de produção e ressaltar, entre outras coisas, que as inovações tecnológicas têm potencializado uma característica fundamental da produção capitalista¹²: aquela que implica no esforço constante, permanentemente renovado de procurar retirar do trabalho material, identificado com dispêndio físico/corpóreo imediatamente aplicado sobre a matéria, a determinação central enquanto equivalência entre os produtos, enquanto sujeito produtivo e social, enquanto identidade contrária ao capital.

O movimento histórico dessa processualidade¹³ é determinado, por sua vez, pelas dimensões da resistência dos trabalhadores, pela

capitalismo, a qual sublinha o fato de que o capital reinventa constantemente seus próprios limites, os afasta, os redefine e os coloca, de novo, sobre uma escala mais ampla" (1994: 14).

¹¹ - Em "Uma Discussão Teórico-Comparativa: Análise de Experiências internacionais", (in: *Automação e Movimento Sindical no Brasil*", Editora Hucitec/Cedec/Oit/Pnud/Ipea,, São Paulo, 1988, Falabella demonstra que as discussões, em vários países, acerca da introdução das novas tecnologias, ainda que permeadas pela polêmica da neutralidade ou não da tecnologia, revela, na verdade, problemáticas outras, como por exemplo, a preocupação do capital com a crise do Estado, com a proeminência do capital especulativo, modificando as bases de valorização do capital produtivo, enfim, revelam, mais do que a circunscrição do terreno do debate sob o controle de técnicos e políticos pode querer demonstrar.

¹² - Da produção no sentido amplo, entendida como espaço produtivo, jurídico e político, que tem atualizado as formas do antagonismo entre as classes sociais.

¹³ - Processualidade definida por essas premissas básicas do capital, acima citadas, e que se estabelecem enquanto premissas naturais, como se fossem decorrência simples e automática do campo econômico e, enquanto tais, fossem do interesse de toda a sociedade. Sociedade esta, por sua vez, assimilada enquanto

tentativa constante de preservar sua subjetividade frente aos processos de valorização. Por meio de Marx, a história da tecnologia pode ser entendida sob essa perspectiva, ou seja, a dimensão do capitalismo como “história da composição da classe trabalhadora e de sua luta contra a redução da subjetividade operária à capital variável” (Lazzarato, 1993:53).

De modo que, nosso objetivo é procurar exercitar uma análise conciliada com as noções de *contradição em processo* elaborada por Marx (Manuscritos 1857-1858: 194), e a do método da tendência antagonista que, segundo Negri, livra o marxismo de qualquer objetivismo materialista. O antagonismo torna-se o motor do sistema e “a relação é aberta na medida em que se funda sobre o antagonismo” (Negri, 1979: 104).

A experiência brasileira de automação bancária, é um dos momentos desse processo e desse debate sendo constituída por dois eixos que nos parecem fundamentais: de um lado, o perfil das relações entre banqueiros e trabalhadores bancários no Brasil, levando em conta a importância que a Reforma Bancária de 1964 e o forte aparato estatal tiveram na constituição do caráter conservador das modernas relações de trabalho, neste e noutros setores; e de outro lado, o papel legitimador dessa mudança de conjuntura, integrado também pela difusão das novas tecnologias, o qual, segundo entendemos, não se restringiu a ser participante apenas do processo de consolidação do sistema financeiro internamente (entendido como especificação de uma relação social mais geral). Mas, atuou como uma das condições que possibilitaram recompor as estruturas nacionais de dominação e as supostas bases de sua hegemonia (a hegemonia do capital financeiro/bancário) na nova ordem mundial. Neste sentido, o caráter orgânico desses elementos foi

somatório de indivíduos livres e iguais, e não enquanto componentes de classes

determinantemente influenciado, mais recentemente, pela emergência do receituário neoliberal, como força pragmática das classes dominantes, após a generalização da crise como forma de esgotamento da acumulação fordista, tal como ocorreu nos países centrais.

Portanto, a fase atual requer a desconstrução da visão de mundo neoliberal, predominantemente ancorada nas próprias características do contexto mundial que viu consolidar a sua emergência enquanto força hegemônica. Ela impõe que se vá além do debate acerca da natureza da ação/prática política e econômica enquanto reflexos das concepções do mercado e do Estado, mas que se descubra, sob a natureza ideológica da concepção de homem e de ação humana, a visão de mundo da classe hegemônica que tenta universalizá-la.

1.2 - A intervenção do embate ideológico nas análises da realidade social.

Mesmo um rápido olhar sobre a literatura sociológica mais recente, poderá identificar a preocupação com as condições que fizeram germinar e garantiram a permanência dos princípios fordistas/tayloristas de gestão da produção, por mais de duas décadas no período pós segunda guerra, enquanto um momento determinado do regime de valorização do capital¹⁴.

Alguns autores, demarcaram o tripé a) esgotamento do fordismo enquanto norma de produção, b) emergência do terciário redefinindo as relações entre os setores produtivos, e c) nova concepção do consumo, enquanto fatores geradores da crise (Ferraris: 20). Outros, acertaram seu foco de análise para a classificação do que já se definia como um novo regime de acumulação: neo-fordismo, pós-fordismo, especialização flexível¹⁵.

¹⁴ - Não existe, contudo, um consenso em relação ao emprego do termo "fordismo", que tem sido designativo de várias situações: ou, como define Antunes, como "a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário massa, do operário coletivo fabril, entre outras dimensões" (1995: 17); ou, ao contrário da classificação de um período histórico que caracterizou uma forma mais ampla de organização societal caracterizada como o a burguesia industrial organizou a subsunção do modo devida e de reprodução operária à sua própria lógica/hegemonia. Seguindo essa tendência, ver, Tude de Souza, Dias, Gomes, Tosel.

¹⁵ - Harvey, Ferraris, Tude de Souza e Antunes, já citados aqui, apresentam em suas obras um quadro da evolução teórica dos conceitos e classificações adotados por vários autores e escolas, a respeito das mutações do mundo do Trabalho. Segundo Antunes, "atribui-se a Piore e Sabel um pioneirismo na apresentação da tese da "especialização flexível": esta seria uma processualidade que, tendo especialmente a "Terceira Itália" como experiência concreta, teria possibilitado o advento de uma forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento

O consenso, entretanto, parece estar agora centrado na própria relação entre a crise e os acontecimentos que afetaram o chamado “socialismo real”, demonstrando a estreita relação entre os Estados Nacionais, ou seja, o caráter globalizado das economias, e o fato de que “Ocidente e Oriente estavam curiosamente amarrados não apenas pela economia transacional, que nenhum dos dois polos podia controlar, mas pela estranha interdependência do sistema de poder da Guerra Fria” (Hobsbawm: 408). O que nos leva a defender a idéia de que a constante redefinição conceitual dos novos padrões produtivos quase sempre têm sido relacionado à novas utopias sociais¹⁶.

Desde que a quebra da “fase expansiva” foi diagnosticada, os sistemas produtivos têm sofrido reestruturações tecnológicas e organizacionais constantes. O discurso neoliberal tomou vulto de projeto global para a retomada da acumulação capitalista e vem “acomodando”, adaptando e introduzindo, nos vários contextos nacionais, as condições necessárias para a difusão de aspectos específicos, ou de conjunto da forma de acumulação flexível. Sob as evidências do nível de radicalismo dos movimentos operários, das décadas de 60 e 70, apareceram nos anos 80 algumas iniciativas concretas, sugerindo respostas patronais no campo econômico, ao mesmo tempo em que ...“o Liberalismo deixa de ser uma amável dissertação sobre as virtudes das economias de mercado, transformando-se na ponta-de-lança de um programa de reformas sem precedentes” (Boyer, 1990: 12)¹⁷.

As eleições de Margareth Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1980) na Inglaterra e nos EUA, respectivamente, marcaram a passagem da produção teórica/acadêmica neoliberal, para a condição de políticas

tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, “artesanais” (1995: 17).

¹⁶ - Sobre isso, S. Clarke, 1991.

¹⁷ - Ver também, Clarke, S.

concretas que chegavam ao poder “iniciando-se uma campanha em busca da hegemonia ideológica no mundo” (Xavier: 110).

De tal forma que a dimensão hegemônica alcançada por essa visão, é ela própria responsável pela disseminação da noção de “*crise do capital*”, assentada no argumento do esgotamento do paradigma tecnológico que viabilizou o padrão fordista¹⁸. Conseqüentemente, as propostas de reestruturação produtiva delas derivadas, têm levado a que grande parte das pesquisas enfatizem os impactos das novas tecnologias e a adoção de medidas visando obter um certo equilíbrio possível entre os agentes do mercado. Daí a necessidade de que a compreensão das mudanças ultrapasse o caráter ideológico que envolve a maioria das teses sobre as chamadas *grandes revoluções produtivas*.

Neste sentido, as questões que as mutações trazem consigo, quando levantadas a partir de uma ótica que se desvie das relações de poder presentes nas inovações tecnológicas, não passam de “meias” questões. Por exemplo, a que preconiza o advento da sociedade pós-industrial, caracterizada pelo fim das contradições entre capital e trabalho, a partir do momento em que se dá a desindustrialização, baseada na emergência das novas classes médias —arborescência do novo terciário— para o qual migraram os trabalhadores substituídos pelo trabalho morto na indústria, ou seja, pelos mecanismos automáticos.

¹⁸ Tude de Souza mostra que esse argumento, parte da concepção liberal, e representados nas análises de Piore, Sabel e Zeitlin, são caracterizados pela preocupação em marcar a ruptura da fase “flexível” com relação à fordista. “Face à fragmentação e à diversificação da demanda por bens de consumo, característicos dos mercados em transformação, os autores defendem a tese de que a especialização flexível (EF) pode fornecer as condições para superar o bloqueio de um II Divisor Industrial. Segundo os autores, a nova forma de produção artesanal seria facilmente adaptável à volatilidade da demanda com a ajuda das tecnologias programáveis, permitindo assim descentralizar a produção, atender a demanda por bens personalizados (para gostos individualizados) e revitalizar os mercados pelo desenvolvimento dos chamados nichos produtivos” (1994: 31).

Aqui trataremos de desenvolver, ao contrário disso, alguns elementos que reforcem a noção, cada vez mais respaldada pela força da “nova” realidade, de que, ao reinventar os mecanismos de controle da força de trabalho, as mutações tecnológicas recolocam também a necessidade de uma avaliação social rigorosa, distante da constatação entusiasta de que a modernização pode conduzir a sociedade à um mundo de abundância de “coisas” e de consenso e à reversão definitiva dos métodos tayloristas de organização do trabalho.

Segundo nossa compreensão do problema, se isso tem se dado, e de fato tem, é imperativo saber em que medida a introdução de alguns aspectos “críticos” ao taylorismo, como por exemplo, a recomposição de tarefas, antes decompostas em escalas ínfimas, pode ser considerada como o indício mais preciso da recomposição das relações sociais, no sentido de tornar plausível a emergência de um novo tipo de trabalhador que atenda à novas exigências, que não as do capital.

No entanto, conhecemos de antemão, as dificuldades para o exercício de uma análise não somente diferente da visão neoliberal, mas que tente, também, ensaiar alguns aspectos críticos.

Contra nossa perspectiva, vemos a consolidação das abordagens sociologizantes, economicistas ou científicistas, voltadas à classificação das “mutações técnicas” enquanto novo ramo do conhecimento, ainda carente de um método apropriado de investigação, capaz de sistematizar de maneira definitiva, um corpo de dados e diagnósticos que ofereça subsídios à tarefa de restauração da eficácia da organização capitalista da produção, abalada pelo desgaste dos modelos de organização social, política e econômica anteriores. Ou então, as abordagens que restringem sua preocupação ao âmbito das consequências nefastas decorrentes da austeridade das medidas adotadas pelos órgãos que têm controlado as economias nacionais, ou seja o FMI e o Banco Mundial, desestabilizando as economias nacionais, e gerenciando o processo de

mundialização a serviço dos interesses financeiros e comerciais transnacionais.

Algumas abordagens, ainda que críticas da nova ordem, carecem, contudo, dos conceitos de classe e de luta entre as classes sociais para analisar a dinâmica histórica das mudanças em curso, sem os quais não superam o nível fenomênico da análise, pouco contribuindo para a superação da ordem atual¹⁹.

I.2.A - Sobre a retomada das teses schumpeterianas

Do ponto de vista das ideologias de retomada do impulso produtivo durante o período em que se tomava consciência daquilo que se convencionou considerar o *esgotamento do padrão fordista* de acumulação, a recuperação das teses de Schumpeter permitiram que as possibilidades decorrentes das inovações tecnológicas fossem inseridas na concepção de que a atividade econômica é dinâmica e constrói os ajustes econômicos que, ao longo do tempo (um tempo abstrato, identificado com ciclos que fogem às periodizações históricas), caracterizam o caráter cíclico do desenvolvimento do capital. Desenvolvimento este, baseado no incremento tecnológico, e em

¹⁹ - É preciso concordar com Balibar (1996), contudo, que a banalização de algumas noções da teoria marxista contribuiu para o fortalecimento das abordagens conservadoras. Segundo suas palavras: "...a luta de classes, ao menos em "países capitalistas", retirou-se de cena, seja porque aqueles que dele se proclamam dão-se cada vez menos conta da complexidade social, seja porque, na prática da maioria dos casos e em suas configurações mais significativas da política, as classes em si mesmas, perderam sua identidade "visível". Decorre daí, que esta (a luta de classes/NT) passa a figurar como um mito. Um mito que teria sido fabricado pela teoria, e projetado sobre a história real através da ideologia das organizações (antes de mais nada pelos partidos operários) sendo, mais ou menos, completamente, "interiorizados" pelos grupos sociais heterogêneos, aos quais ele teria fornecido os meios de se fazerem reconhecer como portadores de direitos e reivindicações, em condições (históricas e sociais/NT) hoje largamente superadas. Mas se as classes não têm senão uma identidade mítica, como a luta de classes não perderia, ela própria, toda sua realidade?" (idem: 18-19). (Ver Cap.3).

melhorias significativas no que concerne ao interesse geral, capazes de romper os obstáculos ao crescimento. Elas participaram do processo de difusão da idéia geral de que a inovação "é condição para a retomada do crescimento autosustentado, capaz de gerar novas ondas de inovação e de expansão da demanda" (Boyer e Coriat, 1985).

Como ainda veremos mais a frente, onde trabalharemos criticamente algumas das representações de banqueiros e executivos do setor financeiro no Brasil das décadas de setenta e oitenta, as teorias da inovação destinadas a legitimar as medidas racionalizadoras foram inspiradas também na idéia de que, ao utilizar seus próprios recursos de capital, o empresário inovador dinamiza a economia, ativando, conseqüentemente, novos mercados, novos produtos, novas tecnologias (idem, idem)²⁰. Diante da premência da crise, essa visão encontrou forte repercussão nos meios acadêmicos e no senso comum.

Ainda que não haja homogeneidade na retomada da obra schumpeteriana, conforme asseguram Boyer e Coriat (1985), as teses desenvolvidas pelos autores que recentemente recuperaram aspectos ou a totalidade da sua obra, não se mostraram análises neutras ou descompromissadas diante das mudanças verificadas. Elas representaram uma preocupação pragmática capaz de compor, da mesma forma e ao lado dos princípios propriamente políticos do

²⁰ - Em relatório de pesquisa sobre O Impacto da Automação na Administração e Estrutura dos Bancos", da FEBRABAN, podemos ler: "Só o empresário possui a sensibilidade para os desejos da população, manifestados nos mercados, que permitirão as opções fundamentais em relação ao que produzir...O empresariado financeiro participa das decisões de produzir. Na magistral descrição de Schumpeter, são os créditos concedidos pelo sistema bancário que alimentam a inovação empresarial. E o fluxo circulatório, que absorve na rotina os recursos existentes, só é vencido por essa decisão de conceder créditos do sistema financeiro."(Febraban, 1970: 37).

Liberalismo²¹, as bases intelectuais da disseminação do *modo de acumulação flexível* no mundo (entenda-se mercado) Ocidental.

Afinal, como aponta Dias, de acordo com Gramsci, o capitalismo como qualquer tipo de ordem social, precisa criar também os seus intelectuais, pois “a simples existência das classes sociais nascidas “sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica”(1513, IO) coloca para elas a necessidade de criar para si “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (idem, idem). (Dias, 1996: 28)

Ao mesmo tempo em que se reconstituiu a ideologia do “empresário inovador”, e disseminou-se o paradigma da flexibilização, a chamada crise de paradigmas que tem influenciado as formas de conhecimento e de questionamento da realidade, tem difundido uma certa sensação de impotência frente à reestruturação permanente da realidade, o que vem afetando a possibilidade de avaliação social crítica aos imperativos que o “status quo” apresenta como desejáveis: inovação, progresso, racionalidade, produtividade, flexibilização, velocidade, individualização, lucratividade. Pela potencialização desses predicados, a modernização tecnológica aparece como a melhor e única solução, legitimando situações concretas, nas quais as relações sociais apenas são consideradas a partir da possibilidade de sua inserção necessária/obrigatória no mercado global.

²¹ Em relação às teorias políticas e à doutrina neoliberal, ver artigos: Corrêa de Moraes 1996, 1994, e de Xavier, 1996. Os autores apresentam e comentam as diversas matizes que compõem o pensamento neoliberal, formado pela participação de autores como Von Hayek, e das Escolas de Chicago, Virgínia, por exemplo.

1.2.B - A respeito do modelo japonês

Outro exemplo a esse respeito é a obra de Coriat²², na qual são analisados comparativamente, os princípios do taylorismo/fordismo e os métodos de produção da indústria japonesa, sistematizados por Ohno e outros teóricos²³. Para esse autor, eles fazem emergir "um novo discurso sobre o método, abrindo a era das organizações pós-tayloristas" (1994: 10). Ao pretender mostrar que essas descobertas devem ser analisadas como um conjunto de inovações organizacionais "cuja importância e alcance é em tudo comparável às que foram em seu tempo introduzidas por Taylor e Ford" (idem: 11), Coriat, coloca-nos, no entanto, mais problemas do que pode, efetivamente, resolver.

Para ele, as premissas do método japonês difundiram-se amplamente em toda a parte onde há produção capitalista, evidenciando a emergência de "uma nova fase do capitalismo caracterizado pelo crescimento da concorrência e pela diferenciação e pela qualidade" (idem:164), sustentados em dois pilares:" 1) a produção just in time, 2) e a autoativação da produção." (idem:29)

Essa constatação parece responder aos principais questionamentos presentes em algumas linhas de pesquisa da Sociologia do Trabalho nas décadas passadas. Foram inúmeros os estudos atentos à especificidades das formas concretas de

²² - Benjamim Coriat> "Pensar pelo Avesso: o modelo japonês de trabalho e organização". Tradução de Emerson S. da Silva. RJ: Revan: UFRJ, 1994

²³ - Diz Coriat: "De início, trata-se ao contrário, do "inverso" do sistema concebido algumas décadas anteriores no nordeste americano pelos ilustres predecessores que são, para Ohno, Taylor e Ford. Allás, a continuidade como a diferença em relação aos predecessores norte-americanos é explicitamente pensada por Ohno, por exemplo, quando ele caracteriza o método norte-americano..."como o método de redução de custos para a produção de carros em quantidades constantemente crescentes e numa variedade cada vez mais restrita de modelos..." para opor-lhe termo a termo o método desenvolvido em Toyota que consiste em"... fabricar a bom preço pequenas séries de numerosos modelos diferentes..."(pp. 14-15)" (Coriat, 1994: 31).

reorganização do trabalho que surgiam como tentativas de se contornar o agravamento da crise. Grande destaque sendo dado aos casos da Suécia, da Itália e do Japão.

Para aqueles que desistiram de entender o capitalismo como um modo de produção da opressão, o caso japonês sobressaiu-se, nesses esforços, como um exemplo de que a tecnologia não determinava necessariamente as formas de organização e gestão da produção. Ele parecia o mais propício à indicar a germinação de uma alternativa historicamente superior, mais equilibrada, do que o fordismo, pelo fato de englobar aspectos relacionais mais amplos, como: o modelo de relações industriais baseado no emprego vitalício, no sindicalismo por empresa, e na promoção por tempo de serviço; as relações entre empresas, responsáveis por uma relação comprometida entre fornecedores e clientes; a ênfase no trabalho em grupo, por oposição à concepção taylorista de postos de trabalho. Essa concepção está associada à conceitos como polivalência, rodízio de funções e, acima de tudo, forte participação nas decisões sobre inovações tecnológicas e organizacionais²⁴.

Estes aspectos demonstraram que a alternativa japonesa foi construída em condições sócio-organizacionais" diferenciadas, mais do que propriamente em nova base tecnológica" (Cesit, 1991). O determinismo tecnológico foi substituído, assim, por um novo determinismo, baseado na premissa de que o grau de organização social, variando de país para país, pode determinar o nível de amadurecimento do novo regime de acumulação. Transferiu-se a responsabilidade pelo sucesso dos níveis de acumulação e de regulação do capitalismo, para o grau de qualificação/capacidade de articulação técnica e política necessárias para a composição das novas alianças

²⁴ - Dados extraídos da obra de Coriat (op. cit.), e dos cadernos do Cesit (idem)

entre o(s) Estado(s), as empresas e os sindicatos onde as mudanças possam ocorrer²⁵.

Dessa forma o secular debate a respeito das possibilidades de se alcançar uma aliança entre o Capital e o Trabalho, chega ao seu auge. Através dele, tenta-se atingir um nível de consenso por meio daquela velha racionalidade, cuja pretensão é a diluição da visibilidade da materialidade pungente do capitalismo e das classes sociais. Opera-se assim, sob nova feição, um novo momento do processo contínuo de desconstrução da realidade social sob o capitalismo.

Mas, voltando à Coriat (1993), quando afirma, sintetizando uma perspectiva comum em várias correntes, que "no pensar japonês, o questionamento da divisão do trabalho pela construção sistemática de uma flexibilização interna, aparece como em harmonia com algumas necessidades e demandas sociais que não cessaram de se manifestar há uns vinte anos nas empresas. E...se as novas práticas organizacionais conseguem afirmar-se no respeito e no esforço de regulação pelo contrato, é toda a democracia nas relações de trabalho que pode ser fundada sobre bases renovadas. Bases estas tão sólidas e dinâmicas que dariam lugar tanto à equidade quanto à eficácia econômica." (idem:164 a 165), fica para nós a impressão de uma contradição inerente ao corpo de preocupações que ele sistematiza em seu livro.

Ora, se o caso japonês é fundamentado num conjunto de relações sociais —mas basicamente entre firmas— que caracterizam uma sociedade onde a exclusão do trabalho feminino, o trabalho temporário e

²⁵ - Conforme Lefebvre (1994) ressalta, o debate sobre o processo de mundialização da economia neste final de século, é profundamente marcado pelo abandono da crítica ao capitalismo enquanto um sistema dinâmico, e esse abandono mesmo, é responsável pelos próprios termos pelos quais se processa a mundialização. Assim, ela se preocupa em ressaltar o caráter ambíguo, ideológico, das discussões acerca da transferibilidade das técnicas gerenciais dos países asiáticos para a Europa, já que os moldes desta última aparecem como um "guia" humanista, em contraposição à "barbárie" do capitalismo dos primeiros.

a quebra da autonomia das organizações sindicais garantem a eficácia do "sistema", cabe indagar, se não é equivocada, ou ideológica, a discussão acerca da transferibilidade dos métodos japoneses à outros contextos produtivos, principalmente com "dificuldades estruturais" que pretendem conquistar a sua inserção competitiva no mercado mundial.

Trata-se de envolver a emergência do modelo de empresa japonesa e ao debate de sua "transferibilidade", na problemática da mundialização do modo de produção capitalista, do que apenas à aquela que limita à mudança dos paradigmas de gestão. (Lefebvre, 1994). As bases da reprodução ampliada do capital, concentram-se doravante, não mais apenas no aspecto produtivo, entendido como processo de trabalho e as formas de sua racionalização que marcaram o período do compromisso fordista e da transnacionalização da produção, propriamente dita. Elas se mantêm, sobretudo, nos mecanismos de mundialização, comandada pela reorganização tecnológica mais recente, de tal forma que a premência desta última, vêm caracterizando o que Lefebvre chama de necessidade de difusão dos saberes tecnológicos em escala mundial (idem).

O Japão tem sido o portador da idéia de "tecnoglobalismo", em oposição à de "tecnonacionalismo", preocupação-chave, agora, no que se refere à redefinição das normas políticas da difusão do saber e à propriedade industrial, ou seja, à transferência da tecnologia, marcando internacionalmente, uma atitude que vem definindo o esforço para a abertura em nome "do crescimento industrial equilibrado" (idem: 45).

Assim, ainda que se possa perceber convictamente que "as regras básicas do modo de produção capitalista continuam a aparecer como forças plasmados invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico" (Harvey, 1973: 117), é evidente que se consolida uma ordem mundial, menos "nova" do que se propõe, mas que confirma a consolidação

recente da vocação universalizante do capitalismo, para a qual, os paradigmas japoneses cumprem participar da coordenação das relações produtivas. Estas, destinadas a homogeneizar os padrões, as condições da internacionalização dos próprios projetos de produção capitalistas, no momento mesmo em que se efetua a mundialização das bases da valorização comandada, notadamente, pelas novas tecnologias de fabricação, pela liberalização da economia com a redefinição das regras da concorrência internacional, e pela imposição das normas culturais vigentes no período fordista diante da radicalização do processo de modernização que a fase flexível acarreta.

I.2.C - As formas de domesticação da força de trabalho e os imperativos da luta de classes

O desenvolvimento de métodos voltados à desqualificação e domesticação da força de trabalho sempre encontrou resistência no plano interno e externo à empresa. Da mesma forma, a íntima relação entre os fundamentos das tendências de organização e gestão do trabalho e as relações institucionais mais amplas, reflete o embate entre as necessidades do capital e o nível de consciência dos trabalhadores a ser passivizada.

É preciso ressaltar, igualmente, que da mesma maneira que a tendência histórica de acumulação do capital baseada na grande indústria desenvolvida no século XIX, encontrou em Ford e Taylor, no início do século XX, as ferramentas conceituais de uma racionalidade produtiva baseada na intensificação e expropriação do trabalho enraizado em grandes unidades de produção, voltada para uma economia de larga escala, e na imposição dos tempos e movimentos e,

naturalmente, para a domesticação do trabalho, assim também, as inovações tecnológicas recentes, apontadas por muitos autores como de carácter revolucionário, encontram, enfim, seus próprios sistematizadores.

Neste século, e do ponto de vista patronal, um dos primeiros sinais de oposição aos excessos da concepção taylorista, apareceu na década de trinta, com Mayo, para quem, a rigidez taylorista, por sustentar-se na subjugação das capacidades humanas de criação ou percepção, estava se tornando anacrônica e fabricando o seu contrário. Ou seja, a opressão. O taylorismo estava comprometendo, mais que aumentando o rendimento dos trabalhadores.

Extremamente preocupado em contornar os conflitos e criar condições para que as relações de trabalho não se “desviassem” do seu curso orientado pela e para a valorização do capital, suas pesquisas tentaram mostrar que o tecnicismo absoluto não poderia responder aos objetivos da empresa. Para ele, a elevação dos níveis de produtividade dependeria diretamente do grau de satisfação dos trabalhadores com o ambiente e as condições de trabalho. Além disso, a empresa só teria a lucrar com a valorização dos aspectos informais das relações de trabalho. “A atitude do empregado em face de seu trabalho, e a natureza do grupo do qual ele participa são fatores decisivos da produtividade para Mayo” (Tragtemberg: 81).

Embora se vivesse um período em que o apelo à democracia fosse a tônica dos discursos políticos, principalmente nos EUA, Mayo tinha uma concepção bastante conservadora no que se referia à questão da representatividade. “Para Elton Mayo a cooperação dos operários reside na aceitação das diretrizes da administração, representando uma escamoteação das situações de conflito industrial. Nesse sentido, ele continua a linha clássica taylorista; este acentuava o papel da contenção direta, aquele o substitui pela manipulação” (idem: 82)

Dessa forma, sob o movimento das Relações Humanas, ou sob a concepção funcionalista da organização, o taylorismo aperfeiçoou-se e lançou mão das ciências do homem como técnicas de adequação do trabalhador aos objetivos da empresa. Desenvolveram-se a Sociologia e a Psicologia Industriais²⁶, acumularam-se os testes de produtividade baseados em variáveis físicas, ambientais, ou outras que pudessem afetar o rendimento, e as empresas adotaram seus organogramas em função do chamado espírito de "cooperação". A chamada Escola Clássica cedeu espaço à Escola das Relações Humanas. O caminho do "falso participacionismo" substituiu o viés autoritário (Tragtemberg, idem)

As sociedades por ações viabilizaram as condições históricas para as tentativas de coopção participativa. O capital então "proclama os benefícios da livre empresa, enfatizando o interesse dos trabalhadores pela empresa onde trabalham e sua gratificação pelo maior número de ações" (idem: 85).

Já do ponto de vista da reação operária aos resultados nefastos decorrentes da difusão da Administração Científica em aperfeiçoamento por Taylor e Ford aos trabalhadores de ofício, pode-se afirmar, segundo Braverman, que nas primeiras décadas deste século, ela se baseava na crítica aos efeitos centrais da reestruturação em andamento. Ou seja, na convicção de que as inovações eram nada mais que um "esforço essencial para destituir os trabalhadores do conhecimento do ofício, do controle autônomo, e imposição a eles de um processo de trabalho cerebral no qual sua função é a de parafusos e alavancas" (1980: 121).

Consciente do poder das ideologias operárias e da consistência de sua ação com vistas a romper os elos da cadeia social produtiva

²⁶ - "A premissa da Psicologia Industrial era que, utilizando os testes de atitudes, era possível determinar com antecipação a adaptabilidade dos trabalhadores a vários empregos, pela classificação deles de acordo com graus de "inteligência", "habilidade manual", "propensão a acidentes", e adaptação geral ao "perfil" desejado pela gerência. (Braverman, 1980: 128).

capitalista, Taylor entendia que as formas de associação ou coligação operárias deveriam desaparecer do sistema industrial. Em primeiro lugar, porque no tocante à gestão do processo de trabalho, o assalariado apenas tinha por obrigação seguir as especificações técnicas de seu supervisor, que por sua vez, eram definidas pelos departamentos de concepção. Atendia-se assim, às especificações técnicas que correspondiam à reconfiguração das relações hierárquicas na empresa, com vistas a permitir uma verdadeira *militarização* das relações de trabalho.

Em segundo lugar, porque as associações operárias mantinham-se em sua maior vitalidade enquanto grupos de resistência. Logo, os golpes deveriam ser letais. É que as primeiras décadas do século vinte chegaram acompanhadas da efervescência operária prestes a consolidar o socialismo à nível mundial. A Revolução Russa de 1917, transformou essa suposta utopia, numa via histórica possível. Ou, quase inevitável. Ou, no mínimo, como bem comenta Dias (1995), responsável pelo "pânico" que tomou conta da burguesia mundial.

Mayo, nos EUA da década de trinta, extremamente beneficiados pelo massacre às organizações operárias que o clima de guerras produzia na Europa, já entendia por sua vez, que os movimentos dos trabalhadores poderiam sobreviver, desde que através das entidades cooperativas, de "reuniões de amigos, alianças e reuniões circunstanciais, sindicatos e comissões" (Rolle: 1978: 58).

Porém, meio século de lutas fez o taylorismo perder a primazia enquanto forma científica de representação do capital (Lazzarato, 1992). As condições da produção modificadas pelas lutas operárias desde os anos sessenta desafiaram a autoridade capitalista a "reconhecer a autonomia e a liberdade de trabalho como únicas formas possíveis de cooperação e coordenação produtivas e a necessidade (de vida ou de

morte para o capitalista) de não “redistribuir” o poder que a nova qualidade de trabalho implica” (Lazzarato, 1992).

Com a transformação do trabalho em atividade de vigilância dos sistemas automatizados e subordinada ao fluxo ininterrupto da comunicação, as bases da domesticação do trabalhador, ainda que absorvidas as reivindicações por autonomia, têm sido repostas a partir das possibilidades presentes nos seus conteúdos individuais e psicológicos disponíveis para transformar o trabalho numa atividade que impulse e dê inteligibilidade aos sistemas comunicacionais e automatizados (Lazzarato, 1992).

O comando capitalista da produção, prerrogativa natural dada a necessidade de reproduzir as condições da valorização, encontrou nas normas comunicacionais a possibilidade de produzir as relações de subordinação transformadas agora, no próprio conteúdo do trabalho, dado o desenvolvimento das forças produtivas. Ele se define, então, pela capacidade de ativar as hierarquias da sociedade capitalista, acionar e um sistema cada vez mais integrado pelos fluxos financeiros e de mercado.

De forma que, tornando-se mais um elo na cadeia informacional, o trabalho nas grandes empresas desafia a cooperação produtiva a desenvolver mecanismos que encarcerem as ideologias participacionistas ao âmbito da reprodução das relações técnicas e hierárquicas que delimitem o campo subjetivo aos interesses do capital.

I.3 - A racionalidade emergente da produção no capitalismo

Mas, como se dá esse movimento? A condição de processo social é responsável pela presença constitutiva na órbita da produção, de um

corpo de justificativas apresentadas sob a forma de teorizações, análises, prescrições e projeções, cuja finalidade é organizar as relações hierárquicas de poder que estão na base das atividades técnicas. Elas fazem parte das formas de controle que o capital necessita exercer sobre o processo real de trabalho²⁷.

Como se sabe, “a valorização é um processo específico do capitalismo”. De forma que o processo de trabalho vai reunir em seu interior, os meios de produção e os trabalhadores despossuídos de seus instrumentos de trabalho durante o avanço do desenvolvimento capitalista das forças produtivas, exatamente com a finalidade de atingir o objetivo de “maximizar a produção e eliminar todos os outros objetivos potencialmente conflitantes” (Brighton Labor Process Group, 1976: 4).

No processo de trabalho sob o capital, “a separação formal do trabalho em relação aos meios de produção é cancelada na realidade pela forma material do processo de trabalho, no qual, trabalho, materiais e investimentos se combinam. O capital precisa ter controle sobre a forma dessa “combinação”, porque, quaisquer que sejam os instrumentos e os materiais, existe sempre mais de um modo de efetivar a “combinação” e existe sempre a possibilidade do processo ser condicionado por outro objetivo que não o da valorização” (idem: 4), ou por uma forma de ordenação e distribuição dos recursos resultantes da produção baseada na divisão capitalista do trabalho, que não aquela definida pelo mercado, ou pela concepção dominante do mercado, segundo os que controlam a produção (Corrêa de Moraes, 1994)²⁸.

²⁷ - Pois, “...os valores de uso que entram no processo de trabalho cindem-se em dois elementos antitéticos e rigorosamente distintos no plano conceptual... por um lado, os meios de produção objetivos, as condições objetivas da produção; por outro, a capacidade operária de produção, a força de trabalho que, ao manifestar-se, se orienta para um fim, a condição subjetiva do trabalho”(Marx, 1985: 44)

²⁸ Pensando assim, Hayek “pretende tomar como dado - e com isso alojar no campo do eterno, “evidente” e “natural” - aquilo que na análise marxista é uma forma histórica de produção: a sociedade burguesa, essa imensa coleção de mercadorias

E, para os liberais, o mercado assume a característica de sintetizar uma certa perspectiva da ação humana, baseada na escala de valores que indica seus rumos e qualidade. Assim, "o mercado, única possibilidade de coordenação, é apresentado como o mecanismo capaz de, por si só, colocar em ordem todo o sistema social dando-lhe sentido e significação. O mercado é o ponto de partida para onde convergem e de onde se irradiam as atividades dos indivíduos. O mercado é entendido como um processo movimentado pela interação das ações individuais num sistema social baseado na divisão do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção. No entanto, as ações de cada um satisfazendo tanto as suas próprias necessidades como às necessidades dos outros, é o princípio da mão invisível" (Xavier: 113).

Como uma das expressões da necessidade de controle, de coerção, de direção, surgem os elementos ideológicos que, ao se constituírem em verdadeiras visões de mundo, assumem importância crucial na reprodução das condições de valorização do capital. E, nesse processo, a tecnologia sob o capital, assume uma característica que a distancia muito da neutralidade, como querem os economistas vulgares.

Em determinados momentos históricos, a maior visibilidade da dimensão ideológica das teorias de organização e gestão obriga-nos à analisá-las em seu caráter diretivo; elas surgem como propostas de reestruturação baseadas naquilo que muitos autores chamam de revolução dos paradigmas dos processos produtivos, mas seus efeitos não se esgotam nos aspectos que envolvem o processo de trabalho. Ela, na verdade, como condensa Dias, "incorpora, no solo da materialidade, o que há de fundamental na política: é a condensação das contradições classistas buscando dar-lhe sentido e direção, ou seja, "solução". Ela implementa o projeto hegemônico na sociedade, como política e não

onde os homens equiparam, através da troca, seus diferentes trabalhos enquanto

como técnica. O relacionamento trabalhador-tecnologia é, portanto, uma mediação entre poderes em uma dada sociedade" (idem, 1995: 6).

Assim, as condições de reprodução dos elementos subjetivos da produção são permeadas, em cada unidade produtiva que compõe a ordem geral, por argumentos baseados na crença de que a modernização pode ser portadora de uma *sociabilidade harmoniosa* concebida como produto relações sociais entre iguais, entre indivíduos, cujos lugares diferentes ocupados na sociedade, expressam uma hierarquia isenta dos predicados e do poder decorrentes da cisão entre produtores e proprietários. Ela deve ser conquistada a qualquer custo, seus impactos são "*menores*" se comparados aos "*benefícios*" resultantes da acumulação. Conseqüentemente, cada mercado deve entrar, sob qualquer condição, na "corrida" pela modernização, atendendo uma regra geral.

Como se pode depreender, a modernização tecnológica aplicada aos processos produtivos vem remodelando as bases propriamente econômicas da reestruturação societal amparada na política e na doutrina neoliberais, e tem sido um dos mecanismos mais poderosos disponíveis ao embate entre as ideologias em confronto nos últimos anos. O discurso da modernização combinou-se, portanto, nesse período da reestruturação produtiva, com as próprias possibilidades das quais a visão que o liberalismo tem do mercado se faz portadora: de justiça liberdade e riqueza (Corrêa de Moraes, 1994). Estas últimas, resultados de uma certa racionalidade assentada na descentralização das atitudes dos indivíduos, instituições e práticas produtivas, coordenadas antes pelas regras emergentes das práticas e padrões culturais, do que propriamente pelas regras subjacentes à um planejamento centralizador,

trabalho humano em geral - "não sabem mas o fazem" (Corrêa de Moraes: 9).

identificado, por sua vez, com o embrião do autoritarismo e dos regimes ditatoriais²⁹.

No entanto, essa visão e expectativa da modernização e da tecnologia tampouco está ausente nos argumentos e sistematizações que compõem as “ciências da administração” nos marcos da gestão da nova ordem produtiva, assim como em toda uma visão de sociedade que ela necessita para manter uma certa estabilidade, quanto estava na indústria e no tipo de sociedade que emergem ainda nas fases iniciais de consolidação da produção capitalista.

1.4 - Da regulação estatal...

Entre 1945 e os anos 70, pode-se observar um grande nível de difusão daqueles mecanismos já observados por Gramsci nos EUA das primeiras décadas do século vinte³⁰.

O ano de 1914 caracterizou-se como um marco na história das transformações do processo de trabalho com vistas a acomodar e, ao mesmo tempo permitir o incremento das condições necessárias para a fase monopolista da organização social da produção. Ford deu um passo muito importante rumo a sofisticação da gestão da produção fabril, ao introduzir o “dia de trabalho de cinco dólares” para os operários da

²⁹ - De acordo com Corrêa Moraes (1996), a crença é de que ...“Na sociedade de proprietários livres, as escalas de preferências dos consumidores iriam configurar a sociedade como um acordo espontâneo das vontades, elas também livres. O desejo de planificação global, irrealizável, por supor um conhecimento pleno e centralizado, é também classificado como nocivo, porque, no rastro de suas impossibilidade, produziria ditadores estatais, homens, que, pensando poder alcançar todo o bem, fomentariam o soberano mal. Sonhando o paraíso, preparam, na verdade, o caminho da servidão” (idem: 8).

³⁰ - “Americanismo e Fordismo”, in: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, 1968

produção automática de automóveis (em Michigan, EUA), que já contava com a esteira de montagem. Modificações fundamentais somaram-se à racionalização taylorista.

A produção industrial sob o capitalismo conseguiu, mais uma vez, superar as limitações técnicas, organizacionais e políticas que obstaculizavam os projetos da burguesia. Podemos condensar nos seguintes, os aspectos técnicos dos avanços de então: a) fixação do trabalhador num posto para que seus movimentos fossem submetidos ao tempo imposto pelo ritmo do equipamento; b) mais um momento do processo de desqualificação do trabalho, através da transferência de funções do trabalho vivo, para os novos mecanismos que, de forma coordenada, já podiam fazer circular as peças, ferramentas e materiais (Palloix, 19 : 89).

Porém, Ford tornou-se responsável também, pela criação e difusão de uma série de elementos ideológicos - puritanos e religiosos - no sentido de domesticar a força de trabalho que deram ao controle sobre o trabalhador uma conotação ainda mais cruel. Com ele, o lazer, a família, o consumo a religião, enfim, o tempo que o trabalhador podia ainda empregar onde e como bem entendesse, passou também a ser regado pelo falso moralismo dos capitães da burguesia industrial. A vida privada dos trabalhadores passou a ser alvo permanente da vigilância do sistema industrial, que, em troca, prometia acesso aos produtos industriais³¹.

³¹ - Lembremos as análises de Gramsci: "As iniciativas puritanas só tem o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psico-físico que impeça o colapso do trabalhador, premido pelo novo método de produção ... O industrial americano preocupa-se em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, da sua eficiência nervosa; é do seu interesse ter um quadro de trabalhadores estável, um conjunto permanentemente afinado, porque também o complexo humano de uma empresa é uma máquina que não deve ser desmontada com freqüência e ter suas peças renovadas constantemente sem perdas ingentes" (1968: 307/308).

A reestruturação produtiva nessa fase foi acompanhada por uma série de reformas sociais, que “atingiram o conjunto da vida nacional”, e determinaram a construção de um novo tipo humano. O velho individualismo econômico, ensina Gramsci (1968), precisava ser substituído por uma economia programática, na qual os interesses da classe operária fossem diluídos em nome dos interesses gerais da produção. Era preciso que os grupos de resistência se transformassem “em grupos de repartição e negociação, tonando-se dessa forma, em um novo sustentáculo da reorganização social” (Tude de Souza, 1992: 17).

O fato é que o término da guerra trouxe a necessidade de reconstrução dos países devastados; “a conseqüente mobilização da época da guerra também implicou necessidade de planejamento em larga escala, bem como uma completa racionalização do processo de trabalho, apesar da resistência do trabalhador à produção em linha de montagem e dos temores capitalistas do controle centralizado. Era difícil, para capitalistas e trabalhadores, recusar racionalizações que melhorassem a eficiência numa época de total esforço de guerra” (Harvey, 1993: 123). Sendo assim, enquanto a expansão dos mercados permitiu o amplo escoamento de dinheiro e de produtos, as corporações multiplicaram suas gigantescas unidades produtivas, em contextos atrativos que podiam oferecer vantagens comparativas, como o baixo valor da força de trabalho ou da matéria-prima.

Os centros gravitacionais da economia e da política mundial, sofreram pesados e negativos efeitos decorrentes das duas guerras. Ao serem transferidos para os Estados Unidos, permitiram que, desde as duas primeiras décadas deste século, a sociedade americana mostrasse uma forma de desenvolvimento econômico baseado na racionalidade da regulação do mercado, através de um certo equilíbrio entre as esferas do consumo e da produção, capaz de sustentar a produção em larga escala.

As perspectivas de realinhamento buscadas pela produção industrial já apresentaram os primeiros sinais de que a hegemonia europeia iria realmente perder espaço diante da via original de mediação dos conflitos, inerentes ao modo de produção capitalista, encontrada pelos norte-americanos.

Contudo, segundo Harvey, os obstáculos à acomodação do fordismo na Europa só foram removidos depois do que ele chama de "revolução das relações de classe", iniciada nos anos trinta. A emergência das condições de barganha entre corporações e sindicatos mais propícias à difusão do fordismo só aconteceu depois da segunda guerra mundial³². Ele ressalta a grande resistência imposta pelos trabalhadores à um tipo de trabalho altamente rotinizado e que, sustentado numa rígida estrutura hierárquica, dissipava as possibilidades concretas de controle sobre a produção, que ainda restava ao operário qualificado.

À medida em que se vivia um aprofundamento dos antagonismos sociais, o horizonte histórico possível acenava para uma saída que conciliasse as exigências da escala ampliada da acumulação com o tipo de propostas preconizadas pelo operariado fordista. Assim, num ambiente marcado pelas guerras mundiais e, definitivamente dividido pela cisão capitalismo versus comunismo - que orientou posteriormente o período da guerra fria - os contextos nacionais estiveram, de uma forma

³² - "O americanismo, na sua forma mais acabada, exige uma condição preliminar, da qual os americanos que trataram destes problemas jamais se ocuparam, pois na América ela existe "naturalmente": esta condição pode ser denominada "uma composição demográfica racional" e consiste no fato de que não existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo da produção, isto é, classes totalmente parasitária. A "tradição", a "civilização" europeia, ao contrário, caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela "riqueza" e a complexidade da história passada, que deixou um punhado de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade agrícola, do comércio de rapina e do exército inicialmente profissional, depois de conscritos, mais ainda profissional na sua oficialidade" (Gramsci: 377).

ou de outra, integrados num ciclo de crescimento econômico que pretendia socializar e integrar as classes subalternas, com vistas a compor as bases de sustentação da hegemonia dos grupos industriais emergentes.

Desse modo, o capitalismo atingiu uma configuração extremamente complexa neste século, amparado por toda uma engrenagem que sustentou socialmente o sistema produtivo, da esfera da produção, à da comunicação, do controle, da concepção e do consumo. Conjugando a produção padronizada ao Estado planejador e assistencial³³ e, acima de tudo, procurando manter o movimento sindical sob a tutela de um jogo previsível de negociações, essa fase parecia propícia a que as relações sociais caminhassem em direção ao consenso³⁴.

De acordo com Harvey (1993) "a derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediata, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo" (idem: 123).

Ao mesmo tempo, emergindo no cenário mundial do pós-guerra como forma de governo dominante na Europa, a social-democracia, irmã do liberalismo norte-americano, permitiu o realinhamento das forças políticas e garantiu a revitalização das relações de produção capitalistas na Europa. É preciso que se diga ainda, que a campanha mundial contra

³³ - É importante acrescentarmos à idéia de que, no fordismo, o Estado se caracteriza pela sua dimensão de "protetor" dos aspectos mais frágeis da cadeia social-produtiva, a noção de que, ele é fruto e ao mesmo tempo condição necessária para a consolidação da concentração do capital. Nesse sentido, "o Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança através de meios próprios, como "sociedade civil", através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio" (Gramsci: 388) Essa distinção é fundamental, pois já deixa entrever o caráter ideológico da discussão entre monetarismo versus keynesianismo.

³⁴ - "A americanização exige um determinado tipo de ambiente, uma determinada estrutura social, e um determinado tipo de Estado" (Gramsci: 388).

o “perigo vermelho” selou o compromisso do capital internacional com vistas a erguer um império democrático, construído pelas alianças internas entre sindicatos, empresas e Estado.

No mundo “socialista”, por sua vez, a produção industrial também pulsava vigorosa. Mas, o economicismo dogmático tornou-se responsável pela adoção de uma via incapaz de conciliar a democracia aos interesses da classe operária. O regime do Leste “interditou a chance histórica de socialização das forças produtivas” (Dias, 1995); lá, os cronômetros tayloristas, a tirania dos “agitadores” e a ascensão da burguesia estatal, garantiram que os “inimigos” se iguallassem em sua materialidade.

De 1945 a 1973, o fordismo atingiu, então, a “maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra” (Harvey, 1993: 125). Maturidade, então alcançada, pelo fato de que nesse período o mundo capitalista conseguiu forjar a forma de regulação capaz de estabilizar as relações econômicas, ávidas por mercados, por reconstrução (esforço pós-guerra) e por um certo equilíbrio, dada a tensão existente entre capital monopolista, sindicatos organizados, e os Estados Nacionais (Harvey: 1993). As transformações do cenário político dos anos trinta, trazendo basicamente à tona a classe operária enquanto “sujeito econômico recebendo e gastando rendas monetárias que devem permitir-lhe a reconstituição enquanto classe” (idem, 1977:124), e os gastos públicos decorrentes da reconstrução do período posterior à Primeira Guerra, são alguns dos elementos que conformam uma nova prática de gestão da moeda. A ininterrupta circulação monetária, torna-se necessária para atender as pressões da força de trabalho, cujas

respostas foram materializadas sob a forma de crédito, investimentos públicos e benefícios sociais³⁵.

Dadas, então as condições para a afirmação da proposta keynesiana³⁶, ela balizou os termos do comprometimento, entre os agentes sociais, necessário à expansão econômica³⁷ (idem, idem). De modo que coube ao chamado “Estado do Bem-Estar-Social” (Welfare State) mediar e integrar as relações de poder institucionais necessárias à uma forma de acumulação baseada na integração do consumo à produção em larga escala, nas organizações de massa, e na homogeneidade dos mercados.

O Estado tornou-se, então, o lugar privilegiado onde eclodiam, para onde convergiam os conflitos sociais, bem como o próprio gestor das contradições sociais e político-ideológicas. Disso decorrendo seu esforço, observado nos chamados “*trinta anos gloriosos*” de tentar represar e canalizar as forças sociais, a partir de medidas de regulação,

³⁵ - De acordo com S. de Brunhoff: “As mudanças que afetam o financiamento e a moeda acompanharam as que afetaram a força de trabalho... A moeda de crédito desempenha o papel principal como poder de compra que circula. Do mesmo modo que o laço entre valor da força de trabalho e salário direto “monetizador” deste valor se afrouxa, assim, também, a relação entre créditos e moeda de regulamentação se distende, o que a prática do curso forçado exprime. A preservação dos circuitos da moeda bancária passa no centro do dispositivo da gestão estatal da moeda. O seguro dos depósitos em bancos pelo Estado foi instaurado, nos Estados Unidos, nos anos 1930, ao mesmo tempo em que o primeiro sistema de seguros sociais (idem: 1977: 124, 125).

³⁶ - Keynes destacou-se entre os economistas atentos aos malefícios do desemprego em massa do período da Grande Depressão. Suas propostas segundo as quais o Estado deveria promover uma política de “pleno emprego”, encontraram enorme repercussão junto às medidas de superação da crise econômica no período entre guerras. A proteção ao emprego, os seguros previdenciários, os subsídios aos produtos agrícolas e os pesados investimentos em infra-estrutura, compuseram uma saída, a qual, no entanto, como afirma Hobsbawm, esteve presente em bem poucos países capitalistas industriais, se pensada como conjunto de todas essas medidas. Deve-se considerar, entretanto, que não foi pequena a importância política e ideológica da emergência de um Estado acima dos conflitos entre as classes sociais, num contexto mundial, baseado na ascensão dos regimes centralizados, tanto à direita quanto à esquerda (Ver Hobsbawm, *Era dos Extremos*, 1995).

³⁷ - O keynesianismo priorizou as políticas financeiras como medidas de financiamento, de regulação e impulso da atividade econômica.

com vistas a perenizar o suposto equilíbrio obtido entre as classes antagonistas.

Técnica de passivização e dominação, o Welfare State alicerçou as hierarquias sociais constitutivas da forma de produção então dominante - ou seja, aquela que se baseou sobretudo na exploração da mais-valia relativa e na exploração intensiva do trabalho vivo e fundada nos métodos racionais da grande indústria fordista e taylorizada, bem como na difusão da idéia de "integração entre produção e consumo" (Lazzarato, 1993).

I.4.A - ...aos sinais da crise.

O Estado providência enfrentou sua grande crise, contudo, ainda na década de sessenta, sob o peso das críticas generalizadas ao caráter corporativo de seu aparato. A despeito da aparente homogeneidade nas formas de organização do mercado mundial, os sinais de insatisfação sempre foram visíveis em se tratando de um regime de acumulação assentado na hierarquização salarial produzida pela segregação do trabalho do negro, da mulher, daqueles com mais de quarenta e cinco anos, por exemplo.

A dinâmica da divisão internacional do trabalho, sempre apontou, também, a tensão existente entre as aspirações pelo direito à inserção no mercado mundial e as possibilidades concretas, que sob o comando da industrialização em grande escala, impunham condições que não raras vezes, significavam a exclusão e o empobrecimento.

A insatisfação com as condições implantadas nos países recém-industrializados conferiu papel importante às classes trabalhadoras e aos movimentos sociais locais. Além disso, a ascensão e relativo sucesso, do ponto de vista da acumulação do capital propriamente dito,

das classes sociais dominantes internas, criou uma “consciência nacional” capaz de impor condições na órbita financeira internacional. Esta, por sua vez, gerou outro viés crítico que se somou à crise de produtividade decorrente da imposição dos padrões rígidos da produção taylorizada.

Existe uma unanimidade em relação ao fato de que nos anos sessenta, a dinâmica fordista tenha começado a apresentar os primeiros sinais de crise com a tomada de consciência de que os padrões vigentes de organização do trabalho eram ineficientes para garantir os altos níveis de lucros que a empresa monopolista obteve em seu auge. Iniciou-se a crítica aos paradigmas taylorista e fordista, e a busca por novas formas de concepção das normas de produção, distribuição e repartição da produção.

No entanto, fatores como a instabilidade dos mercados, forçaram o estabelecimento de novos padrões de concorrência. A demanda afetada pela exclusão crescente de grandes massas de trabalhadores desqualificados do processo produtivo, ou pela baixa dos salários, orientaram uma crescente diversificação dos produtos, com vistas a atender os nichos de um mercado cada vez mais segmentado. A crise da produção padronizada e da relação fordista de altos salários baseada na pujança da demanda em relação à oferta, acabou conduzindo ao conceito de flexibilização, bem como de uma produção organizada sob novas premissas: surgiram as novas abordagens sócio-técnicas que preconizam a substituição do trabalho parcelado e da linha de montagem pelas ilhas de produção, grupos semi-autônomos e malhas de produção, nas quais os mecanismos automáticos transferem as peças, com a mínima interrupção e intervenção possíveis do trabalho vivo.

Nesse momento, a percepção cada vez mais generalizada de que a crise da acumulação não se mostrava somente como mais um

fenômeno cíclico, mas, ao contrário, instalava-se de forma ameaçadora, permitiu que se começasse a forjar um novo ciclo de mudanças, de novas alianças e de novas formas de exclusão do processo social, *assentadas nas possibilidades tecnológicas já disponíveis.*

Os anos iniciais da década de setenta apresentaram uma recessão a nível mundial, que não poupou os países desenvolvidos³⁸, ao contrário, atingiu o cerne das certezas que sustentavam, ou ainda teimavam em sustentar, a regulação dos mecanismos do mercado. A partir de então, a crise dos mercados nacionais encurralados pela premência da concentração e internacionalização do capital, parece ter buscado numa velocidade espantosa, os novos caminhos capazes de frear ao menos alguns dos aspectos da crise de hegemonia da burguesia e dos Estados Nacionais.

Diante das barreiras colocadas à concorrência intercapitalista, o paradigma da flexibilização da produção permitiu novas soluções para a retomada e incremento dos níveis de acumulação. A automação programável viabilizou as tentativas de criação de novos meios para a fabricação de diferentes produtos com economia de tempos e de matéria-prima sem precedentes. Aparentemente, o conceito de grandes fábricas foi se tornando, também, cada vez mais anacrônico num período que concebeu o conceito de "atelier flexível"³⁹.

No contexto mais geral da produção capitalista recente, os sistemas produtivos nacionais vêm sofrendo grandes transformações sob o impulso conjugado das novas tecnologias e da intensificação dos

³⁸ - "... durante as Décadas da Crise, a desigualdade inquestionavelmente aumentou nas "economias de mercado desenvolvidas", principalmente desde que o quase automático aumento nas rendas reais a que as classes trabalhadoras haviam se acostumado na Era de Ouro agora chegara ao fim" (Hobsbawm: 397).

³⁹ - Segundo a definição corrente, um 'atelier flexível' é aquele pilotado em tempo real por um computador: seu objetivo é o de otimizar a utilização das máquinas, de reduzir ao máximo os "encours" e acelerar a passagem das peças pelo atelier.

padrões da concorrência internacional; as rotinas produtivas e as normas de produção e consumo foram desestabilizadas e emergiram novos setores sociais; generalizou-se a crítica às formas institucionais de organização do Estado, que se apresenta, por sua vez, como incapaz de gerir a crise diante dos compromissos institucionalizados anteriormente (Boyer e Mistral, 1983).

Além disso, a expulsão de grandes contingentes de trabalhadores do processo produtivo, guiado pela hegemonia dos grandes oligopólios internacionais aparece agora em sua feição mais brutal, como mecanismo de segregação social⁴⁰, resultante da tensão existente entre a coexistência da crise, da depressão, com as medidas voltadas para a economia de força de trabalho (Hobsbawm, 1995).

O revigoreamento das economias japonesa e europeia, baseado numa aceção que conciliou a economia *doméstica* de pequenas unidades produtivas sustentadas na terceirização das relações de trabalho com as inovações disponíveis, chamou a atenção dos pesquisadores para o fato de que a crise poderia ser fruto da inadequação das premissas fordista/taylorista, nas quais os grandes monopólios americanos ainda descansavam até há trinta anos atrás.

Ao mesmo tempo em que apareceram os “sinais alarmantes” no cenário mundial - como o crescimento dos índices de desemprego, a queda de lucratividade, ou a elevação da inflação - a regulação estatal enfrentou a emergência das políticas monetaristas. Friedman inaugurou

⁴⁰ - A respeito da gravidade das consequências da expulsão dos trabalhadores do processo produtivo, Hobsbawm, afirma: “A tragédia histórica da Década da Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles. Além disso, esse processo foi acelerado pela competição global, pelo aperto financeiro dos governos, que - direta ou indiretamente - eram os maiores empregadores individuais, e não menos, após 1990, pela então predominante teologia do livre mercado que pressionava em favor da transferência de emprego para formas empresariais de maximização de lucros, sobretudo para empresas privadas que, por definição, não pensavam em outro interesse além do seu próprio, pecuniário” (Idem: 404).

as políticas de combate aos problemas econômicos por meio do controle das despesas públicas. Sua proposta foi sucedida por uma série de outras que privilegiaram, ora o controle da demanda, ora o da oferta, enquanto soluções para regulação do mercado. A ciência econômica revelou-se então, incapaz de construir uma proposta global de regulação societal (Boyer, 1990),⁴¹ ficando até meados dos anos oitenta, pode-se dizer, reduzida ao debate entre liberalismo e intervencionismo.

À primeira vista, esses argumentos parecem poder reforçar a idéia generalizada nos meios acadêmicos e ao nível do senso comum, segundo a qual, diante das transformações técnico-organizacionais, ou seja, do chamado *esgotamento do padrão fordista*, as formas tradicionais de regulação social (tanto à esquerda quanto à direita), mostravam-se incapazes de coordenar os ciclos produtivos e as condições políticas e culturais necessárias para tanto.

Porém, a análise do quadro histórico dos antagonismos entre as classes, nos vários contextos nacionais, bem como da própria natureza do que se define como política econômica no capitalismo —concebida a partir de um caráter exógeno às relações de forças, cuja pretensão é a de atingir uma regulação equilibrada da economia social (Brunhoff, 1977)— revela o grau de confronto entre as classes sociais e as contratendências que puseram em discussão, não apenas a forma de

⁴¹ - De acordo com S. De Brunhoff (1977), a crise dos anos setenta, combinando inflação e depressão, "lançou a suspeição sobre as teorias econômicas dominantes e sobre as políticas econômicas, que são sua expressão prática. A impotência dos governos diante do desemprego e da alta dos preços, pelo menos durante um primeiro período foi notória. A crise econômica levou, desse modo, a uma crise da política econômica. A política econômica deixou, então, de aparecer como a manifestação de um certo controle técnico da economia pelo Estado, ou pareceu se desfazer em medidas descontínuas, sem projetos nem resultado de conjunto, como as decisões monetárias ou financeiras do governo francês; ou tornou-se indissociável de uma política geral de "recuo ordeiro"... (idem: 115).

regulação estatal, mas a própria necessidade do capital de se afirmar enquanto gerenciador da produção⁴².

Tomando as transformações verificadas como ponto de partida para a reflexão crítica, e não como resultados em si mesmos, pode-se considerar o período virtuoso do capitalismo pós-guerra como verdadeira fábrica de mecanismos que perseguiram o consenso das classes subalternas.

Seguindo nessa direção é que se pode entrever no questionamento do Welfare State marcando a problemática das políticas econômicas, e, no seu interior, a ênfase nas medidas monetárias ou financeiras, um momento muito particular da crise, analisada e apresentada ao senso comum, como crise da moeda. Passou-se ao largo de sua dimensão social que não é neutra, nem deslocada das contradições de classe que perpassam as suas transformações ao longo do tempo.

Se as alianças que caracterizaram os compromissos do período fordista basearam-se principalmente no fato de que as classes trabalhadoras cederam, no tocante à gestão da produção em troca de altos salários e proteção social; no decorrer dos anos 60 esses mecanismos já se apresentavam muito frágeis diante do crescimento dos níveis de consciência das classes trabalhadoras em relação à ilusão contida nesse pacto. Os acontecimentos na França, Itália, Inglaterra, Espanha, Alemanha e Suécia, para citarmos alguns exemplos dos países centrais, demonstraram isso com muita clareza. Segundo Tude de Souza

⁴² - Contudo, é interessante registrar o alerta feito por S. De Brunhoff quanto à necessidade de precaução com relação às análises marxistas da crise. Um excesso de voluntarismo, identificando à crise - ao deslocamento operado pela política burguesa nas formas de acumulação e nas relações entre as classes - uma estratégia capitalista de mudança, pode deixar entrever a perspectiva reducionista que vê na burguesia o controle da economia, sem considerar as correlações de forças. Ela diz que "a idéia de uma estratégia burguesa não deve ser abandonada, mas ela deve ser relacionada a condições objetivas, das quais a crise e as oposições de classe fazem parte" (idem: 123). Esperamos ao menos conseguir, aqui, alinhar esse raciocínio.

(1994), no decorrer da década de 60, "já se revelavam, portanto, os elementos-chave da crise contemporânea: o "enrijecimento" dos custos relativos à reprodução da força de trabalho; a recusa operária à rotinização, à desqualificação do trabalho, à imposição de cadências, bem como à elevada rotatividade e às formas de usura precoce dos trabalhadores (fosse pelo esforço físico, fosse pela carga mental e psíquica requeridos pela atividade produtiva)" (Idem: 37) ⁴³.

No entanto, não obstante as aparentes divergências entre escolas neoclássicas, monetaristas, estatistas, quanto às razões e soluções para o enfrentamento da crise, o aspecto mais comum entre elas, e o responsável de certa forma pela própria alternância do seu emprego, foi o de que todas entendiam e pretendiam atacar os problemas econômicos como se se tratasse de mais uma "onda" recessiva⁴⁴. Nas palavras de Hobsbawm (1995), "até a década de 1980, não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente. A natureza global da crise não foi reconhecida e muito menos admitida nas regiões não comunistas desenvolvidas, até depois que uma das partes

⁴³ - A Suécia, por exemplo, como também aponta Leite (1991) frequentemente identificada como uma "sociedade do bem-estar-social", e que vinha de uma tradição social-democrata instalada no poder desde 1920, com exceção do período de 1976 a 1982, viveu o alastramento de *greves selvagens* na década de 60. Na maior parte das vezes, segundo a mesma autora, esses movimentos direcionavam seu questionamento "à maneira como os empregadores controlavam e organizavam o trabalho, à falta de segurança no trabalho e aos perigos no ambiente de trabalho, ao empobrecimento do conteúdo do trabalho, bem como à situação da mulher no mercado de trabalho, caracterizada por salários mais baixos do que os dos homens e por trabalhos mais monótonos e repetitivos" (1999: 149). Mas, a estes aspectos tradicionais foram somando-se outros, decorrentes da própria recomposição orgânica e política da classe operária contemporânea. Segundo Tude de Souza (1994), as formas mais recentes de resistência abrangem tanto a crítica a ordem produtiva, quanto aquelas que dizem respeito aos modos de vida (consumidores, ambientalistas, mulheres, jovens, imigrantes, negros).

⁴⁴ - Para Brunhoff, a oposição entre keynesianismo e liberalismo não se sustenta quando se considera que apesar de suas diferenças, ambas encaram "a política econômica, forma particular de intervenção do Estado, como um dado, quando ela constitui um problema" (Idem, 1977: 116).

do mundo - a URSS e a Europa Oriental do “socialismo real” - desabou inteiramente” (Idem: 393).

Contrariando as inúmeras tentativas de controle verificadas desde 1974/1975, o caráter crônico das dificuldades de gestão estatal, manifestado na persistência da inflação e da estagnação, encontrou então, com as mudanças vividas pelos países do Leste europeu, com o fim da União Soviética, e o mal-estar da social-democracia européia, a alavanca capaz de sustentar os argumentos de que somente uma economia de mercado poderia desembaralhar as forças produtivas dos nós aos quais o excessivo planejamento as havia atado. Foi a arrancada contundente de um novo panorama ideológico capaz de segurar as rédeas da ética e da perspectiva coletivista que ameaçavam ultrapassar as fronteiras estabelecidas pela política burguesa.

Política esta que viu crescer, portanto, os riscos da “democracia ilimitada”. Tal caracterização para o fortalecimento dos poderes antagonistas, ainda que difusos, fragmentários, mas capazes de dificultar as necessidades de reprodução ampliada do capital e de sua hegemonia, orientou a crítica aos regimes centralizados como questão fundamental para o *equilíbrio monetário* e o reaquecimento dos níveis de investimentos⁴⁵.

O *equilíbrio monetário* transformou-se nesse contexto, num dos principais diferenciais em relação ao keynesianismo. Para os monetaristas os gastos estatais são o ponto irradiador do descontrole generalizado das atividades econômicas e do mercado, e que provocam a inflação e a estagnação tecnológica. Portanto, segundo eles tornou-se essencial o bloqueio das políticas financeiras, ou seja, dos investimentos públicos e dos benefícios sociais que são identificados com as causas do

⁴⁵ - A esse respeito ver Corrêa de Moraes, “A Democracia Malcomportada. A teoria política do neoliberalismo econômico”. Universidade e Sociedade, no.11/1996.

excesso da demanda, com a inflação. Ao contrário, é preciso operar ajustes monetários sustentados em políticas severas de avaliação e hierarquização dos gastos públicos.

1.5 - O neoliberalismo e a reestruturação produtiva

Considerados vantajosos, e revolucionários, os novos padrões de organização do sistema produtivo são avaliados positivamente frente aos padrões de produção fordista. Isso por tentar conduzir uma nova racionalidade produtiva, aparentemente mais democrática, capaz de reagrupar competências, aumentar a produtividade em escala mundial de maneira jamais prevista, e acenar a possibilidade de saída para a crise, colocada como questão fundamental a ser enfrentada pelas economias centrais nas décadas de 70 e 80.

De nossa parte, entendemos que não se pode dissociar a investigação sobre as novas tecnologias das questões e valores amplamente difundidos pelo neoliberalismo e principalmente dos seus objetivos, pois as novas tecnologias nasceram enquanto força reestruturante, exatamente no contexto do debate e da aplicação das políticas neoliberais⁴⁶. Elas fornecem chaves, códigos e instrumentos importantes para que, tanto empresas quanto governos, descentalizem/

⁴⁶ - Ou, como afirma Teixeira no artigo "Notas para uma Crítica do Fim da Sociedade do Trabalho"(1994), quando trata da internacionalização do mercado, do processo que consolidou o dinheiro enquanto "dinheiro mundial", que não cabe nas fronteiras nacionais: "Ao se por efetivamente como dinheiro mundial, ele só pode se conservar como tal se existe efetivamente como uma comunidade global de mercadorias, que possa fazer toda e qualquer mercadoria particular, e em qualquer lugar do mundo, meio para fazer do dinheiro mais dinheiro. Ora, numa economia globalizada, aberta, o dinheiro só consegue explorar todas as oportunidades de valorização, em qualquer tempo e espaço, se revoluciona, e repõe, em novas bases, a divisão social e técnica do trabalho. Isso ele faz despedaçando essa comunidade em diferentes mercados, que se autonomizam e se isolam uns dos outros, para poder, assim, explorar melhor cada negócio específico exigido por cada mercadoria singular" (Teixeira, 23, In: Universidade E Sociedade, Ano, IV, no. 6, Fev. 1994).

centralizem instâncias decisórias, enxuguem quadros, realizem análises e negócios instantâneos, operando assim, o que chamam de “salto para a modernidade”.

Os elementos que atualmente revitalizaram o Liberalismo econômico e a confiança no mercado como condições capazes de restaurar a ordem e promover o desenvolvimento econômico, estão presentes também de maneira ostensiva, na problemática das mutações tecnológicas e organizacionais. Podemos afirmar que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva compõem, ao mesmo tempo, juntos, a nova base material e ideológica da acumulação do capital enquanto resposta aos desafios colocados pela correlação de forças entre as classes sociais nas décadas de sessenta e setenta⁴⁷.

Dentre outros aspectos, um dos mais importantes que o neoliberalismo vêm colocando às economias em desenvolvimento, é a chamada flexibilização das relações de trabalho. Esta tem sido condição fundamental para o dismantelamento do tripé Estado, empresariado e sindicatos, que caracterizou a forma de acumulação fordista, bem como para a crescente individualização que tem regido os contratos de trabalho e as relações sociais mais amplas. Sob o conceito “flexibilização das relações trabalhistas”, tem-se observado a crescente quebra de direitos e de conquistas importantes obtidas pelos trabalhadores ao longo de mais de um século de lutas.

Em nome da crise, afirma Morville (1985), as empresas difundem a necessidade de quebra dos contratos firmados durante os anos de expansão, baseados no “crescimento contínuo dos salários, na garantia de emprego, e no reconhecimento do poder organizatório dos sindicatos” (Morville: 6). Mais que isso, para não morrer, para vencer a competitividade dos novos tempos, a empresa precisa ainda “inovar,

⁴⁷ - Ver a esse respeito, R. Corrêa de Moraes, Xavier e Braga.

conceber novos produtos, fabricar mais com menores custos” (idem, idem).

O paradigma da flexibilização não se restringe à idéia das relações de trabalho, como se pode observar. Ele é fundamental na quebra da produção padronizada em larga escala, e deve atender à um mercado segmentado. Relações de trabalho flexíveis, devem responder à demanda (de um mercado) flexível, utilizando tecnologias de produção também flexíveis.

Relacionada à mundialização e segmentação dos mercados, segundo Harvey, um fator decisivo na determinação da nova configuração do capitalismo é a capacidade de flexibilização atingida pelos novos produtos financeiros. Ele prefere ver a “flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo, antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário” (Idem: 181).

A novidade parece estar na forma encontrada pelo capital financeiro de driblar a velha rigidez da fase anterior. A partir dos anos sessenta, por causa dos sinais da crise, o sistema financeiro internacional procurou desenvolver soluções capazes de garantir uma certa flexibilização do crédito e do endividamento. Sob sua gerência, as dívidas de governos, corporações e consumidores passaram a estar vinculadas de modo tal a que a simultaneidade das soluções e transações pudesse evitar catástrofes para a economia mundial (Harvey: 182). A oportunidade do “diálogo em tempo real” criada pelo tipo de tecnologias desenvolvidas a partir dos anos oitenta, respondeu prontamente ao novo estilo de comando das inversões econômicas globais.

Atualmente, a hegemonia do capital financeiro apresenta mais outra faceta. Além da centralização internacional dos capitais, ela

desenvolveu vários outros mecanismos de coordenação da dimensão global do capitalismo que têm permitido uma grande capacidade de aceleração do capital fictício com o crescimento do seu grau de autonomia em relação à produção real, "ao mesmo tempo em que foram absorvidas maciças moratórias e desvalorizações" (Harvey, 1989: 181).

As novidades concretas⁴⁸, como a multiplicação dos modernos instrumentos de transferências de recursos, de multiplicação de valores e negociações capazes de eliminar a idéia de distância geográfica e dos próprios limites territoriais que compuseram a idéia do Estado Nacional, permitem a adaptação do capitalismo, por meio da ênfase na própria natureza concorrencial do mercado, que não foi eliminada com o desenvolvimento do regime monopolista⁴⁹. Enquanto coube ao Estado regular, investir e comandar o processo de formação e desenvolvimento do regime monopolista em sua forma mais aperfeiçoada, os bancos e seguradoras atuaram como agente capitalizador dos setores econômicos. O resultado alcançado, o agudo processo de concentração capitalista, culminou no questionamento da natureza do Estado, das fronteiras, e das relações de classe vigentes.

As propostas "modernizantes" referem-se ainda à uma outra configuração da relação entre vida pública e privada, sustentada para tanto na reformulação do papel do Estado.

⁴⁸ - Ver Chesnais que distingue dois períodos que demarcam as formas de exploração das vantagens financeiras. Até 1985, as moedas nacionais expressavam o peso da soberania dos governos dos países desenvolvidos". Os grandes grupos exploravam as trocas de paridade..."(idem: 235). A partir de 1985/1986, abre-se um mercado novo de trocas. A desregulamentação facilitou a diversificação dos serviços financeiros, e com a centralização dos recursos compuseram a visão global do mercado (idem).

⁴⁹ - Apesar de ser exatamente o contrário da livre concorrência, o monopólio não pode eliminá-la definitivamente. "Eles existem acima e ao lado dela, implicando assim, contradições, fricções, conflitos particularmente agudos e violentos" (Lênin: 87).

Questionando o porte do que denomina “Estado Assistencial”, o neoliberalismo acredita que a esfera decisória que ele comporta perdeu toda a sua racionalidade, e serve apenas para atender expectativas políticas “viciadas” identificadas com o corporativismo. A ordem, então, tem sido: desregulamentar a economia, ou seja, o conjunto de relações sociais apropriadas para garantir a eficácia econômica, deixando que o “mercado” exerça o seu poder de gerenciar as necessidades gerais e as atividades econômicas; e, com isso, privatizar as empresas estatais, identificadas com o atraso, a ineficiência e a corrupção.

De forças reguladoras, mais que isso, impulsionadoras, os fatores acima tornaram-se limites inconciliáveis com os imperativos de expansão. Os Estados Nacionais, reguladores legitimados das relações antagônicas entre trabalho e capital, foram tomados agora como congestionadores das forças produtivas; foram alardeados como empecilho à reprodução do capital global.

Na esteira desses argumentos, tudo o quanto se refira à formas de mobilização e críticas ao “modelo”, vão elas da crítica à internacionalização massiva dos capitais nacionais, até as oposições manifestas pelos diversos setores organizados, torna-se absurdamente “irracional” e até mesmo simbolicamente criminalizado⁵⁰.

Assim, atualiza-se a visão clássica da Economia Política, segundo uma racionalidade que atribui à ação humana a capacidade genérica, de controlar e incrementar a geração da riqueza. Esta, decorrência lógica e imediata do desenvolvimento das condições de aumento da produtividade. O esquema é completado, e encontra a sua força social enquanto ideologia norteadora da ação das demais classes, no argumento de que pode-se, portanto, garantir a cada indivíduo, iguados pela condição de livres compradores e vendedores, a

⁵⁰ - Ver por exemplo, M. Vakaloulis, e M. Lazzarato.

participação nos resultados decorrentes do incremento da troca e do mercado⁵¹.

O neoliberalismo vem seduzindo políticos e intelectuais ao se apresentar como o meio capaz de salvar o sistema econômico de mercado, isto é, a forma política de sua dominação, compensando qualquer tipo de custo social⁵². Segundo Cabrera, esse aspecto provocou inclusive, uma redefinição no próprio conceito de democracia: "em vista do esgotamento das alternativas políticas, a única possibilidade que o sistema tem de manter sua estabilidade é promover a despolitização do resto da sociedade, mesmo que isso implique em eliminar outros tipos de projetos alternativos, para tornar possível a "nova democracia controlada" (Corrêa de Moraes, 1996: 18).

Uma *democracia* conciliada com o mercado livre, ao mercado que condensa as práticas sociais. Portanto, uma *democracia* que, para assegurar as condições das novas bases materiais e ideológicas da acumulação, deva eliminar as possibilidades abertas à influência das massas. Vinculando o conceito de democracia à radicalização da noção de individualidade como único suporte legítimo da vida social, a

⁵¹ - Esta é a síntese da concepção teórica de Smith: "...a riqueza depende do grau de produtividade do trabalho (quando se verifica a relação entre trabalhadores produtivos e improdutivos); o grau de produtividade depende das divisões do trabalho; a divisão do trabalho depende da amplitude do mercado, isto é, da extensão da troca; a troca, sob a forma de "propensão à troca", é suposta como elemento inato, como um traço da natureza humana que não necessita ser explicado posteriormente. Isso significa que, quando o sistema social desenvolve a troca, ou seja, estende-a dos produtos da razão aos produtos materiais, o sistema desenvolve a produtividade e a riqueza. A sociedade produtora de mercadorias, a sociedade mercantil, é, para Smith, a expressão da racionalidade, a realização da natureza humana. O capital considerado como antecipação de subsistência aos trabalhadores, não é nada mais que o meio pelo qual se realiza a divisão de trabalho possibilitada pela troca" (Napoleoni, 1985: 129).

⁵² - Kurz faz uma observação interessante a esse respeito. Ao tratar das premissas que orientam a reestruturação produtiva no mercado mundial, premissas capitalistas, afirma que não são consideradas as advertências sobre o risco delas derivado. Na verdade, "as leis do sistema produtivo, não se tornam assunto de uma discussão radicalmente crítica. Acontece precisamente o contrário; conjura-se essa pretensão, adotando-a como padrão". (1993: 204).

ideologia dominante prevê uma forte condenação a ação organizativa das massas subalternas.

De modo que torna-se necessário para o capitalismo, adequar as formas institucionais e as práticas estatais a essa nova demanda da acumulação que conjugou descentralização econômica e centralização política como estratégia para garantir a dissolução do movimento operário; ao mercado cabendo o papel de coordenar as práticas sociais identificadas com a preservação da propriedade e as necessidades da acumulação.

Assim a integração passiva das classes subalternas à ordem do capital, reestruturada e adequada às novas exigências ditadas pelo nível dos antagonismos, dá-se por meio do mecanismo ideológico que sustenta a necessidade de remodelação dos Poderes. Segundo Corrêa de Moraes, que demonstra ainda como a operação intelectual que relaciona a corrupção e a ineficiência aos excessos da democracia desemboca numa elegia dos regimes não democráticos, "o teor autoritário dessa remodelação é visível na extrema desqualificação dos atos do Poder Legislativo, que deve tornar-se alvo de vigilância e subordinado ao Executivo"⁵³.

⁵³ - Sobre esse argumento ver artigo de Reginaldo C. C. De Moraes, "A Democracia Malcomportada. Teoria Política do Neoliberalismo Econômico", Op.cit..

1.6 - Apontamentos para uma crítica ao neoliberalismo e à reestruturação produtiva.

O chamado modo de acumulação flexível, traz consigo, portanto, uma nova fonte de perguntas, que deve acompanhar a crescente utilização da ideologia da qualidade e produtividade, a introdução das ilhas de produção substituindo as linhas automáticas e a emergência das ideologias participativas que tentam capturar a totalidade de um trabalhador parcelário e rotinizado a partir do taylorismo.

Os novos procedimentos inaugurados com a utilização generalizada da automação com base na informática têm, sim, proporcionado ganhos de produtividade. Quanto a isto, a própria conceituação da emergência de um novo modo de acumulação, o modo de acumulação flexível, comprova a eficácia das mudanças que analisamos e o avanço das pesquisas da década de setenta para cá. Da problemática da crise do capitalismo e do trabalho, passou-se para a caracterização da chamada "nova ordem mundial"⁵⁴.

Como já afirmamos anteriormente, a abstração das condições históricas e sociais sob as quais se deu a difusão dessas novas tecnologias e formas de organizar o trabalho, tem sido de importância decisiva para a redefinição das relações do mercado. Além disso, a realidade tem demonstrado que, ao mesmo tempo como meio e

⁵⁴ - Um dos exemplos do estágio da reflexão crítica a esse respeito, pode ser dado pela opinião de Braga para quem a forma de acumulação flexível tem o caráter de "revolução passiva" tal qual Gramsci a entendeu. Assim, ele afirma: "Ao reagir à crise orgânica pela qual passa o capitalismo tardio desde o início dos anos 50 (e cujo momento de agudização traduz-se na crise do fordismo, a partir de 1973), os países imperialistas empreendem, através da progressiva internacionalização de suas economias, uma estratégia de grande período materializada sob a forma da revolução passiva para as classes dominantes. Creio ser correto dizer que o objetivo mais fundamental desta verdadeira ofensiva neoconservadora deveria ser a completa reviravolta da correlação de forças estabelecidas entre capitalistas e trabalhadores, já no início dos anos 70..."(1995 :117).

resultado, acaba-se por reforçar antigas práticas de desutilização e apropriação do saber e da vida do trabalhador.

Mas, a idéia de processo social contida no discurso neoliberal, como forma de compreender a realidade, arbitrariamente, abre mão da História. É que a retomada dos preceitos do Liberalismo, nem sempre é acompanhada da certeza de que pouco neste contexto moderno é realmente novo. Desde que foi criado, como condição e ao mesmo tempo parte intrínseca do processo de reprodução do valor, o Estado tem revezado a potencialização do emprego de seus instrumentos reguladores (financiamento, planejamento, investimento, monopólio da utilização da força com vistas a garantir e defender os interesses “nacionais”) com os princípios da livre concorrência. Na verdade, antes de pretender um estatismo puro ou uma liberdade de mercado pura, a sociedade moderna vem resolvendo aspectos de sua contradição básica, através da alternância do emprego desses princípios (Kurz, 1993).

É preciso lembrar que os problemas relativos à harmonização entre a oligopolização do mercado e a idéia constitutiva do individualismo econômico, segundo a qual a cidadania se realiza na possibilidade de os agentes econômicos se enfrentarem no mercado apenas como donos de mercadorias, já eram visíveis na origem dos monopólios.

A livre concorrência e suas implicações, tem sido, então, a chave utilizada para uma nova fase de efetivação do controle global do mercado, num período em que as grandes corporações já encarnaram a trajetória histórica do capital e dizem não prescindir da regulação estatal. Por isso, a política internacional, encarnada nos órgãos com poderes de ingerência nas economias subordinadas, está pautada na imposição da desregulamentação e internacionalização dos sistemas financeiros nacionais.

O Estado perde, então, o seu caráter de mediador das relações econômicas, sociais e políticas, para aparecer como entrave das potencialidades produtivas individuais. E, por esses próprios mecanismos perde-se de vista o caráter programática do liberalismo. Afinal de contas, enquanto princípio fundante do Estado, ele não deixa de ser uma forma de regulação, de regulamentação ‘...de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo, é um programa político, destinado a mudar, enquanto triunfe, os dirigentes de um Estado, e o programa econômico do próprio Estado, isto é, de mudar a distribuição da renda nacional” (Gramsci, 1590 MPE, 32).

As próprias características distintivas do capital-dinheiro, com relação à terra, ao trabalho e ao capital, servem de base para a reinvenção das formas de controle do mercado global, porque o capital a juros consegue desenvolver o fetichismo das relações capitalistas de produção, sob a forma mais aperfeiçoada, mais complexa que o capital assume enquanto algo que se valoriza a si mesmo, independentemente das intermediações da produção e das relações sociais capitalistas que organizam historicamente o trabalho. No capital a juros, inexistente a mediação entre a valorização e as relações sociais propriamente ditas. “No capital a juros se completa esse fetiche automático, de um valor que se valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que, nesta forma, não traz consigo o estigma de seu nascimento. A relação social se completa como relação da coisa (dinheiro, mercadoria) consigo mesma” (Marx, 1978:262).

A fase atual de expansão, representa mais um momento daquele movimento ondulatório, mas sob a nova forma assumida pelo fetichismo do dinheiro, e não uma “novidade” histórica. Obviamente, o atual estágio

do desenvolvimento das forças produtivas impõe a reinvenção do paradigma liberal. Reinvenção daqueles velhos/imprescindíveis mecanismos que, no plano econômico e político, procuram “mascarar” a desigualdade dos agentes: entre os que produzem e os que possuem os meios de produção; entre os denominados “livres” eleitores chamados periodicamente para exercitarem sua cidadania burguesa, expressa no ato do voto.

Ao mesmo tempo em que se veicula a incapacidade de qualquer outra força social que não a dos capitalistas de operar a modernização, rompe-se com as formas anteriores de representação política, construindo-se novas práticas e mecanismos de socialização política ou do trabalho, nas quais a mediação fica por conta do mercado e os vínculos tradicionais das classes trabalhadoras com o Estado e com seus movimentos organizados, já não são compatíveis - aos olhos da sociedade como uma todo - com a necessidade de romper os limites estabelecidos.

Não é nosso objetivo realizar uma crítica romântica à modernização, que sugira uma proposta de retorno à um estado de vida onde a máquina seja abolida, ou no qual o Estado providencial possa se reerguer renovado, como mediador, como único horizonte de justiça. Isso seria negar a história. E, negar abstratamente a história burguesa é negar-lhe a relação (oposição) constitutiva frente a seu contrário: o proletariado. O que nos parece necessário, porém, é a retomada dos elementos de crítica à modernização vista como integrante da problemática central do modo de produção capitalista nos dias atuais.

Contudo, vemos um grande problema colocado hoje à teoria crítica diante da ampla aceitação da idéia de que, com o fim da era da expansão fordista e com o advento do modo de acumulação flexível, o próprio capital possa erguer as bases de uma nova ética do trabalho e de novas relações sociais assentadas no projeto liberal onde a

"exploração", base da acumulação e reprodução do valor deixe automaticamente de existir⁵⁵. Da mesma forma, despreza-se usualmente a capacidade intrínseca ao capital de "incorporar" aspectos da crítica elaborada pelos trabalhadores- atualmente, no que se refere às condições precárias de trabalho, à exclusão em decisões tecnológicas e organizacionais, à possibilidade de participação nos lucros, e à excessiva parcialização e hierarquização do trabalho, que caracterizaram a "rigidez" do processo de trabalho fordista - e de conciliar a esses aspectos, outras condições ultraconservadoras⁵⁶. Condições que preconizam o desmantelamento do movimento sindical, a regência dos contratos por princípios meramente individuais e a crescente dualidade societal que tem polarizado as sociedades centrais e feito a sociedade moderna caminhar para um beco sem saída⁵⁷.

⁵⁵ - À medida em que já se pode considerar consensual, ao menos de um ponto de vista crítico, que "...as reestruturações do capitalismo no século XX foram respostas e contra-ataques aos desafios da revolução soviética (filho rejeitado legítimo ou dado por legítimo do marxismo) e sobretudo de seus prolongamentos nos movimentos operários, nas lutas de liberação nacional..."(Balibar, 1996:17).

⁵⁶ - De modo que, se "...a tradição comunista (de Lênin a Gramsci, Mao, Althusser, etc.), desmascarou no evolucionismo economicista do marxismo "ortodoxo" um desconhecimento do papel do Estado na reprodução das relações de exploração, quanto à integração das organizações representativas da classe operária no sistemas dos aparelhos de Estado (ou, para retomar a expressão de Gramsci, à sua subordinação à hegemonia burguesa)" (Balibar, idem: 37), poderíamos antecipar a conclusão de que esse papel na reprodução das relações capitalistas, de promover a integração das forças sociais está atualmente, sob a hegemonia da grande empresa.

⁵⁷ - No Prefácio à Primeira Edição de O Capital, escrito em 1867, Marx consciente de que a postura das classes dominantes "absorvia" modificações impostas pela correlação de forças em luta à época do desenvolvimento industrial na Europa e EUA, afirma: "Os representantes da Coroa Britânica dizem aí, sem rodeios, que na Alemanha, na França e, em suma, em todos os países civilizados do Continente Europeu é tão visível, como na Inglaterra, uma transformação nas relações existentes entre o capital e o trabalho. Ao mesmo tempo, do outro lado do Atlântico, Mr. Wade, vice-presidente do EUA declara, em comício, que depois de abolida a escravidão, entra na ordem do dia a transformação das relações do capital e da propriedade da terra. São os sinais dos tempos, que não se deixam encobrir por mantos púrpuros ou negras sotainas. Não significam a ocorrência de milagres amanhã. Eles mostram como as classes dominantes já começam a pressentir que a sociedade atual não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processo de transformação" (1982: 7). Em suma, essa colocação também traz enormes problemas à crítica e à prática social de transformação. Como se vê, a

Essa conciliação mais recente entre conservadorismo/ incorporação de aspectos da crítica operária, inaugurou, sob a denominação do modo de acumulação flexível, um novo momento do processo de valorização, baseado na tentativa de reversão da correlação de forças que chegou a abalar as condições anteriores da reprodução do valor⁵⁸, e na composição cotidiana, ágil, das novas bases materiais da dominação do capital sobre os novos setores a ele subsumidos.

Por isso cabe à teoria crítica limpar o terreno conceitual, e entender a nova estrutura de dominação do capital. Se o paradigma tecnológico é outro, se a reestruturação produtiva remodelou as relações sociais que compõem o processo de trabalho, a cultura e a política, cabe-nos perguntar se o paradigma de organização social global - histórico deixou de ser capitalista, ou se deixará de ser, mecanicamente, como uma dádiva do próprio capital.

Ao alterarem, porém, a forma das relações sociais produtivas, dando aos momentos de comercialização e financeirização um papel determinante na produção, os processos em curso não colocam em

reedição dos conflitos e a conseqüente noção difundida atualmente, pelas classes dominantes do final do século vinte, de que as relações entre o capital e o trabalho passam por uma transformação fundamental, exige que "vasculhemos" a sua gênese. Sob o constante dinamismo, a constante "modernização" operam-se estágios históricos no sentido prático de acomodar e criar condições novas e mais adequadas à reprodução do valor.

⁵⁸ - "O longo período de pleno emprego reforçou consideravelmente o peso objetivo da classe operária, a força de suas organizações de massa (sobretudo dos sindicatos) e, em relação a um ciclo autônomo de luta de classes em escala internacional, sua combatividade. Daí as dificuldades crescentes para o capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital para uma alta contínua da taxa de mais-valia a partir dos anos 60. Daí a erosão inexorável da taxa média de lucros, que, em correlação com a difusão cada vez mais universal das características da terceira revolução tecnológica (e, logo, com a erosão das "rendas tecnológicas", termina por determinar a inversão da "onda longa" (Mandel, 1990: 27). Mas, a crise não se restringiu ao aspecto da dificuldade quanto aos custos da reprodução da força de trabalho, como já fizemos menção. Tratou-se de "representação e direção intelectual, a qual ultrapassa os limites restritivos das práticas dominantes vinculadas pelos aparelhos (públicos e privados) de hegemonia das classes dominantes" (Tude de Souza, 1994: 37).

xeque a forma da apropriação do excedente, mas, ao contrário, garantem-lhes novas condições. São a atualização dos antagonismos entre trabalho e capital mediatizados pela nova correlação de forças estabelecida nas duas últimas décadas.

Essa é uma questão a ser levantada pelas classes que se oponham à ética capitalista, e que tentam construir e opor uma racionalidade alternativa em oposição ao capital. Ao revolucionar permanentemente a realidade social-produtiva o capitalismo não pode prescindir da sua constante tentativa de apagar a História. Por isso, estamos há dois séculos da chamada primeira revolução industrial, ainda extasiados com as possibilidades de acesso aos cenários de ficção científica, e ao mesmo tempo, redimidos pela impotência que sentimos frente a força do capital.

Impotência que não é nada mais do que um novo produto ideológico intensamente articulado pelos novos discursos e práticas assumidos pelas forças capitalistas nesta fase de reestruturação da gestão do capital coletivo. Sob a direção do capital, o conteúdo político da produção, que se faz na contínua reprodução das subjetividades das classes em confronto, deve ser esvaziado e substituído pela noção da ineficiência e da rigidez da gestão estatal. Assim, as dificuldades levantadas pelo Estado, no que se refere ao cumprimento dos compromissos assumidos perante as classes trabalhadoras, são respaldadas pelos argumentos técnicos e orçamentários, ou pelos imperativos de concorrência internacional.

Portanto, o resultado alcançado pelos debates acerca de como se atingir o equilíbrio orçamentário diante dos recursos limitados disponíveis à uma máquina que deve mover uma engrenagem pesada demais, é o esvaziamento do seu conteúdo de classes e a absolutização dos argumentos técnico-administrativos como fundamentos legítimos da

ação estatal. O Estado deixa de ser o lugar onde se dá a mediação dos antagonismos sendo identificado com a ineficiência até o momento em que ainda abarque as funções mediadoras que caracterizaram o período fordista.

E neste sentido, ele também não consegue romper os elos historicamente formados pela subjetividade trabalhadora a não ser pela constante difusão, até as últimas conseqüências, da ideologia do risco. Ou seja, citando mais uma vez, Cocco e Lazzarato, a ...”informatização da sociedade, a gestão dos saberes cada vez mais discretos, cada vez mais precisos, apontam para uma nova tecnologia de poder que pretende fazer do risco um dos modos mais concretos de vínculo social, a própria marca da solidariedade social, a fonte dos deveres sociais. A negação da subjetividade positiva social da nova individualidade de massa (plural e multi-étnica) abre a visão à hiper-subjetivação de um poder fundado sob a categoria moral do risco, sob a afirmação tenaz e inumana de que “nós somos todos um risco uns para o outros”. Essa negação não faz mais que traduzir um mecanismo despótico hiper-burocrático que funda sua reprodução sob a amplificação ao infinito dos processos de individualização, ou seja, que se esconde na última abstração da técnica...e que concorre para a estagnação econômica e social.” (Cocco, Lazzarato, 1993: 61).

Omite-se amplamente, também, o fato de que as novas relações entre os protagonistas do processo social, sejam montadas no rechaçamento de qualquer crítica ou alternativa de projeto social, e de que a racionalidade do mercado seja excludente, construída no território da ideologia capitalista em sua versão mais contraditória, porque ao racionalismo, pretende conciliar a demanda por consentimento através

de elementos como fé, como confiança cega nessa chamada *única saída possível*⁵⁹.

Esse caráter de se fazer aparecer como uma utopia acessível a cada indivíduo e realizável unicamente na dimensão da individualidade concebida dentro dos parâmetros burgueses; que apregoam a concorrência na era dos grandes oligopólios; que compõem odes ao consumo, na *sociedade da exclusão*; que criam cada vez mais, novas necessidades, onde há um submundo de sobreviventes; é esse caráter mesmo, que consegue des-historizar o próprio discurso, e assim obter a eficácia capaz de concretizar os objetivos do capital. Como já foi dito por Gramsci, "O chamado Estado ético dos liberais, ou seja um Estado "acima das lutas de classes, mais do que uma realidade política, é uma aspiração política, (...) existe apenas como modelo utópico, mas é precisamente o fato de ser uma miragem que o fortalece e faz dele uma força de conservação. Na esperança de que, finalmente ele se realize na sua perfeição completa, muitos encontram a força para não o renegar e não procurar então substituí-lo" (Gramsci, In Dias, 1987:79).

Por outro lado, como afirmam Cocco e Lazzarato (1993), colocar a problemática das representações acerca do papel do Estado em termo das possibilidades de preservação das conquistas incluídas no Welfare State, não permite que se supere as abordagens restritivas da dinâmica social. As transformações acarretadas sob os novos impulsos produtivos recentes pedem uma reflexão teórica mais afinada pelas próprias práticas sociais. Para os autores, ela exige que se deixe de pensar em

⁵⁹ Ver Xavier (1996): ..."Para os neoliberais, os homens não são iguais, mesmo entre irmãos há diferenças nos atributos físicos e mentais. A natureza nunca se repete em sua criação. Portanto, a exigência de igualdade na lei não pode basear-se na alegação de que os homens são iguais."... "A desigualdade de riqueza e renda é, para os neoliberais inerente à economia de mercado. Sua eliminação a destruiria completamente" (Idem: 116). Consequentemente, a função do Estado de direito é garantir as condições de liberdade que permitam aos indivíduos estarem presentes no mercado.

termo de uma retomada do Welfare State e seja colocada a partir dos horizontes vislumbrados das arquiteturas produtivas em construção. Ou seja, a nova fase da cooperação produtiva, requer a elaboração de uma subjetividade que se estabeleça enquanto contratendência aos parâmetros neoliberais⁶⁰ de um lado, e corporativos de outro.

Ora, se, como afirma Tude de Souza (1994), hoje “o que afronta e ataca a classe trabalhadora em sua nova composição política e cultural é um Estado modificado pela ruptura do antigo compromisso histórico, e, portanto, pela ruptura do equilíbrio político, prévio, entre as forças sociais que se antagonizam no curso do movimento de transformação social” (idem: 39), cabe-nos perguntar, como ultrapassar os limites dos discursos “minimalistas”, que não conseguem transgredir as perspectivas que o próprio capital é capaz de conceber para manter-se enquanto ordem dominante.

Anteciparíamos um momento dessa resposta, reiterando, com Balibar (1996), que a primeira condição para esse avanço é a elaboração teórica sustentada na unidade dos aspectos político, econômico e ideológico da luta de classes (motor da história). Pode-se, assim, explicar, entre outras coisas, o fato de que, para além das limitações técnicas, dos enigmas que fundam as políticas nacionais e a própria organização neoliberal do mercado internacional, que redundam na “ramificação da ingovernabilidade, na instabilidade das relações internacionais, nas contradições de seu próprio populismo (e de seu moralismo) elas (as políticas neoliberais/NT) carregam inegáveis sucessos negativos, em termos de decomposição e de deslegitimação

⁶⁰ - Porque “...As construções neoliberais não são apenas fantasias e videogames, São armas de guerra ideológica. E os projetos econômicos e sociais que desencadeiam são, literalmente, e sem qualquer metáfora, máquinas de morte, volta e meia justificadas com um socialdarwinismo mais ou menos envergonhado” (Corrêa Moraes: 11).

das formas institucionais do movimento operário, da luta de classes organizada” (idem: 20).

Esse quadro vem atingindo principalmente as estratégias de organização das classes trabalhadoras, e sua capacidade de construir alternativas sociais⁶¹, bem como de formulações teóricas críticas ao capitalismo. A compreensão das transformações enquanto contínua recapacitação do capital de atingir sua finalidade primeira— a da valorização do valor— definirá em cada contexto social, em cada segmento produtivo onde as transformações forem implantadas, o papel das classes subalternas na escolha dos caminhos que digam respeito não apenas, aos seus interesses por melhores condições de vida, de trabalho e de controle da produção, mas, sobretudo, quanto à construção de uma ética fundada em novas formas de sociabilidade.

⁶¹ - A esse respeito ver Tosel, In: Novos Rumos

CAPITULO II - A Produção Imaterial e as Fronteiras Internas da Acumulação do Capital: a Nova Matriz das Relações Inter-Setoriais e seu Significado na Recomposição Técnica e Política das Classes Trabalhadoras.

No capítulo anterior pudemos identificar na emergência do neoliberalismo e das estratégias de reestruturação produtiva, verdadeiras forças pragmáticas de caráter universalizante sob a direção das classes dominantes, com vistas a passivizar as relações sociais que caracterizaram o período de intensos antagonismos durante as décadas de 60 e 70. Contudo, conquanto a cobertura ideológica/doutrinária que tem salvaguardado as tendências de transformação do capitalismo nas últimas décadas sejam desmistificadas, ainda nos restam problemáticas de peso a serem esmiuçadas, e que indiquem o novo solo no qual o processo de acumulação possa enraizar seus mecanismos de reprodução.

Neste capítulo nossa atenção será voltada para os debates sobre o processo de reprodução das classes sociais, ou para falar de uma problemática mais atualizada, da reprodução dos mecanismos que procuram incrementar a própria desutilização da classe trabalhadora, a partir da radicalização dos processos modernizadores que atuam diretamente sobre a constituição da força de trabalho enquanto uma unidade real de suas formas de composição técnica e de ação política.

A análise das representação das forças envolvidas no caso brasileiro de automação bancária, exercício crítico a ser efetuado no

próximo capítulo, prescinde desta discussão que, na verdade, ilumina a racionalidade das ações das classes dominantes, dando conta de que suas atitudes pretensamente neutras, tecnicamente absolutizadas, ou que falam em termos dos interesses da nação, quando não dos interesses gerais, como a fase de mundialização mais recente dos processos produtivos vêm fazendo, explicitam a operacionalidade daquele processo examinado no capítulo anterior. Ou seja, aquele movimento de reestruturação produtiva cujo objetivo é o de eliminar as subjetividades em confronto e repor, sobre novas bases, o projeto hegemônico de dominação do capital sobre todo o conjunto da sociedade.

Examinaremos a seguir, em que medida essa conjuntura material e política vem promovendo uma modificação radical na composição orgânica das classes trabalhadoras, notadamente pela reestruturação da participação relativados setores produtivos no conjunto da atividade econômica, dadas, por exemplo, as formas de seletividade atribuídas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Esse processo tem como consequência a desarticulação do trabalho operário industrial como referência central de sociabilidade em sociedades burguesas, ao mesmo tempo em que faz emergir o primado do trabalho imaterial, base das atividades organizacionais, comunicacionais e integrativas, como o novo padrão de utilização da força de trabalho.

Articulado a esse aspecto, tem-se também a determinação crescente do capital produtor de juros como agenciador das condições capitalistas em nosso tempo. Ao integrar-se ao próprio processo de trabalho como uma das normas produtivas, ampliando sua participação até então circunscrita ao momento da circulação, o capital- dinheiro intervém decisivamente na mudança das condições gerais de dominação e de enfrentamento.

II.1 - O Setor Terciário: elementos para sua definição.

A lista de atividades que o setor terciário engloba é bastante ampla, contendo o comércio, os serviços financeiros, seguros, administração e quadros técnicos, ensino, saúde, transportes, comunicação, “serviços mercantis prestados às empresas e aos particulares, profissionais liberais”. As transformações mais recentes já nos permitem falar de modo geral, de um “terciário tradicional”, identificado até meados dos anos 50 com os profissionais liberais, trabalhadores em escritórios ainda dotados de conhecimento de ofício e pequenos empresários; já o “novo terciário” nasce com o rearranjo das atividades produtivas ocorrido desde então⁶².

O contexto do período pós-guerra viu triunfar o fordismo, e, com ele o setor público, financeiro e o da ciência e tecnologia. As atividades do Estado se estenderam à saúde, educação, serviços de modo geral, ao mesmo tempo em que o setor financeiro passou a fornecer volumes ainda maiores de crédito, tanto para empresas de grande e pequeno porte, quanto para particulares. O incremento da indústria de massa, o desenvolvimento do parque automobilístico, fizeram “multiplicar os contratos de seguro, a generalização salarial que conduziu à explosão do número de contas bancárias, à emissão de cheques, de contratos de

⁶² - As divisões na esfera produtiva, produziram bem poucas análises de peso. Como Oliveira resume em seu texto sobre o Terciário, texto aliás que utilizaremos bastante neste capítulo, Clark foi quem estabeleceu o seguinte parâmetro: poderia-se medir o grau de desenvolvimento de uma dada sociedade, a partir dos seguintes números: quanto maior o peso da agricultura na economia como um todo, maior o atraso desse país; em seguida, o grau de participação do setor industrial, revelaria certo progresso, porém o grau mais avançado existiria onde a participação do setor de serviços fosse predominante (Oliveira, "O Terciário e A Divisão Social do Trabalho, In CEBRAP, no. 24, 1979).

créditos aos consumidores, etc. A Seguridade e os sistemas de cobertura social que exigiram novos meios de tratamento da informação” (Guide de L’ Informatisation, 1987). Essa expansão gerou inclusive, as condições que caracterizaram a primeira fase da informatização do setor de serviços, reconhecida pela centralização e padronização dos procedimentos.

Outro fator importante para a recomposição das classes trabalhadoras, foi o grande peso dado ao novo tratamento da informação na organização do trabalho, exigindo enormes investimentos em centros de pesquisa, desenvolvimento e laboratórios. É bastante conhecido o fato de que, no decorrer da II Guerra Mundial, os EUA se deram conta da necessidade de estimular as pesquisas científicas voltadas para os objetivos militares. Nesse momento, uma nova concepção de apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, sustentada na colaboração entre grandes empresas, universidades e forças armadas, forjou o enorme avanço dos projetos políticos espaciais e nucleares relacionados à então nova configuração geo-política. O acúmulo de saber e “savoir-faire” foi incomensurável, ficando disponível às utilizações comerciais, no momento oportuno.

Como se pode notar, a magnitude alcançada por essas atividades causou um forte realinhamento na composição das classes trabalhadoras, em direção ao assalariamento de várias profissões antes liberais.

Contudo, mais recentemente, a generalização do emprego das novas tecnologias nos processos produtivos deu ao problema relacionado a mutação da classe operária uma dimensão mais complexa, a partir do momento em que: a) criou uma massa de qualificações diferentes⁶³ daquelas dos antigos “operários profissionais”, inseridos de

⁶³ - “As ocupações que a Cetron - da World Future Society - espera serem as mais importantes em 1990: técnico em energia, técnico em habitação, gerentes para

forma mais ou menos cômoda até início do século numa estrutura social mantida pelas contradições entre burguesia e o proletariado⁶⁴, alterando, assim, as formas de enfrentamento entre as classes sociais; b) subsumiu ao capital as atividades de cunho informacional e cultural, de forma a operar - pelo novo papel da produção de bens imateriais - profundas alterações, no seio da produção e de suas relações com a circulação e a reprodução. Isso tudo ocorrendo no contexto da mundialização do ciclo econômico da financeirização dos processos produtivos, que, como já afirmamos, vêm impondo a revisão de algumas categorias de análise, como da própria mercadoria e do trabalho enquanto medida do valor.

limpeza de lixo químico e nuclear, técnicos para fabricação de processos de laser, técnicos para a produção de robôs industriais, técnicos em novos materiais, engenheiros geneticistas, especialistas em holografia, técnicos em medicina biônica, técnicos para baterias de automóveis, técnicos médicos e paramédicos, assistentes sociais trabalhando com geriatria, tecnologistas para medicina nuclear, técnicos e tecnologistas para tomografia, operadores de sistema, operadores de sistema CAM e CAD, técnicos em treinamentos vocacionais" (Dados e Idéias, agosto, 1986).

⁶⁴ Os profissionais engravatados sempre representaram entraves às análises economicistas. Um dos fatores que concorria para isso, era o fato de que os trabalhadores em escritórios se encontravam em posição mais próxima de seus empregadores do que os trabalhadores em fábrica. "Isso é sublinhado pela delgada camada de grupos de funcionários escriturais do século XIX. O censo de 1870 nos Estados Unidos classificava apenas 82.000 - ou seis décimos de 1 por cento de todos os "trabalhadores remunerados"- em serviços de escritório. Na Inglaterra o censo de 1851 contava de 70.000 a 80.000 ou oito décimos de 1 por cento dos empregados assalariados. Na virada do século a proporção dos funcionários entre os demais trabalhadores havia subido a 4 por cento na Inglaterra e a 3 por cento nos Estados Unidos; nas décadas subsequentes a classe dos trabalhadores em escritórios começou a nascer. No censo de 1961, havia na Inglaterra cerca de 3 milhões deles, quase treze por cento da população ocupada; e nos Estados Unidos, em 1970 a classificação dos funcionários elevou-se a mais de 14 milhões de trabalhadores, quase 18 por cento dos ocupados assalariados, igualando em tamanho, entre as classificações gerais da escala ocupacional, aos ativos de todos os tipos" (Braverman, 1980: 251).

II.1. A - As inovações tecnológicas e o setor terciário

A visão corrente de empresários e governos⁶⁵ acerca da inovação tecnológica, e que se difunde em vários setores da sociedade, tem sido no sentido de considerá-la uma “saída” para a chamada crise enfrentada pelos países centrais. De fato, ela possibilita algumas estratégias vitais ao capital, como por exemplo: a interdependência entre estruturas produtivas; a facilidade na internacionalização da produção de bens e serviços dada a rapidez que permite na disseminação das informações destinadas à gestão administrativa e financeira das empresas; o aperfeiçoamento e a renovação dos mecanismos de controle, educação e assistência social da vida cotidiana.

Uma ilustração de como a visão das coisas se transforma em estratégia operante, fica por conta das palavras de Strassmann (1986), num livro escrito para administradores, gerentes de escritório, enfim, profissionais e executivos de empresas, que à época estavam em vias de automatizar suas atividades: “Os computadores constituem o meio tecnológico mais importante de assegurar o aumento da produtividade de uma sociedade. São, portanto, a fonte isolada mais importante de maior riqueza pessoal, bem como a base para a melhoria da qualidade de vida no trabalho. Os computadores serão o alicerce de um novo tipo de

⁶⁵ Referência importante a este respeito é o trabalho intitulado “L’Informatisation de la Société” (1978), conhecido como relatório Nora-Minc, onde a preocupação do governo francês com as novas possibilidades e desafios colocados pela revolução informacional, é traduzida na idéia de que a intervenção do Estado, pode definir os rumos das mudanças provocadas pela informatização crescente da sociedade, considerada naquele momento como o “coração da crise”. Segundo o relatório, não se pode escapar à realidade e “só uma política deliberada de mudança social pode à sua vez, responder aos problemas colocados pela telemática e utilizar suas virtudes. Ela implica uma estratégia fundada sobre o equilíbrio dos poderes e contrapoderes, sobre a capacidade do Estado de favorecer as evoluções e não de impô-las” (1978:12). A telemática, ainda segundo o relatório, proporcionará ganhos consideráveis de produtividade, oferecerá soluções diversificadas e modificará as relações de soberania.

economia baseada principalmente na prestação de valiosos serviços aos consumidores e não meramente na produção e entrega de mercadorias. A tecnologia dos computadores será a base de dramáticos aumentos de eficiência organizacional, essenciais à prosperidade, maiores rendas reais, novas oportunidades de emprego e melhor qualidade de vida individual” (Idem, xviii). Como se percebe as justificativas estimulam as transformações. Hoje, os computadores tornaram-se essenciais à organização e são objeto de especulações constantes a respeito dos benefícios que ainda trarão socialmente.

Essa realidade na qual os computadores se apresentaram, não raras vezes, como novos paradigmas, e que emergiu de maneira mais visível a partir da década de setenta, alterou profundamente a estrutura das ocupações no interior do sistema de produção de mercadorias quando atingiu as atividades escriturais. O setor de serviços ganhou um estatuto novo, e decorrente deste, um novo conceito. A “bureautique” passou a designar “todas as formas de automatização do trabalho de escritório, a informática de gestão, a tecnologia de rede ou ainda as formas automáticas da mecanização tradicional do trabalho de escritório. Correlativamente, o trabalho de escritório consiste na produção, reprodução, tratamento e comunicação das informações textuais ou numéricas necessárias à administração e à gestão da produção de bens e serviços, mercadorias ou não” (Verdier, 1983: 9).

Na “automação comunicativa”, como denomina Ferraris, “os dispositivos eletrônicos entram como um meio na oficina, onde não produz nada, mas colocando-se entre o homem e a máquina operativa, modifica todas as condições da produção (1985: 37). Wolfsdorf arrola as expectativas gerenciais que podem atuar na direção apontada por Ferraris: incremento do acesso à informação; disponibilidade de meios simples e rápidos para distribuição da informação; assimilação rápida e

eficaz dos integrantes da corporação aos novos métodos; incremento e facilidade de comunicação para fora da empresa; redução do impacto geográfico, isto é, possibilidade da empresa trabalhar como se suas instalações se situassem fisicamente num mesmo local; otimização do tempo dedicado ao gerenciamento; maior produtividade; tomada de decisões” (1988: 4,5).

Para Norber Alter (1985), a emergência da “bureautique”, ou seja da informatização generalizada dos escritórios, trouxe novidades em relação às revoluções anteriores que atingiram as formas de intervenção do homem sobre a natureza, como a máquina à vapor, a eletricidade ou a energia nuclear. Ela atinge “as capacidades de transformação e de transmissão dos saberes” (1985:7) e, ainda, apresenta uma originalidade no aspecto cultural: ela afeta o imaginário coletivo, e seus efeitos potenciais influenciam decisivamente a avaliação social a seu respeito. Isso porque a automação dos escritórios é um fenômeno que explodiu num “universo onde cada um já tem uma experiência ou uma idéia dos efeitos” da tecnologia. Já existe uma “reflexão difusa, contraditória e antecipatória que traduz uma consciência coletiva dos efeitos potenciais da técnica, de suas alternativas, das coisas que ela supõe” (Alter: 7).

No plano da política internacional, as inovações tecnológicas com base na microeletrônica - substrato tecnológico dos instrumentos de modernização aplicados aos escritórios - provocaram a transferência dos centros gravitacionais da economia mundial. O oeste dos EUA, o Japão e os países asiáticos lançaram novas bases do jogo concorrencial, como dissemos anteriormente⁶⁶.

Ao nível cultural, os imperativos expansionistas dos novos projetos técnicos apareceram, aos países que não dominavam a tecnologia

⁶⁶ - De tal modo que, “o grau de informatização de um país passou a ser índice do seu nível de desenvolvimento” (Guide de L’Informatisation, 1987: 42).

informacional, como projetos de dominação cultural capazes de solapar as culturas tradicionais⁶⁷. Deve-se ressaltar o fato de que essa idéia foi enfatizada pelo fato dos escritórios serem identificados com o "laboratório das idéias".

Nesse primeiro momento do desenvolvimento da informática, o domínio da tecnologia e de sua linguagem apareceu como requisito fundamental para a manutenção da "liberdade e soberania" políticas. As respostas institucionais concretizaram-se, então, nos programas estatais de apoio, subvenção, financiamento e compra às indústrias nacionais emergentes⁶⁸. Nas principais economias mundiais, quando na década de setenta o mercado da microeletrônica começou a dar sinais de que ditaria os rumos da produção como um todo, o Estado encarregou-se de agilizá-lo⁶⁹.

No tocante à realidade das empresas, a "bureautique" permite a otimização do capital. Mas para isso, continua Alter, a empresa deve "repensar sua concepção de trabalho" (idem: 183). O processo de

⁶⁷ - Vejamos um exemplo: segundo Benakouche, "é escusado dizer que a ordem internacional da informação está sob o comando americano. Controlando os principais e estratégicos bancos de dados mundiais, os Estados Unidos poderão controlar as ambições dos países em termos de mercado, pesquisa, etc., bem como arrecadar montantes substanciais de divisas. Por essa via, eles poderão impor ao mundo sua cultura e língua, o que representará séria ameaça aos patrimônios culturais e lingüísticos de todos os países" (1985: 13).

⁶⁸ - Datam da década de cinquenta as iniciativas dos governos americano e japonês com vistas a apoiar as indústrias emergentes. No primeiro caso, isso deu tanto pela demanda por produtos/computadores, quanto pelos investimentos em P&D. No caso do Japão, em 1958 a adoção das "Medidas Extraordinárias para a Promoção da Indústria Eletrônica" já previa a restrição ao capital estrangeiro. Na década de sessenta, é importante ressaltar, a estratégia dos EUA esteve ligada aos objetivos militares decorrentes da Guerra Fria. Além disso, sustentaram uma política agressiva de participação acionária nas empresas européias (Piragibe, 1985). Ver Tude de Souza, 1994 a respeito do papel das guerras e conflitos na recomposição das relações industriais, no período posterior à Segunda Guerra. (idem, 1994:34-35)

⁶⁹ - O caso brasileiro será tratado no capítulo que se segue. Pesquisa comparativa sobre os casos do Brasil, México e Coréia do Sul realizada pelo Instituto de Economia da URFJ, em 1986, concluiu que o apoio estatal foi fundamental no desenvolvimento da indústria de alta tecnologia nos países em desenvolvimento (Dados e Idéias, abril/86).

desburocratização a ser atingido pela automação e informatização dos escritórios deve ser norteado por princípios mais adequados às novas tecnologias, como a polivalência das funções, ao invés da especialização dos técnicos. Conforme ele ressalta, todo o processo decisório da empresa será transformado, pois a plurifuncionalidade requerida desencadeia modificações profundas na estrutura hierárquica e na normatização dos procedimentos formais do processo de trabalho.

As transformações tecnológicas que afetam o setor terciário não se restringem ao âmbito do processo de trabalho. Elas extrapolam esses limites, denunciando um elo relacional ativo entre as estruturas ocupacionais, a divisão social do trabalho e a composição das classes sociais. A análise das implicações desse processo têm levado à uma série de tentativas de apreensão, diagnósticos e reelaboração de conceitos sobre a natureza das chamadas classes médias, bem como de sua importância na emergência de uma nova fase de organização do sistema produtivo baseado no que denominam a Terceira Revolução Industrial⁷⁰.

Segundo afirmam alguns, os ganhos de produtividade que o setor de serviços tem obtido através da emergência de um novo terciário constitui-se na própria causa do surgimento e agudização da crise, pois

⁷⁰ - Em 1986, uma revista fazia a seguinte previsão: "Uma coisa é certa quando se fala do mercado de trabalho do futuro: mudanças dramáticas vão acontecer nos padrões do trabalho e do emprego. Essas mudanças vão afetar a maneira de executar o trabalho, a forma como a educação vai ser estruturada e também os programas de treinamento. Essas mudanças não significam, exatamente uma redução drástica no número de empregados. O que essas mudanças significam é que muitos, quase a maioria dos velhos empregos vão desaparecer - não apenas por causa dos robôs e dos computadores. As fábricas só oferecerão cerca de 11% dos empregos no ano 2000, menos da metade do que ofereciam em 1980, cerca de 28%. Os empregos na agricultura também diminuirão: aproximadamente 4%. Em compensação, o setor de serviços, por volta do final do século, será responsável por 86% da força de trabalho, cerca de 20% mais do que em 1980. Metade dos empregados do setor de serviço está ocupado em alguma função relacionada com a coleta, gerência ou disseminação da informação. O desemprego continuará sendo um problema crucial" (Dados e Idéias, agosto/1986).

ele mina o regime de acumulação ao provocar uma dinâmica redistribuição de ganhos. Para outros, ao contrário, o terciário pode limitar os impactos da crise, à medida em que garante certo nível da demanda, regulando, ainda que temporariamente, as complexas relações sócio-econômicas, pois, sendo o salário do trabalhador terciário uma "parte da mais-valia social transitando sob a forma salarial", esse rendimento monetário transformado em demanda "antes que o sobreproduto correspondente a essa mais-valia seja realizada, evita que a tendência à superprodução ameace a produção de massa" (Lipietz, 1977: 189).

Quando a crise econômica atingiu proporções preocupantes para os representantes do capital, o terciário passou a ser considerado uma estratégia de superação, diante da constatação de que o crescimento e o volume de informações a serem processadas, decorrentes das transformações dos setores industrial e agrícola, não era compatível com a produtividade apresentada pelo setor até o início dos anos oitenta⁷¹. O potencial de automatização das atividades terciárias poderia contribuir para a ampliação das margens de ganhos, principalmente considerando-se que os investimentos necessários para tanto, seriam relativamente bem menores do que os requeridos pela indústria e agricultura⁷².

Mas, para que se entenda melhor a importância dessas colocações e dos debates que elas representam, é necessário efetuar algumas

⁷¹ - "Entre 1970 e 1980, a produtividade na indústria dobrou enquanto que no terciário não atingiu 60% " (Guide de L'Informatisation, 1987: 116).

⁷² - Enquanto um posto de trabalho automatizado na indústria custa 200 000F e na agricultura 400 000F, no terciário custa 16 000F. (Idem). Sobre a economia: "O maior fator empurrando essas mudanças é, obviamente, a economia. Nos Estados Unidos já é mais barato comunicar-se eletronicamente do que através do papel. A adoção de um processador de texto acoplado a um modem, dispensando a máquina de escrever, pode reduzir os custos de uma carta de 7 para 2 dólares. Poupanças ainda maiores podem ser atingidas com o uso do correio eletrônico e com o custo, cada vez menor, de equipamentos eletrônicos. Hoje, um semicondutor custa dez vezes menos que em 1975 e custará dez vezes menos do que o preço atual em 1995. Essa crença é geral" (Dados e Idéias, agosto de 1986).

distinções importantes situadas no campo teórico. Assim procedendo, podemos identificar nas mesmas características que dão às novas tecnologias e aos impactos de sua difusão, o estatuto de "saída" à crise, a presença de mecanismos inerentes ao processo de produção de mercadorias. Mecanismos de cunho ideológico. Mecanismos que tentam dissimular o agravamento das condições de barganha entre capital e trabalho, diante da aplicação da tecnologia e das novas estratégias organizacionais na produção, e que fazem das chamadas novas soluções, soluções destinadas a garantir o incremento da valorização do capital.

II.2 - Da subsunção do trabalho ao capital.

A generalização da utilização das tecnologias informacionais no processo produtivo, como resultado do desenvolvimento científico, força produtiva já caracterizada à época da grande indústria⁷³, culminou com a redefinição ainda mais violenta da relação entre o trabalho mediato e a mais-valia. A Teoria do Valor - seja sob forma da teoria do trabalho abstrato, enquanto suporte substancial de todas as mercadorias, enquanto "atividade comum de todas as atividades da produção" (Negri: 1), ou sob a forma da teoria do trabalho necessário, do trabalho determinado historicamente de acordo com a luta de classes - está agora susceptível de novas reflexões diante da subsunção de todas as atividades da produção ao capital (idem, idem).

A subsunção das atividades de cunho informacional ao capital coloca em questão as formas tradicionais da divisão social do trabalho, da luta de classes, e da própria discussão sobre a transição do

⁷³ - Caracterizada inclusive como o tipo de trabalho que objetiva o trabalho humano. (Texier, 141)

capitalismo. Responsável pela recomposição das bases da dominação técnica e política, ela se revela portadora dos conteúdos significativos que norteiam as novas hierarquias e relações de poder vinculadas à processualidade dominante de extração da mais valia relativa impulsionada pela radicalização modernizadora, e pela nova matéria prima absorvida nos processos produtivos, ou seja, aquela formada pelas normas culturais, intelectuais e comunicacionais.

Mas, se o crescimento em importância do trabalho imaterial, na composição da mercadoria, implicando uma quantidade cada vez maior de trabalho morto, passado, acumulado, condensado pela ciência e pela tecnologia, pode indicar a emergência das novas formas de sociabilidade, deve-se ressaltar que a análise de Marx sobre a recomposição da base técnica do capital, a partir da lei da queda tendencial da taxa de lucros, permanece sendo o ponto de partida necessário para a compreensão da capacidade de revolucionar permanentemente as bases de sua dominação, através das formas concretas/ históricas de organização social.

Nesse sentido é que a leitura histórica das distintas fases da cooperação produtiva sob o capitalismo torna-se reveladora do fato de que o processo de subsunção do trabalho ao capital expressa essa tendência histórica de sempre buscar novos métodos de desvalorizar a força de trabalho e eliminar ao máximo possível a sua presença como fator determinante do processo de valorização.

A unidade orgânica entre processo de valorização e processo de reprodução das classes sociais, ao mesmo tempo, revela o movimento feroz de apropriação da subjetividade dos produtores e sua transferência para os mecanismos automáticos e eletrônicos. Do mesmo modo, revela a unidade existente entre esse movimento permanente, e aquele que atualiza os aparelhos políticos da produção e da própria superestrutura

político-ideológica, indicando a capacidade desenvolvida pelo capital de garantir a produção de mercadorias a partir da possibilidade de modificar a própria forma de existência da força de trabalho.

Sob a separação entre trabalho manual e intelectual, na base das cisões entre campo e cidade, entre trabalho artesanal e parcelar, trabalho simples e complexo, ele vem sendo capaz de modificar o próprio perfil e a composição política das classes subalternas/trabalhadoras. Mais recentemente, sob a dominação das tecnologias de automação flexível, essa tendência expressa-se, não apenas num passo adiante do processo de apropriação das faculdades físico-intelectuais do trabalhador, da maior polarização e desqualificação dos saberes, mas, acima de tudo, promovendo uma desutilização do trabalho vivo sem precedente.

De forma que, desde a transformação da força de trabalho numa mercadoria a ser consumida no processo produtivo⁷⁴, desde a manufatura, passando pela maquinaria, pela grande indústria, e pela forma atual de subsunção do trabalho ao capital, pode-se identificar a necessidade de controle da produção por parte dos capitalistas. Valendo lembrar que os princípios fundantes desse controle servem para garantir e perseguir o aumento da produtividade através da eliminação dos custos, dos tempos porosos, dos erros, e, fundamentalmente, do controle instrumental sobre a subjetividade dos trabalhadores, o que acarretaria a permanente recomposição política das formas de enfrentamento.

Isso somente fica evidente a partir do advento da indústria moderna, ainda que os capitalistas já trouxessem do período

⁷⁴ - Essa foi uma das condições fundamentais à gênese de valorização do capital, pois, "a compra/venda da capacidade de trabalho implica a separação entre condições objetivas do trabalho - ou seja, os meios de subsistência e de produção - e a própria capacidade viva de trabalho, de tal modo que esta última é a única propriedade à disposição do operário e a única mercadoria que tem para vender" (Marx, 1985: 85).

manufatureiro⁷⁵, a consciência de que para atingir a finalidade de acumulação e reprodução das relações sociais, deveriam imprimir um teor autoritário, repressivo à cooperação⁷⁶. Foram as máquinas, contudo, que proporcionaram uma base estável do modo de acumulação capitalista. Com elas, e só a partir delas, Marx afirma, o homem pode incorporar seu trabalho passado, gratuitamente, num processo de produção em larga escala.

Marx identifica, ainda, nesse período uma etapa de grandes modificações técnicas, capazes de dar à máquina motriz "uma forma independente, inteiramente livre dos limites da força humana" (Marx, 1982: 431) para evitar as interrupções entre as diversas fases da

⁷⁵ - "...a manufatura cria uma classe de trabalhadores sem qualquer destreza especial, os quais o artesanato punha totalmente de lado. Depois de desenvolver, até atingir a virtuosidade, uma única especialidade limitada, sacrificando a capacidade total de trabalho do ser humano, põe-se a manufatura a transformar numa especialidade a ausência de qualquer formação. Ao lado da graduação hierárquica, surge a classificação dos trabalhadores em hábeis e inábeis (idem: 401). Mas, "não basta que haja de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital, e, de outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo de produção capitalista em seu pleno desenvolvimento, quebra toda resistência, a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital, e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio capitalista sobre o trabalhador" (Marx: 854).

⁷⁶ - O capital atingiu aqui, na fase da manufatura, uma condição *sine qua non* para a sua hegemonia: ele assumiu a direção propriamente dita do processo de trabalho, com vistas a atingir o controle absoluto da produção. "A direção deixa de ter sentido como condição do processo de trabalho e passa a ser função exclusiva do capitalista e recebe conotação de direção autoritária" (Palma, 1972: 8). Basicamente, a direção capitalista, caracterizou-se, nessa fase, pela preocupação com a extrema decomposição da atividade artesanal, e pelo rígido controle da ação dos trabalhadores. O aumento da eficiência era buscado através do controle dos tempos de execução de cada tarefa e da preocupação em se evitar o desperdício. A direção despótica prolongou a jornada de trabalho ao máximo suportado pelos trabalhadores, nesse momento histórico em que, para aumentar o capital, precisava aumentar o proletariado e tornar o mais contínuo possível ao processo de produção (Marx, 1982: 714). Nesse sentido, o incremento das condições de extração da mais-valia deu-se, então, pela subordinação da força de trabalho à função diretiva, mais do que, propriamente, pela modificação da base técnica da produção.

produção. Em seus primeiros exemplares a máquina foi concebida com vistas a garantir o máximo de continuidade no processo produtivo. "A máquina...é tanto mais perfeita quanto mais contínuo é o processo em toda a sua extensão, isto é, quanto menos for interrompido o trânsito da matéria-prima da primeira à última etapa, e quanto mais o mecanismo elimina a interferência humana, levando a matéria-prima de uma fase á outra" (idem: 434).

A subsunção real do trabalho ao capital transformou o trabalhador num mero vigilante de eventuais problemas e erros que pudessem acometer o sistema automaticamente impulsionado. A invenção da maquinaria permitiu a transferência "do aspecto operativo da área de trabalho do trabalhador à máquina, eliminando do processo de trabalho todos os condicionamentos subjetivos e substituindo-os por princípios objetivos de organização" (Palma, 1972: 22). Deu-se então, aquela passagem fundamental da característica do trabalhador manufatureiro enquanto senhor ao menos de seus próprios movimentos, através dos quais manipula as ferramentas, para mero apêndice da máquina. "Apêndice vivo de um mecanismo morto". (Marx, 1982).

A generalização do emprego das máquinas tornou apenas esporadicamente necessário o emprego da força muscular. Em cada ramo em que eram empregadas, a produção capitalista já não dependia essencialmente da qualificação e da força física dos trabalhadores. A partir de então, mulheres e crianças entraram no processo produtivo⁷⁷ enquanto força de trabalho, ao mesmo tempo em que se deu o rebaixamento do seu valor de reprodução, obrigando quase todos os membros da família a lutarem por sua conquista. Esse novo momento do

⁷⁷ - "A simplificação da máquina, do trabalho, é utilizada para converter em operário o homem que ainda está se formando, o homem ainda não formado - a criança - assim como o operário tornou-se uma criança totalmente abandonada. A máquina acomoda-se à fraqueza do homem, para converter o homem fraco à máquina" (Marx, 1978: 17).

desenvolvimento das forças produtivas, segundo Marx, ao promover "o afluxo predominante de crianças e mulheres na formação do pessoal de trabalho combinado...quebra finalmente a resistência que o trabalhador masculino opunha, na manufatura, ao despotismo do capital" (idem, 1982: 459).

A ampliação da jornada de trabalho combinou-se a esses aspectos. Com a maquinaria, a organização capitalista não encontrou limites para contabilizar as suas reais e potenciais possibilidades de ganho. Percebeu que com o custo invariável do equipamento adquirido, poderia prolongar sua utilização de forma quase ininterrupta, obrigando os trabalhadores à jornadas diárias de até 18 horas.

Para Marx, com as leis da limitação da jornada de trabalho, refletindo a entrada em cena do Estado para coibir os abusos, o desenvolvimento das forças produtivas ganhou outro teor. Operou-se, portanto, uma nova contrapartida histórica: a busca por métodos e equipamentos de produção que compensassem essas limitações e proporcionasse os meios de extração intensiva d sobretrabalho. Da capacidade humana de criar um valor excedentário em relação àquele considerado como socialmente necessário à sua reprodução.

Transformado em mero operador de um sistema que o oprimia, exaurindo suas força físicas e espirituais (Marx) o trabalhador viu-se diante de novas condições que o lançavam contra o capital.

A produção de máquinas prontas a substituir o trabalho vivo, enquanto princípio fundador da produção capitalista é paralela a concepção autoritária de vigilância do trabalho. "Através do código de fábrica o capital formula, legislando particular e arbitrariamente, sua autocracia sobre os trabalhadores, pondo de lado a divisão dos poderes tão proclamada pela burguesia e o mais proclamado ainda regime representativo. O código é apenas a deformação capitalista da

regulamentação social do processo de trabalho, que se torna necessária com a cooperação em grande escala e com a aplicação de instrumental comum de trabalho, notadamente a maquinaria. O látigo do feitor de escravos se transformou no regulamento penal do supervisor. Todas as penalidades se reduzem naturalmente a multas e descontos salariais, e a sagacidade legislativa desses Licurgos de fábrica torna a transgressão de suas leis sempre que possível mais rendosa que a observância delas” (Marx, 1982: 485).

O processo de valorização assumiu um teor absoluto para o capital, que por isso mesmo, cada vez mais, torna-se refém de seu caráter contraditório; sua relação com a força de trabalho é de dependência, mas dependência que tem como meta principal, ser abolida. Isso porque ele tem de lutar constantemente contra a insubordinação dos assalariados (Panzieri, 1972: 42).

Contudo, na grande indústria, a subsunção do trabalho material ao capital, sob a forma de apropriação das qualidades humanas nos equipamentos⁷⁸, já foi tão significativa ao ponto de Marx alertar sobre o potencial permanente de “desmoronamento da produção assentada no valor da troca” (Texier, 1993: 135). Ou seja, a contradição inerente ao capital, aquela que se refere ao fato dele perseguir como condição de sua sobrevivência, a supressão do trabalho imediato, do trabalho individual/concreto, implicaria na implosão de suas próprias bases de existência e reprodução.

⁷⁸ - “A grande indústria mecanizada ao incorporar as ciências e o progresso tecnológico desloca o primado do tempo de trabalho que “cessa de ser a medida da riqueza”, rumo ao tempo livre ou supérfluo, aquele da produção dos conhecimentos que se tornam órgãos imediatos da prática social e da regulação pelo *intellect general*. A valorização capitalista impele o trabalho necessário à desenvolver as necessidades sociais, ao mesmo tempo, desvalorizando o tempo de trabalho (socialmente/NT) necessário pela redução contínua do valor de troca da força de trabalho. A missão histórica do capital é de depreciar o valor de troca da força de trabalho, aumentando assim, a força produtiva e fazendo do desenvolvimento do indivíduo social o novo alvo imanente da produção” (Tozel, 1995: 4).

Esse é um dos aspectos mais delicados colocados atualmente pela introdução generalizada da informática nos processos de trabalho. A predominância do trabalho imaterial —cuja matéria-prima é a subjetividade que pretende reverter a noção de coletivo e de classes⁷⁹— na produção atual de mercadorias tem demonstrado, porém, que longe de implodir suas próprias bases, o desenvolvimento de novos métodos de extração da mais valia relativa tem permitido ao capitalismo acionar uma quantidade cada vez maior de trabalho morto acumulado, que é o próprio método da acumulação⁸⁰.

O impulso iniciado com o advento da grande indústria, que retira o papel predominante outrora atribuído ao trabalho vivo na valorização do capital e o identifica produtivamente com a ciência e a tecnologia, isto é: elevando, portanto, a composição orgânica do capital fixo em detrimento do trabalho imediato. Promove-se, mais recentemente, um duplo processo de deslocamento no conceito das relações de produção e reprodução, já que agora o processo de trabalho subsume as atividades informacionais ao processo de valorização (Lazzarato, 1993).

Ele pode agora unificar os momentos de produção, comercialização e financeirização, de modo a alterar imediatamente a participação dos trabalhadores, já transformados em meros vigilantes dos sistemas produtivos laminando, ainda mais, o papel do trabalho nos diversos setores produtivos (Texier, 1993).

Como afirma Vincent, "mais do que nunca, a medida da força de trabalho e de sua qualificação está ligada à institucionalização das relações e à sua inserção na objetividade social das relações de produção e das pressões das quais são portadoras. Todos os

⁷⁹ - Cf, Lazzarato, 1993.

⁸⁰ - "...e todo método de acumulação torna-se reciprocamente meio de desenvolver aqueles métodos"(Marx, 1982: 748)

agenciamentos socialmente objetivos, as relações de mercado, as relações de valor, as cadeias tecnológicas, a territorialização dos fluxos de produção, os movimentos dos investimentos, as modalidades de circulação da informação, a reprodução e o estoque de conhecimentos, tendem a fazer um sistema, isto é, a ajustar-se uns aos outros graças ao **elo regulador da troca que é o dinheiro, e graças aos automatismos da circulação do capital**. Em outros termos, pode-se dizer que os automatismos sociais são dominados por uma dinâmica sistêmica cujo motor é a valorização” (Idem, 1993: 125)

Isso coloca, efetivamente, contradições novas. Ao mesmo tempo em que o trabalho assalariado deixa de ser a referência central como dispêndio de trabalho concreto, as formas de quantificação do valor escapam aos padrões “tradicionais”(crise da forma medida do valor) por requerem normas de gestão, produção e sociabilidade, assentadas sobre o novo papel atribuído ao trabalho intelectual, bem como sobre as relações de poder que essas transformações induzem. (Lazzarato, 1992).

Novamente, a história será portadora da eclosão desses paradoxos, pois, ainda que substituindo o trabalho vivo enquanto fator determinante da produção, o aumento da composição técnica do capital, revelando o predomínio do capital fixo enquanto incorporação das capacidades intelectuais sob a objetivação do saber científico, não pode abolir completamente o trabalho humano, enquanto perdurar a estrutura mercantil por meio da qual se define a relação entre produtores privados, como a base da sociabilidade capitalista.

Obviamente, foge à problemática deste trabalho analisar o caráter de superação ou conservação dessas contradições⁸¹. Contudo, se

⁸¹ - Ver Lazzarato, Vincent, Texier, Tosel e Negri.

partimos do método da tendência antagonista⁸², e se nossa preocupação central é a desmistificação dos paradigmas e representações da classe hegemônica, arriscaríamos afirmar que as novas contradições encerram em si mesmas diferentes alternativas de hegemonias que podem advir da intervenção crítica voltada para a reflexão sobre valores de troca e de uso na produção capitalista e da prática das novas forças sociais, das novas formas de subalternidade. Da mesma forma, o grau de sua subordinação e a posição político ideológico no confronto com o capital, é que podem indicar as possibilidades dos antagonismos virem à tona, mais do que propriamente o fato de determinado segmento estar ou não vinculado à atividades produtivas ou improdutivas.

Esse raciocínio pode contemplar o caso brasileiro, no qual a importância político-ideológica dos trabalhadores bancários foi tão grande quanto a dos trabalhadores considerados dos setores produtivos ou industriais. Valendo na verdade como critério de reflexão o grau de exploração e expropriação que o capital pode exercitar sobre cada segmento que subsume, podemos perceber nos trabalhadores bancários, tradicionalmente considerados improdutivos, a mesma importância enquanto identidade que pode se construir em oposição ao capital, e a mesma possibilidade de ser submetido à sua direção intelectual.

⁸² - Negri, "Marx Au-Delá De Marx. Cahiers de Travail sur les "Grundrisse", Christian Bourgois Éditeur, Paris, 1979. (pp: 83-113).

II.3 - Um retorno à problemática sobre trabalho produtivo e improdutivo rumo à sua superação.

A problemática relativa ao afloramento dos “novos atores sociais” emergentes com as mutações tecnológicas, leva necessariamente à das clivagens usuais entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, devendo ser considerada a partir da sua reintegração ao movimento maior de reprodução do capital (Oliveira, 1979).

Comumente, o terciário é definido quase sempre apenas pela diferença, ou seja, o que não cabe nos setores Primário ou Secundário, é classificado como Terciário, ou “tudo o que não ganha o caráter corpóreo da mercadoria” (Oliveira, *idem*: 141). A necessidade de se descartar a distinção usual que relaciona ao produtivo o setor que produz bens, e ao trabalho improdutivo o que produz serviços, já bastante recorrente no início da produção monopolista do final do século passado, ocupou espaço importante na obra de Marx.

Para ele, é o duplo caráter do processo de trabalho na vigência do capitalismo que definirá a sua caracterização enquanto produtivo ou não. Ou seja, é o fato do trabalho sob o capital ser, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de valorização do capital, no qual a transformação dos fatores e condições da produção resulta na produção historicamente determinada de mercadorias e da mais-valia.

Dessa característica da forma capitalista de organização do trabalho decorre que “como o fim imediato e o produto por excelência da produção capitalista é a mais valia, temos que somente é produtivo aquele trabalho que (e só é trabalhador produtivo aquele possuidor da capacidade de trabalho que) diretamente produza mais-valia; por isso, só o trabalho que for consumido diretamente no processo de produção com vistas a valorizar o capital; “todo e qualquer trabalho que, numa

parte alíquota da massa total de mercadorias, representa simplesmente trabalho não pago, ou seja, um produto que nada custa ao capitalista. É produtivo o trabalhador que executa um trabalho produtivo e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital” (Marx, 1985: 109)⁸³.

Acompanhando as assertivas de Marx, Secco (1993) afirma, por sua vez, que as atividades produtivas vão daquelas presentes na produção, entendida como “o próprio tempo de trabalho e o estágio provisório em que os produtos se transformam independentemente da ação humana, por exemplo, os processos de fermentação do vinho; abrange ainda o tempo em que os fatores objetivos da produção se desgastam “improdutivamente”, “ociosamente’...” (idem: 3), àquelas atividades que envolvem as condições de conservação e estocagem do produto (idem). Quanto à circulação, o autor entende que as atividades nela envolvidas, não criam valor, são improdutivas, pois a parte que a elas cabe como remuneração, é retirada da massa total da mais-valia, não acrescentando mais valor, portanto. Assim, “no âmbito da circulação toda função é em si e por si mesma improdutiva (exceto os prolongamentos de funções da esfera produtiva), isto porque, o tempo de

⁸³ - Marx apreende o movimento histórico que cria condições para a caracterização do trabalho produtivo e improdutivo. Uma dessas condições diz respeito ao fato de que “é cada vez maior o número das funções da capacidade de trabalho incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo. Se se considerar o trabalho coletivo constituído pela oficina, a sua capacidade combinada realiza-se materialmente e de maneira direta num produto total que, simultaneamente, é uma massa total de mercadorias, e aqui é absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próximo ou mais distante do trabalho manual direto. Porém, então, a atividade desta capacidade de trabalho coletiva é o seu consumo direto pelo capital, ou por outra, o processo de auto-valorização do capital....”. A outra condição é a de que “as condições ulteriores de trabalho produtivo derivam diretamente dos trabalhos que caracterizam o processo capitalista de produção”, ou seja, o fato de que o trabalhador esteja no mercado vendendo sua capacidade viva de trabalho, e não uma mercadoria, e a partir do momento em que entra na produção é fator vivo, variável, portanto, é grandeza fluída de valor” (Marx, 1985: 110/111).

compra e venda não cria valor” (Idem: 3). Da mesma maneira, certas atividades contábeis, bancárias e comerciais também não são produtivas nem transferem valor, embora decorram das necessidades da produção. Elas aumentam o preço da mercadoria, mas não lhes agregam valor.

Contudo, a parcela de lucro que o capital pode auferir está relacionada às formas de racionalização dessas atividades. Quanto mais elas agilizem o tempo de realização da mercadoria, de sua produção e troca, quanto menor o tempo e o custo do dispêndio de recursos e força de trabalho, maior o incremento que garantem ao processo de produção de mais-valia⁸⁴.

Mesmo que essas análises de Marx tenham aberto caminho para a análise da produção da mais-valia como decorrência do processo produtivo sob o capital, para Oliveira (1979), subjaz um certo “moralismo” por detrás da utilização dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo”. A noção de divisão social do trabalho, afirma o autor, “torna-se possível apenas se se abandona o “naturalismo” das distinções entre mercadorias e serviços (idem: 141).

É ainda na perspectiva histórica do desenvolvimento do capitalismo, da passagem de sua forma concorrencial para a monopolista que está a chave da interpretação mais correta sobre o caráter dessa fronteira (idem); fronteira que possui uma configuração móvel, flexível, somente assim concebida, a partir da evolução histórica das relações sociais da produção, com vistas a incrementar a divisão social do trabalho, ou seja, a criação de “um movimento de externalização e internalização dos serviços do setor manufatureiro em função de suas

⁸⁴ - Como afirma ainda Secco, “A tendência do modo de produção capitalista, determinada pela necessidade de acelerar a acumulação de capital, é concentrar as funções de reprodução do capital em sua fase de circulação sob a responsabilidade de capitalistas exclusivos (“comerciantes”). Tais agentes de circulação incrementam a velocidade da acumulação via diminuição do tempo de transmutação formal do capital mercantil em monetário...” (idem: 3).

possibilidades técnicas e do mercado” (Boyer e Mistral, 1983) que designam as pressões no sentido de alargar as fronteiras que colocam obstáculos ao processo de valorização.

Movimento no qual podemos distinguir algumas grandes tendências: primeiro, a divisão do trabalho como resultado da separação entre a propriedade do capital e sua aplicação com a conseqüente divisão das atividades especializadas necessárias à gestão do capital. Nessa dinâmica tomaram grande vulto as atividades financeiras e comerciais que criaram, por sua vez, vários outros processos de trabalho, como as contratações, o comando, as vendas e a contabilidade, por exemplo⁸⁵.

Concomitantemente, as atividades do trabalhador direto também foram tornando-se cada vez mais subdivididas, gerando uma divisão intensa entre trabalho manual e trabalho intelectual, sustentada na expropriação dos saberes, e na sua transferência para técnicos, engenheiros, afinal, “o sistema capitalista de produção ...é também um sistema de dominação”, o que implica em que muitas das funções intermediárias, tornam-se funções de controle social (Oliveira, 1979: 142)⁸⁶.

⁸⁵ - “Em todas as atividades, o desenvolvimento do capital transformou a função operante do capitalista de uma atividade pessoal a um trabalho de uma multidão de pessoas. A função do capitalista é representar o capital e ampliá-lo. Isso é feito ou pelo controle da produção do valor excedente nas indústrias e atividades produtivas, ou pela apropriação dele de fora daquelas indústrias e atividades. O capitalista industrial, o fabricante, é um exemplo do primeiro; o banqueiro exemplifica o segundo. Essas funções gerenciais de controle e apropriação tornaram-se por si mesmas processos de trabalho. São controladas pelo capital do mesmo modo como ele executa os processos de trabalho da produção com trabalho assalariado comprado em larga escala no mercado de trabalho e organizado em imensas máquinas “de produção” de acordo com os mesmos princípios que governam a organização do trabalho na fábrica” (Braverman, 1980: 256).

⁸⁶ - Como diz Marx, “as potências intelectuais da produção se desenvolvem de um só lado porque elas desaparecem em todos os outros. O que os operários parcelários perdem se concentra em face deles no capital. A divisão manufatureira do trabalho lhes opõem as potências intelectuais da produção como a propriedade de outro e como o poder que os domina. O enriquecimento do trabalhador coletivo, e por

Funções anteriormente consideradas improdutivas, passam a ser incorporadas nas novas estratégias do capital com vistas a garantir a valorização, e “produzem agora seus exércitos de trabalho organizados na produção” (Braverman, 1982).

Essa característica dinâmica, mutante, faz do setor terciário “uma fronteira móvel, permanentemente redefinida pelo regime de acumulação” (Boyer e Mistral, 1983), o que torna necessário recolocar a compreensão da natureza e gênese do terciário, sob o ponto de vista da reunificação das relações entre os departamentos da economia, os ciclos do capital, ou seja, o capital monetário, mercantil e financeiro, e as esferas da produção, distribuição, circulação e consumo (Secco: 3). Repetindo, portanto, a modernização do terciário nada mais é do que um resultado da constituição dos serviços de integração do sistema produtivo definidos pelas novas relações inter e intrasetoriais.

II.4 - A subsunção dos serviços ao capital: a identificação da produção imaterial com o processo de valorização

O importante a reter nesse debate, é que o critério para a classificação do que seja produtivo ou improdutivo, material ou imaterial, é aquele que permite entrever a subsunção da atividade específica em questão, às normas de organização e de produção capitalistas.

Seja uma função do momento da transformação propriamente dita da matéria-prima, seja da própria circulação, independentemente daquilo que se produza, o que conta, é o fato de a atividade estar ou não

consequência do capital, em forças produtivas sociais, tem como condição, o empobrecimento das forças produtivas individuais” (1982: 413).

subsumida ao/no capital (Secco, 1993), isto é, integrada ou não ao trabalhador coletivo.

Nessa direção, a tendência recente de subsunção das atividades relacionadas à produção de bens imateriais, demonstrando mais um momento do deslocamento das fronteiras entre os setores produtivos, recoloca os termos do debate sobre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo: já que ela permite a constatação de uma nova forma de manifestação das contradições, dos antagonismos sociais da produção do valor, e, ao mesmo tempo uma profunda recomposição das classes trabalhadoras, tendo em vista o próprio processo de reestruturação produtiva do capital no período pós-fordista.

Marx chamou a atenção para o fato de que a tendência de assalariamento de todos os prestadores de serviços criava a confusão veiculada pelos apologistas segundo a qual, todos os trabalhadores “apenas trocam seus serviços por dinheiro” (1985: 112) Saltando-se “comodamente por cima da diferença específica deste “trabalhador produtivo e da produção capitalista como produção da mais valia, como processo de autovalorização do capital” (idem, idem), homogeneiza-se, dessa forma, a relação de todos os assalariados como prestatários de atividades, cujo valor de uso não aparece em sua natureza específica de integrar ou não o processo de valorização.

Tomando como ponto de partida sua análise que define o trabalho produtivo como “uma expressão concisa que designa a relação no seu conjunto e o modo como se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo de produção capitalista” (idem: 114), é necessário colocar o tema sob o ponto de vista que pretendemos sintetizar a seguir: o da profunda identificação do processo de produção de mercadoria - mais que em qualquer outro momento histórico - com o aspecto imaterial, não corpóreo da transformação, torna este último, ao mesmo tempo

“pressuposto e resultado do processo de alargamento da cooperação produtiva até incluir a produção e a reprodução da comunicação e então o seu conteúdo mais importante: a subjetividade (Lazzarato, 1993: 111).

As matérias-primas e as condições de transformação tornam-se mensuráveis, portanto, por meio de outros critérios. Como a maioria dos autores observa, o trabalho pode ser agora identificado ou definido como atividade de gestão, ou seja de controle da capacidade cooperativa com vistas a evitar o máximo possível a interrupção do fluxo do trabalho e, portanto, assegurar as condições de satisfação e coordenação do trabalho coletivo. E desse ponto de vista, as inovações tecnológicas têm contribuído decisivamente para a recomposição do papel do trabalho imediato enquanto elemento determinante da forma medida da mais-valia, e para que os apologistas reiterem a perda de sentido da categoria trabalho.

O trabalho imaterial, identificado com as atividades comunicacionais e de gestão, torna-se diretamente trocado por dinheiro enquanto capital, isto é, “por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital e que como capital se contrapõe à capacidade de trabalho” (Marx, 1985: 114).

Assiste-se atualmente um indiscutível aumento da importância do processamento das informações no interior da produção industrial, que tem permitido a mudança de estratégia do controle sobre o próprio ciclo produtivo⁸⁷. Da capacidade de se antecipar as vendas e do contato com os consumidores, pode-se depreender a subordinação das inovações de cunho comunicacional aos imperativos comerciais e financeiros

⁸⁷ - Culminando com o chamado “novo profissionalismo”, ou seja, “por uma capacidade lógica e genérica de leitura, interpretação e combinação de variáveis monitoradas, dentro de um segmento de processo delimitado, e por um agrupamento de funções responsável sobretudo por intervenções parciais e simples de diagnósticos, reparo e regulagem. Enfim, é importante ressaltar que formação profissional e qualificação são mais ingredientes políticos do que reflexos de necessidades e situações reais”(Ferraris, 1985: 57).

(Lazzarato, 1993: 113). Isto, de acordo com Lazzarato, dá aos “serviços” uma participação cada vez mais decisiva diante das necessidades de reprodução do capital: a dimensão de “construção social” e de um processo social de cooperação e inovação (idem: idem).

À medida em que a organização industrial contemporânea está absorvendo a informação enquanto norma produtiva e concorrencial, capaz de determinar a concepção dos produtos, e antecipar o momento da venda, para antes do processo de fabricação propriamente dito, pode-se afirmar que, mais do que um aumento dos serviços, o que se assiste é um desenvolvimento das relações de serviço” (Lazzarato, 1993: 113).

Mais que nunca, sob a forma de “trabalho imaterial”, o capital pode produzir valores de uso cuja expressão básica é a própria subjetividade (idem). A inversão da relação produção/consumo está na base dessa possibilidade que atinge toda a produção. Ela modifica o perfil do trabalhador, de quem o capital exige agora uma habilidade renovada de “coordenador das diferentes funções da produção, no lugar de sofrer-lhe simples comando” (Lazzarato, 1992). Cada vez mais, o trabalhador é um trabalhador de vigilância e controle dos processos produtivos.

Desse modo, o papel desempenhado pela produção de bens imateriais na reconfiguração do momento atual do capitalismo, seja ao permitir a constatação de que “a clivagem entre os serviços, a produção e a circulação é cada vez menos significativa” (Lazzarato: 67), seja ao implodir, de certa forma, a própria validade do trabalho simples, abstrato, enquanto valor medida da produtividade social - concomitantemente, obrigando-nos à uma atualização da lei do valor - é um dos aspectos cruciais colocados à teoria crítica, diante das formas assumidas pelas novas subjetividades em construção.

A subjetividade tende a ser aqui apropriada produtivamente, isto é, para além de suas formas tradicionais de existência, com o objetivo de

atingir plenamente a subordinação/integração da força de trabalho à visão de mundo do capital. Ela pôde alcançar, agora, a condição de mercadoria⁸⁸. Tornou-se produto ideológico. Ou, segundo Lazzarato, “o produto ideológico tornou-se para todos os efeitos uma mercadoria” (idem, 1993: 118)⁸⁹

Conquanto a mercadoria expresse uma relação social de produção, marcada pelas contradições de uma sociedade movida pela divisão social do trabalho, essa apropriação do trabalho imaterial, da própria subjetividade pelo processo de valorização, corresponde a nosso ver, à resposta mais cabal aos obstáculos que emperraram as bases da reprodução do capital no período que caracterizou a crise do fordismo⁹⁰.

E essa dimensão histórica, reintroduzindo nela o significado da luta de classes, ou dos antagonismos, leva-nos a pensar que na verdade, estamos falando de um processo em construção; longe de prefigurar um ponto de chegada, posto que ele é a condensação de momentos contraditórios que prevêm o embate da capacidade genérica do capital de subsumir o trabalho imaterial abstrato, mas ao mesmo tempo, da subsunção a ele, ao capital, do trabalho imaterial, múltiplo e ‘real’. J-M Vincent (1993) vê nesse processo de embate entre

⁸⁸ - “A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (seu valor de uso sendo essencialmente seu conteúdo informacional e cultural) consiste no fato de que ele não se destrói no ato de consumo, mas, ao contrário, se alarga (se amplia no tempo/NT), transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Seu valor de uso não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma seu usuário” (Lazzarato, 1993: 114).

⁸⁹ - Vejamos ainda com Lazzarato: “Os valores são “postos de trabalho”. A transformação do produto ideológico em mercadoria desvia o imaginário social que se produz nas formas de vida, mas ao mesmo tempo a produção mercantil deve declarar-se impotente frente a sua própria produção. Somente as formas de vida (em suas formas coletivas e cooperativas) é que são fonte de sua inovação” idem, 1992: 118)

⁹⁰ - Seguindo a linha de análise de Lazzarato (1993), podemos afirmar que essas mudanças vêm à reboque das reivindicações dos movimentos operários que questionaram a divisão taylorista, e a gestão capitalista do trabalho. O capital, como contraponto, “foi obrigado a promover, encorajar, desenvolver a subjetividade trabalhadora e sua cooperação, pois a chave da produtividade está no trabalho coletivo e autônomo”(idem, 1992: 57), ainda que voltando-se contra elas.

racionalidades, caracterizadas como uma unidade contraditória, a indicação de que na verdade, ao abraçar novas atividades, o processo de valorização, é confrontado com novas formas dos antagonismos.

Por isso, ao reconhecermos que o limite tradicionalmente estabelecido entre produtivo e improdutivo, entre material e imaterial, entre manual e intelectual já não responde à nova conjuntura, estamos reconhecendo igualmente a emergência de novas subjetividades que conformam o campo permanente de confronto diante das transformações e avanços do processo de valorização, e que irão designar daqui por diante as alternativas, os projetos sociais, e a possibilidade ou não de superação da ordem capitalista.

E se é verdade que a produção pós-fordista trazendo para dentro dos domínios do processo de valorização aquelas atividades anteriormente identificadas como improdutivas, o faz de modo a estabelecer novas redes e fluxos cooperativos em outros espaços que não os tradicionalmente produtivos⁹¹ (como as grandes fábricas, grandes corporações burocráticas, etc.) fica ainda a indagação a respeito de como as formas de interatividade delas decorrentes poderão ser apropriadas pelas forças subalternas. Estas, reinventando suas formas de sociabilidade, burlando e questionando a ênfase ainda dada ao trabalho como mera condição de valor de troca, de capital variável,

⁹¹ - "O "general intellect" é de fato realizado em redes e nos discursos de comunicação que transforma sem cessar as situações. Ele é, nesse sentido, o contrário das funções automatizadas que bloqueiam, em si próprias, toda interatividade autêntica...Não se pode, portanto, reduzir o "general Intellect" à simples práticas produtivas nas empresas, já que ele estabelece relação entre processos complexos desenrolando-se em lugares muito variados (aprendizagens individuais fora da produção, produção de conhecimentos em centros de pesquisa e instituições de formação, difusão de saberes por instituições culturais, etc.) (Vincent, 1993: 128).

II.5 - O primado do trabalho imaterial na reestruturação produtiva: o fetichismo do capital a juros, o trabalho bancário e as relações entre as frações do capital.

As análises da reestruturação produtiva que tentam capturar momentos de um processo extremamente veloz, no qual as representações usuais acerca de nossa sociedade e do papel nela desempenhado pelo trabalho, apontam para uma relação muito estreita entre o momento da comercialização e da financeirização e aquelas mudanças que afetaram os processos industriais.

Ao mesmo tempo, como pudemos perceber até aqui, o desenvolvimento do processo histórico que culminou com a subsunção ao capital de setores identificados como improdutivos, como aqueles que nada acrescentavam ao montante de mais-valia, mediatizada e impulsionada pela aceleração do desenvolvimento tecnológico, tendo em vista ainda, o panorama político institucional instaurado mais recentemente, exigiu um deslocamento das fronteiras tradicionalmente estabelecidas entre as categorias trabalho produtivo/improdutivo; trabalho material/imaterial/ produção/consumo.

As transformações vividas pelos processos de trabalho⁹² no setor de serviços, apresentaram-se ao mesmo tempo como tendências comuns aos demais setores produtivos, no que se refere ao processo de subsunção do capital —obviamente, guardadas as devidas especificidades como por exemplo, as que dizem respeito à constituição das identidades em confronto— e por isso mesmo como sinalizadoras das rearticulações encadeadas a partir da constatação da crise por parte

⁹² - Entendidos enquanto unidade das relações de produção e de poder sobre a qual se garantem as bases da dominação no trabalho e na vida social mais ampla.

dos grupos dominantes, e das buscas por estratégias de contorno da mesma.

Bastante reduzido seira o alcance de nosso trabalho se, apesar das evidências da forma ativa pela qual o sistema financeiro vêm participando dos processos de trabalho específicos e das relações políticas entre seus agentes, e sobretudo, da modernização dos processos produtivos de modo geral, não nos detivéssemos à uma análise, ainda que embrionária, de sua própria natureza e das modalidades históricas de suas relações com a produção imediata⁹³. É do nosso entendimento, esse foi um dos pontos mais fecundos emergentes do exercício reflexivo desenvolvido com base na premissa da reunificação dos momentos político-econômico-ideológico, enquanto forma de análise de uma situação concreta: a do caso brasileiro de automação bancária.

Nessa direção, a ênfase dada a reestruturação produtiva, que respondeu basicamente aos imperativos das correlações de forças, permite compreendê-la como uma estratégia inédita de imobilização das formas históricas de consciência adquiridas pelos trabalhadores, levando-nos a reconhecer que nesse processo, a importância assumida pelos momentos da comercialização e da financeirização revelam, tendências dessa mesma recomposição, demonstrando, com isso, a amplitude e a historicidade de um processo extremamente complexo, cuja compreensão não cabe em equações mecanicistas ou

⁹³ - Ver Chesnais, para quem a análise das modificações na grande indústria manufatureira ou de serviços pede a incursão na esfera financeira, pois "...as instituições financeiras assim como os mercados financeiros erguem-se como uma força independente toda poderosa frente aos Estados, face às empresas de pequeno porte e face às classes e grupos sociais despossuídos que subsistem ao peso das "exigências do mercado"... Ao contrário, no caso dos grandes grupos do setor manufatureiro ou de serviços, a estrita imbricação entre as dimensões produtivas e financeiras da mundialização do capital faz parte integrante de seu funcionamento" (Chesnais, 1994: 206).

simplificadoras do caráter estrutural da crise do capital, a não ser quanto do ponto de vista do seu caráter apologético.

Se um dos aspectos mais importantes do embate atual, é o papel desempenhado pela fração-dinheiro enquanto direção política, ideológica, e também material, das bases da produção do novo valor, entendemos ser necessário recuperar uma preocupação quanto a característica do dinheiro em sua relação com a produção⁹⁵.

A especificidade do processo de trabalho bancário é profundamente marcada pelo capital a juros, na capacidade de transformação de uma determinada soma de dinheiro numa soma acrescida. Como toda a bibliografia menciona, a atividade escritural, que no início carecia de “apenas” papel e tinta para processar o juro, seu principal produto, distingue-se da atividade material, diretamente produtora de mercadorias, principalmente por condensar essa dinâmica pretensamente mágica. Isso porque, o que é produzido pelo trabalho bancário não se concretiza em algo palpável, material, mas em algo verossímil. Para sermos fiéis a representação dos banqueiros quanto a sua atividade:

“O Banco negocia com intangíveis. Com coisas tão imateriais quanto a moeda escritural - que só em seus lançamentos tem existência. Com bens de extrema delicadeza - tais como o crédito que lhe merecem os clientes a que faz empréstimos. Com valores incorpóreos tão importantes como a confiança que o público deposita no Banco”(Febraban, 1970: 34).

O que há de mais instigante, na análise desse problema, é o fato de que é exatamente no processo de trabalho bancário que se dá a concretização da mistificação do dinheiro enquanto capital produtor de juros. Segundo Segnini e Blass, ainda que não produzam excedentes de

⁹⁵ - A crise dos anos 1973-74, ao dar espaço às políticas monetaristas, colocou na ordem do dia, para alguns marxistas, o problema da relação entre o dinheiro e o valor. Entre eles, A. Negri, e S. De Brunhoff, ressaltam ainda, os termos do mesmo debate travado entre Marx e Proudhon.

forma direta, por meio das atividades bancárias o capital gera parcelas maiores de lucro, paralelamente ao montante que lhe cabe pelo fato de alienar sua propriedade do capital⁹⁶.

Arriscaríamos afirmar, portanto, que a referência constante nas representações das classes dominantes⁹⁷ sobre o esgotamento dos paradigmas tradicionais, revelando a "impossibilidade de se assegurar a coordenação das exigências próprias à maior mobilidade internacional do capital, em um contexto de crise imperialista e das formas de representação e direção dos Estados-nações (particularmente de tipo welfare state)"(Tude de Souza, 1994: 38) encontrou nas políticas monetárias e na sua progressiva desregulamentação, mais um estímulo fundamental dos "processos de ajuste e (re)coordenação entre forças produtivas e aparelhos de hegemonia" (idem, idem).

A determinação social da produção capitalista e "a forma dinheiro do capital, que abre e fecha o circuito capitalista D-M-M"(S. de Brunhoff, 1978: 135) criam uma inversão das fases da produção. Elas fazem com que antes mesmo de ser destinado ao processo produtivo, o dinheiro seja considerado uma pressuposição básica e não um resultado. Pressuposição dada pelo título de propriedade do capital. Título de propriedade, por sua vez, que faz parecer natural a atribuição dos juros àquele que o possui.

As atribuições do capitalista, que se coloca como o que organiza o processo de trabalho, por sua vez, aparecem como mera função do

⁹⁶ - "A exploração do trabalhador bancário pode não significar nenhuma alteração na apropriação do excedente reservado ao capitalista passivo, tendo em vista que a determinação do juro está intimamente vinculada às condições expressas pelo mercado no qual se realiza a concretização dos valores de troca. Porém, a exploração do trabalhador bancário possibilita ao capitalista ativo (banqueiro) uma apropriação maior do excedente concentrado em suas mãos sob a forma de lucro, posto que este é determinado a partir da relação que estabelece com o juro, e através da exploração da força de trabalho (minimização dos custos de funcionamento)" (Segnini, 1988: 21).

⁹⁷ - No capítulo seguinte apresentaremos exemplos a esse respeito.

trabalho, como mais uma função como a de qualquer outro trabalhador⁹⁸. “Assim, a eles, proprietários ou não do capital em processo, lhes parece natural que os juros sejam atribuídos ao capital enquanto tal, à propriedade do capital, ao proprietário do capital, este sendo ele próprio ou um terceiro; enquanto o lucro industrial, ao contrário lhes seja atribuído como produto do seu trabalho. Eles se confrontam pois como capitalistas em função - agentes efetivos da produção capitalista - consigo mesmos ou com outros na qualidade de proprietários. E uma vez que são trabalhadores, são de fato assalariados e, por causa de sua excelência particular, apenas trabalhadores assalariados melhor remunerados, o que aliás devem, em parte, à circunstância de serem eles mesmos que se pagam o próprio salário” (Marx, 1978: 280).

Como é bastante sabido, o capital a juros e o capital comercial, são duas formas anteriores ao capital industrial. Eram as formas determinantes da produção artesanal, na qual detinham o controle da produção e do mercado, pois ao comerciante cabia o papel de produzir e regular o mercado. A partir da grande indústria houve uma inversão dessas funções: o capital industrial dominou o processo e as formas anteriores passaram a ser funções derivadas e secundárias da produção capitalista, que os domina.

A transformação da produção em produção capitalista alterou também, obrigatoriamente, as funções dos agentes produtivos. O produtor passou a ser comerciante e o capital comercial passou a “desempenhar uma função determinada no processo de reprodução do capital” (Marx, 1978: 274). Os capitais a juros e comercial, foram

⁹⁸ - Vejamos com S. de Brunhoff: “Aqui o capital fictício assume um *sentido* novo...Ele reflete uma *contaminação* de todas as fontes de renda pela forma mais fetichizada do capital, a do capital financeiro portador de juros. Como se todos os indivíduos fossem proprietários de capitais que produzem rendas, inclusive eles mesmos. O próprio salário torna-se a renda de um “capital humano”, do qual os trabalhadores são proprietários (a menos que sejam escravos)” (1978: 155).

quebrados por forças criadas pelo capital industrial. Ao Estado coube determinar a baixa da taxa de juros, e criar um sistema de crédito. Ao mercado, conquistado pela grande indústria, coube a tarefa de sedimentar a substituição da compra e venda das mercadorias, pela compra e venda da força de trabalho como seu fundamento⁹⁹.

Mas, como seu antecedente, como sua forma anterior, o capital a juros é parte do processo de acumulação capitalista. No momento em que houve a cisão capaz de autonomizar, na aparência, as partes do capital, deu-se uma cisão “qualitativa”. (Marx, 1978: 292) Mais que nunca, no capital a juros exprime-se o caráter fetichista das condições de trabalho(idem); em vez de apresentar-se em oposição ao trabalho “o faz sem qualquer relação com ele, mero vínculo de um capitalista a outro. Portanto, como uma determinação indiferente e extrínseca à relação com o próprio trabalho (Marx, 1978: 287).

Ao criticar a economia vulgar, Marx ressalta o fato de que a imanência do capital independe de em quais mãos esteja o seu título de propriedade ou de posse, entre outras razões, pelo fato de que “o prestador vende ao capitalista industrial seu dinheiro como uma coisa

⁹⁹ - A unidade apontada por Marx entre o desenvolvimento do sistema monetário e as necessidades de financiamento demandadas pelos capitalistas é indissociável do próprio desenvolvimento dos Estados Nacionais, à medida em que coube a estes, centralizar os recursos e exercer a função de gestores da divisão interna ao capital, da qual derivam o capital industrial, o financeiro e o comercial. Além de gestores da moeda, os Estados Nacionais constituíram-se enquanto responsáveis pela gestão da força de trabalho na sociedade capitalista emergente (historicamente falando). Portadores dos mecanismos de coação pública, as modificações por eles sofridas e pelas formas de crédito que o acompanham ao longo do século XIX e XX, podem revelar as oscilações decorrentes das relações entre os produtores privados os Estados entre si, e estes em relação aos trabalhadores (S. de Brunhoff, 1978). Essas oscilações estão na raiz da própria relação entre o dinheiro e o valor. Elas indicam, entre outras coisas, a tentativa desmedida levado a cabo pelos Estados-nações, de encontrarem um padrão invariável dos valores (idem), que pudesse como que camuflar as conturbações inerentes ao caráter de síntese dos antagonismos, advindos da produção, e que afetam os níveis e as formas de materialização da lei da mais-valia.

extratora de juros” (Marx, 1978: 267). As divergências entre as frações da burguesia nada mais são do que fruto das oscilações das taxas de lucro e de juros. A essência da produção capitalista não chega a ser atingida de acordo com a distribuição desses valores entre os capitalistas. Porém, deve-se reconhecer que com a grande indústria, os banqueiros se constituíram enquanto classe capaz de submeter a si o controle dos capitalistas individuais que dispunham desta ou daquela parte de dinheiro destinado à produção. Nesse momento, a idéia de exterioridade transformou-se em força produtiva. Segundo Marx, o capital emprestável, o capital a juros ganha a força de classe, que se organiza e estabelece projetos, ao mesmo tempo em que aparece como “capital emprestável da sociedade, concentrado em poucos reservatórios” e pode equilibrar o processo produtivo, à medida em que se reparte entre os diversos ramos produtivos de acordo com suas necessidades (Marx, 1978: 270).

II.6 - O capital financeiro como a versão mais desenvolvida da autonomização da reprodução do capital em relação à produção.

Nessa direção, Segnini (1988) ressalta o fato de como a “fetichização” se estende ao sistema financeiro: essas atividades que envolvem o emprego do capital como fonte de lucro e juro, formadoras do mundo financeiro, aparecem como se tivessem vida própria e não decorressem de uma divisão histórica das tarefas necessárias ao processo global de acumulação do capital.

No caso da terra enquanto fonte de renda, de acumulação, a confusão veiculada entre valores de uso e de troca permite consolidar a

idéia de que ela é uma força produtiva, “personificada...no proprietário” (Marx, 1978:261). Assim, as representações não deixam de passar pela forma propriedade, e a maneira pela qual ela mediatiza a produção do novo valor

Por sua vez, o trabalho assalariado é confundido, no interior das relações capitalistas de produção, como trabalho em geral. Confunde-se a forma social usada pelo capitalismo de assalariar o produtor direto com uma autorização para que possa produzir e garantir a sua sobrevivência, com a forma encontrada de extração do sobre-trabalho. Ao capital, finalmente, cabe nas representações sociais, a idéia de que “é instrumento de pescar trabalho alheio. Seja isso tratado como justiça ou injustiça, fundado ou infundado, fica sempre subjacente e subentendida a relação do capitalista com o trabalhador” (Marx, 1978: 262).

No lucro e no capital, por mais que se tente evitar, sempre aparece sua relação com seu passado. Passado que na esfera da produção ou da circulação pressupunha sempre a separação entre propriedade e força de trabalho. Porém, no capital a juros constitui-se a idéia de que ele existe sem a mediação da produção ou da circulação. Ele pode aparecer como algo sem nenhuma relação com seu processo de criação. Ao aparecer como uma mercadoria especial, como algo que pode ser vendido como qualquer outra coisa, o capital a juros, ganha um caráter fetichista, indiscutível, de algo que se relaciona apenas consigo mesmo e, cuja reprodução apenas se deve à decisão de seu possuidor, de torná-lo capital ou não. (Marx, idem),

No capital a juros, o retorno do dinheiro como mais dinheiro, não depende à primeira vista, da forma como ele é empregado na produção ou circulação. Ele é exterior ao movimento da produção. Assim, ao vender seu dinheiro como capital, num primeiro momento, o proprietário se desemcumbe do processo produtivo. Cabe ao que o toma emprestado,

transformá-lo em capital destinado à fazer funcionar o processo de valorização.

Dá-se então, simultaneamente, a decomposição das tarefas dos capitalistas, enquanto detentor de capital e proprietário industrial, e a decomposição formal do título de propriedade do capital. Separam-se, portanto, as funções de empresário e de capitalista. "O primeiro se encarregaria da organização interna da empresa no sentido de produzir lucros, isto é, excedentes transformáveis em capital. O segundo, apareceria como portador de direitos de propriedade sobre a renda produzida, e se encarregaria de sua acumulação sob a forma de capital financeiro, bem como de sua recomposição em capital produtivo, mediante aplicação nos setores que lhe pareçam mais rentáveis - um dos quais pode ser por algum tempo o próprio setor financeiro" (Tavares, 1983:215).

Essa divisão estabelece uma nova relação jurídica entre vendedor-comprador desse capital cujo preço - expresso nos juros - representa o valor de mercado da alienação, do empréstimo da propriedade do capital, de um capitalista a outro¹⁰⁰. O capitalista existe, então, duplamente: como o que empresta e como o que toma emprestado. Como o que tem a posse do capital e como o que transforma esse capital no processo de produção em mais-valia, em capital acrescido.

¹⁰⁰ - Segundo Marx, essa relação jurídica encarna as formas de confronto que as diferentes formas de realização do capital pode assumir. "No capital dinheiro...confrontam-se apenas duas espécies de compradores e vendedores, procura e oferta. De um lado, a classe de capitalistas, tomadora de empréstimos, de outro, a dos emprestadores. A mercadoria tem a mesma forma: dinheiro. Apagam-se aqui todas as formas particulares que o capital assume segundo cada esfera particular de produção ou circulação em que é investido. Existe na figura indiferenciada e igual a si mesma de valor de troca independente, de dinheiro. Cessa a concorrência das esferas particulares: todos se encontram na mesma situação como emprestadores de dinheiro e o capital se confronta com todos, também na forma em que ainda é indiferente para as formas de sua aplicação. Como capital produtivo, ele apenas aparece no movimento e na concorrência entre as diversas esferas particulares, como capital coletivo em si da classe, agora comparece efetivamente, com toda a força, na demanda por capital" (Marx, 1978 : 270).

O que nada mais é que a simples transferência da propriedade do dinheiro, resulta numa refinada elaboração que encobre a real função do processo de produção sob o capital; pode-se, no capital a juros, reconhecer muito menos do que no lucro, a mais-valia (Marx: 266). Os juros aparecem apenas como uma parte do lucro que é extraído no processo de produção pelo capitalista que toma emprestado o dinheiro¹⁰¹. A este que toma emprestado o capital por um tempo determinado, cabe a condição de se opor às condições de produção. A ele cabe o caráter opositivo, e não ao que empresta. O proprietário do capital, ao alienar-se da posse de sua mercadoria, apenas se coloca em oposição àquele a quem emprestou, sob uma forma devidamente contratada. "Na mão do capitalista de dinheiro A, o capital, entretanto, não possui esse caráter opositivo que o torna capital, que faz a propriedade do dinheiro aparecer como propriedade do capital. Desaparece a determinidade real da forma pela qual dinheiro ou mercadoria se tornam capital" (Marx: 266).

Esse processo de fetichização que mostra as atividades econômicas tão independentes entre si na sua aparência, sustenta a própria aparência de antagonismo entre as frações da burguesia, que se projetam como conflitantes na definição das taxas de juros, de lucros, e da homogeneização desses valores, definidos pela média global das atividades produtivas¹⁰².

¹⁰¹ - As representações tem papel fundamental na reprodução das condições da valorização, para Marx: "Para o economista vulgar que pretende apresentar o capital como fonte autônoma de valor, de criação de valor, esta forma naturalmente é um achado, uma forma na qual a fonte do lucro não é mais reconhecível, e o resultado do processo capitalista - isolado do processo - se reveste de um modo de existência autônomo. Em D - M - D' temos a forma de capital desprovido de conceito, a inversão e a coisificação das relações de produção em sua mais alta potência" (Marx, 1978: 268).

¹⁰² - Marx explica que, à taxa geral de lucros corresponde, sim, uma taxa geral de juros, que tem uma forma mais fixa e palpável. Enquanto a taxa de lucros varia de setor para setor, dependendo das oscilações dos preços de mercado, dos custos da produção, etc., a taxa de juros varia, mas essa variação vale para todos os

As frações da burguesia decomposta, lutam não somente pela capacidade cada vez maior de extração da mais-valia sobre a capacidade de trabalho dos seus assalariados, como também pela divisão dos lucros, pela apropriação de parcelas relativas maiores do trabalho excedente

O impulso fetichista encontra então novos argumentos. O *quantum* de sobre-trabalho extraído do processo produtivo é dividido em duas partes: o lucro e os juros. Estes últimos sendo destinados ao capitalista que aplicou seu dinheiro - que podia ou não entrar em funcionamento¹⁰³ - no financiamento da produção. Enquanto o lucro aparece como "fruto do trabalho em funcionamento" os juros são a parte que cabe ao "capital enquanto este não trabalha, não funciona" (Marx: 277). A simples partilha do capital em segmentos que ganham autonomia¹⁰⁴, permite que o acréscimo do valor seja justificado pela idéia de que são dois os capitalistas responsáveis pela coordenação e o impulso ao processo produtivo: aquele que está fora da produção, cujo título da propriedade do dinheiro lhe dá a prerrogativa de credor do juro, e o que vai enfrentar diretamente as condições da produção, ordenando-a e impulsionando-a. Na verdade, estas funções podem estar nas mãos de mais de um ou de apenas um capitalista. Porém, a partilha do sobre-trabalho responde a essa divisão do título da propriedade do capital.

emprestadores. Sua determinação é a determinação do preço do dinheiro, enquanto mercadoria, no mercado.

¹⁰³ - Isto é importante, aqui a "vontade de investir na produção" assume um caráter impressionante. Se o capitalista quiser, pode contribuir para o avanço e o bem estar social, cabendo-lhe, então, uma remuneração digna de sua importância.

¹⁰⁴ - "Esta autonomização da figura das partes particulares - e seu confronto como figuras autônomas - se completa porque cada uma dessas é reduzida a determinado elemento como a sua medida e sua fonte particular, porque cada parte da mais-valia se apresenta como efeito de uma causa particular, como acidente de uma substância particular. Assim o lucro-capital, renda-terra, salário-trabalho" (Marx, 1978: 286).

Segundo Marx, este argumento é básico para a criação da condição necessária que transforma o dinheiro e a mercadoria potencialmente em capital. Em capital antes mesmo de entrar no processo produtivo.

II.6.A - O fracionamento e a concorrência intercapitalista como aparência necessária de mais um momento do processo de concentração do capital.

Nesse sentido, as divergências entre as frações do capital também são formas de se deslocar o foco das contradições que realmente impulsionam o processo de acumulação¹⁰⁵. Os partidos socialistas do século passado já caíram nesse engodo, segundo Marx. A economia vulgar também primava pela ênfase aos aspectos particulares que geravam as representações habituais segundo as quais o capital a juros e comercial, eram forças restritivas e em oposição ao capital industrial.

Sob a ideologização do dinheiro, mais recentemente, podemos identificar no Brasil um momento da concorrência intercapitalista em que o capital desfacela seu caráter de sujeito único a partir do processo que culminou com a disputa pela hegemonia do processo social. A fração financeiro-bancária tornou-se visível com as representações das classes dominantes industriais da conjuntura inaugurada nos anos setenta¹⁰⁶,

¹⁰⁵ - De acordo com Chesnais, que atualiza em seu recente livro, as relações entre o capital financeiro e o industrial após os anos noventa, "...O fato de que os grupos industriais sejam elementos constitutivos do capital financeiro como jamais o haviam sido, não significa que as relações com os bancos sejam fáceis. Os grupos industriais estabelecem com as instituições financeiras e os grandes bancos relações de cooperação/conflito, mas também, laços de interpretação recíprocas, nos quais a forma e os meios variam de país para país"(idem, 1994: 233).

¹⁰⁶ - Chesnais afirma ter apresentado em sua obra elementos quanto ao "movimento do capital" sob suas três formas...um conjunto de dados que tendem a sugerir o crepúsculo do ciclo iniciado sob a dominação do capital industrial. Podemos constatar

pela força e o caráter especulativo de suas formas de intervenção. Enquanto tal, teria impedido que a fração industrial realizasse legitimamente sua função social de coordenação das condições produtivas gerais. Por sua vez, o Estado apareceria como um sujeito sem projeto e incapaz de reunificar suas partes.

O trabalho também perderia sua referência de sujeito em oposição ao capital. Este, por sua vez, veiculando amplamente a dificuldade de se defrontar com sua fração-dinheiro. É quando, assumindo a autonomia em sua feição mais acabada, procura alinhar alianças com a força de trabalho, já que pode aparentar maior semelhança com ela, à medida em que também é trabalho, do que com o capital a juros.

Nada mais conveniente, portanto, para as necessidades de retomada do controle do processo de acumulação, como a que temos visto nas últimas décadas, do que a ênfase nas características do capital financeiro como responsável pelas medidas adotadas com relação ao trabalho. A quebra dos contratos trabalhistas, a crítica ao trabalho como categoria histórica que pode tornar mais clara a dinâmica da sociedade capitalista, a tercerização, enfim, podem ser explicados como necessidades impostas por um sujeito exterior ao processo produtivo.

Dessa prerrogativa tem se valido o neoliberalismo: do desenvolvimento mais recente do sistema financeiro enquanto poderoso realinhador da produção moderna que obriga à medidas drásticas, porque não mediatiza a produção, mas é pressuposto fundamental para ela. Que impõe condições funestas, como as elevadas taxas de juros, que podem quebrar os pequenos produtores, mas que é o único

várias expressões da capacidade do capital comercial, sob suas formas mais concentradas, seja colocando-se como rival do capital industrial, seja de lhe impor as condições de extração da mais valia, mantendo sobre isso um controle eficaz, ou seja, de acesso ao mercado. No caso do capital-dinheiro, isso se colocou mais que ali. Trata-se da reafirmação do capital dinheiro de sua autonomia total face ao capital industrial, tanto quanto da emergência de uma situação que tende a imprimir sua marca no conjunto das operações do capitalismo contemporâneo (idem: 265).

financiador capaz de controlar e regularizar o mercado mundial. Assim, o capital monopolista, descansado nas responsabilidades que somente o capital financeiro assume perante a sociedade e o trabalho (mas não esqueçamos, o capital a juros está isento da oposição com o trabalho) pode realizar sua função. Pode incrementar as condições da valorização.

Contudo, acreditamos ainda, que a crise financeira que atingiu os países centrais na década de setenta, e o Brasil, na década de oitenta, pode ser perfeitamente encaixada na interpretação marxista, segundo a qual, a autonomização do capital fictício, atraindo os investimentos, os recursos monetários, ao recuperarem a própria base monetária das economias capitalistas, prepara o terreno para um posterior financiamento das novas forças produtivas, para compor as bases da reunificação do capital.

Parece-nos bastante indicativo disso, o fato de que, no Brasil, por exemplo, tenha cabido ao setor financeiro-bancário, captador dos recursos públicos e privados, principalmente nos anos conhecidos como os da “década perdida”, tenha sido o setor que investiu num novo parque industrial, a indústria da microeletrônica, cujos produtos, decisivamente, deram condições para a atualização das bases da produção de mercadorias no país, ou seja reestruturaram as relações de produção, as bases de quantificação e produção do valor, o papel da produção material, e a composição orgânica da classe trabalhadora, logo, as bases do confronto e da dominação política.

Não achamos arriscado afirmar que a autonomização do capital financeiro, sua concorrência com os demais setores, foram aspectos da aparência de esfacelamento do capital diante da necessidade de superar os obstáculos. Como as políticas econômicas não são neutras, mas condicionadas pelos interesses dominantes, podemos entendê-las agora, como tentativas de revitalização, no sentido de reunificar a direção do

capital sobre toda a sociedade, promovendo, tentando reinventar, para tanto, as novas condições ampliadas da reprodução, desbloqueando as forças produtivas, notadamente favorecidas pelas inovações tecnológicas e pelo novo campo ideológico.

A consolidação do segmento financeiro-bancário enquanto força reestruturadora dos níveis de acumulação, sua hegemonia sobre as demais partes, sobre o capital produtivo, tem sido acalentada pela constituição dos órgãos e políticas internacionais destinadas à quebrar os sistemas financeiros nacionais e à internacionalização dos créditos e mercados. Os Estados Nacionais, têm sido condicionados às imposições dos líderes desse processo.

II.7 - O setor de serviços reascendendo o debate sobre as classes sociais.

Classicamente, a definição do trabalho terciário é a que diz respeito à sua caracterização em relação a ser trabalho produtivo ou não. Mas, como poderemos perceber, a dificuldade de sua definição ultrapassa os limites da realização deste trabalho. Tentando contribuir nesse debate, na Introdução do seu “Trabalho e Capital Monopolista” (1980), Braverman, referindo-se ao termo classe trabalhadora enquanto categoria fundamental para as Ciências Sociais, deixa clara a sua sensibilidade para o fato de que não se deve tentar uma definição acabada para ele. Como o autor mesmo afirma, o termo “perdeu muito de sua capacidade designativa a partir das grandes, rápidas e constantes modificações que atingem a organização da forma capitalista de produção recente¹⁰⁷. Tal definição, se pudesse ser facilmente ministrada,

¹⁰⁷ - Nesse mesmo livro, Braverman analisa as semelhanças na forma de organizar a produção nos países capitalistas e socialistas.(Ver páginas 17 a 45)

seria útil tanto para o escritor quanto para o leitor. Mas ... uma tentativa de dá-la de início resultaria em mais confusão que em esclarecimento. Não estamos lidando com termos estáticos de uma equação algébrica que exigem apenas aquelas quantidades a serem preenchidas, mas com um processo dinâmico cuja característica é a transformação de setores da população. O lugar de muitos desses setores na definição de classe é mais complexo do que o contrário e não pode ser tentado até que muito se tenha historiado e esclarecido os padrões de análise” (Braverman, 1980: 32)

Acontece que a dificuldade, em se definir as classes trabalhadoras, principalmente do setor de serviços, está no cerne de toda uma polêmica a respeito do papel desempenhado pela emergência das novas classes médias nas próprias estruturas de análise da realidade social, que desde o século passado consideravam duas classes fundamentais como sujeitos sociais em oposição, e que definiriam os rumos da transição para uma nova sociedade. Já no século XIX, como demonstra Coggiola (1996), o revisionismo marcou o pensamento crítico, ao entender que as mudanças sociais e econômicas tendiam a criar uma classe média qualitativamente distinta da pequena burguesia do passado.

À época das grandes corporações, Kautsky, por exemplo, entendia que a propriedade privada seria diluída diante do sistema das sociedades anônimas que marcariam a maturidade para a transição ao socialismo¹⁰⁸.

¹⁰⁸ - Coggiola (1996) comenta que, enquanto para “Bernstein o desenvolvimento econômico do último quartel do século XIX tendia ...a fazer crescer os estratos intermediários, a classe média, dotando o capitalismo de um novo volante de estabilidade..”(Coggiola: 147) para Kautsky “...seria inexato considerar a nova classe média como uma fração do proletariado. Saiu da burguesia, está ligada a ela por todo o tipo de afinidades e vínculos sociais, possui um gênero de vida semelhante” (Kautsky, in Coggiola, idem).

Recentemente, a emergência do denominado “novo terciário” serviu como pano de fundo para a retomada desse debate e para o fortalecimento de várias vertentes de análise ocupadas em comprovar o quanto a tese da polarização entre as classes sociais não se coadunava com a presença dos funcionários “engravatados”. Como as inovações tecnológicas provocaram o aumento da amplitude desses profissionais na divisão social do trabalho, seus efeitos, ou causas, provocaram uma discussão, que podemos afirmar sem grandes problemas, chegou a abalar diversos núcleos de pensamento e de atividade sindical.

Do ponto de vista do debate interno ao marxismo, a emergência do setor terciário tem sido um dos motivos da pulverização de algumas antigas fórmulas baseadas na polarização entre as classes sociais —a burguesia e o proletariado— que preconizavam o advento de uma nova sociedade, fruto e síntese dessa polaridade, sustentada sob novos meios de produção.

O fim da sociedade fundada no trabalho tem sido equivocadamente entendido como decorrência lógica das modificações produzidas pela terciarização da sociedade, dado que este segmento, o do setor de serviços, quase sempre é identificado como improdutivo. A idéia de que a época pós-fordista estaria produzindo/presenciando um estremecimento nos próprios critérios de quantificação da produtividade social baseada no trabalho abstrato, concentra-se basicamente nas seguintes premissas, de acordo com a maior parte desses teóricos - a emergência do setor terciário e sua ação desprendida da tradição fabril; o estabelecimento de um novo e maior padrão de consumo com a sofisticação dos modos de vida e o aumento do lazer; a possibilidade de remodelagem do cenário internacional com a transferência da produção manufatureira para os países do Terceiro Mundo. As inovações tecnológicas, ao substituírem massivamente a força de trabalho humana

e, ao mesmo tempo, modificando-a radicalmente, estariam assinando o atestado de óbito das contradições entre trabalho e capital, logo, dos antagonismos que movem/escrevem a História¹⁰⁹.

Grosso modo, os “novos atores sociais” (datilógrafos, digitadores, auxiliares de documentação, técnicos administradores e “inovadores”), por não serem prisioneiros dos discursos históricos que moldaram a ação da classe operária tradicional, e ao mesmo tempo, estando sob o abrigo de um ponto de vista histórico dos grandes conflitos trabalhistas, estariam mais propensos que outras categorias, a reinventar sua própria linguagem e estratégias de ação, dando novas características às suas formas de organização bem como de ação.

Ainda que algumas questões pertinentes façam parte das preocupações dos teóricos pós-industriais, como por exemplo, a necessidade de apreensão da materialidade do Trabalho, e dos novos valores culturais da sociedade moderna, principalmente se levarmos em conta este momento em que seu conteúdo e organização sofrem mutações importantes, é impossível aceitar uma transposição imediata de suas conclusões para todo o conjunto das relações sociais¹¹⁰, como também quer Offe (1989), por exemplo. Para este, a emergência dos trabalhadores do setor de serviços e a crescente heterogeneidade das formas de organização que afetaram os vínculos entre o trabalhador e sua função, bem como os novos valores culturais emanados da esfera do trabalho, abalaram a centralidade deste último enquanto categoria analítica da sociabilidade contemporânea.

¹⁰⁹ - Ver Tourraine, Offe, Gorz.

¹¹⁰ - Ao ponto de se chegar, recentemente, à formulação de que o paradigma central baseado no valor Trabalho, que norteou as obras clássicas, foi fruto das representações de uma sociedade que se constituiu sobre esse valor. A partir disso, chegou-se à conclusão de que, a sociedade moderna, não mais se fundamentando sobre o Trabalho, enquanto valor, carece de uma sistematização detalhada de seus novos paradigmas e análises das consequências que isso provoca nas atitudes e reivindicações operárias.

Antecipando as contraposições usuais segundo as quais o crescimento do trabalho gerador de serviços, e não apenas de mercadorias materialmente mensuráveis, expressa uma etapa a mais do processo de valorização do capital, Offe descarta rapidamente essa suposição afirmando que as transformações sofridas pelo mercado desde os anos setenta, causaram uma mudança qualitativa na estrutura da produção propriamente dita, e passaram a requerer novas categorias de análise. As principais evidências apontadas por ele, nesse sentido são as seguintes: “as clivagens entre formas de produção de bens e formas de produção de serviços”; a segmentação do mercado de trabalho e a sua constituição predominante fora dos padrões de contratação formal, devido a utilização crescente do trabalho doméstico e familiar, principalmente para a geração de serviços; e, finalmente, “as rupturas no seio dos trabalhadores assalariados com o crescimento de posições intermediárias ou mescladas nas quais o status salarial está ligado à autoridade formal” (Offe, 1989: 22).

Toda a argumentação do autor nessa obra, está ainda basicamente centrada no fato de que a “natureza” do trabalho requerido no setor de serviços se distancia muito daquela requerida pelo setor de produção de bens manufaturados. Segundo entende, os valores, o tipo de autoridade exercido e a forma de quantificar a produtividade, fizeram com que a força de trabalho deixasse de ser uma mercadoria, provocando uma ruptura na racionalidade anterior da produção. Atendendo principalmente as necessidades de controle e normatização da produção industrial, e, requerendo por isso mesmo, novos critérios de avaliação e quantificação da produtividade, as atividades do setor de serviços ganharam uma ambivalência e autonomia que geraram “uma nova frente de conflitos”, movidos por questões culturais e políticas (idem: 24-25).

Para a teoria crítica, contudo, tornou-se cada vez mais evidente a emergência das novas formas de organização da produção sustentada nas tecnologias informacionais na redefinição das normas culturais, de gestão e da própria composição das classes trabalhadoras; reconheceu-se que seria um equívoco para o próprio movimento operário continuar ignorando as mudanças em questão.

Procurou-se, além do mais, superar as análises que preconizam o advento de uma sociedade baseada em relações sociais impostas pelo predomínio das atividades terciárias como se isso significasse o fim da contradição entre capital e trabalho. Afinal, a combinação do trabalho dos assalariados desse setor e dos produtores diretos, que atuam de forma direta no processo material de produção, constitui o trabalhador coletivo.

Aliás, a categoria trabalhador coletivo vem ganhando também uma dimensão menos abstrata, capaz de abranger sua conformação heterogênea, dada pelas trajetórias históricas e profissionais das diferentes funções requeridas. Desse modo, o trabalho feminino¹¹¹, o trabalho temporário, os aspectos étnicos e culturais que conformam a sua identidade, ganharam definitivamente o estatuto de sujeitos cujas práticas expressam o grau de aliança ou de ruptura com o capital.

Sob o ponto de vista da reorganização das relações capitalistas da produção, as mutações do setor terciário têm inspirado, de acordo com

¹¹¹ - No artigo "A Inserção da Mulher no Processo de Difusão da Automação bancária: Questões para um Debate", In: *Universidade e Sociedade*, no. 6, Julho 1994, Segnini aponta tendências resultantes do estágio preliminar de pesquisa. Conforme diz, a automação nos bancos brasileiros incidiu numa intensificação da feminilização do trabalho. "Hoje, na cidade de São Paulo, 47% da categoria são mulheres" (1994:18). Nos dados referentes ao caso de um banco estatal analisado, foi possível afirmar, segundo a autora que, "os postos de trabalho flexibilizados, que significam maior integração das funções e maior requalificação, são masculinos, como gerência, assessoria, etc. (Comissionados). Os postos de trabalho que, embora informatizados, estão sujeitos a tempos impostos, são predominantemente femininos, como caixa de banco, digitação (não comissionados) (1994:81).

nosso entendimento, novas fontes de sustentação e legitimação relativas aos ganhos do capital, e a sua capacidade de criar mecanismos de integração e exclusão das classes trabalhadoras. O desenvolvimento desse nosso tipo de argumento, embora sustentado na própria presença e continuidade das leis inerentes à organização da produção capitalista se faz possível por causa da capacidade constante de renovação das análises marxistas.

Recentemente, abordando mais detidamente o caráter ideológico da produção teórica e dos discursos que acompanham a reestruturação produtiva, o marxismo tem reaberto frentes de análise crítica, dada a sua compreensão da “capacidade de flexibilização” das próprias formas que historicamente o capital pode encontrar para garantir sua hegemonia. Ao contrário do que seus críticos procuram provar, devido à característica intrínseca de elaborar e reelaborar sua própria autocrítica, e ainda, por meio da crítica ao economicismo vulgar, o marxismo vem dando sinais da “sua permanente busca de recuperação e reconquista do conteúdo revolucionário da obra de Marx” (Magaline, 1975: 9). A produção teórica marxiana não tem se mostrado inerte¹¹².

Um exemplo das tentativas de superação das posições historicamente assumidas na fase em que se começou a teorizar a questão da Revolução Técnico-Científica, nas décadas de cinquenta e sessenta, aparece com André Gorz (1980). Apontando a tese da neutralidade tecnológica como base de sustentação de uma série de equívocos historicamente encampados pelo dogmatismo economicista, em conhecido trabalho sobre a “Técnica, Técnicos e Luta de Classes”, ele sugere que a própria “natureza” das forças produtivas que sustentam o modo capitalista de acumulação passem a ser alvo de crítica.

¹¹² - Sobre isso, ver também, Châtelet.

Para Gorz nesse texto, que integra conhecida coletânea¹¹³ de argumentos da crítica à divisão capitalista do trabalho, as técnicas devem ser questionadas por terem sido concebidas enquanto instrumentos de reprodução das relações de poder e hierarquia, necessários para o incremento da produtividade baseado na menor utilização possível de energia humana assalariada. Sob o olhar da Revolução Cultural Chinesa, o autor acrescentava que somente uma "revolução cultural" poderia garantir a remoção da opressão, da hierarquia, da exploração física e intelectual do trabalho bem como do despotismo, enquanto ingredientes das gestão capitalista da produção, continuamente "revolucionada" pela "Ciência e Tecnologia".

A suposição corrente até então, de que o desenvolvimento da técnica se forjava "independentemente das relações sociais" passou a ser encarada como uma forma de determinismo escamoteador da base real de constituição das relações sociais de produção.

Sustentadas basicamente naquele tipo de determinismo, as posições teóricas e estratégias de ação dos partidos comunistas europeus durante os anos 50 e 60, não passavam de ideologia, segundo Gorz, à medida em que sustentavam "que a maturação do capitalismo produzia uma base material sobre a qual o socialismo poderia construir-se e com tanto maior facilidade por estarem, então, ainda mais desenvolvidas as forças produtivas do capitalismo."..."A maioria dos partidos comunistas europeus defendia a tese de que as relações capitalistas de produção reprimiam e abafavam o desenvolvimento das forças produtivas, e de que o socialismo, ao derrubar as superestruturas, poderia liberar de um só golpe um gigantesco potencial, até então

¹¹³ - Ver A. Gorz: "Crítica à Divisão do Trabalho". São Paulo, Martins Fontes Editora, 1990.

neutralizado, de expansão e desenvolvimento econômico e social” (1980: 213).

Outros trabalhos se seguiram, e vários autores, como a exemplo do próprio Gorz, tiveram seus caminhos de análise tateando uma realidade, cuja capacidade e rapidez de realizar e sofrer transformações, abalava as certezas e fórmulas enrijecidas diante da própria premência das redefinições em curso. Contudo, uma produção crítica relativamente sólida, não deixou de atribuir maior vigor à crítica das teses da neutralidade tecnológica, relacionando ao determinismo, a negação absoluta do papel da luta de classes como motor da história. Assim, o terreno foi preparado para o enfrentamento da polêmica mais recente acerca da neutralidade da técnica ou do capital, intimamente relacionada àquela que se refere à emergência da sociedade do não-trabalho.

Mais recentemente ainda, tivemos nessa direção por exemplo, o tipo de formulação que entendeu a produção sob o capital enquanto um processo não meramente técnico-econômico. Ao contrário, compreende-se que o capitalismo tem sua materialidade construída na exata proporção em que consegue exercer seu projeto de dominação. A divisão social do trabalho e a configuração dos vários setores da economia, passaram a ser vistos enquanto materializações das relações de poder entre as classes sociais. Relações estas, que sob o capitalismo levam à permanente busca de estratégias que quebrem o controle e a resistência que restem aos trabalhadores.

Nessa tendência de análise, ao abordar a problemática da emergência dos “white-collars”, bem como sua crescente importância na recomposição orgânica e política das classes sociais no período da produção sob o princípio da automação, Palloix sugere a reavaliação do conceito da reprodução das relações capitalistas de produção, por entender fundamental o vulto atingido pelas esferas da concepção e da realização na fase do capitalismo do pós-guerra. Ele lembra que a

necessidade de reconstrução dos países devastados facilitou a difusão do taylorismo e do fordismo, à medida em que fábricas inteiras passaram a ser “encomendadas”, materializando, nos novos locais em que se instalam, as reconfigurações entre os setores produtivos, entre as classes trabalhadoras e os técnicos, enfim, ampliando, no tempo e no espaço, o campo material e subjetivo necessário à reprodução das classes sociais.

Nesse momento da transnacionalização do processo de produção de mercadorias, deu-se, então, uma considerável ampliação da tendência à terciarização e o aumento de importância dos “colarinhos branco”, engenheiros e técnicos na reorganização das relações entre as classes. Participando ativamente da reprodução das camadas hegemônicas da burguesia, o crescimento do número de trabalhadores no setor terciário permitiu que as contradições presentes na esfera da produção, ou seja, do processo de trabalho, fossem disfarçadas, ou colocadas num segundo plano. Inspirado nas análises de Gramsci sobre a reprodução das condições de hegemonia, Palloix afirma sobre a condição dos trabalhadores do terciário: “de fato, confrontados com um aumento na intensidade da luta de classe do proletariado na produção, e não dispendo as camadas dominantes capitalistas de uma solução econômica ou política para essa luta, as tradicionais alianças de classe ficaram ameaçadas. Era essencial não só que a hegemonia da dominação capitalista pudesse se exercer através do controle da mercadoria (concepção e realização), mas também, que novas camadas sociais formassem alianças de classe, ampliando as camadas da sociedade que pudessem ser levadas a funcionar ideologicamente dentro do “bloco histórico” dominante (Palloix, 1992. 90,91).

Como se pode observar, a partir de algumas construções críticas a respeito da reestruturação produtiva e da recomposição das classes

trabalhadoras rumo à terciarização, já podemos antecipar que, na versão conservadora atual desse debate, o caráter ideológico das análises de autores como Offe e Tourraine, não deixa de ser alinhavado por um discurso determinista.

Para estes, as modificações da órbita produtiva e concorrencial, são capacidade operativa, não apenas de amenização dos conflitos entre capital e trabalho, mas acima de tudo, de superação das contradições que lhe são inerentes. Tanto a mudança no regime salarial, a recomposição das classes trabalhadoras e as diferentes maneiras de expressão da autoridade no interior do processo de trabalho, não são vistas enquanto reflexos da luta entre as classes, entre as forças sociais. Apressadamente, tomando os efeitos por novos paradigmas, essas análises reproduzem as justificativas do capital no sentido de modificar as condições da produção de modo que isso apareça como inevitável diante dos efeitos da crise. São subordinadas, ao mesmo tempo em que reforçam a subordinação do pensamento crítico e da ação das massas subalternas à visão hegemônica do capital.

O grande problema desse tipo de análise, está no fato de produzir argumentos que influenciam no sentido de despolitizar discursos e práticas sociais de resistência. Um momento da luta de classes no qual se efetua uma reorganização dos níveis de consciência e de organização dos trabalhadores, dadas as reinvestidas do capital com vistas a projetar seus interesses enquanto interesses de todos, é confundido, como o próprio fim das contradições entre capital e trabalho.

Esses autores, além de não perceberem a capacidade de renovação das formas concretas de luta política e econômica travada na produção entre capital e trabalho, revelam uma grande impotência para se dar conta de que a recomposição das classes, assim como entendeu Palloix, é decorrência dessa correlação de poderes que se confrontam

na produção sob o capital, cujo imperativo maior é a busca constante de mecanismos que desvalorizem incessantemente a força de trabalho, e constroem uma visão ideológica capaz de promover a universalização dos interesses do capital.

II.7.A - A persistência da contradição fundamental na sociedade dos serviços.

Como afirma Magaline, seguindo Marx, tal é o objetivo fundamental do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo e que é reproduzido permanentemente pelas relações sociais de produção. A produção capitalista pressupõe a separação entre proprietários e meios de produção. O desenvolvimento das forças produtivas apenas aprofunda essa separação através da separação entre ciência e produtor direto.

Porém, a luta de classes, a luta da burguesia contra o proletariado, modifica as condições concretas e os métodos da acumulação do capital, sempre visando o aumento da produtividade com a menor utilização possível do trabalho vivo. Negar essa característica inerente ao capital, “é negar que a produção se baseia nas relações de dominação que essa separação implica” (Magaline, 1989: 33). Essa lei geral é responsável pela expulsão dos grandes contingentes de trabalhadores substituídos pela mecanização e automação e pela criação dos novos tipos de qualificação, que, por sua vez, correspondem às necessidades renovadas do processo global de valorização do capital.

Portanto, negar a contradição entre trabalho e capital e substituir sua importância pelos conflitos entre funcionários ocupados em disputar as migalhas de poder a ser exercido, seja nos departamentos das

empresas, seja nas empresas domésticas que pretendem reproduzir o sonho de dominação que as grandes empresas oligopólicas, impessoais, parecem já não conseguir abranger, é fazer apologia dos mecanismos capitalistas de gestão.

No momento em que se fala de democratização das relações de trabalho e o despotismo já não encontra tantas justificativas para um emprego indiscriminado, a disseminação das contradições inerentes ao capital tem sido reelaborada de forma a se constituir numa força reorganizadora de notável alcance histórico.

As análises marxistas¹¹⁴ vêm demonstrando que a reestruturação produtiva, na qual as novas tecnologias têm papel operante, é mais um momento histórico do conflito inerente ao modo de produção capitalista que não aboliu o trabalho assalariado. E não poderia ser diferente, pois este só pode ser definido a partir de sua relação de alteridade com o capital. É a existência do capital enquanto proprietário dos meios de produção que pressupõe a existência daqueles que apenas tenham a sua força de trabalho para vender em troca de um salário. A abolição do trabalho assalariado pressupõe, antes de mais nada, a abolição daquele que o requer, ou seja, o capital.

E aqui, entramos num campo do debate, cujas conclusões serão construídas ao longo deste trabalho. A discussão sobre a capacidade revolucionária das classes médias ou dos setores improdutivos, volta à tona, então com mais vigor. Obviamente, as tendências de desvalorização e substituição constante da força de trabalho enquanto medida do valor, não anularam a possibilidade de se resolver, historicamente falando, o problema relativo à definição do que sejam as classes trabalhadoras. Ela deverá ser iluminada pelas especificidades, apontadas anteriormente, sem que se perca de vista, e isso é também

¹¹⁴ - A esse respeito ver A. Tosel, in: "La Crise du Travail", 1995.

fundamental, as condições históricas da produção de mercadorias, as condições de produção sob as premissas capitalistas.

II.8 - Taylorização dos “serviços”: recolocando as bases do fetichismo.

Inúmeros estudos e pesquisas de caráter empírico sobre a nova configuração concreta da produção confirmam a permanência das premissas básicas que determinam as finalidades da produção no capitalismo, demonstrando que a robótica reabre a possibilidade de redefinir as estratégias históricas de direção intelectual por parte do capital. A ideologia do fim das oposições entre capital e trabalho, da requalificação do trabalho, das possibilidades de formação de novos padrões de consumo e modos de vida, na verdade, encobrem as reais condições sob as quais o trabalho está sendo conduzido¹¹⁵.

Ora, se existe alguma complexidade no que diz respeito à definição e compreensão da estrutura do setor terciário, ou de serviços, se se preferir, o mesmo não acontece quando observamos o seu padrão geral de desenvolvimento. Ao contrário, do que postulam os apologistas de uma nova ordem sem contradições, o que se constata é que o desenvolvimento do setor terciário tem ocorrido sob a mesma lógica da separação entre execução e concepção que culmina na standardização, parcelização e desqualificação. Essa tendência diz respeito ao modo como o capitalismo organiza a produção, cuja força coercitiva irá se

¹¹⁵ - “Que o trabalho imaterial produza ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico demonstra apenas como a produção capitalista invadiu toda a vida e quebrou todas as oposições entre economia, poder e saber” (Lazzarato, 1992: 115).

impor às grandes massas de trabalhadores que serão recrutados pelas novas frações do capital.

Analisando o processo de modernização dos serviços bancários no Brasil, podemos perceber que da mesma forma como o setor fabril, os serviços bancários foram amplamente atingidos pelo processo de modernização, garantido pela condição fundamental que rege, igualmente, o seu processo de trabalho: o princípio de especialização das tarefas, sustentado pela extrema padronização das atividades contábeis e pelo grande volume de processamento de informações simples e repetitivas. Concomitantemente, assim como na produção de bens materiais, a modernização tecnológica tem aprimorado a transferência das capacidades intelectuais do trabalho para os equipamentos.

Como se sabe, os métodos experimentais de Taylor foram fundamentais para a sistematização de um processo já delineado nas corporações de então¹¹⁶. Os escritórios, departamentos, e especializações tornavam-se responsáveis pela análise minuciosa do trabalho operário, com vistas à sua decomposição em tarefas reduzidas à menor escala possível.

A cronometragem, instrumento de controle e medição da produtividade, aliou-se a outro aspecto fortemente defendido por Taylor: a transformação do conceito de controle, ou seja, para ele, a gerência precisaria absolutamente controlar a "maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado" (Taylor, In Braverman: 86). "Trata-se de medir o trabalho e comparar as diferentes maneiras de realizá-lo para

¹¹⁶ - "O emprego de métodos experimentais no estudo do trabalho não começou com Taylor; de fato, a utilização de tais métodos pelo próprio artesão é parte da própria prática de um ofício. Mas o estudo do trabalho por aqueles que o administram ou em favor deles parece que só veio à tona na época capitalista; na verdade, havia pouquíssima base para ele antes" (Braverman, 1980: 184-185).

determinar o melhor método, a melhor solução técnica” (Durand, 1985: 6).

O controle rigoroso do rendimento individual completou o ciclo idealizado por Taylor que, segundo Braverman, garantiria que “à medida que os ofícios declinassem, o trabalhador mergulhasse ao nível da força de trabalho geral e indiferenciada, adaptável a uma vasta gama de tarefas elementares, e à medida que a ciência progredisse, estivesse concentrada nas mãos da gerência. (Braverman: 109).

A desqualificação do trabalho respondeu nesse momento, às exigências da nova fase emergente: “ênfatisa a idéia de hierarquia, permite a formação de uma capatazia funcional, e obtenção de altos lucros com baixo nível salarial” (Tragtemberg, 1985: 72). O processo de produção capitalista encontrou mais uma alternativa historicamente determinada, no sentido de quebrar o controle exercido pelos trabalhadores no processo de trabalho e que, obviamente, transcendia essa dimensão.

A grande velocidade de processamento das informações alcançada pelos computadores atuais, e as conseqüentes modificações nas estruturas ocupacionais, relações de poder e composição das classes sociais, refletem a trajetória em andamento dos conflitos entre capital e trabalho e a dimensão atingida pela subsunção do trabalho ao capital neste setor em particular. Esta, marcada, entre outros fatores, pelo controle mais intenso do ritmo do trabalho e pela maior expropriação do saber técnico dos trabalhadores continuamente transferido às máquinas. “As transformações do sistema bancário e na organização do trabalho reduzem, paulatinamente, as práticas de trabalho a um conjunto de atividades repetitivas, fragmentadas, parciais, “bitolantes”, vazias de conteúdo e pré-programadas. Os bancários vêem-se totalmente submetidos aos ritmos e às ordens emitidas pelas

máquinas. A maioria deles apenas prepara os dados, acompanha e assiste ao processamento automático das informações efetuado por elas.”... “O controle executado pelas máquinas alia-se à vigilância hierárquica exercida pelos gerentes e chefias e à pressão dos próprios clientes” (Blass: 1992: 51). A mecanização com vistas a aumentar a produtividade atende, portanto, às premissas básicas da organização da produção sob o capital: a contínua busca de redução dos custos, e, a economia e vigilância do trabalho vivo.

Ainda que a automação bancária seja um fenômeno cujo apogeu tem sido verificado nas duas últimas décadas, os mecanismos de racionalização material ou organizacional do trabalho em escritórios, vêm de uma tendência já presente desde o final do século passado. (Thomas, 1983) A separação entre atividades do capitalista e do executor das condições da produção, constitutiva e produto da empresa moderna, foi o passo inicial para o desenvolvimento do princípio de especialização aplicado às funções de contabilidade, controle, planejamento e organização.

Desde as primeiras décadas deste século, já se podia entrever, com maior clareza, o que hoje é largamente denominada de “revolução tecnológica”. Remonta do início do século XX a introdução das máquinas de escrever nos escritórios europeus. Depois da Primeira Guerra Mundial, sob o impulso das capacidades produtivas mobilizadas pela indústria de armamentos, a fabricação dessas máquinas começou a responder aos imperativos da concorrência, que previa a idealização de variados modelos (Thomas, 1983)¹¹⁷.

¹¹⁷ - “A primeira máquina de escrever francesa saiu em 1919 da Manufatura de Armas de Paris, fundada no decorrer de 1915, a partir do armistício em que o conselho de administração do MAP decidiu engajar a fabricação de máquinas de escrever” (Thomas, 1983: 7).

Ponthière e Alford, por volta de 1935, destacavam as leis que regem o processo de racionalização dos escritórios: a) a lei da especialização; b) a da transferência das habilidades do indivíduo para as ferramentas e para as máquinas e, c) a de especialização dos produtos. Elas permitem, segundo os autores, que a relação hierárquica no seio do escritório e a homogeneização do fluxo da informação garantam o máximo de eficácia e aumento da produtividade (idem) ¹¹⁸.

Anteriormente à mecanização propriamente dita, como mostra Braverman, a ênfase nas modificações das atividades desempenhadas no interior dos escritórios foi sustentada nas possibilidades de racionalização dos métodos. Assim, à medida em que o volume de negócios avançava e o número de funcionários necessários aumentava, buscava-se, pela aplicação dos princípios da gerência científica, o aperfeiçoamento da capacidade de controle da produtividade e da eficiência. Os gerentes, assumiram a função controladora sustentada no estudo dos tempo e movimentos. A cronometragem, o registro dos resultados individuais e o sistema de prêmio por peça, foram instrumentos utilizados para ampliar a margem de controle sobre cada trabalhador (idem, 1980).

A tendência geral de parcelamento e extrema simplificação das rotinas desenvolvida nos escritórios, acentuou o processo de perda sobre o controle do processo global. Enquanto a especialização prosseguia dividindo e subdividindo as tarefas, descaracterizava-se, igualmente de forma progressiva, a idéia da superioridade do trabalho de escritório, derivada do seu caráter intelectual, ou seja, da idéia de que

¹¹⁸ - Braverman também ressalta o fato de que desde o começo do século XX, refletindo uma tendência em curso desde os últimos decênios do século anterior, já se destacavam os preceitos da gerência científica aplicada ao trabalho de escritório. Em comum, os trabalhos publicados ressaltavam que o "propósito do escritório é controlar a empresa, e o propósito da gerência de escritório é controlar o escritório." (Braverman, 1980:259)

no escritório se requer uma maior capacitação intelectual, pelo fato de nele se concentrarem as atividades de gestão e organização da empresa¹¹⁹.

A divisão técnica do trabalho de escritório já continha, portanto, as bases do desenvolvimento da polarização das atividades manuais e intelectuais do trabalho. À perda de controle do processo global, para a maior parte dos trabalhadores de escritório, correspondia uma aguda concentração das decisões, de âmbito interpretativo, nas mãos de funcionários ligados à gestão.

Da mesma forma, mantêm-se a tendência de determinação dos salários dos trabalhadores “comerciais” apontada por Marx no seguinte trecho: “O trabalhador comercial¹¹⁹ produz diretamente mais-valia, mas o preço de seu salário é determinado pelo valor de sua força de trabalho, logo, pelo que custa produzi-la. Todavia, o exercício desta força de trabalho, como esforço gasto de energia e usura, assim como qualquer outro assalariado, não é absolutamente limitado pelo valor de sua força de trabalho. Seu salário não está, pois, necessariamente em relação com a massa de lucro que ele ajuda o capitalista a realizar. O que ele custa e o que entrega ao capitalista são grandezas diferentes. Ele lhe entrega não porque cria diretamente mais-valia, executando em parte trabalho não pago. O trabalhador comercial propriamente dito pertence à

¹¹⁹ - Braverman desenvolve bem esse aspecto: “No princípio, o escritório era o local do trabalho mental, e a oficina o local do trabalho manual. Isso acontecia, como vimos, mesmo depois de Taylor e, em parte, por causa de Taylor: a gerência científica deu ao escritório o monopólio da concepção, planejamento, julgamento e apreciação dos resultados, enquanto na oficina nada mais deveria acontecer senão a execução concreta de tudo o que fosse concebido no escritório. Na medida em que isso era certo, a identificação do trabalho do escritório com o trabalho pensante e instruído, e do processo de produção como do trabalho bruto e deseducado, tinha algum sentido. Mas, uma vez que o próprio escritório sujeitou-se à racionalização, o contraste perdeu força. As funções de pensamento e planejamento tornam-se concentradas em grupos cada vez menores dentro do escritório, ao passo que para a massa dos demais empregados o escritório passou a ser o lugar do trabalho manual exatamente como no piso da fábrica. Com o desenvolvimento da gerência em processos de trabalho administrativo, o trabalho manual estendeu-se ao escritório e logo tornou-se característica das tarefas da massa de funcionários” (Braverman, 80: 267, 268).

categoria dos assalariados mais bem pagos, desses cujo trabalho qualificado se encontra acima do trabalho da média. Contudo, com o progresso do modo de produção capitalista, seu salário tem tendência a baixar mesmo em relação ao trabalho médio, isto é devido primeiramente à divisão do trabalho no interior dos escritórios, portanto, é necessário assegurar apenas o desenvolvimento unilateral das faculdades do trabalho, o que o capitalista obtém, em parte, gratuitamente, pois o trabalhador comercial forma suas aptidões exercendo sua função, e isto tanto mais rapidamente quanto a divisão social do trabalho torna-se mais estreita. Em seguida, seu salário tende a baixar pelo fato de que a formação profissional, os conhecimentos comerciais e lingüísticos, etc., ao mesmo tempo que progredem a ciência e a instrução pública, se distribuem de modo sempre mais rápido, mais fácil, mais geral, mais barata, à medida que o modo de produção capitalista orienta os métodos de ensino, etc., cada vez mais para a prática. A generalização do ensino primário permite recrutar os trabalhadores do comércio nas classes que, até então, haviam sido excluídas dele, e que, estavam habituadas a um modo de vida mais medíocre” (Marx, *Le Capital*, L.2, T.6, p.309).

Embora longa a citação, ela ilustra o fato de que o setor de serviços não é imune à tendência geral e inerente ao modo de produção capitalista de recrutar massas de trabalhadores para os setores atingidos pela racionalidade do capital. Ao aplicar as modernas técnicas e tecnologias de organização e de trabalho ao trabalho de escritórios, as leis gerais da acumulação do capitalismo tem encontrado formas eficientes de garantir essa tendência,. Estamos falando da tendência de substituição do trabalho vivo por trabalho morto acumulado, da intensificação do trabalho, da supressão dos postos e a substituição de trabalho simples por trabalho complexo.

Os índices mais recentes de proletarização¹²⁰ e feminização do trabalho de escritórios apenas reafirmam a correção das análises de Magaline, por exemplo, que retoma de Marx, a tendência já mencionada de busca constante de desvalorização da força de trabalho. Absorvendo sempre todas as áreas possíveis e disponíveis, o capital impõe a lei da formação de “um exército de reserva industrial” também para o setor de serviços.

Sustentado no desenvolvimento dos aparatos capazes de substituir e disciplinar o trabalho vivo, o capital pode lançar sempre novas bases para alianças com segmentos da classe trabalhadora mais qualificadas e “protegidas”, no sentido de procurar camuflar as evidências de que a luta de classes supõe a tentativa de eliminação da força de trabalho¹²¹.

Nessa dinâmica, a modernização dos serviços não tem inovado, mas permitido o refinamento das tendências da acumulação. Vista sob um ângulo linear, “a maquinização do trabalho de escritório é uma tendência renovada que remonta, de fato, aos primeiros tempos da organização científica do trabalho. A burótica não é mais que um desenvolvimento longo de um processo de maturação das máquinas e das idéias ou dos métodos” (Thomas, 1993: 3). E seu papel histórico

¹²⁰ - Segundo Segnini afirma, no contexto de reestruturação do setor bancário, modifica-se gradativamente o perfil do trabalhador: “a demanda por profissionais mais qualificados, capazes de atuar como analistas de negócios na venda dos serviços bancários se intensifica. Ao mesmo tempo, há uma redução do número de profissionais na operacionlização do processamento das informações, assim como o achatamento salarial para os que permanecem empregados, Estas estratégias são traduzidas, numericamente na redução de 42% dos salários pagos na rede bancária no período 1986/92 (Isto É/Senhor, 04/03/92: 48)” A redução do número de funcionários e a manutenção da lucratividade no setor são possíveis em função do intensivo processo de automação”(Segnini, In: Universidade e Sociedade, 1994: 80).

¹²¹ - Como será ressaltado no capítulo seguinte o padrão de introdução das tecnologias informacionais nos bancos brasileiros, previu o aumento do número de trabalhadores. Ferraris, explica que primeiro a informática pretende retirar o trabalho intelectual-manual dos trabalhadores direitos, pois seu objetivo é revolucionar o produto/informação. Depois, num segundo momento, é que se persegue os princípios de economia e disciplinarização dos trabalhadores (1985: 61).

nesta fase é implantar a homogeneização do fluxo da informação no seio da empresa. Como diz Ferraris, a ampliação da utilização da tecnologia informacional na empresa, tem como característica a persecução de uma racionalização das próprias estruturas hierárquicas. “Nessa realidade intermediária da empresa, onde são amplos os espaços informais, onde os poderes ocultos são consolidados e resistentes e onde se difunde a presença de objetivos não declarados, o “caminho tecnológico”, sobretudo em suas versões telemáticas, torna-se o meio de uma racionalização organizativa. A arquitetura do sistema informatizado redesenha, com a força coercitiva da racionalidade técnica, as estruturas hierárquicas, a distribuição do poder e a descrição de funções. Ao mesmo tempo, a organização tecnicizada torna-se mais definida e assume maior plasticidade em relação às exigências do “encarregado das decisões”(idem: 1985: 61).

Na verdade, o que se têm observado, é que, apesar de a informática superar a taylorização das atividades ao permitir as sua reintegração, ela gera uma polarização crescente de poderes e competências; ela desconcentra atividades banalizadas, mas as atividades relacionadas aos serviços de gestão da empresa, muitas vezes ao incorporarem atividades como digitação, por exemplo, estão nada menos que centralizando competências relativas ao seu poder de gerir¹²².

Ainda que a informática se apresente como um meio de recomposição e enriquecimento do trabalho, a sua difusão tem proporcionado ganhos financeiros tradicionais, estando, historicamente falando, relacionadas aos interesses dos grandes oligopólios. Além

¹²² - Como diz ainda Ferraris, “a mobilidade do capital - realocação no tempo e no espaço do capital físico e financeiro - transformou-se no principal instrumento usado pelas empresas para retomar o controle sobre os trabalhadores e reconstruir as bases da acumulação”(1985:63).

disso, ela sequer deixa de remodelar os conflitos entre diferentes tipos de trabalhadores no interior da empresa.

A despeito das representações de empresários e intelectuais, a lei de extração da mais valia relativa, apontada por Marx, como conquista definitiva do capitalismo, reaparece agora, historicamente como fonte segura de retomada dos níveis desejáveis de lucros. Aplicada ao setor de serviços, a lei geral de rebaixamento dos custos da produção, e de aumento da produtividade do trabalho, fazem do setor terciário alvo de incrementos dos critérios capitalistas de gestão.

Mas, ao tornar-se uma das principais fontes de representações destinadas a camuflar as relações de poder que determinam a forma e o ritmo das transformações, a superação da taylorização no setor de serviços dada a difusão das tecnologias comunicacionais, reincide sobre o fetichismo da mercadoria, deslocando seu primado sobre o produto material, dando então, ao produto imaterial um novo papel nas formas de dominação.

Quando falamos das modificações do setor bancário brasileiro, não podemos deixar de entendê-lo como resultado dessas condições gerais do processo de acumulação capitalista. Serão, no entanto, as condições histórico-institucionais da nossa realidade que conformam a realidade de confronto entre o capital financeiro e o trabalhador bancário, que definirão a especificidade dessas tendências, e a força da classe trabalhadora em resistir ou não a elas.

CAPÍTULO III . O Sistema Financeiro e a Inovação Tecnológica: as Forças em Presença.

Baseado em trabalhos anteriores, como Acorsi, Blass, Jinkings, e Segnini, este capítulo pretende localizar os debates acerca do processo de racionalização do trabalho bancário. Pretende recuperar o embate ideológico que tem caracterizado a correlação de forças plasmadora do caso brasileiro de automação bancária, com a finalidade de identificar os momentos que consideramos mais demonstrativos do caráter antagonista dessas forças, e ao mesmo tempo, em que medida, essas mesmas forças não estão determinadas unicamente pelos *atores do setor*. Ao contrário, elas integram um movimento bem mais amplo, que diz respeito à reestruturação do papel de todos os setores produtivos .

Contudo, o confronto das representações que denunciam o caráter ideológico das visões em confronto, é suficientemente forte para sustentar que elas integram um momento muito específico de atualização das condições de reprodução ampliada do capital, o qual tem nas inovações tecnológicas e organizacionais, nas novas condições emergentes do sistema financeiro, e na recomposição da classe trabalhadora, uma nova base consistente para a renovação dos mecanismos de exploração, e, sobretudo de dominação política.

III.1 - Principais tendências da automação bancária

Os bancos, que no desenvolvimento do capitalismo moderno, cresceram em importância na sua função de abrigar as atividades escriturais capazes de "gerar recursos financeiros" destinados ao incremento da atividade produtiva, caracterizaram claramente esse processo. À princípio, as operações bancárias eram realizadas num "Livro Maior". Nele, o bancário registrava manualmente as operações de débito e crédito, fazendo as deduções necessárias sem o auxílio de qualquer tipo de máquinas calculadoras. O pequeno volume e a relativa facilidade das rotinas bancárias permitiam aos gerentes o acesso diário a todos os negócios em andamento, ao mesmo tempo em que acumulavam as funções administrativas. (FELABAN, no.5, abril, 1970)

O crescimento da atividade bancária provocou o fracionamento do Livro Maior e o aumento do número de funcionários. O segundo funcionário complementava assim o trabalho do primeiro, e crescia o volume de recursos ligados ao sistema básico de informações, sem que no essencial mudasse a natureza deste último. Ao transferir algumas contas ao segundo funcionário, obviamente dentro das características do sistema original de registro imediato, de atualização, a cada vez que se realizava a operação, requeria-se uma comunicação direta entre ambos os funcionários.

"Como o crescimento de uma empresa nunca pode ser controlado cem por cento, o que originariamente poderia ser 30, 50 ou 100 operações ao dia, converteram-se em 150, 200, 500 sendo necessário subdividir ainda mais o livro básico de registros. Separaram-se então, as contas de empréstimos, de cheques, das de depósitos. Chegou o momento em que todo o livro, aquele grande registro onde todas as operações eram controladas, desintegrou-se e passou a ser manejado por um número muito variado de pessoas, em momentos distintos e, principalmente, constando elementos distintos de entrada e finalização das operações" (Felaban, abril/1970:79).

O fracionamento das operações e de seu registro, acompanhado do aumento do seu volume, levou à criação dos departamentos e do incremento da divisão do trabalho, de forma que pudesse ser realizada a consulta diária por parte dos gerentes. Atendendo ao princípio da necessidade, por parte das direções, do controle das informações em tempo hábil, foram concebidas as primeiras máquinas de contabilizar valores, capazes de economizar tempo, homens, esforço e dinheiro. As primeiras máquinas de calcular também resultaram nessa mesma época numa grande economia e na possibilidade de racionalização das operações e do fluxo das informações no interior dos escritórios e das agências bancárias, à medida em que, ainda segundo Thomas (1993), fizeram evoluir muito rapidamente a contabilidade do "livro maior".

Na década de trinta, as operações passaram a ser registradas nas fitas perfuradas e arquivadas em cada seção, como previa a mentalidade de independência entre os departamentos, e as possibilidades disponíveis da indústria eletro-mecânica, prefigurando assim, o princípio dos modernos computadores. Os próprios fabricantes desses equipamentos, como IBM, Burroughs e Remington estariam, futuramente, na ponta da produção dos produtos informáticos. Thomas (*idem*) lembra também, que a introdução das inovações tecnológicas, por essa época, foi acompanhada de uma profunda modificação nas funções organizacionais da empresa, que reagrupou de um lado, o trabalho de correspondência e de classificação, e de outro, o de secretariado.

A partir da década de 60, no Brasil, os dados passaram a ser processados eletronicamente. Os conceitos de organização dos serviços foram reestruturados, dando lugar à integração em sistemas que passaram a enlaçar todas as funções, permitindo maior controle do processo.

O desenvolvimento do sistema eletrônico, com o paralelo desenvolvimento das atividades financeiras, ligadas à drenagem de recursos para o conjunto da economia, determinou o objetivo central da primeira fase da informatização dos bancos e seguradoras, ou seja, a busca de aumento da rentabilidade e eficácia administrativa para melhoria na qualidade e melhor rapidez no cumprimento dessas funções.

A concepção mais recente de automação bancária, está por sua vez, vinculada às mudanças na concepção da própria natureza dos serviços prestados. "A informática supera sua função de tratamento massivo de documentos e de dados. Deixa de ser uma aplicação de equipamentos automáticos sobre atividades e processos definidos, para transformar-se no suporte de um sistema de tratamento e circulação da informação que atravessa todos os níveis da estrutura. Instaura-se também como um novo modo de relação com os clientes, ao mesmo tempo em que possibilita novas estratégias de gestão...ligadas às funções de controle de gestão de pessoal e dos serviços comerciais e de marketing" (Gáldiz, mimeo).

Desse modo, as modernas tecnologias viabilizaram os "supermercados financeiros", na década de 80. Foram automatizados os serviços de atendimento, aparecendo produtos como, caixas automáticos, terminais de transferência de fundos, unidades de resposta audível, cartões magnéticos, Bancos 24 Horas.

Na década de 80, consolidando um tendência em andamento, os centros de processamentos de dados centrais (CPDs) evoluíram em direção ao apoio gerencial¹²³, enquanto o trabalho nas agências on-line a

¹²³ - De acordo com orientação da CNAB (1983), cabe ao CPD Central: "a) Planejamento estratégico para a instituição bancária, definindo as tecnologias a serem utilizadas e/ou desenvolvidas em função da avaliação dos benefícios, em tempo e eficiência de execução, dos produtos distribuídos pela indústria afim, levando em consideração a premissa de mínimos custos de implantação, utilização e manutenção. Também é responsável pela análise de concorrência, de modo a especificar e/ou indicar tecnologias e produtos que venham a manter competitividade dos serviços ao

sistemática de trabalho foi drasticamente afetado pelas possibilidades contidas nos terminais. Ou seja, o caixa que passa a trabalhar com um terminal não precisa mais conferir o saldo nas listagens emitidas pelos computadores do CPD na noite anterior; pois ela aparece no visor do terminal. O lançamento passou a ser feito no próprio terminal. As operações, antes processadas por uma cadeia de funcionários da retaguarda e transmitidas por documentos, passaram a ser transmitidas eletronicamente. O caixa on-line pôde substituir o pessoal da retaguarda, ao passo que, novas funções tornaram-se necessárias para o funcionamento do CPD. De acordo com o CNAB, o perfil das ocupações foi afetado de modo a que

"...o bancário tradicional, com grande conhecimento de contabilidade, torna-se minoritário nas agências, onde surge um novo e numeroso contingente de trabalhadores dos quais são exigidos menores conhecimentos. Paralelamente, surgem nas administrações, trabalhadores mais qualificados, que irão elaborar relatórios e análises sobre os dados, emitidos pelo CPD para avaliar investimentos, analisar a evolução dos negócios, desenvolver estratégias mercadológicas, auditar as operações, desenvolver e implantar novos sistemas e procedimentos, elaborar e acompanhar orçamentos e custos, planejar e administrar recursos humanos, etc..."(CNB, 1983: 109).

Na década de 90, os *home banking*, *cash-despenser*, a automação dos serviços de retaguarda como aplicações, cobranças, empréstimos, compensação, gerenciamento e o aperfeiçoamento dos sistemas de

conglomerado, em relação a outras instituições bancárias. b) consolidação de toda a massa de dados referentes às transações conduzidas no conglomerado, emitindo relatórios ou fornecendo meios para o acompanhamento dos resultados, atualizados em alto grau de confiabilidade e em tempo hábil. c) Desenvolver sistemas de produção, suporte e gestão administrativa, utilizando para tanto, equipamentos exclusivos ou compartilhados com os utilizados na produção. d) Fornecer apoio logístico e gerenciado a todas às unidades que dependam, direta ou indiretamente, de seus produtos finais. e) Exercer e proceder à diminuição dos custos operacionais da instituição, pela implantação de alternativas automatizadas. f) Orientar as indústrias fornecedoras no sentido de que estas possam se estruturar para o suprimento específico à área bancária."

auto-atendimento à clientes, já deixam mais evidentes o caráter poupador da força de trabalho e controlador das funções, encarnados pelas estratégias de racionalização, dissimulados nas décadas anteriores pelo fato de o padrão de crescimento do sistema bancário brasileiro basear-se na expansão da rede de agências e do tipo de serviços/produtos prestados/postos à venda.

A tendência mais recente da modernização da estrutura bancária é no sentido de aperfeiçoar as tecnologias de auto-atendimento e a "reengenharia/modernização dos aplicativos centrais e de agências" (Banco Hoje, no. 54, Março/94: 36). A dinâmica globalizadora do sistema financeiro produziu a necessidade de as agências tornarem-se casas de negócios, viabilizadas pelos avanços na área de telecomunicações que tem unido o mercado global.

O conceito de competitividade sustentou os paradigmas de desenvolvimento do processo de racionalização do processo de trabalho bancário. Esse conceito está intimamente ligado ao movimento em direção à oligopolização do mercado. A partir da competição entre os bancos, as estratégias de modernização foram definidas de maneira a priorizar o atendimento ao cliente, num mercado cada vez mais segmentado. Na concorrência entre as demais facções da burguesia, os bancos contaram com o forte apoio estatal. Na luta decisiva contra os trabalhadores que, segundo avaliam os banqueiros, representam em média, 60% dos custos do sistema pode-se verificar também a forma socialmente construída do caso brasileiro de automação bancária.

A maior flexibilidade apontada como característica dos produtos bancários e dos novos profissionais requeridos para o desempenho das funções, têm sido amplamente apontadas como experiências bem sucedidas. Elas na verdade, aliam, os conceitos de flexibilização com o da divisão de tarefas da fase taylorista, quando promove uma

aperfeiçoamento da polarização entre funções. De uma lado, a superqualificação dos engenheiros, e de outro a desqualificação do pessoal da digitação. Ainda de acordo com Galdiz, ...”se bem que os novos enfoques do trabalho pareçam apoiar-se em critérios de polivalência individual e coletiva, estes conceitos podem esconder nas situações concretas o risco de que esta nova plasticidade no uso dos recursos humanos se transforme, tão só, numa rotação forçada ou numa multifuncionalidade que em nada enriqueça os conteúdos, porém, intensifique o trabalho cotidiano.” (Idem)

De nosso ponto de vista, esse é exatamente o resultado visado pelo capital. E nisso não há contradição alguma. É bastante óbvio. No entanto, como no embate cotidiano, as relações são recriadas, as reivindicações mais amplas do movimento dos trabalhadores à nível mundial, como a exemplo de maio de 1968, que enfatizava, a idéia da plurifuncionalidade contra a extrema taylorização do trabalho, bem como ainda o controle do processo global, tornaram-se, historicamente, produtos ideológicos reutilizados pelas forças conservadoras que pretendem engendrar novos focos de discussão acerca da construção de uma sociedade liberal.

É inegável que tais modificações têm aumentado a fragilidade das classes trabalhadoras. Entender a maneira pela qual através da informática redefinem-se ocupações, alteram-se as relações de poder no seio da empresa, e há uma atuação direta como força desmobilizadora neste setor produtivo, é essencial para a compreensão da dinâmica geral da modernização capitalista.

III.2 - A modernização do sistema bancário no Brasil. A prática discursiva como instrumento político da luta de classes.

Como é bastante conhecido, até os anos vinte deste século, a estrutura do sistema bancário brasileiro atendia as necessidades do modelo econômico agrário-exportador. Os bancos comerciais, de desconto e de depósito, predominavam nesse cenário mercantil que ainda não reclamava estruturas financeiras muito complexas¹²⁴. O Banco do Brasil foi fundado em 1808, e, por volta de 1838, deu-se a criação de outros bancos privados comerciais, cujo crescimento esteve intimamente ligado às oscilações políticas da época, como a Proclamação da República, ou o movimento abolicionista, por exemplo (Acorsi, 1990).

Canêdo (1986) lembra que até 1920, houve sérias dificuldades para a formação de uma poupança interna, ao que correspondia a tomada de empréstimos externos para o financiamento da produção, mediados pelas agências estrangeiras aqui instaladas¹²⁵.

A abertura dos bancos nacionais para a complementação do capital estrangeiro no mercado de capitais decorreu da necessidade de novas inversões no setor cafeeiro e da consolidação urbana de São Paulo. Concomitantemente, foram criados órgãos de controle e fiscalização do sistema bancário nacional. A crise de liquidez constantemente vivida pelos bancos nacionais tornou-se problema

¹²⁴ - Grande parte dos estudos ressalta o fato de que a localização dos bancos ao redor dos portos de exportação retratava a própria constituição das cidades brasileiras como contrapartida do modelo agrário-exportador. Portos, ferrovias e bancos eram parte da estrutura e infra-estrutura da fase exportadora. Ver Canêdo, 1986.

¹²⁵ - Sua pesquisa apresenta os números da Associação dos Bancários, segundo os quais, à época de sua fundação havia 18 bancos na cidade de São Paulo, sendo 05 brasileiros 13 estrangeiros. Em todo o país havia na época 67 bancos, a maioria em São Paulo e no Rio de Janeiro (1986, 11/12).

crônico; na tentativa de solucionar o problema, foram criadas em 1920, a Carteira de Redesconto, e a Inspetoria Geral dos Bancos (Canêdo, 1986: 12).

Mas, estava em curso, nesse período, um processo mais amplo, que culminou em 1930, com o fim da hegemonia do setor agrário-exportador e na sua substituição pelo modelo urbano-industrial. Como não poderia deixar de ser, ao setor financeiro caberia outro papel.

A primeira fase da substituição do modelo agrário-exportador foi caracterizada pela produção interna dos bens de consumo necessários à reprodução da classe trabalhadora, com vistas a baratear os custos elevados das importações. A importação de equipamentos caracterizou a emergência de uma nova fase que aprimorou o modelo concentracionista da riqueza no Brasil, assentada em pelo menos três pilares: a) na introdução de novos mecanismos de extração de mais-valia; b) na apropriação do trabalho do trabalho vivo, sob a forma de trabalho morto acumulado pelos proprietários; c) na atualização do papel do país no quadro global da acumulação, ao permitir que para cá se desse a transferência dos capitais obsoletos em seus países de origem.

Conforme ressaltou Canêdo (1986): “num país de economia agrário-exportadora, desde o início do século, os sindicatos de serviços estavam entre os mais organizados”. Enquanto as atividades voltadas para as atividades de estrutura e infra-estrutura da economia voltada ao setor agrário-exportador estavam entre as mais organizadas, o setor têxtil, até meados da década de trinta, ainda se mostrava frágil apresentando apenas tímidas manifestações de organização sindical” (idem: 300). Ao contrário, tanto portuários, quanto ferroviários e comerciários, já demonstravam importante poder mobilizatório desde o século passado.

Nos anos vinte, com a criação dos bancos nacionais, e o aumento do número de agências, foram dadas as condições de criação e mobilização dos bancários, ainda que sob a pressão negativa de alguns obstáculos. O problema da amplitude do território nacional não havia sido ainda vencido por uma organização centralizada, que permitisse a comunicação entre as agências dos vários Estados.

Em 1934, no entanto, a luta pela criação de uma Federação Nacional deflagrou, pela primeira vez, uma greve de âmbito nacional. Nessa data, lutando contra o controle do Ministério do Trabalho e pela criação de uma organização que agregasse a todas as categorias, os bancários delineavam uma atuação voltada para objetivos políticos mais amplos¹²⁶. Essa força, característica do sindicalismo bancário brasileiro, mostrou-se marcante ainda, no decorrer de vários momentos importantes dos conflitos institucionais em nosso país, como quando conseguiu elaborar projetos globais, a exemplo do que foi sugerido pela Contec por ocasião da luta pela Reforma Bancária em 1963, cujos princípios manifestavam “os interesses de uma das forças sociais que tinham um projeto político de transformações político-sociais e econômicas bastante amplo. Os líderes bancários foram, em parte, representantes dos interesses da classe trabalhadora” (Minella, 1988: 55).

O setor industrial liderou o redirecionamento da atividade produtiva brasileira. Na década de 30 iniciou-se uma série de modificações necessárias para tanto. Ao Estado, coube o estabelecimento das novas regras sociais, políticas e econômicas. Coube a ele a regulamentação dos fatores produtivos, que tiveram, na

¹²⁶ - Filiada à ANL, a Federação dos Bancários apoiou o Congresso Nacional da Unidade dos Trabalhadores, que constituiu-se no “ápice de toda uma movimentação sindical desencadeada a partir de 1933, com vistas a disputar com o Ministério do Trabalho a tarefa de organizar a vida associativa e participar da luta popular pela democracia, contra o latifúndio, o imperialismo e outras formas de propriedade privada” (Canêdo: 27).

Legislação Trabalhista, uma forte expressão de sua capacidade de institucionalizar o novo contexto econômico. Sua atuação não se limitou à definição dos novos parâmetros da relação entre a classe trabalhadora e a burguesia industrial em ascensão. O Estado arbitrou na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas, nas questões fiscais, estabeleceu prioridades para efetuar subsídios; enfim, reorganizou um novo processo de acumulação, no qual a agricultura passou a ser pensada em função das “necessidades de produção de bens de capital, e intermediários de produção externa” (Oliveira, 1988) Pela primeira vez na história do país, o sistema financeiro foi alvo de atenção do Estado.

Num nível mais estrito, podemos afirmar que os bancos tiveram (e o fizeram) que duplicar seu capital, para poder financiar as novas atividades econômicas, e, mais que nunca, careceram de organismos reguladores de suas atividades (Acorsi, 1990). Deles, o mercado interno, passou a demandar uma estrutura mais dinâmica, que oferecesse créditos à longo prazo, como também uma ampla capacidade de drenagem dos recursos disponíveis para o financiamento da produção. Até então, como meros captadores de depósitos, os bancos não estavam capacitados para tanto. Conforme demonstra Acorsi (idem), as necessidades de crédito eram supridas pela Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI), no caso dos bens de consumo duráveis, e pelo BNDES, no caso das necessidades de infra-estrutura.

Em 1945 foi criada a SUMOC com as prerrogativas de um Banco Central, “encarregada de preparar a sua organização e desempenhar seu papel até a sua criação, juntamente com o Banco do Brasil” (Acorsi, idem). As medidas necessárias à normatização do sistema financeiro nacional, em franco processo de crescimento e expansão na década de 40, foram tomadas no decorrer de um processo de fortalecimento e consolidação do movimento sindical dos bancários, que perdurou até o Golpe Militar em 1964. Conquistas importantes no tocante à condições

de trabalho, salário, carreira, jornada e relações de trabalho, foram obtidas nesse período (Canêdo: 35).

A partir dos anos cinquenta, caracterizados pela grande onda de expansão econômica dirigida pelos EUA, o modelo de substituição das importações entrou numa nova fase, caracterizada pelo desenvolvimento do setor de bens de capital, ao mesmo tempo em que a agricultura manteve seu padrão primitivo de acumulação. A entrada, em cena, da indústria automobilística provocou mudanças no desenvolvimento capitalista do país, apesar da presença de uma série de barreiras e dificuldades.

Segundo Francisco de Oliveira, o crescimento industrial e agrário do período buscou atender uma lógica conciliatória entre as frações do capital. Segundo ele, "se é verdade que a criação do novo mercado urbano-industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado, é também verdade que isso foi compensado pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias a manutenção de um padrão primitivo" (Oliveira: 23). As políticas e medidas aparentemente contraditórias, mantidas pelo Estado, procuravam manter um certo equilíbrio entre as forças que disputavam a hegemonia do processo.

O Estado foi o grande administrador e financiador da atividade produtiva no Brasil, promovendo infra-estrutura e criando empresas de bens de capital, para o fomento da industrialização privada¹²⁷. A estrutura do sistema bancário, refletia, com a atuação do Banco do Brasil como líder dos bancos comerciais a partir dos anos 40 (Canêdo: 248), a forte atuação do Estado como agenciador do desenvolvimento capitalista no Brasil.

¹²⁷ - "O Plano de Metas, do Governo Juscelino entre 1957 e 1960, ao executar investimentos nas áreas de energia e transportes, na indústria automobilística, na

Os anos sessenta marcaram o início do processo de esgotamento desse ciclo, quando o próprio governo deu como estranguladas as suas possibilidades de perpetuar o financiamento do desenvolvimento econômico. No período da implantação da indústria automobilística, da construção naval, da mecânica pesada, do cimento, do papel, da celulose, e da siderurgia, o Estado, sustentado numa estrutura fiscal primitiva, teve seus déficits financiados a prazos curtos, pelo capital estrangeiro.

As imposições do capital norte-americano, contrapontos dos seus elevados níveis de inversões na economia brasileira, provocaram a emergência de novos ramos industriais, e a insuficiência das condições recorrentes, que asseguravam os níveis da acumulação. As taxas de exploração da força de trabalho, em resposta, foram elevadas à níveis muito altos, acentuando o desequilíbrio entre o “salário e o custo de sua reprodução” (Oliveira: 86). A base de sustentação dessa etapa da acumulação foi a abundância e o relativo rebaixamento do valor da força de trabalho, conciliados com a aquisição de tecnologia estrangeira que, como afirma Oliveira, permitiu “acumulação prévia e produtividade altíssima” (Idem: 47). A chave do sistema foi a forte contenção dos salários das classes trabalhadoras, sendo destinado, no entanto, às classes médias emergentes, um diferencial superior.

Um forte disciplinamento dos agentes sociais em pugna, fez com que tais condições, mais que garantidas, fossem institucionalizadas. O Golpe Militar em 1964, foi a resposta dada pelas classes dominantes com vistas a ajustar a atividade produtiva nacional ao ritmo da industrialização mundial. Desse realinhamento das forças políticas e econômicas no período, resultou, de um lado, a concentração da renda, que segundo Segnini (1988), atingiu os seguintes níveis: “a participação

expansão da indústria siderúrgica entre outras, deu um grande salto na construção de

dos 50% mais pobres da renda era de 17,4% em 1960, caiu para 14,9% em 1970 e para 12,2% em 1983. Porém, a participação dos 20,% da população mais rica, na renda se elevou de 54,8% em 1960, para 61,9% em 1970 e para 64,6% em 1983” (Segnini: 26). De outro, um importante papel legitimador atribuído às classes médias, que atendeu tanto às novas necessidades da estrutura produtiva, que requeria novas capacitações técnicas, como também aos imperativos de consolidação de novas alianças que sustentassem o regime excludente que, então já se configurava.

O setor terciário, foi o que “mais absorveu o incremento da força de trabalho” de acordo com as necessidades de acumulação baseada na expansão dos mercados urbanos, a participação do setor de serviços no produto interno líquido saltou de 24% para 38% entre 1939 e 1969 (Oliveira, 1988: 31). Desse processo de alargamento do terciário, participou também o ramo dos serviços bancários. Entre os anos de 1954 e 1960, conforme demonstra Canêdo (1986), como resposta à política de restrição de créditos, os bancos aumentaram o número de agências para garantir um aumento dos depósitos à vista; o número de agências saltou de 4.038 em 1951, para 5.270 em 1960, segundo a autora. Desse modo, “na busca da redução dos custos, os banqueiros se esforçavam por introduzir inovações técnicas capazes de poupar mão-de-obra. E, iniciaram melhores prestações de serviços capazes de atrair o público depositante, às expensas do bancário cada vez com maior acúmulo de tarefas. Nesse sentido, a estabilidade e o controle de entrada, nos bancos, dos computadores tornava-se essencial para a CONTEC” (Canêdo: 121).

Até os anos que precederam a Reforma Bancária, a composição de classe dos bancários é apontada pela maior parte da bibliografia, como

um parque industrial moderno e dinâmico” (Informação Sindical, 1983:3).

dominada pelo trabalho masculino. "...Os bancos constituíam-se em pequenas redes de agências, voltadas basicamente para os serviços de depósitos e descontos. As funções de caixa e empréstimo a clientes eram os objetivos únicos da empresa bancária" (CNAB: 11). A respeitabilidade social conferida nas representações aos trabalhadores em bancos, derivava da idéia de execução de trabalho "limpo" e de grande responsabilidade por manipular valores de outros. Desse modo, o tamanho das agências e o pequeno número de funcionários, eram condições favoráveis à que as relações de poder se baseassem num padrão "paternalista". A falta de quadro de carreira definido constituiu-se em fator agravante da vulnerabilidade dos trabalhadores em bancos diante das direções, livres, para criar critérios próprios de seleção, dispensa, promoção, por exemplo, a despeito do alto nível requerido dos funcionários, em técnicas contábeis¹²⁸. As diferenças entre bancos públicos e privados, eram fatores de diferenciação e de fragmentação da ação sindical, que permanecem ainda, condicionando a forma de negociação entre as classes. Enquanto os primeiros selecionavam por concurso e mantinham regras de estabilidade no emprego, os trabalhadores em bancos privados sempre se ressentiram de regras claras que mediassem as relações de trabalho. "As relações de trabalho nos bancos estatais, típicas de estruturas burocráticas, são regidas por regulamentos e manuais internos que representam, em certa medida, as autoridade que aparece difusa num longo escalão hierárquico. Nos bancos privados, ao contrário, a autoridade representa-se diretamente na figura da chefia, em cujas mãos estão depositadas decisões relativas à carreira do funcionário. Desse fato deriva que as pressões da administração sobre condutas dos funcionários e produtividade do trabalho são muito mais intensas e explícitas nos bancos privados, onde

¹²⁸ - Ver Acorsi, 1990.

a rotatividade de pessoal e os critérios pessoais para promoção agem como forte instrumento de pressão”(1994: 80).

A tentativa de estrangulamento das atividades sindicais no país patrocinada pelo regime Militar, teve seus reflexos no sindicalismo bancário. Contudo, Canêdo ressalta o fato de que o índice de sindicalização não caiu além dos 30%, o que demonstra seu grau de representatividade diante da categoria (Canêdo: 257).

A Reforma Bancária (1964) foi um verdadeiro marco histórico na composição de um novo perfil da categoria dos trabalhadores bancários (129). O mesmo processo que organizou/transformou o sistema financeiro pela constituição dos grandes conglomerados que diversificaram suas atividades e se especializaram no mercado, no entanto, fez com que para os trabalhadores, as expectativas de carreira, de estabilidade e mesmo de prestígio no trabalho fossem profundamente atingidos (Canêdo: 309).

Combinando o elevado nível de rotatividade com os também elevados níveis de instrução e de presença feminina, o trabalho bancário passou a apresentar como marca principal, a idéia de ser momento provisório da vida profissional ¹³⁰.

Não obstante a participação de vários setores, dentre eles, os trabalhadores bancários, nas discussões a seu respeito, a RB,

99- "A eficiência do Estado pós-64 não considerou os trabalhadores como participantes da Reforma Bancária. A Reforma trouxe o fortalecimento da burguesia financeira e a constituição das empresas vigorosas e centralizadas. Dentro dessas empresas a "eficiência" do empregado foi substituída pela "eficiência" das administrações centrais, definindo novas relações de trabalho onde o culto à hierarquia se viu desfigurado, e o aumento da produtividade passou a ser medido pela eficácia da organização do trabalho. O interesse pelo serviço ruiu com o desaparecimento do valor do trabalho individual. A categoria atomizou-se dentro de numerosas agências espalhadas pelo país. A aspiração do trabalho no banco, desejo de muitos numa época de poucas possibilidades profissionais, foi substituída pela aspiração à carreira liberal, no momento em que as oportunidades de educação se alargaram e ampliou-se o assalariamento dos antigos profissionais liberais. Ser bancário para muitos passou a ser trampolim para os estudos" (Canêdo: 309/310).

¹³⁰ - Ver Romanelli, G.

expressou nada menos que a vitória dos empregadores, dos setores envolvidos com os interesses transnacionais e do capital financeiro, prestes a disputar maior nível de influência no país.

O setor financeiro, “protegido econômica e politicamente pelo Estado, ampliou-se sob condições monopolísticas” (Segnini, 1988: 33). A presença dos banqueiros em órgãos como o IPES-IBAD, idealizadores da ditadura militar, mostra que sua participação foi ativa na concepção da ordem política que redefiniu os direitos civis, no sentido de “garantir a ordem” e a exploração da força de trabalho; exploração tanto no que diz respeito à repressão salarial, quanto ao direito de organização enquanto classe/grupo subalterno.

A RB resultou em intensa mobilização dos banqueiros no sentido de consolidar, assim como o poder econômico, a representatividade política e de classe junto às instâncias decisórias do Estado. A disputa pela construção de um poder hegemônico, deu seus passos decisivos nesse momento em que a crise institucional agudizou-se e todas as forças sociais entraram num acirrado jogo pela condução do reordenamento das condições sociais, políticas e econômicas.

Os banqueiros se organizaram. Seus congressos definiram metas e cobranças de uma postura classista de seus representantes no Parlamento. Seus intelectuais orgânicos lançaram as bases para a pujança de sua influência nas instâncias decisórias, obtendo assim, a vitória das propostas encaminhadas, em detrimento das propostas de setores nacionalistas e dos trabalhadores.

Minella (1988) resgatou essa participação ao recuperar as teses apresentadas pelos bancários em seus vários congressos corporativos. Congressos realizados no período que antecedeu a Reforma Bancária de 64, que expõem a opinião da classe sobre o Golpe de Estado e permitem entrever a formação de uma consciência de classe que se

exprimiria de forma intensa no interior da política nacional. Resumida por Luís Pessoa Mello, ao presidir o V Congresso Nacional de Bancos o golpe foi definido como

“marco histórico de igual ou maior significado que a abolição da escravatura no século passado. Para ele, os representantes das forças sociais que haviam sido derrotadas com o golpe eram componentes desagregadores e contrários aos interesses do povo que, por isso, mereciam uma amputação traumática” (1988:120).

A homogeneização do mercado e das condições do estabelecimento da produção oligopólica, foram garantidos por meio de mecanismos como proteção tarifária, subsídios, incentivos à capitalização, e elevação das taxas de juros. O programa econômico (PAEG) definido pelo governo ditatorial, previu a retomada do equilíbrio monetário, solapado pela inflação assentada numa política fortemente recessiva ancorada nos investimentos públicos e privados. As reformas fiscal, administrativa e cambial desencadearam uma maior concentração da renda e da riqueza, fortalecendo os grandes monopólios e oligopólios.

Sob a convicção de que o atraso do setor financeiro não permitia a construção das bases necessárias à um capitalismo dinâmico, moderno, a reforma bancária iniciou a estruturação de um regime econômico austero, sob novas instituições, com vistas à viabilizar o “desenvolvimento” almejado, através da “redistribuição das funções entre as instituições públicas e privadas” na concessão e controle do crédito e do financiamento (Cadernos de Formação, no.1: 14).

Intencionava-se obter um somatório elevado de recursos para a formação de poupança nacional, que somente o seria, por meio de uma reforma no sistema bancário. No entanto, mais que isso, além da influência econômica, os banqueiros iniciaram os passos que garantiriam sua presença na cena política, e que culminou atualmente, na sua ampla

capacidade de controle ou influência nos partidos políticos e nas instâncias de decisão e vinculação com importantes meios de comunicação de massa, além de outros canais de influência sobre o processo sócio-político do país” (Minella, 1988: 12).

Enfim, a Reforma de 1964 iria regulamentar a remuneração de papéis com taxas superiores à inflação, destinados a financiar as novas necessidades de investimentos necessários à economia multinacional. Ao permitir a fluidez dos excedentes econômicos contidos à nível das famílias e empresas, operando a redefinição da distribuição da renda, segundo análise de Francisco de Oliveira, a RB permitiu que as poupanças afluíssem em direção dos papéis disponíveis no sistema financeiro, que, “significam para uns, aumento da renda e para outros possibilidade de viabilizar a expansão, o controle sobre outras áreas e setores da economia” (Idem, 1988: 71).

Assim, a Lei 4357/1964, instituiu a correção monetária, mecanismo que estimulou a formação das cadernetas de poupança via captação do dinheiro no mercado em troca das ORTNs - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (como operações da dívida pública), e ao mesmo tempo, o reajuste do saldo devedor dos financiamentos a longo prazo, viabilizando a criação do BNH e a institucionalização do SFH, ou seja, do Sistema Financeiro de Habitação.

A Reforma revogou também, a Lei da Usura, que limitava os juros em 12% a.a., gerando condições para a criação dos bancos de investimentos e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que pretendeu “dar apoio e capitalizar as empresas privadas e garantir aos consumidores volume de crédito para aquisição de bens” (Tavares: 215).

A SUMOC foi transformada em Banco Central através da Lei 4595/1964, para ser autoridade monetária que substituiu várias das

prerrogativas até então do Banco do Brasil¹³¹. Ela passou a fiscalizar "as instituições financeiras, a conceder autorização para o seu funcionamento, instalação e transferência de sedes, dependências, a autorizar sua transformação, fusão, incorporação, etc." (Acorsi, 1990: 18). O Banco do Brasil, por sua vez, começaria a perder a condição de maior empregador do sistema, para os bancos privados (Canêdo: 250).

A fixação das regras para o funcionamento do mercado de capitais é de 1965, através da Lei 4728, que criou a Sociedade de Crédito Imobiliário; os Bancos de Investimentos; as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e as Corretoras e Distribuidoras de Valores e o Open-Market¹³².

O crescimento caracterizado entre os anos de 68 a 73, como "milagre econômico", foi financiado pelo endividamento externo do governo e, permitiu, através da Resolução 63 do Banco Central, um grande salto aos negócios dos banqueiros brasileiros, que puderam, a partir disso, "contrair empréstimos diretamente do exterior para repasse interno" (Minella:21). A busca de fontes alternativas ao petróleo, decorrente da crise mundial do produto, em 1973/74, também dependeu dos recursos mobilizados pelo setor (Sevá, Fco. A.O. (1982) e outros).

¹³¹ - "O Banco do Brasil continuou existindo, mas deveria ser, a partir daí, apenas um banco comercial de propriedade do governo federal, exercendo as funções de seu agente financeiro - transição que só foi completada no início de 1986, em meio à intensa polêmica envolvendo os seus funcionários, os sindicatos bancários e o governo. Até então, o Banco do Brasil mantinha alguns poderes de concessão autônoma de crédito, com base em recursos que deveriam ser automaticamente cobertos pelo Banco Central através da chamada "contramovimento", através da qual transitavam recursos entre os dois bancos" (Carvalho, 1986: 52.)

¹³² - A organização do Mercado de Capitais é um momento importante para a afluência de recursos e lucros ao capital financeiro. Segundo Tavares, é em 68 que tem início uma segunda etapa da sua estruturação, no Brasil, que corresponde "à criação de títulos que permitem não só a modificação do estado patrimonial das empresas, mas também das relações gerais de propriedade do polo capitalístico da economia. A funcionalidade global desse processo não seria tanto a de resolver os problemas de financiamento da produção ou do gasto (seja em consumo ou em investimento) mas, sobretudo, permitir o descongelamento do capital investido em atividades produtivas, mediante a sua conversão em capital financeiro (1983: 215).

Ainda na década de 70, os Decretos-Lei 1182/1971 e 1337/1974, permitiram que se acelerasse o processo de concentração do capital financeiro, através do estímulo, via benefícios e isenções fiscais, às práticas de fusões e incorporações; o COFIE, Comissão de Fusão e Incorporação, foi criado em 1971, para avaliar tais casos.

O Banco Central definiu, nessa reforma “como política principal a redução dos custos operacionais do sistema financeiro nacional, considerados elevados em comparação ao de outros países” (Acorsi, 1990: 18). O apoio à concentração, também foi exercido pela política de “transferência de agências, principalmente pioneiras, no remanejamento de agências, na política de aumento do capital mínimo exigido na criação de Postos Especiais de Prestação de Serviços (PEPS) e, fundamentalmente, na política de suspensão de concessão de novas cartas-patentes para as agências bancárias” (idem: 19).

No decorrer das décadas de 60 e 70, uma série de medidas dos governos militares que se sucederam no poder, continuou a beneficiar esse processo de expansão do setor financeiro que resultou na acentuada concentração do capital. A verdade é que a Reforma Bancária e as políticas de Estado no regime militar fizeram deslanchar toda a potencialidade de acumulação e crescimento do sistema financeiro, por meio de um modelo concentrador, que beneficiou aos grandes grupos, e permitiu a diversificação dos seus serviços. Em 1960, existiam no Brasil, 358 bancos, incluindo os comerciais e privados nacionais e os 8 estrangeiros, e em 1980, esse montante foi reduzido para 111 (Minella: 133). Segundo avaliação da Comissão Nacional de Automação Bancária (CNAB) da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN):

“Os dez anos que se seguem à Reforma Bancária, testemunham um elevado nível de concentração. A participação dos ativos dos quatro maiores bancos privados no somatório dos ativos de todos os bancos, salta de 17% em 1965 para 41,1% em 1975. Para o ano de 1982, e considerando o volume de depósitos totais, vemos que os 10 maiores bancos respondem por aproximadamente 63,72% do volume total de depósitos” (CNAB, 1983: 103).

A diversificação das atividades bancárias teve um papel fundamental na difusão das agências por todo o país. Os bancos, ao substituírem as Coletorias Federais e os postos de arrecadação de taxas e impostos, assumiram, progressivamente, tarefas cada vez tidas como mais fundamentais à vida cotidiana da população, e, conseguiram, se não legitimar-se, tornar-se indispensáveis à população. Serviços de cobranças para empresas e particulares, arrecadação de impostos, taxas e tarifas públicas, foram responsáveis pelo aumento dos recursos dos bancos brasileiros, que se distinguiram dos seus correlatos no mundo, também, por causa dessa característica marcante de prestadores de serviços.

“A atividade bancária brasileira diverge fundamentalmente da maioria dos Bancos em outros países. O nosso Banco...é o das múltiplas funções. Muitas tarefas consideradas às vezes até como estranhas à área financeira, acabam sendo transferidas aos Bancos. Os Bancos brasileiros souberam, de alguma forma, assimilar essas peculiaridades. Não há dúvida de que os Bancos sabem a parcela de responsabilidade que lhes cabe perante o país e a Comunidade, e que estes não podem prescindir de seus serviços. Os Bancos fazem parte integrante da Comunidade. Podemos afirmar, concluindo, que em nosso País, os Bancos tornaram-se uma empresa a serviço da Comunidade. Socialmente, fazem parte integrante dela. Como prestadores de serviços tanto a clientes oficiais como a clientes particulares, como agentes reguladores do mercado financeiro, como intermediários na movimentação dos valores ou mesmo como absorvedores de mão-de-obra, com mais de 700 mil funcionários, os Bancos estão engajados, firmemente arraigados no cenário econômico-financeiro-social do país” (CNAB, 1983: 13).

Tal engajamento mencionado pelos banqueiros, como aspecto diferencial, como reconhecimento da parcela de responsabilidade social perante o país, foi, entretanto, responsável pelo grande aumento nos níveis de captação de recursos financeiros por parte dos bancos. De acordo com a análise publicada pelo Sindicato dos Bancários,

“...a arrecadação de taxas, tributos e benefícios, constitui hoje uma modalidade de serviço que constitui para os Bancos, uma fonte fabulosa de captação de recursos, pois a totalidade dos impostos governamentais são efetuados através da rede bancária.

...A cobrança bancária, hoje, é um dos mais importantes serviços prestados pelos bancos à sociedade, e também um dos mais rentáveis, direta ou indiretamente. Diretamente, pela permanência dos recursos à disposição do banco em um ou mais dias, além das tarifas quando cobradas, e indiretamente, pela obrigatoriedade de manutenção de conta corrente por parte do credor dos títulos” (Cadernos de Formação. No. 1/“Bancos Para Quê?": 12, 13).

Representados pelas lideranças sindicais, autoras do esclarecimento acima, os trabalhadores bancários apenas vislumbravam uma fronteira muito tênue entre a abordagem que enfatizava a “função social do banco” e seu caráter de “absorvedor de mão-de-obra”, e, o verdadeiro padrão de crescimento do sistema financeiro brasileiro, sustentado na fragilização das estruturas públicas de recolhimento e de valores. Até então, as medidas de racionalização dos processos de trabalho pareciam não resvalar na possibilidade de afetar os níveis de emprego.

A reestruturação do sistema financeiro que se seguiu, nos anos que sucederam a Reforma, não atingiu seus objetivos formalmente expressos pelos seus conceptores. Ela não o transformou em financiador da “produção e do desenvolvimento”, ao contrário, a acumulação do setor foi construída sobre a valorização, em si, de seus papéis, num mercado de operações especulativas, desvinculadas da atividade produtiva.

Como Jinkings afirma, baseada em Acorsi, é importante ressaltar a simplicidade da estrutura do sistema bancário até a década de sessenta. “Na matriz do banco realizavam-se os serviços de administração geral, divididos entre alta direção, a contadoria, responsável pelo balanço geral do banco, a inspetoria, fiscalizadora dos serviços nas agências, o departamento de pessoal, a central de câmbio e a tesouraria. Às agências cabiam os serviços contábeis relativos ao movimento diário de captação e empréstimos e o atendimento à reduzida clientela, além das atividades de suporte ao atendimento, como atualização de contas correntes e arquivos, além de cálculos de juros” (Jinkings, 1993: 22).

No Brasil, o processamento eletrônico dos dados teve início na década de sessenta, juntamente com uma reestruturação no conceito de empresa bancária e organização dos serviços. Caracterizando a primeira fase da automação dos serviços bancários, o setor da retaguarda foi o primeiro atingido pela automação, quando buscava-se prioritariamente a contenção de custos e a diminuição do número de funcionários, dada a característica do desenvolvimento do setor no Brasil, até então, assentada na dispersão geográfica e no crescimento do número de agências. A necessidade de centralização dos dados e informações resultantes das operações, acarretaram o movimento pela rápida padronização. Segundo, Salerno & Zamberlan, “a padronização de atividades abriu campo para a instalação de processamento eletrônico das movimentações da agência (saldos emitidos por computador, listagens atualizadas das movimentações, etc.) rompendo algumas características do trabalho nos anos 40/50, quando se exigia até diploma de contabilidade para o ingresso na carreira bancária” (Idem: 176).

O registro diário das operações de conta corrente nos computadores, exigia a sistemática preparação de dados por meio do preenchimento de formulários, perfuração de cartões e confecção de listagens durante à noite para serem encaminhadas às agências pela

manhã. Coube aos primeiros computadores centrais, a tarefa de resolver as exigências administrativas de uma *instituição em expansão*. A exigência de se processar uma quantidade muito maior de informações fez com que a informatização se tornasse uma necessidade ao mesmo tempo que, como destaca Blass (1989) a maior agilidade do gerenciamento e do processo administrativo interno possibilitaria aos bancos oferecerem serviços/produtos de forma mais rápida e segura, o que ampliaria a sua capacidade competitiva em um mercado em expansão.

Mas, é da década de 70, a criação de um padrão de desenvolvimento que combinou as vantagens institucionais, com uma ousada estratégia de modernização tecnológica, assim registrada pela imprensa:

“O processo de modernização do sistema financeiro nacional, que tem na computação eletrônica um elemento chave, continua de vento em popa. A liderança dos investimentos permanece nas mãos dos grandes conglomerados financeiros privados, ativos em todas as faixas do mercado de capitais. Neles, o símbolo das mudanças em curso são as agências com uma série de serviços automatizados: caixas permanentemente ligados a redes de computadores, terminais de consultas operados diretamente pelo público, sistemas de resposta audível na própria residência do correntista. Progressos ainda maiores têm sido conseguidos a nível da retaguarda, onde há tarefas muito críticas em termos de rotina bancária: compensação de cheques, processamento de documentos, microfilmagem, sem falar do problema de prover dados à alta gerência para tomada de decisões” (Dados e Idéias, abril/84).

À primeira vista, os processos de concentração financeira, bem como a ampliação e diversificação dos produtos oferecidos pelos bancos, levaram o sistema bancário a procurar soluções que garantissem racionalização e máxima rapidez na prestação de serviços, como estratégia de garantir a posição do banco na competição pelo maior número de clientes. A decisão pela automatização das operações

bancárias aparecia, então como resultado de pressões sofridas pela organização em pelo menos três aspectos:

1) *"A sobrecarga de reclamações face a uma ineficiência dos serviços atuais, causada pelo crescimento do volume de operações não acompanhado por um aumento proporcional no quadro de pessoal e equipamentos do Banco."*

2) *"A tendência do governo em forçar reduções cada vez maiores nos custos operacionais, tem levado os bancos a procurar soluções a curto prazo para reduzir os custos internos, e, ao mesmo tempo, aumentar suas operações. Os computadores, embora não se justifiquem economicamente a curto prazo, assegura um futuro mais tranquilizador."*

3) *"Os bancos estão se transformando em centros de serviços financeiros para o público. Um elemento de importante referência para a escolha de um banco por parte do público será, dentro em breve, a capacidade de oferecer serviços dirigidos para os clientes, tais como cartões de crédito, etc. O computador surge, então, como opção única para os bancos que desejarem participar em igualdade de condições com seus concorrentes já em fase de automação" (Febraban, 1970).*

De fato, o Estado começava a fazer sua parte com vistas a incentivar as mudanças. Assim, em 1970, o Banco Central, editou a Resolução 144, que garantia posição privilegiada, dentre as immobilizações dos Bancos, àquelas realizadas em equipamentos eletrônicos (Febraban, mimeo, 1970).

A visão da empresa enquanto unidade econômica, assim como Schumpeter definia, influenciou fortemente as decisões e posições dos banqueiros com relação à necessidade de criação de mecanismos de incentivos à inovação tecnológica

"A necessária technicalização das estruturas administrativas não desmerece - mas pelo contrário realça - o destacado papel que o empresário financeiro desempenha na economia: para que o crédito cumpra sua função social, é necessário que flua para aqueles empresários que exibem maior produtividade, melhor crédito, liderança mais destacada, maior poder criador. E esse interesse social se casa com o interesse da Empresa - Banco: crescerá ou sofrerá o financiador solidário com o desenvolvimento ou o fracasso do financiado. Só a sensibilidade do empresário financeiro - afinada com o mercado - somente sua intuição dos

desejos de consumo da população e da qualidade empresarial dos mutuários, somente seu sentido de clima da competição existente - permitirão ao Banco traçar eficientemente normas de distribuição de financiamentos e assim alcançar sua realização como empresa. A qualidade das normas baixadas, no entanto, variará na razão direta do volume de informações disponíveis e a correta execução das decisões dependerá nitidamente das eficiência do sistema adotado de registro e controle das operações (CNAB: 35).

Era o momento de se pensar e avaliar a relação custo/benefício entre os pesados investimento na área tecnológica e a capacidade de lucratividade que as opções acarretariam¹³³. Era o momento em que a visão do mercado refletia as novas bases concorrenciais¹³⁴. Era o momento em que, a inovação tecnológica retornava aos discursos patronais como arma competitiva, ainda que sobre ela pesassem alguns elementos de difícil resolução, como as aludidas a seguir:

"...a inovação - embora se constitua no condão da realização empresarial - traz no empresário séries de dificuldades a vencer: as seduções da rotina envolvem e pressionam a empresa, ameaçando a cada momento frustrar o esforço inovador; os custos de fabricação do produto novo, os custos das novas técnicas de produzir, os custos de uma organização econômica diferenciada são de previsão extremamente difícil: e os preços, a serem fixados para os bens e serviços conseqüentes à inovação, correm o risco de se situarem acima da faixa de competição ou abaixo do nível dos custos; a inércia dos consumidores, seus hábitos, impõem ao empresários ação dinâmica no terreno da comunicação, para informar, persuadir, mover" (Idem).

¹³³ - Em documento elaborado por banqueiros, as inovações dividem-se entre "inovação intensiva em capital e inovação intensiva em trabalho" A última decorre frequentemente da primeira. Uma ousada política de implantação de novos equipamentos leva à formação e treinamento de pessoal capacitado para operar a nova realidade (Febraban, 1970: 6).

¹³⁴ - "Compreende-se que, na competição empresarial, o vencedor e o marginalizado serão definidos pelo padrão da sensibilidade para os desejos manifestados no mercado, pela qualidade dos sistemas ligados para a evolução do instrumental técnico disponível e dos materiais a utilizar, pela imaginação criadora combinando os recursos humanos disponíveis e possibilitando nova ordenação econômica" (Febraban, 1970: 35).

No caso brasileiro, as decisões pela automação ocorreram num período de forte repressão à organização dos trabalhadores, o que refletiu na forma conservadora assumida pelas direções no tocante às transformações¹³⁵, expressas nas justificativas de caráter meramente técnico presentes nos discursos. Quando abordam os efeitos sobre os trabalhadores, é com o intuito de avaliar as novas iniciativas relacionadas ao treinamento de pessoal capacitado para operar os novos mecanismos¹³⁶. Quando tratam da conjuntura internacional marcada pela Guerra Fria, visam torna-la resultado de um processo que caracterizam como fruto da *supremacia da técnica*. Esta, segundo eles, a própria base do esgotamento do comunismo:

" A exploração tecnológica dos nossos dias faz evocar a obra de Veblen, que previa a substituição da energia humana pela das máquinas na atividade produtiva e descrevia o seu mundo mecanizado funcionando sob a direção de engenheiros.

Veblen, porém, escreveu antes de Schumpeter. E escapo-lhe, ao prever os acontecimentos futuros, a significação das decisões empresariais.

A experiência que...se desenvolve na Rússia Socialista ilustra o confronto que se deve fazer entre as idéias de Veblen e as de Schumpeter. A estrutura tecnocrática do Estado soviético...é capaz de promover eficientemente a produção de bens de capital que o Estado julga necessário....quando, no entanto, estão em causa os desejos de consumo da população, evidenciou-se o Estado soviético incapaz de sentir esses desejos, de mover suas engrenagens econômicas no sentido de que sejam atendidos, de produzir os bens desejados...

Assistimos ao evoluir da história da sociedade soviética, e vemos desatarem-se as contradições desse mundo construído em nome dos Ideais de realização do homem, mas que nega o homem porque o Estado não

¹³⁵ - Como diz o documento que estamos utilizando como exemplo, na fase da implantação dos centros de processamentos "apenas a alta direção toma a decisão, recaindo a execução da decisão aos setores diretamente atingidos no caso da instalação em local já utilizado pelos mesmos" (1970).

¹³⁶ - Por exemplo: "Macroeconomicamente, pesados investimentos são indispensáveis para promover a habilitação da mão-de-obra necessária ao conjunto das inovações que promoverão o desenvolvimento. Microeconomicamente, precisa a empresa qualificar seus homens e muitas vezes atrair novos recursos humanos para a operação inovadora" (1970).

dispõe das antenas do mercado, onde a manifestação dos desejos determina as decisões de produzir... (Febraban: 1979: 36)

O padrão de utilização da força de trabalho, como afirma Quadros (1987), baseado na exploração intensiva, na contenção salarial, na extensão da jornada de trabalho, foi garantido pelo regime militar como já mencionado. No entanto, a introdução das inovações tecnológicas assentadas na microeletrônica tiveram um papel fundamental para o desenvolvimento de mecanismos de controle interno e externo à produção. Assim, a rotatividade do trabalho, por exemplo, pôde tornar-se forma de política industrial, à medida em que a desqualificação das tarefas progredia de um lado, e de outro crescia a demanda por ocupações mais especializadas e voltadas à atividades de controle, mais apropriadas para a elevação do nível de consenso e subordinação do trabalho¹³⁷.

¹³⁷ - Quadros conclui: "É claro que as relações entre tecnologia e uso da força de trabalho têm que ser entendidas no contexto político e econômico de cada conjuntura. Se certas tecnologias criavam possibilidades para a intensificação do trabalho, o uso da rotatividade como instrumento de controle, o uso preferencial por trabalhadores pouco qualificados e o rebaixamento dos salários, as condições que permitiam que isto efetivasse, desde o final da década de sessenta, foram criadas pela política aberta de marginalização da classe trabalhadora, adotada pelo regime militar. Não apenas a repressão da atividade sindical e política da classe operária, que debilitou sua capacidade de resistência à sua superexploração, mas todo um conjunto de políticas econômicas, sendo as mais significativas a política salarial de arrocho e a institucionalização da instabilidade no emprego (FGTS), tornaram viável a realização das possibilidades inscritas na utilização de tecnologias modernas" (1987: 39).

III.3 - A emergência do novo terciário na política nacional: o capital financeiro, o capital dinheiro, os serviços bancários e o parque produtivo.

Na verdade, uma etapa importante de incentivos estatais e investimentos em tecnologia de informática possibilitou a ampla difusão dos instrumentos técnicos disponíveis a essas mudanças. A indústria da microeletrônica é o substrato tecnológico da tecnologia da automação e informatização e sua implantação no Brasil, que podemos dizer recente, está de alguma forma relacionada ao tamanho e a especificidade do mercado da automação bancária.

Aqui, a política de proteção à indústria nacional de minis e microcomputadores através da Lei de Reserva de Mercado de 1984 —resultado de uma política anterior posta em prática desde o início dos anos 70— mostrou-se obstáculo para os níveis desejados de incremento da automação no setor fabril. No entanto, os bancos nacionais associaram vultuosos recursos com empresas fabricantes de equipamentos proibidos à importação.

Antes de anteciparmos conclusões, vamos retomar alguns fatos que nos ajudarão a entender melhor o caso brasileiro. Não está ao nosso alcance uma discussão exaustiva sobre a implantação da Política Nacional de Informática no Brasil, mas, baseados em estudos anteriores, como os de Tigre, Piragibe e Rattner, recuperaremos sucintamente, alguns dos parâmetros que nortearam as relações entre a prática de incentivo ao desenvolvimento tecnológico, como uma política de Estado que dá contornos, expressa e imprime às relações de mercado um conteúdo específico de interesses organizados¹³⁸.

¹³⁸ - Paulo Tigre, na introdução de seu trabalho "Computadores Brasileiros, Indústria, Tecnologia e Dependência", RJ, Campus, 1984, sumariza a retomada da

Como demonstra Piragibe (1985), desde 1917 o Brasil já contava com uma subsidiária da IBM e desde 1953 com uma da Burroughs, para a fabricação de máquinas de escritório. O primeiro computador IBM só foi instalado aqui em 1961. No entanto, durante toda a década de 70, com o crescimento econômico e a agilização dos setores público e privado, o crescimento da taxa de instalação de computadores foi da ordem de 55% anuais, com relação à década anterior.

As importações atendiam a demanda do mercado de computadores. É bom lembrar que esses sistemas eram totalmente gerados nos laboratórios do exterior e aqui colocados sem nenhuma espécie de adaptação às necessidades do usuário nacional.

O início da indústria nacional de microeletrônica deu-se com o aumento das importações dos semicondutores, substitutos das válvulas, quando o sistema de TV a cores foi introduzido no Brasil. O governo passou a promover uma política de incentivos fiscais com vistas a dar início ao processo de substituição das importações, que conseqüentemente, atraiu para cá a RCA, a Phillips, a Sanyo e a Fujitsu, por exemplo. O mercado, em 1974 era estimado em 200 milhões de dólares.

O governo brasileiro, o grande usuário da tecnologia de informação de então, mostrou-se preocupado com o domínio da sua produção, que à época, final da década de sessenta e durante a de setenta, passou a ser considerado uma tecnologia "transformativa" com as mesmas prerrogativas da máquina a vapor (Dados e Idéias, dez/jan. 1976/77). Ao mesmo tempo em que o governo militar deu seqüência aos projetos de centralização e nacionalização da indústria de telecomunicações, uma série de medidas foram tomadas com vistas a

polêmica a respeito dos problemas da industrialização dos países do Terceiro Mundo, sob o ângulo dos dependentistas e seus críticos, quando emergiu o problema do desenvolvimento da indústria de computadores no Brasil.

criar a indústria nacional de informática, que criasse a infra-estrutura de informações do país. A informática aparece nos discursos da época como elemento que não apenas garantiria retorno financeiro e econômico ao país, mas acima de tudo, a Soberania¹³⁹:

"Desse setor depende o país para conhecer-se a si próprio; a informação é o elemento básico para a formulação de estratégias e tomadas de decisões, e o setor financeiro está cada vez mais no fulcro do processo da informação: o domínio pelo país dessa tecnologia corresponde, portanto, ao domínio de si mesmo" (Dados e Idéias, dez/jan. 1976/77).

Em 1971 o Projeto Guarany foi criado com o objetivo de "promover o projeto, desenvolvimento e construção de protótipo de computador eletrônico para operações navais" (Piragibe, 1985: 118). Os Ministérios da Marinha e do Planejamento foram, fundamentalmente, os mentores da nova idéia e, entenderam que a "autonomia tecnológica" tinha importância tanto à nível militar quanto industrial.

Em 1972, nasceu a Capre - Comissão de Atividades de Processamento Eletrônico, vinculada ao Ministério do Planejamento, e destinada a racionalizar o uso de computadores na administração pública federal.

Em 1973/1974, o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico refletiu o interesse pela criação da indústria nacional de computadores, presente tanto no Ministério da Marinha, quanto no do Planejamento. Segundo Piragibe, embora houvesse consenso sobre o caráter estratégico da informática para o desenvolvimento do país, a definição das estratégias para isso, era permeada por uma questão

¹³⁹ - De acordo com Mendes, "A experiência da informática nacional é paradigmática por ser a primeira experiência nacionalista com base no genuíno capital nacional e no desenvolvimento de tecnologia autóctone. Nesse sentido, as dificuldades enfrentadas pelos atores envolvidos com a política têm o papel de servir como referência para os demais setores da economia" (Mendes, 1990: 234).

polêmica. Enquanto para uns ela deveria atender a fins militares, prioritariamente, para outros, deveria atender a objetivos comerciais.

Em 1976, a Capre recebeu as prerrogativas que, desde 1975, cabiam ao Ministério das Relações Exteriores, cedendo incentivos fiscais e anuência nos processos de importações de equipamentos. No entanto, questões como a capacitação de técnicos e o desenvolvimento necessário de uma indústria nacional para evitar intervenção e perda da soberania, passavam pela discussão de pontos ainda a serem definidos: índices de nacionalização, potencial de exportação, grau de abertura tecnológica (conceder prioridade às empresas que recorressem a engenharia nacional), mercado interno, controle do capital nacional” (Piragibe, 125). Ela foi, não obstante, responsável pela criação de aproximadamente 70% das empresas que receberam permissão para efetivar acordos de transferência de tecnologia, com empresas estrangeiras, desde que demonstrassem capacidade de dominar o know-how e se tornarem auto-suficientes em cinco anos.

Aspectos tão delicados provocariam uma série de polêmicas. Em 1979, a Capre rejeitou projetos da IBM e da Burroughs para a fabricação de minis e micros computadores no país, ao mesmo tempo em que a Cobra, por sua vez, fabricava e lançava o modelo 530, desenvolvido com tecnologia nacional.

Criada em 1974, inicialmente para atender a demanda militar, segundo o modelo dos terços: capital do Estado (Digibrás), de uma firma nacional (Equipamentos Eletrônicos - EE) e outra estrangeira (Ferranti Ltda.) (idem, 121), em 1976, a Cobra, “passou por uma reestruturação que tem como um dos pontos fundamentais a participação de capitais privados, bancos que, juntamente com empresas do governo, representam 90% do mercado para seus produtos) até então hesitantes

em apoiar o empreendimento.” ...“O capital da empresa passou de Cr\$ 30 para Cr\$ 350 milhões” (Dados e Idéias, abril/maio/1977)¹⁴⁰.

Em 1978, o Ministério das Relações Exteriores, o Serviço Nacional de Informações e o CNPq, assumiram oficialmente a necessidade de o setor ter uma política global, dificilmente atingida pela Capre. Assim, em 1979, o “Presidente da República assinou decreto criando a SEI - Secretaria Especial de Informática, subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, órgão encarregado de coordenar e executar as atividades de processamento de dados e de computação no país” (Jornal do Brasil, 11/10/79). Justificando através dos déficits da Balança de Pagamentos do país, o governo resolveu aperfeiçoar a política de proteção à indústria nacional de informática.

A SEI exerceu seu poder através do controle sobre as guias de importação de equipamentos, peças de fabricação e comercialização de computadores no país. Além disso, pronunciou-se sobre benefícios fiscais, contratos que implicavam pagamentos ou remessas de divisas, similaridade nacional, currículos escolares e regulamentação nacional, conveniência de concessão de canais e meios de transmissão de dados no âmbito nacional, e ligação de redes de comunicação de dados.

Sua estrutura compreendia uma comissão de informática formada por representantes de seis Ministérios, além da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, do SNI, do Estado Maior das Forças

¹⁴⁰ - “Francisco Sanchez, do Bradesco, apresenta uma das razões principais que levaram o Bradesco a investir na Cobra: “o espírito pioneiro e vocação cívica do grupo Bradesco, além das vantagens de se dispor de equipamento de computação fabricado no país, com capitais nacionais. ”E, diante disso, fomos induzidos pelo governo a participar da Cobra”(Dados e Idéias, abril/maio, 1977). Porém, a empresa privada faz suas exigências: segundo Sanchez, na mesma reportagem, os bancos “querem que a Cobra atinja seus objetivos de desenvolvimento gerando ela própria seus recursos para tanto, sem se furtar a financiamentos, o que é diferente de viver de mesada, porque isso não funciona, é pouco estimulante. Com a mesada garantida, se a pesquisa deu certo, se não deu, tanto faz. A coisa tende a se tornar acadêmica, desligada da realidade de mercado, de objetivos empresariais” (idem: 35).

Armadas e da SEPLAN. Deverá incentivar e viabilizar a criação de laboratórios, grupos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de insumos, componentes, equipamentos, programas e serviços.

Em 1984, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Informática que vedava ou restringia drasticamente a atuação de firmas estrangeiras no mercado brasileiro¹⁴¹ de computação e equipamentos eletrônicos. Criou o Conselho Nacional de Informática e Automação (CONIN), atrelado à Presidência da República e composto por representantes da indústria, dos usuários, trabalhadores e profissionais da informática e de outros Ministérios e órgãos governamentais e não governamentais (Acorsi, 1992).

Sobre a Lei, Cláudio Mammana afirma em sessão do Congresso Nacional:

"A Lei de Informática surge como expressão concreta da vontade política de romper com as práticas que conduziam o país à situação que nos obriga a submeter as decisões relativas à nossa economia ao arbítrio dos credores de uma dívida contraída por seus próprios prepostos" (1985).

Vitória evidente da ação dos setores nacionalistas¹⁴², a política nacional de informática se propunha atingir resultados de âmbito

¹⁴¹ - É importante ressaltar, que na Constituição Brasileira, a definição do mercado como "patrimônio nacional" aparece justamente no capítulo "Da Ciência e Tecnologia". Vejamos: no capítulo IV, art. 219, "O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país, nos termos da lei federal" (Idem: 98).

¹⁴² - Resultado de um processo de politização vivido no Brasil desde o final da década de cinquenta segundo afirma Mendes (1990) "a proposta nacionalista conseguiu articular as forças de esquerda, da direita e do centro. Defenderam essa proposta os setores de tecnologia de ponta, beneficiários do tratamento diferenciado, como os de informática química fina, mecânica de precisão, metal-mecânico, etc. Aliaram-se a esses setores os pequenos e médios empresários, os empreiteiros (devido aos interesses no setor de mineração e na defesa do subsolo brasileiro para o capital nacional) e os setores militares (os coronéis liderados pelo Senador Jarbas Passarinho) devido ao potencial estratégico das novas tecnologias para a Segurança Nacional. Esta proposta também foi defendida pela comunidade acadêmica - SBPC - e entidades profissionais como a APPD e a Federação Nacional dos Engenheiros (Mendes, 1990: 228).

político: Severo Gomes, por exemplo "situa a questão da informática como essencial para a soberania nacional". Vai mais longe:

"Se países como o nosso não decidirem controlar a produção do conhecimento em informática, recusando as importações dos países centrais, jamais terão condições de construir a sua autonomia. Levando em conta a crise internacional prolongada em que estão mergulhados todos os países, caso a vontade política nacional não se exerça, nossos países estarão fadados, na reconstrução da ordem internacional, a sobreviverem subjugados. Somente aqueles países que controlam as condições da produção do conhecimento serão livres. Se nossos países não dominarem os conceitos produzidos pelas metrópoles, não teremos condições de caminhar na construção de conhecimentos alternativos. E, portanto, não terão condições de romper a dominação." (In: Benakouche, 1985:34)

A marca tecnicista e a divergência de interesses entre o capital nacional e o estrangeiro, que sustentou os argumentos a respeito das necessidades de modernização, ainda que camuflada sob os imperativos de resistência à dominação cultural e à defesa da Segurança Nacional, foram responsáveis pela pequena repercussão da discussão acerca do estabelecimento da Política de Informática no interior das organizações dos trabalhadores. A coleta de depoimentos de sindicalistas e representantes sindicais, exposta em artigo de Ricardo T. Neder, demonstra a exclusão dos trabalhadores desse processo, seja pelo caráter excessivamente tecnicista dos discursos, ou pela caráter centralizador que o levou à cabo. A pesquisa deixa clara "a impossibilidade enfrentada por sindicalistas quanto a estabelecer com a política de modernização tecnológica qualquer identidade capaz de fazê-la envolver-se com esse item da agenda governamental"(Neder, 1988: 220).

Inspirado em porta-vozes como o Senador Severo Gomes, o Congresso Nacional aprovou a Lei, e os fabricantes nacionais tiveram reafirmada a proteção para atuarem num mercado "cujo parque instalado

de computadores, em 1982, atingiu US\$ 2.776,6 milhões. Para termos a exata dimensão desse número, basta citar que, “o país posiciona-se entre os dez maiores mercados do mundo para esses produtos” (Piragibe: 151). “O mercado brasileiro de computadores ultrapassa os de alguns dos países membros da OECD (que reúne os países capitalistas mais desenvolvidos), como a Suíça, Suécia e Bélgica (observa-se que o Brasil detém mais de 50% do valor do parque de computadores latino-americano, seguido pelo México, com cerca de 18% ” (idem),

A política de proteção desse mercado, foi responsável pelo fortalecimento e até mesmo pela criação das empresas nacionais. Piragibe cita dentre elas: Itau S.A. (Itautec, Itaucom), Cobra, Sisco, Medidata, Novadata, Cia Docas de Santos Sid, que estabeleceram opções ao mercado interno, respondendo à necessidades específicas que os equipamentos importados não conseguiam atender¹⁴³, e redução de preços¹⁴⁴ dada a acirrada concorrência. A metade das empresas nacionais contou com participação acionária de grandes grupos econômicos, particularmente oriundos do sistema financeiro (Piragibe, idem).

Em contrapartida, a área dos serviços apresentou o índice de concentração mais importante do parque instalado de computadores.

¹⁴³ - O aspecto da diferença e especificidade dos equipamentos quanto às necessidades nacionais foi largamente utilizado pelas autoridades brasileiras para justificar o incremento à política de informática.

¹⁴⁴ - A problemática da redução dos custos dos equipamentos esteve, nessa fase, subordinada a questão da Soberania Nacional. Diante de qualquer menção ao fato de que o desenvolvimento interno da tecnologia de computadores não, traria de imediato a redução dos custos dos equipamentos, contrapunha-se o risco da dependência internacional. “Ao estabelecermos a premissa da reserva de mercado, a sociedade brasileira precisa estar convencida de que o objetivo é atingir a médio e longo prazo, o domínio da tecnologia de informática, e não obter imediatamente a última palavra em equipamento competitivo. O preço será sempre substancialmente mais alto, porque ninguém terá escala, dentro da reserva de mercado, para competir com gigantes que investem anualmente bilhões de dólares no marketing e no desenvolvimento de seus produtos” (Conferência na Câmara dos Deputados, Setúbal: 1984).

Piragibe aponta em 41,2% o valor da participação dos bancos comerciais, e dos "bureaux" de serviços. De fato, se em 1976 os gastos com processamento de dados pelo sistema financeiro eram da ordem de 14%, em 1981 passou para 19% (equivalente a US\$ 1. 017,4 milhões), segundo a mesma autora. Assim, na mesma ordem, a percentagem do parque instalado passou de 6%, para 27%.(Idem: 184/185)¹⁴⁵

Um prazo de aproximadamente dez anos separou a criação da Cobra, maior firma estatal produtora de equipamentos, e a criação e liderança de empresas privadas como a SID, ligada ao Bradesco, e outras, como a Itaotec e a Digirede, voltadas para o mercado da automação bancária, cuja demanda, mesmo em plena crise do setor industrial brasileiro, crescia bastante.

Novas feições começavam, no entanto, a se delinear. A crise do governo brasileiro e da máquina estatal, coincidentemente à propaganda neoliberal, tornaram mais fortes as pressões do capital internacional e dos setores interessados na abertura do mercado da informática. O discurso liberalizante, não apenas aqui, mas à nível global, deixou de ser uma força entre outras, passando a orientar as práticas institucionais; representando o capital transnacional, ele se aliou à crítica da máquina estatal.

De fato, no que se refere ao desempenho de suas atribuições enquanto promotor e capacitador técnico, foram inúmeras as pressões exercidas pelos diferentes interesses aglutinados em torno da questão da política de informática. A crítica a incapacidade do governo para sustentar uma política global capaz de viabilizar os investimentos,

¹⁴⁶ - Acorsi em sua tese conclui também a esse respeito: "As firmas nacionais de computadores mais bem sucedidas foram as que aliaram o seu destino ao do setor financeiro. Era a época da automação bancária voltada ao público utilizando equipamento nacional" (1992:30).

financiamentos, as políticas de ciência e tecnologia¹⁴⁶, enfim, aliou-se à pressões exercidas pelos demais setores econômicos negativamente afetados pela política de reserva de mercado em informática. Isso porque, de um lado, ela dificultou a importação de equipamentos tornando menos competitivos os produtos que deles prescindiam; de outro lado, porque a política de informática fez crescer o risco de represália alardeado pelo governo americano. (Mendes, 1990)

A iniciativa privada, representada pelo seu quadro mais poderoso no Brasil, o sistema financeiro, até então beneficiado pela atuação governamental, estabeleceu alguns pontos críticos sistematizados em documento elaborado pelo Centro Nacional de Automação Bancária (CNAB), a ser encaminhado como proposta ao II PLANIN, em 1988, no que tange a política nacional de informática, quando definiam que:

“...A atual política governamental quanto à informática atendeu a demanda do setor bancário satisfatoriamente até mais ou menos cinco anos atrás. Desde então, com o acirramento da concorrência e necessidades do mercado, a filosofia do atendimento ao cliente mudou, induzida principalmente pela alta inflação, onde o cliente do banco quer ter seu investimento reuplicado instantaneamente (CNAB, 1988).

Como alternativa ao modelo excessivamente protecionista o documento propõe :

“o fomento à indústria nacional de informática para colocar no mercado brasileiro produtos em condições iguais de tecnologia, qualidade e preço ao do mercado internacional; maior flexibilidade para o uso de produtos importados no tocante às necessidades de automação mais prementes e onde temos baixa capacidade e/ou competência”...(idem).

¹⁴⁶ Ver Piragibe e Mendes. De acordo com esta última, ao não conseguir resolver problemas relativos à ocupação do mercado, à integração Universidade/empresa, “ao repasse da tecnologia ao setor produtivo” (idem: 232), entre outros, o governo deixou evidente sua incapacidade para continuar mantendo a política de reserva de mercado.

O mais enfatizado era que o fomento fosse maior para a indústria de "software". Os investimentos, nesse caso, teriam de ser maiores."

Além disso, o CNBA, afirma em 1989,

"que se deve fugir à falácia de produto nacional, onde a tecnologia ofertada está em desuso no exterior e o preço é duas ou três vezes superior" (Banco Hoje, Maio/89).

Em 1989, a formação de uma grande associação ilustrava os rumos e soluções a serem tomadas nos anos seguintes:

"O Itaú e o Bradesco, os dois maiores grupos financeiros do país, associaram-se através de suas respectivas empresas na área de informática, a Itautec e a Digilab, à Sistema Automação Industrial - e inauguram nova fase de produtos para automação bancária. A intenção é suprir o mercado interno lançando novos produtos e desenvolvendo novos processos de fabricação e ainda atingir competitividade internacional." (Balanço Financeiro, jan. 1989:36)¹⁴⁷.

A década de 80 teve início com uma movimentação generalizada de amplos setores da sociedade civil pela redemocratização do Estado, e das relações de trabalho, que teve em 1978, um momento marcante da organização em novas bases do sindicalismo brasileiro, não só dos trabalhadores industriais, como do setor público e de serviços. O revigoramento da organização da classe trabalhadora caracterizou-se nessa fase, principalmente pela preocupação em atuar nos locais de trabalho, questionando condições de trabalho, saúde, organização,

¹⁴⁷ - Os dois maiores grupos financeiros do Brasil associaram-se à Sistema Automação Industrial, com vistas a atuar num segmento específico da produção de equipamentos de informática: a fabricação de impressoras e mecanismos impressores para microcomputadores. "O aporte de capital dos dois bancos foi de US\$ 5 bilhões e o objetivo era atingir competitividade internacional. Não teremos com essa associação nenhum privilégio no mercado. Vamos disputá-lo abastecendo-o com novos produtos e com competência...ênfatisa Biselli vice-presidente da Sistema" (Balanço Financeiro, janeiro, 1989). Essa associação resultou da política de incentivos às fusões e incorporações promovida pelo BNDES, com vistas a solucionar os problemas de faltas de recursos necessários para o desenvolvimento do setor (idem).

poder e disciplina¹⁴⁸. Nas palavras de Blass (1992) "as lutas sociais questionam a legislação salarial e sindical vigentes na época, partindo de questões referentes ao cotidiano de trabalho e de vida. Politizam os locais de trabalho, ao questionarem as relações estabelecidas de poder, o autoritarismo das chefias e da gerência, o ritmo estafante de trabalho, o controle sobre o uso de "seu" tempo pelas empresas, etc. Os chamados movimentos populares urbanos politizam, por sua vez, o espaço privado de moradia e da vida doméstica" (idem: 59,60).

Fato que se tornou central no período, as garantias de altos rendimentos oferecidos pelas operações especulativas atraindo os recursos das empresas, como afirma Oliveira (1988), aumentou o distanciamento entre o setor de produção de bens de capital e de consumo, causando um desequilíbrio difícil de ser restabelecido apenas pela abertura às importações. Ao mesmo tempo em que a inflação galopante chegou a apontar para o risco da instabilização do "equilíbrio" das instituições, os setores produtivos se ressentiram de políticas de apoio à produção e que possibilitassem o fim da especulação.

A análise do ponto de vista econômico não é exatamente o objetivo deste trabalho. Porém, alguns aspectos da ciência econômica são visivelmente identificados em seu comprometimento com a tentativa universalização de uma visão de mundo específica ao capital, o que os torna vulneráveis a críticas, ainda em que se esteja no interior de uma conjuntura ideológica que pretenda subordiná-la ao padrão de pensamento que se pretende hegemônico.

A partir de uma perspectiva que contemple o aspecto ideológico da noção da inflação, ao mesmo tempo em que permita-nos identificar o caráter da especulação enquanto uma das formas de ajuste entre as

¹⁴⁸ Segundo Quadros que se refere à importância dos trabalhadores das empresas automobilísticas na constituição do novo sindicalismo, a transferência do campo de luta para o dia-a-dia na fábrica alterou a correlação de forças entre capital e trabalho.

diferentes estruturas sociais, políticas, econômicas (S. de Brunhoff, 1978: 117), podemos entender o processo ao qual o país se submeteu como um momento decisivo capaz de aglutinar análises e opiniões em torno do caráter do Estado enquanto gestor do equilíbrio entre os setores da economia, ou melhor dizendo, do capital.

Sob o peso do considerado "fracasso" das políticas monetárias e financeiras por ele levadas a cabo, e sob a negatividade do crescimento da dependência dos setores produtivos, bem como dos efeitos nos salários, diante do tipo de papel desempenhado pelos bancos, podemos constatar que a ênfase no caráter "nefasto" da especulação financeira não permitiu a consolidação de uma visão hegemônica capaz de explicitar a inflação como um dos efeitos da própria estrutura da dominação econômica e política do capitalismo". Ela "precisa" aparecer como algo patológico, como algo que designe um mal funcionamento das estruturas, e nesse sentido, é .."puramente descritiva. Donde o caráter eclético do que se costuma chamar as "causas" do fenômeno: excesso da procura em relação à oferta global, elevação dos custos, aumento excessivo da massa monetária, etc. Pouco importa, uma vez que o que conta é designar os responsáveis: o Estado, os sindicatos, os monopólios, o Banco Central, os consumidores... todo mundo - salvo o próprio sistema capitalista!" (idem: 160)

Retomando nossa análise, a partir de 1988, as políticas voltadas para a retomada do crescimento industrial foram marcadas pela preocupação em inserir o país nos padrões internacionais dominantes de concorrência. A análise de Jacques Marcovitch publicada no Caderno no. 12 do IBCB, ilustra o tom de preocupação e alerta empregado pelos economistas do país. Vencer o desafio tecnológico aparece então, como algo de grande importância para os rumos futuros da economia nacional, diante dos novos imperativos:

"Transnacionalização dos mercados, inovação tecnológica e uma geopolítica mundial marcam o final da década de 80 e determinam o perfil mundial do próximo século. O novo ciclo tecnológico tem transformado o comportamento da sociedade e modificado drasticamente as vantagens comparativas das empresas e das regiões econômicas nas quais estão inseridas. Enquanto essa revolução ocorre nos países mais desenvolvidos, a América Latina vive sua década perdida, caracterizada por uma drástica redução da renda per-capita, dos investimentos brutos, da produção de bens de capital, assim como de expressivo aumento da dívida externa. Essa turbulência econômica exige uma estratégia baseada na recuperação de investimentos, na inovação tecnológica e na integração, em torno dos eixos de complementaridade, que garanta a conquista do futuro e a preservação da democracia" (IBCB, 1989:5.)

Apesar das justificativas para os sucessivos choques econômicos aplicados no decorrer da década, o governo tornou-se responsável por nada menos que "50% da receita apurada pelo setor bancário, seja na compra de títulos da dívida pública ou empréstimos a estatais deficitárias." (Natermes Guimarães Teixeira, Correio Popular, 30.09.93). Obviamente isso gerou uma questão difícil de ser resolvida ao poder público diante da prerrogativa que ele assume de gerir um possível equilíbrio entre as forças sociais e econômicas. A economia brasileira, realinhou-se diante do poder do capital financeiro sobre as outras frações.

As altas taxas inflacionárias foram uma das maiores fontes de lucros dos bancos, embora outras estratégias mais atuais tenham incrementado a sua rentabilidade, como a participação nos processos de privatização, a agilidade na tomada de medidas capazes de garantir sua inserção no mercado internacional, como por exemplo, a captação de recursos no exterior, e a diversificação de atividades através de investimentos em outros setores. Além disso tudo, a inovação tecnológica tem redefinido estratégias de atendimento aos clientes e diversificação dos produtos oferecidos pelo sistema bancário. (Dieese, 1993).

Conforme já foi dito e de acordo com Alcides Tápias, presidente da Febraban (em 1992), nos últimos dez anos, a maioria das receitas dos bancos advieram dos títulos públicos e do financiamento direto ou indireto da dívida do governo federal. Em sua opinião, o peso da dívida do Estado, provocou-lhe uma situação de vulnerabilidade frente aos bancos, que, ao comprar seus títulos, garantindo-lhe liquidez, conseguem impor as taxas altíssimas de remuneração, na ordem de até 30% ao mês; enquanto isso, as empresas privadas, recorrem aos investimentos financeiros, com lucros certos, tendo seus recursos canalizados, via sistema financeiro, às entidades deficitárias do governo, e aos lucros dos bancos (O Estado de São Paulo, 19/10/1992).

O comprometimento dos governos endividados com os bancos, tornou a situação destes últimos, bastante confortável. Os planos não atingiram duradouramente seus objetivos e a economia nacional, com as altas taxas de juros, somente fizeram inibir a produção. Os pacotes econômicos inaugurados com o Plano Cruzado, em 1986, foram a expressão dessa crise. O governo congelou preços e salários, com a intenção de baixar drasticamente as taxas de juros nominais, então, na ordem de 300% ao ano.

Isso explica o fato de que, ao mesmo tempo em que a década de oitenta ficou caracterizada como aquela de maior estagnação nos níveis de investimentos e de redução do crescimento econômico em termos reais de crescimento, os bancos apresentaram uma forte liderança atingindo 12,4% do PIB brasileiro, em 1985 (Blass, 1992). “Depois de atingir o auge em 1989, com 19,5% do PIB, voltaram às taxas de 11% em 1990 e 1991” (O Estado de São Paulo, out./92).

As política de restrição aos investimentos estatais, e as iniciativas sucessivas de, através dos choques heterodoxos, frear a via especulativa e incentivar a produção e a recuperação do poder aquisitivo

da população, foram contraditórias com as medidas destinadas a “salvar” a situação momentaneamente crítica pela qual os bancos passaram. Em novembro de 1985, foi realizada uma das mais conhecidas operações governamentais da década, com a finalidade de socorrer e saldar compromissos financeiros dos bancos Comind, Auxiliar e Mainsonave¹⁴⁹.

Outras medidas foram tomadas com vistas a compensar os efeitos dos choques econômico relacionados com a lucratividade das instituições financeiras até então sustentada basicamente na remuneração dos depósitos à vista: “a) redução do custo dos empréstimos de liquidez aos bancos e caixas econômicas, o chamado redesconto; b) permissão de recolhimento do depósito compulsório em títulos públicos federais até 10% da exigibilidade total de cada instituição; c) redução do horário de atendimento ao público; d) criação do certificado de depósito interbancário - CDI para melhorar o uso de recursos disponíveis pelas instituições financeiras, mediante repasse de recursos pelos que tem excesso de caixa àqueles com falta de liquidez; e) aprovação da cobrança de tarifas máximas por serviços prestados pelos bancos¹⁵⁰” (Cadernos de Formação - no.1, Bancos Para Que?: 22).

Os bancários, por sua vez, reconheceram que

“Essas medidas foram tomadas pelo governo, diferentemente da postura que o mesmo teve em relação aos demais setores econômicos...que se ajustaram ao Plano Cruzado sem “ajuda” de resoluções governamentais”(idem: 22).

O setor financeiro tem a seu favor uma característica que o coloca

¹⁴⁹ - “Calcula-se que o Banco Central tenha colocado 8 trilhões de cruzeiros para sanear os prejuízos” (Balanço Financeiro, janeiro, 1986).

¹⁵⁰ - A Resolução de No. 158, definiu o descongelamento das tarifas bancárias pelo Banco Central. A medida “ocorreu simultaneamente à flexibilização de preços decretada pela ministra Zélia Cardos de Mello, e vem ao encontro de um pleito da FEBRABAN. O presidente da entidade, Léo Wallace Cochrane Jr, defende a liberação das tarifas não apenas para que o sistema bancário possa praticar preços de acordo.

em posição privilegiada. O fetichismo capaz de transformar dinheiro em mais dinheiro, também tem sido responsável pela crescente dependência dos setores produtivos em relação aos bancos. No Brasil, por intermédio do Banco Central, o Estado está bastante convencido disso¹⁵¹. A imprensa conservadora, também deixa entrever uma confusão razoável entre a prerrogativa, que se atribui a si mesma, de denunciar a corrupção, e a defesa do papel do sistema bancário:

“A quebra de um banco num país cria uma onda de falências em outros setores e o processo pode ir num crescendo, até arrasar uma economia inteira. A grande depressão americana dos anos 30 teve esse ingrediente. Nesse processo, o boato e a desconfiança têm um papel decisivo. É por isso que existe uma lei não escrita segundo a qual a tecelagem ou a fábrica de bolacha podem quebrar. Os grandes bancos não. O custo de deixar bancos falirem é maior para a sociedade do que para salvá-los. A necessidade prática de proteger bancos de porte não é facilmente percebida porque há uma ignorância sobre as consequências da queda. Evidentemente, isso não significa deixar na impunidade banqueiros que praticam uma gestão desastrosa com o dinheiro alheio” (Veja, novembro/95:38).

Em 1988, a nova Reforma Bancária, promulgada pelo Governo Sarney, beneficiou, mais uma vez, as demandas dos empresários do setor. A Resolução 1524 do Banco Central instituiu os Bancos Múltiplos, que permitiram uma racionalização de custos operacionais, jurídicos e administrativos bastante grandes, já que uma única empresa passou a

¹⁵¹ - Enquanto estamos na fase final de elaboração deste trabalho, os casos dos Bancos Econômico e Nacional, ocupam os noticiários e as preocupações do governo, a respeito de como salvar os conglomerados e manter-se, ao mesmo tempo, confiável perante a opinião pública. Questão ao que tudo indica será de fácil resolução diante das condições de barganha atuais, e diante da postura política empreendida até aqui. A confiabilidade é uma questão de marketing, logo, pode ser retrabalhada ao longo do tempo. Os bancos, ao contrário, para o Estado, uma questão de negócios, de mercado e de competência, já que de acordo com representantes do sistema bancário brasileiro, houve morosidade, por parte das autoridades, com relação a patrocinar ajustes capazes de permitir a retomada dos bancos no período pós-Real. “Foram necessárias 21 intervenções e liquidações, a longa agonia do Nacional e a boataria crescente sobre um outro banco - o Bamerindus - para que o Banco Central saísse da imobilidade e criasse MP das fusões que dá base de apoio para a reforma dos bancos” (Veja, nov./95:39).

englobar o banco comercial, de investimento, de poupança e a financeira. A criação dos bancos múltiplos acenou de imediato, com a perspectiva de diminuição de 20% nos custos operacionais, a partir da unificação contábil de suas pessoas jurídicas.

“Haverá corte de pessoal, sobretudo na área de gerência de crédito e em outras onde a sobreposição de cargos será inevitável... Os ganhos de escala, porém, não param aí: outros 20% podem ser conseguidos com a supressão dos inúmeros departamentos de contabilidade, o que significa eliminaram grande volume de gastos com auditores, balanços, publicações e registros em cartório.” (Banco Hoje, 1989:33).

Outra medida foi o fim da necessidade das cartas-patentes para a formação de novas instituições.

Os executivos e empresários do setor receberam essas mudanças com certa euforia. Elas deixavam entrever o que denominaram uma *abertura democratizante*, à medida em que aumentariam as chances de participação para empresas de porte e setores diversos, dado que as únicas exigências para ingresso na atividade bancária, passaram a ser o capital mínimo e idoneidade. Era o início de uma fase de maior competitividade, ditada pela idéia de que apenas a qualidade garantiria a permanência no mercado.

Porém, os grandes monopólios nem de longe perderam a confiança de que esse mercado não seria realmente fatiado. Os altos custos e a falta de estrutura adequada para as operações, seriam alguns dos fatores responsáveis pela permanência dos grandes grupos nas posições privilegiadas, criadas pelo processo de concentração e internacionalização¹⁵² financeira (Banco Hoje, maio, 1989). De fato, em 1990, o número de instituições operando era de 219, dois anos depois, em 1992 atingiu 231 (O Estado de São Paulo: 19/10/1992), porém, em

¹⁵² - “A partir desse momento, os bancos estrangeiros que operavam apenas como bancos de investimentos, puderam trabalhar mais intensamente com depósitos à vista” (Banco Hoje, maio, 1989: 35).

1994, à revelia das medidas adotadas em 1988, esse número caiu para 204 (Gazeta Mercantil, 18/03/1994).

Os pacotes econômicos deram aos bancos a oportunidade de se adaptarem às novas regras, através da estratégia de demissões massivas, acompanhadas de inovações tecnológicas e organizacionais de grande impacto. Em 1989 o choque econômico efetuado pelo Governo Collor, procurou enxugar o excesso de liquidez do mercado, para combater a inflação. No Plano Cruzado foram fechadas centenas de agências, e demitidos 140 mil bancários. No Plano Collor 1 foram fechadas 4.762 agências em todo o país e até 1991 (durante apenas três anos), foram demitidos mais 170 mil trabalhadores (de 820 mil no início do período, passou-se para 650 mil).

Esse contexto, por si é bastante explicativo da importância que o conceito "imagem dos bancos" assumiu nas estratégias de marketing que acompanharam a automação na primeira fase da década de 80. Sempre relacionados com a agudização da crise no país, os bancos, não mediram esforços para tentar demonstrar sua absoluta independência com os problemas gerais do sistema produtivo. No mesmo ano em que aconteceu a greve nacional dos bancários, em 1985, no mesmo mês, aliás, em Setembro, realizou-se o III Seminário Nacional de Marketing Financeiro, abordando esse tema, afinal,

"No mundo inteiro os banqueiros são caracterizados como homens gordos, de fraque e cartola, olhar astuto, charuto na boca, e nas mãos carregam sacos de dinheiro. São os vilões da história. "É um problema que está ligado a taxas de juros, e à questão da usura", diz Roberto Eghydio Setúbal, gerente geral do Itaú" (Balanço Financeiro, 1985: 72).

III.4 - Dos “pacotes econômicos” à reestruturação produtiva: da dinâmica econômica e política neoliberal à luta de classes em “solo bancário”.

A partir de 1986, com os “pacotes econômicos” que reduziram o dinheiro em circulação e bloquearam as aplicações financeiras, a informática tornou-se algo mais que meramente um instrumento mercadológico, do ponto de vista dos executivos. Nesse momento, “a utilização da automação foi considerada “uma ferramenta utilizada para o controle de custos e avaliação da produtividade interna” (Balanço Financeiro, set. 86). Os bancos responderam com medidas internas capazes de adequá-los aos novos critérios estabelecidos pelo Plano econômico.

Teve início, nesse momento, a tomada de consciência por parte dos bancos, de que a forma de gestão de seus negócios, baseada na utilização intensiva de força de trabalho, expansão geográfica do número de agências, devia ceder lugar a uma via “moderna” de administração, com vistas a racionalizar todos os processos de sua estrutura organizacional, baixando seus custos operacionais, e, ganhando na produtividade, uma maior rentabilidade capaz de atrair maior número de clientes e negócios.

Desde o Plano Cruzado, em 1986¹⁵³, os Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II, impuseram uma dinâmica de “ajustes” rápidos das

¹⁵³ - Segundo artigo de Dario Palhares, “a euforia eletrônica do pré-Cruzado, se justificava em função dos altos lucros apurados pelos bancos até aquele período. Quando a inflação acabou por decreto, o sistema que havia se habituado durante anos a receitas provenientes dos *spreads* e, principalmente, do float dos depósitos à vista, ficou perplexo” (Balanço Financeiro, julho/88). O artigo ainda cita Roberto Silva, da Arthur Andersen: “Na prática, isso significou o corte de cerca de 100 mil funcionários, eliminação de produtos e serviços, não rentáveis, redução da rede de agências e uma seleção mais rigorosa da clientela” (idem).

máquinas às novas condições operacionais do mercado. Segundo outro executivo do setor,

“...ajustar tornou-se rotina para os bancos e para não saírem dessa rotina estão preparando-se para operar dentro de um novo cenário econômico. O processo de monetização inerente a uma economia estável, se traduz pelo aumento dos depósitos à vista e talvez depósitos de poupança e por uma aceleração do consumo. Os prazos de aplicação passam a ser maiores, a velocidade na compensação de cheques diminui, cai a receita de float, mas, por outro lado, os custos de lançamentos são reduzidos e aumentadas as receitas de operações de crédito” (Gazeta Mercantil, 18/03/94:3).

A título de exemplo, vejamos alguns dados que ilustram os objetivos e algumas estratégias definidas pelas direções dos principais bancos, na década de oitenta:

Banespa: “O projeto de automação do serviço de compensação terá redução de 70% do pessoal”...“Fará realocação de funções para o pessoal afetado” (Dados e Idéias, jun.89).

Bradesco: “O Bradesco tem investido US\$ 200 milhões ao ano em informática e comunicações. Em 1992 tinha 17 mil caixas e hoje possui 24 mil em todo o país” (Gazeta Mercantil, 18/03/1994).

Itaú: “...Aplicou US\$ 150 milhões entre 1988/89, e automatizará 664 das 897 agências e 256 dos 776 postos.”... “quando deslançamos a automação em 1988, possuíamos 10,7% do mercado nacional. Hoje, temos 14,01%” (Folha de São Paulo, 8/2/1989). “O Banco Itaú investiu em informática e telecomunicações, em 1993, em torno de US\$ 100 milhões” (Gazeta Mercantil, 18/03/1994.)

Banco Nacional: “Fechou três centros de processamento, despediu 30% do pessoal e está adotando a concepção de CPD único”...“Não mede esforços e dinheiro para automatizar a rede de agências. Nos últimos 12 meses foram investidos US\$ 50 milhões em informática e na infra-estrutura necessária para a instalação do sistema” (O Estado de São Paulo, 1992).

Unibanco: "Vai fechar agências e dispensar empregados. Aplicar U\$ 30 milhões na modernização dos caixas. Em 1992, reduziu pela metade o quadro de funcionários que em 1986 era de 44 mil pessoas"..."A automação deu ao banco maior capacidade para assegurar qualidade e eficiência dos serviços prestados à comunidade. O banco reconquistou a rentabilidade perdida durante o Plano Cruzado, introduziu novos produtos (cheques, cartões variados, conta remunerada, fundos, etc.) conquistou 5,5% da fatia de mercado e aumentou a confiança de seus parceiros" (O Estado de São Paulo/ Suplem. Esp. out. 92).

Na segunda metade dos anos 80 e início dos noventa firma-se a estratégia de automação dos serviços de ponta dos bancos: caixas, e operações *on line* em conta corrente. Pode-se verificar, portanto, dentre as características das decisões pela automação, a opção pelo atendimento especial às grandes corporações, a busca pela qualidade no atendimento, ancorada na idéia de personalização como forma de diferenciação.

Dada a opção do sistema pela prestação de serviços, a área de atendimento ao público tornou-se mais vulnerável pois, a necessidade de atrair clientes, passou a estar relacionada à assimilação dos benefícios que a tecnologia pudesse garantir. Nessa fase tornou-se fundamental para os bancos o acesso e a fabricação de dados e informações conjunturais do país e do mundo, como "produtos" a serem vendidos.

Destacou-se ainda, a possibilidade de controle rápido e absoluto sobre o trabalhador bancário.

Quanto às reivindicações relacionadas à modernização tecnológica, os trabalhadores dos bancos foram uma das primeiras categorias a elaborá-las no Brasil. Neder localiza em 1982 um pedido de "emprego e salário para os trabalhadores deslocados pela automação", e afirma: "numa fase em que o sistema bancário no país estava em meio à um vasto projeto de implantação de sistemas informatizados para

operações de retaguarda no funcionamento gerencial administrativo das agências bancárias e casas financeiras (que viria dois anos após, desembocar na automação dos serviços aos usuários através das caixas automáticas tipo "quiosques" com funcionamento dia-e-noite) o item reivindicado pelo sindicato não era uma utopia. Mas foram argumentos dessa natureza ("como negociar algo que não existe") que as empresas bancárias utilizaram para rejeitar a negociação do item". (Neder, 1988: 178).

No entanto, ao longo desse processo, a atitude do movimento sindical fragilizou-se nas questões referentes à negociações por participação nas decisões. Acorsi afirma que "no processo de definição, introdução e disseminação da automação nos bancos há uma grande ausência: os bancários, que sofreram e sofrem os seus impactos. A repressão à organização sindical, por parte dos governos militares, durante a introdução do novo equipamento e a prioridade que o tema ocupa nas atuais campanhas salariais permitem entender o porquê da ausência de participação da categoria" (1990:84).

A greve nacional de 1985, de acordo com Blass (1992), foi um marco muito importante na redefinição das estratégias de confronto entre as forças envolvidas. De fato a autora demonstrou que com a virada da década de 70, e a entrada dos novo sindicalismo na arena política, as questões referentes à organização do trabalho e à gestão passaram a ser o foco de debate do sindicato dos bancários. Processo que foi construído ano a ano, num aprendizado político que questionou também as relações institucionais da conjuntura, ou das questões gerais como a autora mesma denomina, por se concentrarem também na questão dos aluguéis, reforma agrária, direito de greve, etc., o movimento dos bancário entre 1978 e 1985 demonstrou uma vitalidade muito grande.

É interessante ressaltar que as questões referentes à organização do trabalho foram levantadas em função do processo de mobilização dos trabalhadores. (Blass, 1992) Enquanto a categoria procurava vencer os aspectos que dificultavam a paralisação, tornaram-se mais visíveis os mecanismos de controle, autoridade e repressão, que alinhavam a organização do trabalho. Enfim, culminando com a greve geral, mesmo depois da intervenção Federal e da prisão de vários líderes, o movimento dos bancários procedeu de forma a aglutinar os trabalhadores em torno de aspectos cruciais das relações entre as classes.

Jinkings afirma, entretanto, que desde 1980 a preocupação com os impactos das novas tecnologias estava presente na problemática do sindicato¹⁵⁴, o qual articulou alguns procedimentos à título resistência, como por exemplo: organização de seminários, criação de uma coluna específica na Folha Bancária a respeito dos males para a saúde provocados pela automação, criação da Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho, estímulo da participação dos trabalhadores nas CIPA's, introdução de cláusulas relativas à questões ligadas à automação nas pautas de reivindicações, dando, neste caso, grande peso, à participação nos processos decisórios de introdução dos mecanismos de modernização.

A única conquista obtida, comenta a autora, foi a "referente ao intervalo de descanso dos digitadores. Nada que signifique alguma interferência ou controle dos trabalhadores sobre o processo introdutório de inovações tecnológicas e organizacionais, foi conquistado" (1994: 96,

¹⁵⁴ - Segundo a autora, o Seminário Nacional de Automação Bancária, realizado em 1986, concluiu que a introdução das inovações tecnológicas nos bancos alterou rotinas, eliminou e criou novas funções, em muitos casos agravou as condições de trabalho, aumentou a produtividade, desqualificou a profusão, concentrou poderes e, finalmente, provocou o surgimento de novos problemas de saúde" (1994: 91).

97). De acordo com ela, a generalização da automação resultou uma grande vulnerabilidade e fragmentação da categoria

Nesse mesmo contexto, foi bastante notável o desempenho alcançado pelo segmento da indústria da automação bancária.

“Os bancos conseguiram manter a rentabilidade que em 1991 ficou em média 11% sobre o patrimônio líquido, enquanto as 500 maiores empresas do país tiveram prejuízo médio de 3,6%. Sinal da agilidade do setor, que desde o Plano Cruzado, em 1986, busca se adaptar a níveis internacionais de produtividade e competitividade. Está em questão atualmente, que, para retomar a função clássica de emprestar dinheiro, os bancos brasileiros deverão se orientar pelos índices internacionais de produtividade do setor. Os maiores bancos do mundo trabalham com uma relação de depósitos da ordem de US\$ 80 milhões por agência e US\$ 3,6 milhões por funcionário. No Brasil, onde os bancos prestam serviços extras e se concentram em movimentação de títulos do governo, o índice é de apenas US\$ 3,7 milhões por agência e de US\$ 70 mil por funcionário” (O Estado de São Paulo, 19/Out/1992:2).

Como se pode notar nessa ordem de mudanças, os bancos passaram a enfatizar a questão de uma possível redefinição das forças políticas e econômicas no país, cujo discurso predominante dos governantes acenou para aspectos como o saneamento das dívidas públicas e a tentativa de retomada dos investimentos produtivos, da capacidade de geração de empregos, e aumento do poder aquisitivo das classes trabalhadoras; Enfim, empresários do setor financeiro começaram a enfatizar a necessidade da procura de caminhos para manutenção dos níveis de receita e lucratividade no caso de a inflação baixar à níveis considerados normais para uma economia capitalista¹⁵⁵.

¹⁵⁵ - O Bemge reduziu de 22 para 17 o no. de funcionários por ponto de atendimento. “Sabemos que, sem inflação as agências precisam ser reduzidas à metade.” afirmou Pessoa Duarte, presidente do banco, para a Gazeta Mercanti, 18.03.94. A reportagem acrescenta que o banco “está na expectativa de ter sua retaguarda completamente automatizada até agosto deste ano (1994), além de, até outubro ter passado seu sistema de telecomunicações da convencional linha de escada - para uma rede de pacote virtual, onde a transmissão é pelo satélite e por fibra ótica. A velocidade da informação aumentará de 1.200 para até 19.600 bips por segundo, o que garantirá ganhos de efeito.”.

Na avaliação de Cochrane, da Febraban, ainda a respeito do desempenho das instituições financeiras em 1989, fica patenteada a importância dos processos de racionalização.

“Com a queda da demanda por crédito e preparando-se para uma mudança de panorama, os bancos, partiram para uma racionalização interna, o que refletiu em aumento de receitas” (In: Balanço Financeiro, março/ 1990).

Esse momento da racionalização, coincidiu, ainda, com a preocupação dos bancos em reverter o quadro de “guichê da sociedade”. A confusão nas agências, decorrente das filas e mau atendimento, gerando uma imagem negativa dos bancos perante a população¹⁵⁶, aliada à questão trabalhista, foram alguns dos aspectos que incentivaram os programas de atendimento, tidos como inviáveis economicamente, até meados dos anos 80.

É muito importante ressaltar que as transformações do setor foram apresentadas à população e ao meio empresarial, como uma adaptação quase instantânea e competente aos desafios do mercado e aos efeitos negativos das políticas governamentais. Autodefinindo-se como “modelo” de eficiência e agilidade aos demais setores da economia, os bancos abstraem das condições oligopólicas e competitivas que lhes favorecem a ascensão, nacional e internacionalmente, assim como a sua influência no sentido de manipular as altas taxas de juros que são responsáveis pelas políticas recessivas, pela redistribuição concentrada da renda, e, acima de tudo, pela reestruturação dos setores produtivos no conjunto da atividade econômica do país. Mais recentemente, em 1994, estratégias levantadas pelos banqueiros, reforçam a necessidade de adaptação à essa tendência:

“A automação bancária em ritmo crescente e

¹⁵⁶ - Um assessor afirmava que a solução estaria na “retirada dos serviços de dentro do recinto das agências tradicionais, o que afetará, certamente, a estrutura das unidades de atendimento” (Balanço Financeiro, outubro, 1989).

permanente reflete uma mudança de substância do sistema financeiro que inevitavelmente terá continuidade e até deverá se intensificar...a moderna tecnologia é o principal instrumento que permitirá aos bancos brasileiros continuarem a atuar com a eficiência internacionalmente reconhecida em um ambiente de economia estável e, cada vez mais prestadores de serviços, ou como promotores e orientadores de negócios. A modernização tecnológica é também a ferramenta primordial para que os bancos, em uma situação de saneamento monetário, com queda da inflação, possam reassumir com eficiência seu papel clássico de capadores de poupança destinada aos investimentos produtivos.” (Banco Hoje, março/1994).

Nesse sentido, as reformas administrativas, as soluções tecnológicas e organizacionais ganharam estatuto de solução para ganhos e arma de competitividade. Desde o primeiro Plano, a previsão da chegada desse cenário influenciou, a necessidade dos chamados “duros ajustes”:

“...fecharam agências não rentáveis, remanejaram outras, reduziram seu quadro de funcionários, automatizaram e continuam automatizando suas operações, reduziram custos fixos e variáveis” (idem).

Os maiores conglomerados financeiros do país, atribuíram o notável desempenho de seus balanços no ano de 1989, não apenas à política de inflação e taxa de juros altas, como principalmente à estratégia de racionalização. (Balanço Financeiro, março de 1990)

Os resultados? O número de agências no sistema como um todo, passou de 20.000 em 1990, para 16.800 em 1992. O número de funcionários, de 720.000, em 1990, para 650.000 em 1992. O número de empregados por agência reduziu-se em 10%, segundo relatório do DIEESE, sobre o desempenho dos bancos privados em 1992. Ao mesmo tempo, de acordo com a FEBRABAN, o número de transações automatizadas pulou de 19,5 milhões em 1991, para 25 milhões em 1992. O mesmo aconteceu com os caixas eletrônicos que aumentaram de 1.578, para 2.000 em 1992 (O Estado de São Paulo, out., 1992: 4).

Embora não haja consenso quanto à responsabilidade total da

automação nesse quadro de reestruturação, a declaração de um executivo (gerente de automação bancária da Itaútec), é por si mesma bastante expressiva:

“Embora ninguém goste de comentar o assunto, a automação bancária tem outro fator de diminuição de custos importantíssimo: a redução do número de funcionários - que representam 65% das despesas dos bancos - com um aumento considerável de produtividade. Segundo dados levantados por um dos fabricantes, o crescimento no volume de transações foi de 15% a partir de 1988. O ganho de produtividade chegou a 20% ao ano, a partir de 1987. Para os próximos dez anos, a estimativa é de que os ganhos médios de produtividade fiquem em torno de 12% ao ano. Enquanto em 1987 foram realizadas 480 milhões de transações por mês, por 600 mil funcionários, com uma produtividade de 800 transações/funcionário/mês, em 1988, foram realizadas, 550 milhões de transações/mês por 570 mil funcionários, com uma produtividade de 960 transações/funcionário/mês. A produtividade poderá crescer ainda mais, quando pensarmos que 95% dos serviços bancários serão automatizáveis, o que poderá ocorrer em dez anos” (Banco Hoje (maio/89).

Essas declarações de profissionais diretamente envolvidos nos processos de seleção e decisão, sobre opções relativas aos processos de trabalho, demonstram o caráter legitimatório e político das inovações. A opção tecnológica aparece ora como conceito e instrumento de marketing disponível aos grandes conglomerados, ora como meio de racionalização e adaptação a contextos econômicos hostis e que permite a adoção de práticas utilizadas, “há alguns anos pelo setor produtivo: a queima de gorduras” (Balanço Financeiro, 1988: 14).

O significado mais concreto da expressão “queima de gorduras” é bem caracterizado a seguir, numa declaração a respeito dos benefícios que os computadores podem trazer para os bancos:

“O computador abre-se como meio que atinge até níveis estratégicos da empresa, como ferramenta que influi nas decisões da gerência. De outra parte, o computador passa a ser um elemento vital do rumo dos bancos, situação essa que não é alheia à problemática trabalhista, convertendo-se em ponto nevrálgico para amenizar discussões salariais e greves. O segundo salto

tecnológico, requer não só novos equipamentos, mas um novo tipo de bancário, que será fruto de implementação de programas ambiciosos de formação de Recursos Humanos. Tudo indica que esse novo salto tecnológico esvaziará o atual ambiente de impasse que hoje caracteriza as relações trabalhistas nos bancos. No momento em que os bancos irromperam sua modernização, por razões de economia, ficaram defasados seus programas de desenvolvimento de recursos humanos e também houve grandes cortes de pessoal. Esses fatos contribuíram para reduzir o grau de solidariedade trabalhista nas organizações e abriram caminho para a escalada de grupos radicais nas organizações sindicais dos bancários. Hoje o sistema financeiro é uma área permanentemente sob riscos de conflitos trabalhistas. Mas a transformação do perfil humano do bancário poderá desarmar essa bomba. Dentro de 3 a 5 cinco anos os bancários serão em número menor, melhor preparados e melhor remunerados, e isto por razões econômicas e não por resultado da ação sindical" (idem, idem).

O novo conceito de qualidade tornou-se responsável pelas modificações das políticas de gestão das empresas financeiras, que na proposição de novas estratégias de atuação, colocaram-se como atuantes defensores e articuladores do liberalismo, como fica evidente na Apresentação do IBCB, dedicado a sugerir aspectos para a reorganização dos serviços de atendimento bancário:

"As opções imaginadas para o atendimento bancário trilham o caminho liberal. O presente estudo, que se baseia nas conclusões de três pesquisas de mercado relativamente recentes, pretende sugerir um "Plano de Ação" que atribui ao mercado, e a preços livres, importante papel na solução dos problemas relacionados ao atendimento bancário.

O equilíbrio de demanda e oferta de serviços bancários, substituindo a força racionadora que se manifesta através das filas atualmente existentes nas agências bancárias, somente poderá ser atingido através de soluções liberais.

A descentralização dos serviços virá através de sua absorção por empresas usuárias, por novas empresas criadas com esse objetivo social, e, também, por representantes autônomos, os quais, por lei, já podem exercer muitas das funções de prestação de serviços atualmente desempenhadas pelos bancos.

Os clientes terão importante papel na racionalização dos serviços e na redefinição de suas produtividade e qualidade.

Para que isso ocorra, o governo deverá abrir mão de sua excessiva regulamentação burocratizante, casuística e instável, aderindo a soluções de mercado e à racionalidade.

Os bancos continuariam sendo um agente importante no esquema, mas não o único.

Os anos 80 se caracterizam pela ruptura com a antiga ordem intelectual. Espíritos e políticas, desde meio século atrás, vinham sendo governados por uma vulgata racionalista, de origem marxista e positivista. Nesse ambiente, a própria idéia de modernidade acabou sendo identificada com o conceito de uniformidade social, com planos de igualitarismo e de centralização estatista.

Toda essa arquitetura está se despedaçando, já que a ordem espontânea, mais uma vez, mostra-se superior à ordem decretada. É o surgimento de uma nova onda liberal, que valoriza o Estado de Direito, reconhecendo o papel a ser cumprido pelo Estado, que se separa do da sociedade civil por uma fronteira clara e estável. É função do Estado garantir a ordem e segurança, competindo à sociedade civil tomar a iniciativa de mudança" (Rodrigues de Almeida, IBCB, 11:5).

As modificações sugeridas resvalam abertamente numa atuação propagandista baseada na legitimação das mudanças sociais necessárias para a concretização de alterações técnicas e organizacionais cujos efeitos e consequências sociais, não deixam de ser problemáticas e conhecidas, mas que aparecem como imperativas..

Os bancos estatais em concorrência com os privados, também se engajaram na corrida pela automação. Aliás, o Banerj, antigo Banco do Estado da Guanabara, é citado como o primeiro a tomar a iniciativa na área de automação, ao instalar, ainda em 1972, terminais de caixa permanentemente ligados aos processadores centrais. As condições desfavoráveis da telefonia e a política de controle das importações não levaram muito adiante essa experiência (Balanço Financeiro, julho/88).

No entanto, a exemplo do Banco do Brasil, os bancos estatais ficaram vulneráveis à política de restrição dos gastos estatais; a partir de 1986 ficou bastante evidente a preocupação com a competitividade. Ao mesmo tempo, o grande volume de operações processadas tornou-se o principal problema a ser resolvido pela automatização, cuja estratégia

previa a criação de centros de processamentos nas grande cidades do país. Afinal, a ausência deles, do centros regionais,

“...leva o Centro de Processamento de Comunicações do Banco do Brasil, em Brasília, a ser considerado o coração do banco e o coração da compensação bancária nacional. Não há greve de bancário no País que não queira paralisar o trabalho naquele prédio situado no setor norte da capital federal. Pois a compensação manual dos bancos em Brasília acabou junto com o ano de 1985” (Dados e Idéias, janeiro de 1986).

Desde 1986, a automação priorizou as opções do serviço *self-service*, oferecidos pelos *cash-despenser*¹⁵⁷:

“Mediante a incorporação de inteligência artificial aos terminais, estes interagirão com o usuário, analisando o potencial de seus recursos e sugerindo, a partir daí, alternativas de investimentos. Essa opção pela sofisticação dos terminais é ditada, pelos custos implícitos na manutenção de agências convencionais” (Balanço Financeiro: julho/88:40).

Um aparente conflito de interesses, entre grandes e pequenos bancos, parece ter sido resolvido. A automação dos bancos e a velocidade que a impôs, foi motivo de preocupação dos menores, já que capacidade de absorção dos altos investimento na tecnologia apenas poderia ser compatível com o tipo de clientes formadores dos grupos financeiros¹⁵⁸. E, foi exatamente, a preocupação em poder oferecer produtos diferenciais aos grandes clientes, conciliados com o atendimento de massa, ao lado das razões políticas que temos tentado demonstrar, que imprimiu o caráter da automação.

Garantida socialmente a ideologia da racionalização, a nova fase da automação dos bancos passa a enfatizar a questão do controle. Um

¹⁵⁷ - “Uma espécie de balcão eletrônico que ocupa um pequeno espaço e custa pouco e tem as mesmas funções de um ATM (caixa eletrônico).” “Não chega a substituir um caixa do banco, mas só porque não dá troco, por exemplo.” (Roberto Castro, gerente de automação bancária Itaútec (Banco Hoje, maio, 1989).

¹⁵⁸ - “um consenso entre os bancos é a necessidade de utilizar diferentes recursos de informática para atender às diversas classes de clientes

grande banco multinacional, com agências no Brasil, por exemplo, criou a figura do defensor do cliente, definida como: "instrumento permanente de aferição da satisfação do cliente." As novas tecnologias, têm permitido que essa necessidade de controle do fluxo do trabalho, seja avaliada em tempo real:

"O tempo de atendimento a um cliente é controlado por computador. O funcionário está consciente de que sua performance influi na remuneração, através de prêmios e Bônus" (Banco Hoje, Agosto, 1989).

Mas, com o intuito de atingir a automação quase generalizada dos serviços, a automação nos anos noventa, além dos processos avançados de auto-atendimento, volta a perseguir os serviços de retaguarda, como aplicações, cobranças, empréstimos, compensação, administração, gerenciamento, que possam garantir produtos como:

"Simulação financeira, acompanhamento de investimentos, work-flow, autorização de empréstimos imediata: tudo isso, demanda novos sistemas com novas ferramentas e grande integração mainframe/agência (processamento cooperativo).

A decisão deve ser levada para as pontas, com a máxima segurança possível e o melhor atendimento ao cliente. Para isto, do ponto em que nos encontramos hoje, quem melhor configurar tecnologia, marketing, produto e recursos humanos é quem vai sair na frente" (Banco Hoje, no. 54, março/94: 36).

A ênfase, então, é dada no "novo modelo de gestão" centrado na da "Qualidade Total". Conciliando a ideologia da "qualidade em atendimento"(Febraban, dez./ 1993: 45), e a transformação das agências em casas de negócios", os bancos empreendem a economia globalizada, contando com uma estrutura administrativa enxuta, com o movimento dos trabalhadores fragilizado e uma conjuntura nacional na qual pode falar, então, num "retorno da financiamento da atividade produtiva", como prevê editorial da revista Banco Hoje (março/1994: 36). Ressalte-se, atividades produtivas já recompostas em suas bases materiais, integrada

e subordinada à direção do capital financeiro, na mesma proporção em que promoveu-se a desutilização sem precedentes da força de trabalho.

IV - Considerações finais

Nossa proposta de trabalho foi a de analisar criticamente os aspectos ideológicos concernentes ao processo de racionalização e modernização dos bancos brasileiros. Como referência metodológica central, procuramos subordinar as análises correntes sobre os impactos da automação nos processos de trabalho em geral, bem como sobre a organização societal, às possibilidades decorrentes da perspectiva que prevê a reunificação, para efeito de análise, dos momentos econômico, político e ideológico.

A noção de que tais momentos são inseparáveis entre si, permitiu-nos entender as transformações técnicas da produção capitalista enquanto fontes reveladoras do caráter de crise orgânica do capital, que se coloca ao nível da produção imediata e das condições da produção—sintetizando agudamente a tendência de queda da taxa de lucros—trazendo à tona a crise da dominação da burguesia (Tude de Souza, 1994).

Gramsci atribui uma importância central ao problema produtivo e às chamadas “contratendências” constitutivas da “estratégia de grande período” que as classes dominantes se vêm obrigadas a desenvolver frente às grandes “alterações históricas” que fraturam, simultaneamente, sua capacidade de dominação e de direção” (Tude de Souza: 34). Nessa ordem das coisas, tornou-se fundamental a identificação das condições históricas produzidas pelo capitalismo, e que permitiram a emergência da chamada forma de acumulação flexível. De onde, tal dimensão da sociabilidade, apareceu, em sua materialidade, como verdadeira mutação social amalgamada pelos significados atribuídos à radicalização modernizadora no terreno da ideologia, cujo sentido explicita-se no

movimento permanente de atualização das formas de dominação e de lutas entre as forças antagonistas.

Dentre elas, uma questão central para nós, dado que escolhemos priorizar a análise do setor de serviços, é a das configurações concretas que distinguem a fase atual de acumulação das anteriores, fundamentalmente, da grande indústria. Pensar hoje, nas formas de organização societal, implica, sobretudo, repensar as formas tradicionais de analisar a temática da reprodução do valor, de sua quantificação, e de como o Trabalho é portador de uma nova subjetividade na base das formas singulares, multifacetárias, de expressão dos antagonismos e que elucidam a possibilidade de combinação de diferentes formas de exploração das classes.

Nesse sentido, a identificação da conjuntura ideológica e de sua base material, responsável pelas próprias perspectivas de análise emergentes do contexto de identificação da crise na década de setenta, foi o primeiro passo para a reflexão dos aspectos ideológicos que conferem inteligibilidade ao caso dos bancos brasileiros.

No âmbito estrito desta pesquisa, nossa maior preocupação foi apontar o caráter apologético, de comprometimento com as estratégias de mudança promovidas pelas forças sociais que designaram, tanto o neoliberalismo quanto a radicalização da modernização, como impulsos fundamentais. A vocação poupadora e controladora da força de trabalho integrou o conjunto de elementos constitutivos da visão de mundo que vem subordinando tanto as análises quanto os movimentos organizados.

Sustentamos nossa própria ótica de análise nas questões atinentes ao movimento de subsunção formal e real das atividades humanas ao capital, tendo como objetivo estabelecer um diálogo crítico com as teorias deterministas que preconizam o fim dos antagonismos fundantes do capitalismo. Segundo nossa compreensão, ao contrário

disso, a fase atual conduz à uma nova historicidade, marcada pela radicalização do fetichismo.

Tratamos ainda de ressaltar de que maneira as alianças consolidadas durante o período fordista produziram o horizonte de ação das classes subalternas, e em que medida, com o rompimento dos principais elos políticos e institucionais —dentre outros motivos, pela recusa aos limites impostos pelo capital no que se refere ao controle e gestão da produção— desencadearam-se as contratendências dirigidas pelas classes dominantes. Estas, caracterizadas pelas mudanças institucionais ocorridas na rasteira da crítica ao Estado providência; pela unificação dos setores produtivos e financeiros, que passou a ancorar o processo de globalização da economia; e pela reestruturação da composição política e técnica das classes sociais, a qual vem sendo a própria chave da diluição e por que não dizer, da tentativa de eliminação dos antagonismos explicitados pelos movimentos operários.

Inserido nos setor de serviços, o trabalho bancário pôde desvendar o caráter legitimador de algumas dessas tendências importantes que compõem as estratégias de reestruturação produtiva.

Enquanto resultado da constituição da divisão social do trabalho, na condição de fronteira permanentemente redefinida de acordo com o nível dos antagonismos, os serviços podem indicar novas possibilidades de subordinação ao movimento da acumulação. Além disso, eles ilustram muito bem o caráter móvel da constituição das classes sociais enquanto processo afinado com as imposições próprias à dominação política.

Com efeito, essa foi a análise que nos ocorreu quando veio à tona o debate sobre o caráter produtivo ou não do tipo de trabalho que o terciário compreende. Diante de toda a bibliografia que sustentou nossa reflexão, pudemos corroborar a necessidade de superação dos parâmetros tradicionais dessa classificação. Hoje, a produção da

informação, a integração do setor financeiro/bancário aos processos produtivos, parecem evidenciar um novo momento dessa temática.

Por outro lado, diante da tendência em andamento que desloca o primado do trabalho material, transferindo-o para o trabalho imaterial, a análise dos serviços também teve a capacidade de destacar aspectos muitas vezes ocultados quando se tratou de priorizar os processos industriais. Notadamente, quando isso foi feito sem que se pensasse em integrá-los ao conjunto das relações de reprodução entre os setores da economia, e entre os momentos da dominação técnica, política e ideológica.

Ao compor os aspectos subjetivos/ideológicos ao processos de valorização, os serviços são um momento privilegiado a ser subordinado ao processo de racionalização.

No Brasil esse movimento pode ser identificado nas transformações do setor bancário/financeiro, que desde os anos sessenta emergiu no cenário político-institucional do Brasil como o setor mais competitivo na busca pela hegemonia, a exemplo do que acontece a nível da economia mundial; aqui, foi o que mais se "beneficiou com as políticas criadas pelo movimento militar de 64" (Segnini, 1988:22).

Uma longa trajetória de conflitos institucionais marcou as transformações do sistema financeiro, iniciadas com a Reforma Bancária, até o momento atual, quando os supermercados financeiros consolidaram-se, os bancos batem recordes de lucratividade e são verdadeiras estações de máquinas à disposição dos clientes.

A racionalização e a introdução generalizada das inovações tecnológicas nos bancos brasileiros, subordinou-se às necessidades historicamente impostas pela acumulação. Dentre elas: a de aumentar os níveis de controle sobre o trabalhador, bem como aquelas decorrentes

do realinhamento hegemônico conduzido pelo capital-dinheiro na ordenação mais recente da produção global.

O advento da automação, etapa importante da racionalização das atividades bancárias, teve papel crucial nesse contexto. Segundo Blass (1992), a automação tornou-se mesmo um imperativo para a sobrevivência dos sistema financeiro, à medida em que garante o fluxo diário e imediato das operações, tanto quanto o apoio gerencial, e à medida em que seus impactos na construção do perfil dos trabalhadores têm se caracterizado pela crescente segmentação da categoria.

Pudemos identificar a forte presença do Estado na forma de ser do sistema financeiro, seja favorecendo a formação dos grandes conglomerados, seja protegendo, durante o tempo considerado necessário, um mercado tido como estratégico, cujo montante de investimentos só esteve ao alcance do próprio Estado, ou dos grandes grupos econômicos.

Logo, pudemos enfatizar, de um lado, o grau de influência dos banqueiros na correlação de forças entre Trabalho e Capital e nas políticas de Estado que têm redefinido as atribuições do sistema financeiro no conjunto das atividades produtivas do país.

Os trabalhadores bancários, por sua vez, constituem categoria reconhecida como das mais importantes no que se refere à conquistas como redução da jornada de trabalho, obtenção de benefícios sociais, e sobretudo, na elaboração de uma nova identidade que transcende a percepção dos aspectos de sua prática cotidiana.

É preciso considerar a participação especial dos bancários no processo de formação da identidade de toda a classe trabalhadora, tão fundamental na luta pela redefinição de forças do quadro constituído durante o período militar¹⁵⁹. Isso permite-nos considerá-los, ainda que

¹⁵⁹ - Essa importância foi ressaltada por também por Blass. Segundo afirma, 1985, ano da defalgração da primeira greve nacional dos bancários desde o golpe militar

guardada a sua especificidade, forte expressão das modificações na ordem produtiva.

Isso permite-nos, ao mesmo tempo, pensar sobre o caráter ideológico e político da introdução das inovações. Segundo Jinkings (1994), a agudização da polarização entre funções, afetando os salários e as relações hierárquicas; o agravamento dos reflexos negativos na saúde e no estresse; a tercerização e a subcontratação; a tendência da diminuição do número de postos de trabalho, têm aumentado a vulnerabilidade dos trabalhadores bancários em relação aos avanços das relações capitalistas.

Disso, portanto, decorre a necessidade de apreensão da nova realidade, na qual a tecnologia tem papel fundamental, mas que de certa forma, dilui-se diante do momento cotidiano mais imediato. Como a mesma autora afirma, “no contexto de uma realidade inflacionária, e recessiva, na qual a luta sindical é premida a centrar suas forças nas questões mais imediatas relativas à regulamentação do preço da força de trabalho e à manutenção do emprego e, ainda, diante do momento crítico com o qual se depara o sindicalismo à nível mundial, os dirigentes sindicais bancários praticamente não tem conseguido intervir no processo de reestruturação tecnológica, adotando políticas meramente defensivas” (Jinkings, 1994: 113).

Com efeito, a análise de Segnini sobre o caráter disciplinador das organizações mostra que na dimensão concreta, real, cotidiana do trabalho bancário, os mecanismos de legitimação do poder burocrático têm a prerrogativa de ocultar os antagonismos. Segundo suas palavras, a instrumentalização do poder pode “garantir o processo disciplinar que

viabiliza “o projeto de ação unitária em nível nacional, que se esboça desde as greves bancárias ocorridas em 1978 e 1979. Por esse motivo, a experiência grevista em 1985 tem repercussões no conjunto do movimento operário e sindical brasileiro, contribuindo para consolidar uma proposta organizativa da CUT e instalando um debate sobre a sua atuação na sociedade brasileira” (1992: 2).

desenvolve no interior das relações de produção, a partir das desigualdades econômicas e sociais existentes na sociedade brasileira. E, através dos mecanismos de controle que estabelece, procura ocultar estas desigualdades ao mesmo tempo que as produz” (idem, 1988: 140).

No contexto geral da reprodução das condições capitalistas de produção, as crises, por sua vez, têm o papel de repor as bases de confronto. Assim tem sido historicamente. As sucessivas crises dos níveis de acumulação, apresentadas ora como crise de superprodução, ora como crise da expansão, ora como crise estrutural da burguesia¹⁶⁰, têm sido acompanhadas de mudanças importantes nas formas de organização do trabalho, e com relação a elas, às crises, o movimento sindical apresenta sua maior vulnerabilidade. O medo do desemprego, o medo da perda de benefícios conquistados historicamente, o medo dos efeitos mais gerais ou locais decorrentes das modificações tecnológicas e organizacionais, têm sido responsáveis pela postura muitas vezes defensiva assumida pelos sindicatos do mundo todo.

No Brasil isso se refletiu de maneira peculiar. Ao mesmo tempo em que a nova *onda* Liberal vinha atualizando os padrões de concorrência à nível internacional, em função da globalização, desde o final da década de 70 o país vivia um período de redemocratização e de reestruturação do movimento sindical.

As conquistas obtidas pelos sindicatos de vários setores, foram utilizadas/consideradas pelas forças conservadoras posteriormente, no início da década de 90, como graves empecilhos/forças bloqueadoras da modernização do país. Aspectos cruciais das mudanças políticas e econômicas em andamento, já estavam presentes nos discursos dos banqueiros desde a luta pela Reforma Bancária em 1964, como pudemos observar.

¹⁶⁰ - Ver Mandel, 1990 “A Crise do Capital”.

A posição de subordinação ocupada pelo país no imperialismo internacional tem favorecido a campanha ideológica baseada na tentativa de esfacelamento do movimento sindical e na desvalorização dos discursos críticos.

A ação defensiva reflete a dificuldade de as lideranças traçarem alternativas de ação que possam propor formas de intervir diretamente no processo de modernização. Tais dificuldades, porém, são o resultado da própria subordinação da visão de mundo das classes trabalhadoras aos projetos do capital, às condições permanentes de subsunção do trabalho e de reprodução das classes.

Se a grande capacidade de exprimir a sua resistência fez dos trabalhadores em bancos no Brasil uma categoria capaz de influenciar as demais no tocante à necessidade de superação da luta corporativa com vistas a alcançar a dimensão política que funda os antagonismos, entendemos que, nesta fazem da mesma forma, eles têm disponíveis inúmeras chaves capazes de abrir à compreensão aspectos inusitados da racionalidade das transformações em curso.

V - BIBLIOGRAFIA

- AZNAR, G. "Trabalhar Menos Para Trabalharem Todos". SP. Ed. Página Aberta, 1993.
- ACORSI, André. "Automação: Bancos e Bancários" FEA/USP: Dissertação de Mestrado, 1990.
- AGLIETTA, M. "Regulation et Crisis du Capitalisme" Paris, Calmann-Lévy, 1976.
- ANTUNES, Ricardo. "Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Trabalho". 2a. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- ARONOWITZ, S. "Marx, Braverman and the Logical of the Capital". In: The Insurgent Sociologist. Vol. VIII, Nos. II e III - 1978.
- BALIBAR, E. "Da Luta de Classes à Luta sem Classes?" Tradução: Angela M. Tude de Souza. Textos Didáticos ,no. 20, Fev., 1996.
- BASSO, L. "Socialismo y Revolución" Biblioteca del Pensamiento Socialista, Siglo Veintiuno Editores, 1983.
- BLASS, L.M.S. "Estamos Em Greve! Imagens Gestos e Palavras". São Paulo, Hucitec e SEEB SP, 1992.
- BERCOT, Reginé. "Les Atitudes Syndicales Faces a L'Informatisation des Emplois de Bureau: Les Cas de la CGT". Thèse pour l'Obtencion du Titre de Docteur, Université Paris IX Dauphine, 1982.
- BENAKOUCHE, R. (org.) "A Questão da Informática no Brasil". SP, Brasiliense, Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985.
- BESSANI, J. "The Impacts of Microeletronic: Review of the Literature". Londres, Francis Pinter, 1981.
- BOYER,R. "Une Contribution au Renouveau d'une Economie Institucionaliste: La Théorie de la Régulation dans les Années 1990". In: Théorie de la Regulation - Theorie des Conventions. Actuel Marx (17), 1995.

- BOYER & CORIAT. "Inovações, Ciclos e Crises: O Retorno de Schumpeter". In: Novos Estudos (12) Junho/85. Pp. 42-47.
- BOYER & MISTRAL. "La Crise Actuelle: d' Une Analyse Historique à Une Vue Prospective". In: CEPREMAP, (8304), jan. 83.
- BOYER, R. "A Teoria da Regulação. Uma Análise Crítica"- SP: Nobel, 1990.
- BURAWOY, Toward a Marxist Theory of the Labor Process: Braverman and Beyond: In: Polític e Society. Vol. 8, Numbers: 3-4, 1978.
- BRAVERMAN, H. "Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação Do Trabalho no Século XX". RJ, Zahar Editores, 1980.
- BRIGHTON LABOR PROCESS GROUP, "O Processo de Trabalho Capitalista". In: Capital and Class, 1, Inglaterra, 1976. Tradução: José Ricardo Tauille e Carlos Ronaldo Paes Ferreira. (mimeografado).
- BRUNHOFF, S. "A Moeda em Marx" RJ, Paz e Terra, 1978.
- BRUNHOFF, S. "Regulation et Monnaie". In: Actuel Marx, 17, 1995 (Théorie de la Régulation. Théorie des Conventions).
- BRUNHOFF, S. "Crise Capitalista e Política Econômica". In: O Estado em Crise, Nicos Poulantzas (org.). RJ, Edições Graal, 1977.
- BRUNHOFF, S. "A Hora do Mercado. Crítica do Liberalismo" SP. Ed. Unesp, 1991.
- CABRERA, E. J. "Neoliberalismo e Identidade na América Latina". In: Universidade e Sociedade, no. 8, fev. 1995, SO.
- CADERNOS DO CESIT - Texto para Discussão, no.4. "Alternativa Sueca, Italiana e Japonesa ao Paradigma Fordista: Elementos para Discussão sobre o Caso Brasileiro". UNICAMP - IE, 1991.
- CADERNOS Para Discussão no. 2 "Política Governamental em Telecomunicações e Informática" NPCT - Unicamp 1983.
- CANÊDO, Letícia B. "Bancários - Movimento Sindical e Participação Política". Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- CARVALHO, Carlos E. "Mercado Financeiro". São Paulo, Global Editora, 1987.

- CARVALHO, Ruy de Quadros. "Tecnologia e Trabalho Industrial: As Implicações na Indústria Automobilística". Porto Alegre, L&PM, 1987.
- CLARKE, S. "Crise do Fordismo ou Crise da Social Democracia?" In: Lua Nova, n. 24 - set. 1991.
- COCCO, G. E Lazzarato, M. "Au-dèla du Welfare State" In: Futur Antérieur. (15), 1993/1.
- CORRÊA DE MORAES, R.C. "A Democracia Malcomportada. A Crise Política do Neoliberalismo Econômico". In: Universidade e Sociedade, no. 11, Junho 1996.
- CORRÊA DE MORAES, R. C. "Exterminadores do Futuro. A Lógica dos Neoliberais" In: Universidade e Sociedade, no. 6, julho, 1994.
- CORIAT, B. "Ciencia, Tecnica y Capital". Madrid, H. Blume Ediciones, 1976.
- CORIAT, B. "O Pensar pelo Averso: o Modelo Japonês de Trabalho e Organização". Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.
- CORIAT & BOYER. "Inovações, Ciclos e Crises: O Retorno De Shumpeter". In: Novos Estudos (12) jun. 85, pp. 42- 47.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de Novembro de 1989/ org. do texto, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira - SP: Saraiva, 1988
- DIAS, E. "Democracia Operária". Campinas: Editora da Unicamp, 1987.
- DIAS, E. "O Outro Gramsci". L. Secco, O. Coggiola, R. Massari, R. Braga. SP, Xamã, 1996.
- DIAS, E "Capital e Trabalho: A Nova Dominação". In: Universidade e Sociedade, n0. 10, jan. 1996, SP.
- DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos." Profissão: Bancário - Perfil da Categoria". São Paulo, 1980.
- DIRANI, I. X. "Implicaciones de Mercadeo en la Automatizacion Bancaria". In: Revista da Felaban (43), agosto/ 1981.
- FALABELLA, G. "Microeletrônica y Sindicato: La Experiencia Europea". IPEA/CEDEC. 1984.

- FALABELLA, G. "Automação e Movimento Sindical no Brasil" Ed. Hucitec/Cedec/Oit/ Pnud/Ipea - SP: 1988.
- FASSY, A. "A Informática e o Futuro do Brasil". São Paulo, EMW, 1985.
- FREYSSENET, M. "Les Formes Sociales D'Automatisation". Seminaire Internacional: "Paradigmes Technologiques et Politique de Gestion". São Paulo, Maio, 1989 (mimeo).
- GÁLDIZ, A. "Nuevas Tecnologias y Condiciones de Trabajo en el Sector Bancario". In: Condiciones de Trabajo, Tecnologia, Empleo Precario y Salud Ocupacional. Buenos Aires, Clacso, 1987.
- GRAMSCI, A. "Maquiavel, a Política e o Estado Moderno". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968
- GORZ, A. "Adeus ao Proletariado. Para Além do Socialismo". RJ, Forense Universitária, 1982.
- GORZ, A. "Crítica à Divisão do Trabalho", São Paulo: Martins Fontes Editora, 1980.
- GRUN, Roberto. "A Produção de uma Empresa Moderna: os Bancários e a Automação". PUC/SP: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1985.
- GRUN, R. "Taylorismo e Fordismo no Trabalho Bancário: Agentes e Cenários". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. No.2, vol. 1, out. 1986.
- GUIDE de L' Informatisation, 1987.
- HABERMAS, J. "Técnica e Ciência como Ideologia". Lisboa, Ed. 70, 1987.
- HARVEY, D. "Condição Pós-Moderna". São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, E. "Era dos Extremos. O Breve Século XX: 1914-1991". São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOLLIS, D. "Serviços Automatizados de Mercadeo Bancario" In: Revista da Felaban, (48), fev. 1983
- JINKINGS, N. "Trabalho e Subjetividade sob o Mister de Fazer Mais Dinheiro: O Trabalho Bancário". IFCH - Unicamp - Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1994.

- KATZ, C. "Novas Tecnologias: Crítica da Atual Reestruturação Produtiva". Cláudio Katz, Ruy Braga, Osvaldo Coggiola. SP, Xamã, 1995.
- KURZ, R. "O Colapso da Modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial" - RJ: Paz e Terra, 1993, 3a. ed..
- LAPASSADE, G. "Grupos, Organizações e Instituições", RJ. Francisco Alves, 1989.
- LAZZARATO, M. "Le Cycle de la Production Immatérielle". In: Futur Antérieur, no. 16, 1995/2. "Paradigmes du Travail"
- LAZZARATO, M. "Le Concept de Travail Immatériel: La Grande Entreprise". In: Futur Antérieur, No. 10, 1992/2, "Paradoxes autour du Travail".
- LEFEBVRE, A. B. "De la Mondialisation à la Mondialité". In: L'Homme et la Société, no. 113, 1994/3. "Figures Actuelles du Capitalisme".
- LEITE, M & SILVA, R. "O Futuro do Trabalho - Novas Tecnologias e Subjetividade Operária." São Paulo: Ed. Scritta, 1994.
- LENIN, V. "O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo". 4a. Ed. São Paulo: Global, 1987.
- LIPIETZ, A. "Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização do Terceiro Mundo". São Paulo, Nobel, 1988.
- LOWY, M. "As Aventuras de Marx Contra o Barão de Munchausen: o Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento", São Paulo, Busca Vida, 1987
- MAGALINE, A. D. "Lutte de Classes et Dévalorisation du Capital. Contribution de la Critique du Revisionisme". Paris. F. Maspero, 1975
- MANDEL, E. "A Crise do Capital. Os Fatos e sua Interpretação Marxista". São Paulo,: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- MANDEL, E. "La Crise Actuelle et l'Avenir du Travail" Quatrième Internationale, no. 20, mai, 1986

- MANDEL, E. "O Capitalismo Tardio". São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- MARTELAERE, d . "De l'Hégémonie Planétaire Occidentale à la Mondialisation". In: L'Homme et la Société, no. 113, 1994/3. "Figures Actuelles du Capitalisme".
- MARX, K. "A Miséria da Filosofia". São Paulo, Global, 1985.
- MARX, K "O Capital. Crítica à Economia Política". São Paulo: Difel, 1982.
- MARX, K. "O Rendimento e suas Fontes" . São Paulo: Editora Abril, 1978.
- MARX, K. "Capítulo VI Inédito de O Capital". São Paulo: Editora Moraes, 1985.
- MENDES, I. Tecnologia, Capital e Nacionalismo na Constituinte". In: Sociedade e Estado. Vol. no. 2 - jul./dez. 1990.
- MÉSZÁROS, I. "Filosofia, Ideologia e Ciência Social. Ensaio de Negação e Afirmação". São Paulo: Ensaio, 1993.
- MILLS, W. "A Nova Classe Média", RJ.; Zahar Editores, 1979.
- MINELLA, A. Cesar. "Banqueiros: Organização e Poder Político no Brasil". RJ: Espaço e Tempo; SP, ANPOCS, 1988.
- MORVILLE, P. "Les Nouvelles Politiques Sociales du Patronat". Paris, Editions La Découverte, 1985.
- NAPOLEONI, C. "Smith, Ricardo, Marx: Considerações Sobre a Existência do Pensamento Econômico". RJ. Ed. Graal, 1985 - 4a. ed..
- NEDER, Ricardo T. "Comissões Paritárias de Tecnologia: Atualização de um Debate". Relatório de Pesquisa, CNPq/CPCT/MCT, 1988.
- NEDER, R e Outros." Automação e Movimento Sindical no Brasil". São Paulo, Hucitec, 1988.
- NEGRI, A."Marx au-delà de Marx. Cahier de Travail sur les Grundrisse". Paris, Christian Bourgois Éditeur, 1979
- NEGRI, A. "Valeur Travail: Crise et Problème de Reconstruction dans le Post-Moderne. In: Futur Antérieur (10), 1992/2.

- OFFE, C. "Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas Para o Futuro da Sociedade do Trabalho". RJ: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, F. "Crítica à Razão Dualista", RJ: Editora Vozes Ltda., 1988.
- OLIVEIRA, F. "O Terciário e a Divisão Social do Trabalho". In: Novos Estudos CEBRAP, no. 24, 1979.
- PALLOIX, C. "O Processo de Trabalho, : do Fordismo ao Neofordismo" In: "Processo de Trabalho e Estrutura de Classe. Colab. M. Tronti, Panzieri, Bolongna, Sohn-Rethel, Palloix. RJ, Zahar, 1992.
- PALMA, A. "La Organizacion Capitalista del Trabajo en el Capital de Marx". In: La Division Capitalista del Trabajo. Cordoba: Cad. Pasado y Presente, no. 32, , 1972.
- PANZIERI, R. "Sobre el Uso Capitalista de las Maquinas". In: La Division Capitalista Del Trabajo. Cordoba: Cuadernos de Pasado y Presente/32, 1972.
- PASTRÉ, L. "L' Informatique et L' emploi". Paris: Ed. La Desconverte/Maspero, 1983
- PIRAGIBE, C. "Indústria de Informática: Desenvolvimento Brasileiro e Mundial. RJ: Ed. Campus, 1985.
- QUEIROZ, M.I.P. de, "Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro de Informação Viva". São Paulo: Gráfica USP, 1983.
- ROLLE, P. "Introdução à Sociologia do Trabalho". Lisboa, A Regra do Jogo, Edições, 1978.
- ROMANELLI, G. "O Provisório Definitivo: Trabalho e Aspirações de Bancários em São Paulo". FFLCH/USP: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1978.
- SALERNO, M & ZAMBERLAN, F. "Racionalização e Automatização: A Organização do Trabalho nos Bancos" In: Organização do Trabalho uma Abordagem Interdisciplinar: Sete Casos Brasileiros para Estudo/ Afonso Carlos Corrêa Fleury, Nilton Vargas. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.
- SECCO, L. "Trabalho Produtivo e Improdutivo em Marx". In: História, Trabalho e Socialismo, no. 38, SP, Nov. 1993. Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo. FFLCH/USP.

- SEGNINI, Liliansa. "A Liturgia do Poder: Trabalho e Disciplina". São Paulo, EDUC, 1988.
- SEGNINI, L. "A Inserção da Mulher no Processo de Difusão da Automação Bancária: Questões Para um Debate" In: Universidade e Sociedade, no. 6, Julho, 1994.
- SILVA, R. Aparecido. "Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência". São Paulo: Iglu, 1991.
- SOARES TEIXEIRA, F.J. "Política de Industrialização e Reestruturação Produtiva". In: Cadernos ADUFPI, Ano I, nº. 1, out. 1995.
- SOARES TEIXEIRA, F. J. "Notas para uma Crítica do Fim da Sociedade do Trabalho". In: Universidade e Sociedade no. 6, Julho, 1994.
- SUTZ, J. "Informatique et Tertiére Monde". CRMSI, 1984.
- SCHUMPETER, J. "A Teoria do Desenvolvimento Econômico". São Paulo: Ed. Abril, 1983
- TAVARES, M.C. "Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro". RJ, Zahar Ed., 1977.
- TEXIER, J. "La Supression du Travail Immédiat comme Facteur Décisif de la Production dans les Grundrisse de K. Marx". In: Bidet & Texier, Actuel Marx (14), 1993. Nouveaux Modèles de Socialisme.
- TEXIER, J. "Liberalisme, Societé Civile, Etat de Droit", in: Actuel Marx, no. 5 - 1989.
- THIOLLENT, M. "A Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária". São Paulo: Polis, 1987.
- THOMAS, C. "Machines de Bureau et Bureau-Machines: Vieille Iddée, Nouvelle Jeunesse?" In: Aspects de L' Automatisation. Critiques de L' Economie Politique. Revue Trimestrielle Nouvelle Série. Jan./Mars, 1993.
- TIGRE, P. "Computadores Brasileiros: Indústria, Tecnologia e Dependência." RS, ED. Campus, 1984.
- TOURRAINE, WIEWIORK et DUBET, "Le Mouvement Ouvrier". Paris: Fayart, Col. Mouvements, 1984.

- TOSEL, A. "Centralité et Non-centralité du Travail ou la Passion des Hommes Superflus". In: La Crise du Travail. Paris, Puf, 1995. org. J. Bidet e J. Texier.
- TRAGTEMBERG, M. "Burocracia e Ideologia". São Paulo, Ed. Ática, 1985.
- TUDE DE SOUZA, A. "A Crise Contemporânea e a Nova Ordem Mundial. As Forças Produtivas e as Classes Sociais na Atual Ordem Hegemônica". In: Universidade e Sociedade, no. 6, Julho, 1994.
- TUDE DE SOUZA, "Sobre o Americanismo e Fordismo de Antonio Gramsci". Textos Didáticos, IFCH/UNICAMP, no. 5, Fev., 1992.
- WOOD, S. "Transformation of Work?" Boston, Unwin Hyman. 1989.
- WOLF, P. "Revolucion Mercadotecnica y Tecnologia en la Banca Moderna". In: Felaban (62), 12/1986.
- WOLFSDORF, P. "Automação de Escritórios: Componentes Estratégicos". São Paulo: McGraw-Hill, 1988.
- VAKALOULIS, M. "Modernité Avancée et Modernisation Post-Moderne. Notes Théoriques d'une Recherche". In: L'Homme et la Société, no. 113, 1994/3. "Figures Actuelles du Capitalisme".
- VALLE, R. "Automação Comparada: a Indústria Automobilística na França, na Alemanha, e no Brasil". IV Encontro Anual da ANPOCS, 1990 (mimeo).
- VERDIER, E. "La Bureautique". Paris: La Decouverte/ Maspero, 1983.
- VIESI, D. "Implicaciones Etico-Juridicas y Socio-Economicas de la Informatica en las Relaciones Internas y Externas de los Bancos". In: Felaban (10), 02/1977.
- VINCENT, J.M. "Os Automatismos Sociais e o "General Intellectuel". In; Futur Antérieur, (16), 1993/2, "Paradigmes du Travail".
- XAVIER, U. "Neoliberalismo como Visão de Mundo". In: Universidade e Sociedade, no. 11, Junho, 1996.
- ZARIFIAN, P. "Le Travail: du Modèle de l'Opération au Modèle de l'Action". In: La Crise du Travail. Paris, Puf, 1995. org. J. Bidet e J. Texier.

- **Revistas**

- Revista "Banco Hoje": maio/1989; agosto/1989; março/1994.
- Revista "Balanço Financeiro" setembro/1986; julho/1988; janeiro/1989; outubro/1989; março/1990.
- Revista "Dados e Idéias": dezembro e janeiro/1976/77; abril e maio/1977; janeiro/1986; abril/1984; nov./dez. 1988; junho/1989.
- Revista "Veja": novembro/1995.

- **Jornais**

- "Folha de São Paulo". Caderno de Informática, 8/2/1989.
- "Gazeta Mercantil": 18/03/1994.
- "O Estado de São Paulo": 19/10/1992.

- **Periódicos e Documentos:**

- "Bancários: Trabalho, Vida, e Organização. Relatório de Pesquisa FEEBRS - 1988/89
- Cadernos de Formação no.1 SEEBSP.
- Cadernos IBCB-Instituto Brasileiro de Ciência Bancária Nos 4,6,11,12 e 13.
- Grupo de Trabalho Centro Nacional de Automação Bancária/ julho, 1983
- "Os Impactos na Administração e Estrutura dos Bancos". FEBRABAN, 1970. Trabalho apresentado por: Geraldo de Camargo Vidigal, Natanael D'Angelo, Agenor Victor Lazzari e Luiz Edmundo Galante, no 20. Congresso Latino Americano de Automação Bancária, realizado entre 9 e 13 de Novembro de 1970.
- Manual de Treinamento no Local de Trabalho TLT - Itaú.
- Manual dos Direitos dos Bancários - SEEBSP-CUT, 1989.
- I Seminário sobre a Saúde dos Bancários" DIESAT, 1985.
- "Trabalho e Saúde Mental dos Bancários" DIESAT, 1985.
- Relatórios Anuais das Instituições Financeiras Itaú: 1978 a 1988.
- Periódico da Federação Latino Americana de Banqueiros, Felaban, no. 5 abril, 1970.
- "A Informática e a Nova República" Prefácio de Ulisses Guimarães. Apresentação de Cláudio Mammana. SP, Hucitec, 1985.

Errata

1) Página 12, último parágrafo: "...responder aos requisitos para a obtenção do título de Mestre, oferecido pelo Departamento de Pós-Graduação..."

2) Página 41, último parágrafo, linha 5: "E, conforme análise efetuada no capítulo precedente..."

3) Devido à um erro de paginação, a ordem das páginas 45 e 46 foi invertida

4) Página 51, nota número 14: "Não existe, contudo, um consenso em relação ao emprego do termo "fordismo", que tem sido designativo de várias situações: ou, como define Antunes, como "a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário massa, do operário coletivo fabril, entre outras dimensões" (1995: 17); ou, ao contrário como a classificação de um período histórico que caracterizou uma forma mais ampla de organização societal. Organização esta, marcada por sua vez, pelas ações da burguesia industrial com vistas a subsumir os modos de vida e de reprodução operária à sua própria lógica/hegemonia. Seguindo essa tendência. Ver, Tude de Souza, Dias, Tosel, , autores que inspiram nossa abordagem metodológica neste trabalho".

5) Página 75, 2o. Parágrafo, linha 3: "... veio a formar..."

6) Página 104, 1o. Parágrafo, linha 4: "... participação relativa dos setores produtivos..."

7) Página 119, 2o. Parágrafo, linha 6: "...proporcionassem os meios de extração intensiva de sobretrabalho..."

8) Página 121, 2o. Parágrafo, linha 2: "...retira o papel predominante outrora atribuído ao trabalho vivo na valorização..."

9) Página 122, 1o. Parágrafo, linha 5: "...requererem normas de gestão..."

10) Página 135, 1o. Parágrafo: "...Bastante reduzido seria o alcance..."

11) Página 135, Nota 93, linha 7: "... a estreita imbricação..."

12)) Página 145, Nota 105, linha 6: "...laços de interpenetração recíprocas..."

13) Página 166, 2o. Parágrafo, linha 3: "O trabalhador comercial não produz diretamente mais-valia..."

14) Página 174, 2o parágrafo, última linha: "... (Gáldiz, 1987: 71)

15) Página 175, linha 2: "... o caixa que passa a trabalhar ..."

- 16) Página 177, linha 9: (Gáldiz, 1987: 75)
- 19) Página 196, última citação, linha 9: "...sofrerá o financiador..."
- 20) Página 211, 2o. Parágrafo, linha 7: "...chegou a apontar..."
- 21) Página 21, nota 148: "Segundo Carvalho que se refere..."
- 22) Página 223, nota 154, linha 4: "...desqualificou a profissão..."
- 23) Página 230, 2o. Parágrafo, linha 4: "... absorção dos altos investimentos da tecnologia..."
- 24) Página 230, nota 158: "Um consenso entre os bancos é a necessidade de utilizar diferentes recursos de informática para atender às diversas classes de clientes"(Banco Hoje, Maio, 1989).
- 25) Obras que não estão citadas na bibliografia:
- Alter, N. "La Buerautique, dans L'Entreprise. Les Acteurs de L'Innovation". Paris, *Les Éditions Ouvrières*, 1985.
 - Châtelet, F. "Los Marxistas y la Política". Madrid, *Taurus Ediciones*, 1977.
 - Ferraris, P. "Desafio Tecnológico e Inovação Social: Sistema Econômico, Condições de Vida e de Trabalho". Petrópolis, *Vozes/Ibase*, 1990.